



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

AVISO DE REPUBLICAÇÃO

A Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, torna pública a republicação do Edital do Pregão Eletrônico nº 040/2026 — Processo Administrativo nº 43.770/2025-D. A sessão pública originalmente designada para 16/04/2026 às 09h30min foi suspensa sine die por ato desta própria Administração, em exercício de autotutela administrativa (Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal), mediante Comunicado de Suspensão firmado pelo Pregoeiro em 15/04/2026, considerando a necessidade de revisão do instrumento convocatório. As alterações introduzidas nesta republicação compreendem ajustes nos itens do corpo do Edital e nos respectivos Anexos I (Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar) e II (Minuta de Contrato), adicionalmente, procedeu-se à reorganização estrutural dos Anexos VI a IX — realocados para após o Anexo V para maior coerência lógica do instrumento — e à inclusão de Sumário Geral para facilitar a navegação, sem alteração substantiva do objeto, consistindo em ajustes formais, organizacionais e de detalhamento técnico-jurídico destinados ao saneamento de pontos identificados internamente pela Administração, a partir das impugnações administrativas e da representação formulada, com fundamento no princípio da autotutela e nos arts. 71 e 55 da Lei nº 14.133/2021. Nova data de abertura da sessão pública: a ser fixada pela Administração após o decurso do prazo legal de republicação. As demais condições, especificações técnicas e quantitativos permanecem conforme originalmente publicado, salvo quanto aos pontos expressamente alterados.

SUMÁRIO

PREÂMBULO	2
DO OBJETO	3
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	3
DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	3
DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	6
DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	9
DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	11
DA FASE DE JULGAMENTO	15
DA FASE DE HABILITAÇÃO	19
DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	22
DOS RECURSOS	23
DO TERMO DE CONTRATO	24
DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	24
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	26
DOS ANEXOS.....	29
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.....	30
1º APÊNDICE DO ANEXO I – PLANILHA ESTIMATIVA.....	83
2º APÊNDICE DO ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR	85
ANEXO II.A – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO – LOTE 01	152
ANEXO II.B – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO – LOTE 02	168
ANEXO III – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO.....	182
ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE CONTA BANCÁRIA.....	183
ANEXO V – PLANILHA PROPOSTA (MODELO)	184
ANEXO VI DO TERMO DE REFERÊNCIA - DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS PREVISTOS PARA O LOTE 02..	185
ANEXO VII DO TERMO DE REFERÊNCIA - PLANTAS BAIXAS DAS UNIDADES ESCOLARES	189
ANEXO VIII DO TERMO DE REFERÊNCIA - INTERCONEXÕES DE REDE DO LINK DE INTERNET DA PREFEITURA DE PRAIA GRANDE	190
ANEXO IX DO TERMO DE REFERÊNCIA - LEVANTAMENTO DE HOMOLOGAÇÕES ANATEL.....	192
ANEXO X – TERMO DE COMPROMISSO DE CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO (MODELO).....	193



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 43.770/2025-D

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE REDE WI-FI (WLAN) COM SERVIÇOS GERENCIADOS DE IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO E SUPORTE TÉCNICO COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS

DATA E HORA DO PREGÃO: **24 de junho** de 2026, às **09h30min** (horário oficial de Brasília-DF)

SESSÃO PÚBLICA: www.compras.gov.br

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

MODO DE DISPUTA: ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

UASG DE ATUAÇÃO: 986921 – Prefeitura Municipal de Praia Grande - SP

PREÂMBULO

A PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE, situada à Avenida Presidente Kennedy, nº 9.000, Vila Mirim, Praia Grande/SP, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, torna público, a quem possa interessar, que realizará, no **24 de junho** de 2026, às **09h30min** (horário oficial de Brasília-DF), no Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), UASG nº 986921, LICITAÇÃO sob na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE REDE WI-FI (WLAN) COM SERVIÇOS GERENCIADOS DE IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO E SUPORTE TÉCNICO COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as demais normas legais em vigor, Lei Complementar nº 123/2006, com a redação alterada pela Lei Complementar nº 123/2006, com a redação alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 e Decretos Municipais nº 7.929/2023

(https://www.praiagrande.sp.gov.br/Administracao/leisdecretos_view.asp?codLeis=8152&Acao=busca), nº 7.843/2023

(https://www.praiagrande.sp.gov.br/Administracao/leisdecretos_view.asp?codLeis=8019&Acao=busca), nº 6.238/2017

(https://www.praiagrande.sp.gov.br/Administracao/leisdecretos_view.asp?codLeis=5379&Acao=busca), nº 6.434/2018

(https://www.praiagrande.sp.gov.br/Administracao/leisdecretos_view.asp?codLeis=5671&Acao=busca)

e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

1. DO OBJETO

- 1.1. Constitui objeto da presente Licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE REDE WI-FI (WLAN) COM SERVIÇOS GERENCIADOS DE IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO E SUPORTE TÉCNICO COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

ESCLARECIMENTO TÉCNICO — PADRÃO Wi-Fi 7 (IEEE 802.11be): A exigência de equipamentos certificados no padrão Wi-Fi 7 (IEEE 802.11be) constante do Termo de Referência encontra-se atendida por, no mínimo, 6 (seis) fabricantes com homologação ativa na ANATEL na data de publicação deste instrumento — totalizando 18 (dezoito) modelos de APs Wi-Fi 7 corporativos disponíveis (Cisco, Ubiquiti, TP-Link Enterprise, Fortinet, Huawei, Ruckus Wireless e outros) —, conforme levantamento realizado diretamente na base oficial Mosaico/SCH da ANATEL e documentado no Apêndice 2 do Anexo I (Estudo Técnico Preliminar), garantindo ampla competição e aderência ao princípio do art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

SECRETARIA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FONTE
SEDUC	09.02.00 / 12.365.2001.2459 / 3.3.90.40.01	MUNICIPAL
	09.02.00 / 12.361.2001.2458 / 3.3.90.40.01	
	09.02.00 / 12.365.2001.2459 / 3.3.90.40.22	
	09.02.00 / 12.361.2001.2458 / 3.3.90.40.22	

- 2.1. O valor estimado da contratação é de R\$ 11.817.348,20 (Onze Milhões Oitocentos e Dezessete Mil Trezentos e Quarenta e Oito Reais e Vinte Centavos).

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) – Certificado Digital ICP-Brasil.
 - 3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

- 3.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.5.** A licitação não terá itens para a participação exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte.
- 3.6.** Na presente licitação será concedido tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.7.** Não poderão disputar esta licitação:
- 3.7.1.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 3.7.2.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 3.7.3.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 3.7.4.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 3.7.5.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 3.7.6.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - 3.7.7.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - 3.7.8.** Agente público do órgão ou entidade licitante;
 - 3.7.9.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

- 3.7.10.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021;
- 3.7.11.** Empresas reunidas em consórcio. Será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio, observadas as regras de governança e os requisitos específicos de habilitação detalhados em seção própria deste Edital e do correspondente Anexo I – Termo de Referência (item ADMISSÃO DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO), em conformidade com o art. 15 da Lei nº 14.133/2021 e com a jurisprudência consolidada do Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCs 009622.989.24-2, 012481.989.24-2, 011607.989.24-1 e 010182.989.24-4), reconhecendo-se que a admissão do consórcio amplia a competitividade do certame.
- 3.8.** O impedimento de que trata o item 3.7.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.9.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2. e 3.7.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.10.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.11.** O disposto nos itens 3.7.2. e 3.7.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.12.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 3.13.** A vedação de que trata o item 3.7.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 3.14.** A participação neste Pregão implica o reconhecimento pela Licitante de que conhece, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do presente edital, bem como



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

as disposições contidas na legislação indicado no Preâmbulo deste Edital, que disciplinam a presente licitação e integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3.** Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1. e 8.10.1 deste Edital.
- 4.4.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
 - 4.4.1.** Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
 - 4.4.2.** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
 - 4.4.3.** Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
 - 4.4.4.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.5.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, ressalvada, em todo caso, a vedação à participação de cooperativas de trabalho com características de personalidade, subordinação e habitualidade, nos termos da Súmula nº 281 do TCU, restrição aplicável especialmente ao Lote 01 deste certame, em razão do regime de dedicação exclusiva de mão de obra (art. 6º, XVI, da Lei nº 14.133/2021).



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

- 4.5.1.** Para o Lote 01 fica AFASTADO o tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, em razão do valor total estimado da contratação (R\$ 10.247.421,00 no Lote 01 isoladamente) ultrapassar os limites de enquadramento de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos do art. 3º, II, da Lei Complementar nº 123/2006 (teto de R\$ 4.800.000,00 anuais de receita bruta), aplicando-se, ainda, as hipóteses de não incidência dos benefícios previstas no art. 49 da mesma Lei Complementar e no art. 4º, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, em razão da incompatibilidade entre o porte da ME/EPP e a complexidade técnica da solução de rede WLAN com gestão unificada, bem como da magnitude logística da instalação em 80 (oitenta) unidades escolares. Para o Lote 02, fica mantido o tratamento favorecido, por se enquadrar no limite legal e por ser compatível com a estrutura empresarial de ME/EPP.
- 4.6.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 4.6.1.** No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.6.2.** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.7.** Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:
- 4.7.1.** De cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- 4.7.2.** Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no país, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 4.7.3.** De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da lei complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso ii do art. 3º da referida lei;
- 4.7.4.** Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela lei complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso ii do art. 3º da referida lei;
- 4.7.5.** Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso ii do art. 3º da referida lei;
- 4.7.6.** Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

- 4.7.7.** Que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 4.7.8.** Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 4.7.9.** Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 4.7.10.** Constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 4.7.11.** Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 4.8.** A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.9.** A licitante deverá apresentar Declaração de parentesco, conforme modelo estabelecido no Anexo III deste Edital.
- 4.10.** As certidões devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de lei específica ou do próprio documento, será considerado o prazo de validade de 06 (seis) meses, a partir de sua expedição.
- 4.11.** Na hipótese de não constar prazo de validade nas PROCURAÇÕES apresentadas, o Pregoeiro aceitará como válidas as expedidas até 06 (seis) meses, imediatamente anteriores à data de apresentação dos Envelopes Proposta e Documentação.
- 4.12.** Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz e com CNPJ da matriz. E se for filial todos os documentos deverão estar em nome e com CNPJ da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.
- 4.13.** Caso a empresa licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos (matriz e filial).
- 4.14.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.15.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.16.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

- 4.17.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.17.1.** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.17.2.** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.18.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.18.1.** Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.18.2.** Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.19.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.17 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.20.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.21.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
- 4.22.** A apresentação da proposta de preços implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.
- 4.23.** Os requisitos de habilitação e qualificação técnica se encontram no Anexo I – Termo de Referência.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1.** Valor unitário;
- 5.1.2.** Marca/fabricante;
- 5.1.3.** Declarar a marca em campo próprio do sistema ao cadastrar a proposta.
- 5.2.** O envio da proposta vinculará o licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.9. O prazo de validade da proposta será de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.10. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/ Projeto Básico;
- 5.11. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/ Projeto Básico;
- 5.12. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;
- 5.13. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.
- 5.14. **APLICÁVEL APENAS AO LOTE 01:** O licitante deverá declarar, sob as penas da lei, que considerou no cálculo de sua proposta os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, tributos diretos e indiretos e quaisquer outros que venham a incidir sobre o objeto contratado, bem como os custos mínimos referenciados em acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria adotada pelo licitante, em conformidade com a CBO.
- 5.15. **APLICÁVEL APENAS AO LOTE 01:** O licitante deverá indicar expressamente em sua proposta a categoria profissional dos empregados que executarão o serviço (Técnicos Residentes/Técnicos de Suporte de Redes), sob pena de desclassificação por ofensa à ART. 17, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

5.16. APLICÁVEL APENAS AO LOTE 01: O Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho indicado pelo licitante na proposta vinculará a execução contratual do Lote 01, sendo vedada a sua substituição por instrumento coletivo distinto durante a vigência do contrato, salvo nos casos de repactuação expressamente autorizada pela Administração, observada a data-base da categoria profissional **1º de janeiro**.

5.17. APLICÁVEL APENAS AO LOTE 01: O licitante deverá apresentar, juntamente com sua proposta, cópia do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho que regem a categoria profissional adotada para fins do cálculo do Lote 01, bem como planilha de composição de custos demonstrando a observância dos pisos salariais e benefícios fixados no respectivo instrumento coletivo, na forma do Anexo VII-A da IN MPDG nº 5/2017 (subsidiariamente aplicada, nos termos da IN SEGES/ME nº 98/2022).

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor lote.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 1.000,00 (mil reais).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

- 6.11.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
 - 6.12.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
 - 6.12.2.** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
 - 6.12.3.** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
 - 6.12.4.** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
 - 6.12.5.** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
 - 6.13.1.** Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

- 6.13.2.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.13.3.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.13.4.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.13.5.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.13.6.** Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.14.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.15.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.18.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.19.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538 de 2015.
- 6.20.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de 5% (cinco por cento), previsto no art. 44,



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

§2º, da Lei Complementar nº 123/2006, acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

- 6.20.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.20.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.20.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.21.** A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante apresentar declaração específica de observância desse limite (art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133/2021).
- 6.22.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
 - 6.22.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
 - 6.22.1.1.** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - 6.22.1.2.** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
 - 6.22.1.3.** Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - 6.22.1.4.** Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
 - 6.22.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
 - 6.22.2.1.** Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - 6.22.2.2.** Empresas brasileiras;



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

- 6.22.2.3.** Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.22.2.4.** Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.23.** Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 6.24.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.24.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.24.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.24.3.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.24.4.** O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, em até duas horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.24.5.** É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.25.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

- 7.1.** Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6. do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) SICAF;
 - b) Tribunal de Contas do Estado de São Paulo
(https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa_relacao-apeados);
 - c) Tribunal de Contas da União
(<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);
 - d) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantidos pela Controladoria-Geral da União



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

(<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>)

- 7.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 7.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4.** Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 7.5.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação no edital.
- 7.6. APLICÁVEL APENAS AO LOTE 01 (REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA — ART. 6º, XVI, DA LEI Nº 14.133/2021):** A fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados o(s) seguinte(s) acordo(s), dissídio(s) ou convenção(ões) coletiva(s) de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração para o Lote 01: **SINDPD - SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE PROCESSAMENTO DE DADOS, SERV COMP, INFORM TEC. INFORM E TRAB PROCESS DADOS, SERV COMP, INFORM E TEC INFORM ESP (CNPJ nº 55.537.666/0001-75), conforme Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2027, registrada no Ministério do Trabalho e Emprego sob nº SP002635/2026.**
- 7.7. Data-base: 1º de janeiro**
- 7.7.1.** O(s) acordo(s), dissídio(s) ou convenção(ões) coletiva(s) indicado(s) acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes (Acórdão TCU nº 369/2012-Plenário, reforçado pelo Acórdão TCU nº 2601/2020-Plenário), mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado, obedecidos os custos mínimos relevantes fixados pela Administração.
- 7.8.** Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.8.1.** Contiver vício insanável;
- 7.8.2.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.8.3.** Apresentar preços inexequíveis, conforme §4º art. 59 da Lei nº 14.133/2021, ou a proposta ou lance vencedor apresentar preço final superior ao preço máximo definido para a contratação;
- 7.8.4.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.8.5.** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.9.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.9.1.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

- 7.9.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 7.9.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 7.13. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 7.14. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.15. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 7.16. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 7.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 7.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 7.20. **APLICÁVEL APENAS AO LOTE 01 (REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA — ART. 6º, XVI, DA LEI Nº 14.133/2021):** No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços os seguintes documentos:
 - 7.20.1. declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;
 - 7.20.2. cópia da carta ou registro sindical do sindicato a que ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

- 7.20.3.** cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado; e
- 7.20.4.** declaração de que se responsabiliza, nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado, ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.21. APLICÁVEL APENAS AO LOTE 01:** O pregoeiro deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.
- 7.22. APLICÁVEL APENAS AO LOTE 01:** Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.
- 7.23.** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1.** Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.1.1.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF ou por Certificado de Registro Cadastral, emitido pelo Município da Estância Balneária de Praia Grande.
- 8.2.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 8.2.1.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 8.3.** Os documentos eletrônicos de habilitação produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.
- 8.3.1.** No caso dos documentos eletrônicos enviados não observarem o processo de certificação previsto no item 8.3., deverão ser apresentados, pessoalmente, ou, enviados pelo correio com AR: em originais, ou cópias autenticadas por tabelião de notas; ou, mediante publicação em órgão da imprensa oficial; ou, por cópia simples, desde que acompanhados dos originais para que sejam autenticados por servidor da administração ao Departamento de Licitações na Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, Av. Pres. Kennedy nº. 9000, Vila Mirim – Praia Grande/SP, CEP 11704-900, em até 05 (cinco) dias úteis após o encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e a aplicação das penalidades cabíveis, para que sejam autenticados por servidor da Administração.
- 8.4.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, preferencialmente no ambiente do sistema eletrônico, caso disponível, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 8.5.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

- 8.6.** O licitante deverá apresentar, preferencialmente no ambiente do sistema eletrônico, caso disponível, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.7.** Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.
- 8.7.1** O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendada pelo número de telefone (13)3496-2370, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.
- 8.7.2** Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 8.8.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 8.8.1.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 8.9.** A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.9.1.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, em prazo fixado na Sessão Pública, contado da solicitação do Pregoeiro.
- 8.9.2.** Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.
- 8.10.** A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.10.1.** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.10.2.** Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

- 8.11.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para:
- 8.11.1.** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
 - 8.11.2.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 8.12.** Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.13.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.9.1.
- 8.14.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 8.15.** As Microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição: a) Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, a contar do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Prefeitura, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. b) A não regularização da documentação no prazo previsto na alínea “a” deste subitem, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais, procedendo-se à convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório.
- 8.16.** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

ESCLARECIMENTO — CERTIFICAÇÕES TÉCNICAS NR-10, NR-35 E CERTIFICAÇÕES DE FABRICANTE: A comprovação documental das certificações NR-10 (Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade), NR-35 (Trabalho em Altura) e das certificações oficiais dos fabricantes dos equipamentos ofertados (WLAN e NGFW) será exigida EXCLUSIVAMENTE NO ATO DA ASSINATURA DO CONTRATO, nos termos do art. 67, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, NÃO SENDO TAL COMPROVAÇÃO EXIGIDA NA FASE DE HABILITAÇÃO, em coerência com a jurisprudência consolidada do TCE-SP que qualifica a exigência precoce de tais certificações na fase de habilitação como restrição indevida à competitividade.

9. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 9.1. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos relativos a esta licitação, que serão prestados mediante solicitação dirigida ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, por meio do endereço eletrônico: sead.licitacao@praiagrande.sp.gov.br ou licitacao@praiagrande.sp.gov.br.
- 9.2. Os esclarecimentos e as informações serão prestados no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.
- 9.3. Qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá formular impugnações contra o ato convocatório, até 3 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, mediante petição apresentada, por meio do endereço eletrônico: sead.licitacao@praiagrande.sp.gov.br ou licitacao@praiagrande.sp.gov.br.
- 9.4. No ato da apresentação da impugnação é obrigatório anexar ao e-mail a cópia digitalizada dos seguintes documentos: a) Documento de identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se o impugnante for pessoa física; b) Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), em se tratando de pessoa jurídica, acompanhado do respectivo ato constitutivo ou de procuração, que comprove que o signatário/remetente da impugnação efetivamente representa a impugnante.
- 9.5. Caberá ao Pregoeiro se manifestar motivadamente, ouvidas, se for o caso, as unidades competentes, a respeito da(s) impugnação(ões), proferindo sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 9.6. Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.
- 9.7. A decisão sobre a impugnação será publicada no sítio eletrônico oficial.
- 9.8. Os pedidos de impugnações, bem como as respectivas respostas serão divulgados no sistema eletrônico para visualização dos interessados.
- 9.9. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 9.10. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

- 9.11.** As respostas das impugnações serão publicadas somente no site da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande: <http://www.praiagrande.sp.gov.br> e Portal de Compras do Governo Federal: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

10. DOS RECURSOS

- 10.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 10.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 10.3.1.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 10.3.2.** O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 10.3.3.** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 10.3.4.** Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 10.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 10.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 10.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 10.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no endereço da unidade promotora da licitação, ou seja, ao Departamento de Licitações da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, Av. Presidente Kennedy nº 9.000, Vila Mirim – Praia Grande/SP, CEP 11704-900.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

11. DO TERMO DE CONTRATO

- 11.1.** Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.
- 11.2.** O adjudicatário terá o prazo de 05(cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 11.3.** A Autorização de Fornecimento ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:
 - 11.3.1.** A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;
 - 11.3.2.** A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
- 11.4.** O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 12.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
 - 12.1.1.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame.
 - 12.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
 - 12.1.3.** Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 12.1.4.** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 12.1.5.** Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 12.1.6.** Deixar de apresentar amostra; ou
 - 12.1.7.** Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
 - 12.1.8.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 12.1.8.1.** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.
 - 12.1.9.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
 - 12.1.10.** Fraudar a licitação;
 - 12.1.11.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 12.1.11.1.** Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 12.1.11.2.** Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 12.1.11.3.** Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

- 12.1.12.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 12.1.13.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 12.2.** São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos no Título IV, Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/21 e Capítulos XXVIII e XXIX do Decreto Municipal nº 7.929/2023.
- 12.3.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 12.3.1.** Advertência;
 - 12.3.2.** Multa;
 - 12.3.3.** Impedimento de licitar e contratar; e
 - 12.3.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.4.** Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 12.4.1.** Na natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 12.4.2.** As peculiaridades do caso concreto
 - 12.4.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 12.4.4.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 12.4.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.5.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 12.5.1.** Para as infrações previstas nos itens 12.1.1., 12.1.2. e 12.1.3., a multa será de 0,5% do valor do contrato licitado.
 - 12.5.2.** Para as infrações previstas nos itens 12.1.4., 12.1.5., 12.1.6., 12.1.7. e 12.1.8., a multa será de 15% do valor do contrato licitado.
- 12.6.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 12.7.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.8.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1., 12.1.2. e 12.1.3., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
 - 12.8.1.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4., 12.1.5., 12.1.6., e 12.1.8., bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1., 12.1.2. e 12.1.3., que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

- 12.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades.
- 12.1.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização que intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 12.2.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.3.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 12.4.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.5.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1.** Será divulgada Ata da Sessão Pública no sistema eletrônico.
- 13.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 13.3.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 13.4.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 13.5.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 13.6.** As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

- 13.7.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 13.8.** A falsidade de qualquer declaração prestada poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da licitante se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.
- 13.9.** A licitante vencedora deverá comunicar à Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, devendo manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 13.10.** O ajuste, suas alterações e rescisão obedecerão à Lei Federal nº 14.133/21, demais normas complementares e disposições deste Edital, aplicáveis à execução dos contratos e especialmente os casos omissos.
- 13.11.** A revogação ou anulação da licitação observará os procedimentos e normas previstas no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 13.12.** O Pregoeiro poderá promover diligências destinadas à complementação de informações sobre documentos já apresentados, desde que se trate de fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/21.
- 13.13.** No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 13.14.** Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pelo Pregoeiro ouvidas as unidades competentes.
- 13.15.** Integrarão o ajuste a ser firmado, para todos os fins, a proposta da Contratada, a Ata da licitação e o Edital da Licitação, com seus anexos, que o precedeu, independentemente de transcrição.
- 13.16.** A participação neste Pregão Eletrônico implica na aceitação integral e irretratável pelas licitantes, dos termos deste Edital e seus anexos, que passarão a integrar o contrato, não sendo aceita, sob qualquer hipótese, alegação de seu desconhecimento em qualquer fase do procedimento licitatório e execução do contrato.
- 13.17.** Em observância ao art. 122 da Lei nº 14.133/2021, que veda a proibição absoluta de subcontratação, e em conformidade com a jurisprudência consolidada do TCE-SP, em especial os TCs 013199.989.24-5, 010182.989.24-4 e 011607.989.24-1 e a Súmula nº 24 do TCE-SP, admite-se a subcontratação parcial de até 30% (trinta por cento) do valor contratual, restrita a parcelas acessórias do objeto, tais como serviços de instalação física de campo, transporte e logística de equipamentos. Fica expressamente vedada a subcontratação das parcelas de maior relevância, assim



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

entendidas: fornecimento e operação dos pontos de acesso WLAN; gerenciamento centralizado da rede; configuração e operação dos NGFWs e controladoras; e gestão do SLA e da equipe técnica residente. A responsabilidade pela integralidade da execução permanece exclusiva da CONTRATADA, inclusive pelas parcelas subcontratadas. Esclarece-se expressamente que a utilização de serviços de hospedagem, gerenciamento em nuvem e infraestrutura de datacenter operados pelo próprio fabricante dos pontos de acesso — inerente à Topologia C (subscrição em nuvem) prevista neste certame — não configura subcontratação vedada, por constituir característica técnica intrínseca daquela topologia, não se sujeitando ao limite percentual de 30% estabelecido. Aplicam-se ainda, no que couber, os requisitos específicos previstos no item 11 do Anexo I – Termo de Referência (Subcontratação – Lote 01 e Lote 02), inclusive quanto à obrigatoriedade de aprovação prévia formal pela CONTRATANTE, à comprovação de capacidade técnica do subcontratado, às vedações por vínculo de parentesco/contratual e, no Lote 01, à responsabilidade solidária trabalhista nos termos do enunciado da Súmula 331 do TST.

- 13.18.** As exigências constantes neste Edital e seus Anexos, no que couber, abrangem fornecedores, subfornecedores e subcontratados, sem exceções, cuja responsabilidade pela implementação de qualidade das obras, materiais e serviços executados/fornecidos é exclusiva da licitante vencedora, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado.
- 13.19.** O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados somente nos sítios eletrônicos da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande: <http://www.praiagrande.sp.gov.br>, Portal de Compras do Governo Federal: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e no Portal Nacional de Contratações Públicas: <https://pncp.gov.br>
- 13.20.** Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.
- 13.21.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, observado o art. 183 da Lei Federal 14.133/2.021.
- 13.22.** Os atos relativos à licitação efetuados por meio do sistema serão formalizados e registrados em processo administrativo pertinente ao certame.
- 13.23.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 13.24.** O Edital e seus anexos, poderá ser obtido através do site da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande: <http://www.praiagrande.sp.gov.br>, Portal de Compras do Governo Federal: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e no Portal Nacional de Contratações Públicas: <https://pncp.gov.br>.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

- 13.25.** Fica eleito o foro da Comarca da Praia Grande para dirimir quaisquer dúvidas a respeito deste Edital e da contratação do objeto do mesmo que não sejam solucionadas de comum acordo entre as partes, com prévia renúncia de qualquer outro.

14. DOS ANEXOS

- 14.1.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.1.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.1.1.1. 1º Apêndice do Anexo I – Planilha Estimativa;

14.1.1.2. 2º Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

14.1.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

14.1.3. ANEXO III – Declaração de Parentesco;

14.1.4. ANEXO IV – Declaração de Conta Bancária;

14.1.5. ANEXO V – Planilha Proposta (modelo);

14.1.6. ANEXO VI – Detalhamento dos serviços (Lote 2);

14.1.7. ANEXO VII – Plantas Baixas das Unidades Escolares;

14.1.8. ANEXO VIII – Interconexões de rede do link de internet da prefeitura;

14.1.9. ANEXO IX – Levantamento de Homologações Anatel;

14.1.10. ANEXO X – Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio (modelo).

TRANSPARÊNCIA ATIVA — *Em cumprimento ao art. 174, § 2º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 c/c art. 8º, § 1º, inciso IV, e § 2º, da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), todos os documentos deste certame, incluindo o edital, anexos, atas, impugnações, esclarecimentos, recursos, decisões administrativas e o contrato decorrente, serão disponibilizados em formato aberto no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Praia Grande (www.praiagrande.sp.gov.br), em link alternativo no Google Drive e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), sem exigência de cadastramento prévio e sem qualquer custo para o cidadão.*

Praia Grande, 03 de junho de 2026.

PATRÍCIA CONCEIÇÃO ALMEIDA DIAS
Secretária Municipal de Educação



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO:	PE 040/2026 – PA nº 43.770/2025-D UASG 986921
MODALIDADE:	Pregão Eletrônico – Menor Preço por Lote (Lei nº 14.133/2021)
REFERÊNCIA:	Dezembro/2025 Pesquisa de preços: Novembro/2025
LOTE 01:	Locação de Infraestrutura WLAN + Serviços Gerenciados
LOTE 02:	Instalação de Cabeamento Estruturado CAT 5E em 80 Unidades Escolares
OBJETO:	Locação de Infraestrutura de Rede Wi-Fi (WLAN) com Serviços Gerenciados
UN REQUISITANTE:	Secretaria Municipal de Educação (SEDUC) Depto. de Programas de Inclusão Digital

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE REDE WI-FI (WLAN) COM SERVIÇOS GERENCIADOS DE IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO E SUPORTE TÉCNICO, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS

SUMÁRIO

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO	32
2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO	32
3. PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÃO	33
4. DESC. DA SOLUÇ. COMO UM TD., CONSID. O CICLO DE VIDA DO OBJT, E ESPEC. DO PRDTO	33
4.1. PROJETO DE IMPLANTAÇÃO – LOTE 01 E LOTE 02	33
4.2. NORMAS TÉCNICAS	36
4.3. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS – LOTE 01 E LOTE 02	36
4.4. CHAMADOS TÉCNICOS – LOTE 01	37
4.5. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS PARA IMPLANTAÇÃO – LOTE 01 E LOTE 02	38
4.6. DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA MENSAL – LOTE 01	38
4.7. DA MANUTENÇÃO CORRETIVA – LOTE 01	39
4.8. DIRETRIZES PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS – LOTE 01 E LOTE 02	39
4.9. DA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E QUALIFICAÇÃO DAS EQUIPES TÉCNICAS – LOTE 01	39
4.10. GESTÃO DA EQUIPE DE MANUT. E SUP. TÉCNICO DA REDE WLAN – LOTE 01	40
4.11. EQUIPE DE MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO DA REDE WLAN – LOTE 01	40
4.12. QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA – LOTE 01 E LOTE 02	41
4.13. REQUISITOS DE DIMEN. MATERIAL, PATRIM. E ALOCAÇÃO DE REC. HUMANOS	42
4.14. AVALIAÇÃO E ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS – LOTE 01 E LOTE 02	43
5. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS – LOTE 01	44
6. PLANILHA ESTIMATIVA	56
7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	57
8. DAS EXIGÊNCIAS PARA FINS DE HOMOLOGAÇÃO – LOTE 01 E LOTE 02	57
9. DAS EXIGÊNCIAS PARA ASSINATURA DO CONTRATO – LOTE 01 E LOTE 02	57
10. DA PROVA DE CONCEITO – LOTE 01	58
11. SUBCONTRATAÇÃO – LOTE 01 E LOTE 02	60
12. VISITA TÉCNICA OPCIONAL	60
13. DA CONTRATAÇÃO	61
13.1. DA RESCISÃO	61



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

14. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO	62
15. ENDEREÇOS DE ENTREGA OU LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS	64
16. GARANTIA DOS SERVIÇOS – LOTE 01 E LOTE 02	66
17. DISPENSA DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL – ART. 96 DA LEI Nº 14.133/2021	67
18. NORMAS E PADRÕES PARA EXECUÇÃO.....	67
19. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA – LOTE 01 E LOTE 02	67
20. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE – LOTE 01 E LOTE 02	69
21. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.....	70
21.1. FORMA DE SELEÇÃO	70
21.2. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA.....	70
22. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA – LOTE 01 E LOTE 02	71
23. HABILITAÇÃO JURÍDICA – LOTE 01 E LOTE 02	73
24. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA – LOTE 01 E LOTE 02.....	74
25. FORMA DE ADJUDICAÇÃO – LOTE 01 E LOTE 02	76
26. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA – LOTE 01 E LOTE 02	76
27. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO – LOTE 01 E LOTE 02	76
28. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO	76
29. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO	78
30. DO TERMO DE CONTRATO	78
31. DO AJUSTE	79
32. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	79
33. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	81
34. DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS PREVISTOS PARA O LOTE 02 – ANEXO VI	81
34.1. TAXA DE OCUPAÇÃO EM ELETRODUTOS – 40%.....	81
35. PLANTAS BAIXAS DAS UNIDADES ESCOLARES – ANEXO VII	82
36. INTERCONEXÕES DO LINK DE INTERNET DA PREFEITURA DE PRAIA GRANDE – ANEXO VIII	82
37. LEVANTAMENTO DE HOMOLOGAÇÕES ANATEL – ANEXO IX	82
38. TERMO DE COMPROMISSO DE CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO (MODELO) – ANEXO X.....	82



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por objeto a Locação de Infraestrutura de Rede Wi-Fi (WLAN) com Serviços Gerenciados de Implantação, Operação e Suporte Técnico com Fornecimento de Equipamentos e Materiais, no Município de Praia Grande, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, bem como nos termos da tabela inserida no 1º Apêndice do Anexo I – Planilha Estimativa.

- 1.1.** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme art. 20 da Lei nº 14.133/2021.
- 1.2.** Trata-se de serviços comuns, a serem contratados mediante licitação, na modalidade pregão, conforme definido no art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021, pois os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos, com base nas especificações usuais de mercado.
- 1.3.** O prazo de vigência da contratação para o Lote 01 é de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.
- 1.4.** O fornecimento do serviço é enquadrado como continuado, pois envolve a locação de infraestrutura de rede local sem fio (WLAN), um serviço essencial e vital à Secretaria de Educação. A vigência plurianual é mais vantajosa, conforme o Estudo Técnico Preliminar.
- 1.5.** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O Município de Praia Grande tem como objetivo a contratação de empresa especializada na implementação de uma infraestrutura de rede local sem fio (WLAN), com a finalidade de atender à demanda por modernização da tecnologia da informação nas instalações públicas municipais, com especial atenção às escolas públicas da localidade. A criação de uma rede WLAN robusta e segura é essencial para fomentar a inclusão digital, aprimorar a qualidade do ensino e otimizar a gestão administrativa.

Nas instituições de ensino público, a implementação da rede WLAN trará os seguintes benefícios esperados:

- 2.1. ACESSO À EDUCAÇÃO DIGITAL:** Possibilitará que educadores e estudantes se beneficiem de plataformas educacionais online, recursos digitais e ferramentas interativas de aprendizado, enriquecendo o acesso a conteúdos atualizados e diversificados.
- 2.2. INCLUSÃO DIGITAL:** Assegurará que estudantes, em especial aqueles provenientes de contextos de baixa renda, tenham acesso a uma internet de qualidade no ambiente escolar, mitigando as desigualdades no acesso às tecnologias e preparando-os para os desafios do mercado de trabalho digital.
- 2.3. OTIMIZAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR:** Facilitará a implementação de sistemas digitais para a administração acadêmica, como diários eletrônicos, comunicação com pais e responsáveis e monitoramento do desempenho escolar, diminuindo a burocracia e aumentando a eficiência nas operações.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

- 2.4. **CAPACITAÇÃO DOCENTE:** Proporcionará aos educadores a oportunidade de acesso a cursos de formação continuada online, bem como a recursos pedagógicos digitais, contribuindo para o aprimoramento profissional e a inovação nas práticas educativas.
- 2.5. **ESTÍMULO À CIDADANIA DIGITAL:** Promoverá o uso responsável da internet, oferecendo suporte técnico para garantir a segurança das informações e proteger contra ameaças cibernéticas, além de fomentar a conscientização sobre a ética digital.

Além disso, a infraestrutura de rede sem fio atenderá às demandas administrativas das demais unidades municipais, promovendo a conectividade entre setores, agilizando processos internos e melhorando a prestação de serviços à população. A iniciativa está alinhada aos objetivos de modernização da gestão pública e à garantia do acesso à tecnologia como direito fundamental, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do Município.

3. PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÃO

O Plano de Contratações Anual (PCA) da Prefeitura Municipal de Praia Grande foi devidamente regulamentado pelo Decreto Municipal nº 7.929/2023 em seu artigo 16, estando publicado e disponibilizado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP sob ID nº 46177531000155-0-000017/2025, em consonância com a Lei Orçamentária Anual (LOA).

O objeto desta contratação encontra-se previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) do exercício de 2026 da Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com o art. 12, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021 e art. 18 do Decreto Municipal nº 7.929/2023, sob ID PNCP nº 46177531000155-0-000017/2025, garantindo o alinhamento entre o planejamento da contratação e as leis orçamentárias municipais (Lei Orçamentária Anual — LOA 2026).

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO, E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

4.1. PROJETO DE IMPLANTAÇÃO – LOTE 01 E LOTE 02

A empresa CONTRATADA para o Lote 01, a partir da emissão da ordem de serviço, deverá apresentar um Projeto Executivo da Rede Local sem Fio, detalhando toda a infraestrutura da rede a ser implantada, considerando as informações disponibilizadas pela CONTRATANTE e o posicionamento dos pontos de acesso WLAN.

LOTE 01

Deverão acompanhar o Projeto Executivo da Rede Local sem Fio (WLAN), como parte integrante da documentação a ser entregue à CONTRATANTE, os seguintes itens:

- 4.1.1. Memorial descritivo, o qual descreve o projeto, indicando a implantação e detalhando pontos específicos do serviço;
- 4.1.2. A planilha quantitativa de equipamentos, correspondente aos itens previstos que serão utilizados na implantação da solução pretendida;
- 4.1.3. Cronograma de execução do serviço contemplando todas as fases de instalação;
- 4.1.4. Representação gráfica do posicionamento dos equipamentos, por meio de fotos, desenhos, croquis e detalhes necessários, possibilitando visualizar a disposição dos equipamentos e acessórios a serem instalados;



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

4.1.5. Posicionamento dos pontos de acesso WLAN.

Após a apresentação do Projeto de Implantação da Rede Local sem Fio (WLAN), a CONTRATANTE, por meio de sua equipe técnica, procederá à avaliação do referido material, expressando ou não sua anuência. Na hipótese de não haver aceitação, a CONTRATADA deverá revisar o levantamento/projeto, sem custo adicional para a CONTRATANTE, incorporando as sugestões apresentadas.

O Projeto Executivo da Rede Local sem Fio deve contemplar, no mínimo, as informações elencadas a seguir:

- 4.1.6.** Exposição do projeto;
- 4.1.7.** Memorial descritivo;
- 4.1.8.** Cronograma de execução das atividades;
- 4.1.9.** Planilha de equipamentos;
- 4.1.10.** Representação gráfica do posicionamento dos equipamentos;
- 4.1.11.** Termo de entrega do Projeto Executivo da Rede Local sem Fio (WLAN);
- 4.1.12.** 2 (duas) cópias digitais contendo todos os arquivos do projeto.

Com a apresentação do Projeto Executivo da Rede Local sem Fio (WLAN), a CONTRATANTE terá a prerrogativa de aprovar ou não a realização dos serviços. Uma vez aprovado, a CONTRATANTE enviará documento oficial à CONTRATADA, conferindo autorização para a execução dos serviços, que dará início ao prazo de execução. Toda a documentação impressa que eventualmente for requisitada deverá ser disponibilizada pela CONTRATADA, sem custo adicional para a CONTRATANTE.

O As-Built representa o documento conclusivo a ser submetido pela CONTRATADA, englobando as modificações realizadas que não estavam contempladas no Projeto de Implantação da Rede Local sem Fio (WLAN) após sua execução. Todas as exigências previamente estabelecidas e os padrões de qualidade devem ser mantidos rigorosamente, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

O As-Built deverá ser entregue à CONTRATANTE em até 20 dias úteis após a finalização das quatro etapas.

O projeto será implantado em 4 (quatro) etapas, contemplando um conjunto de até 25 (vinte e cinco) imóveis da Secretaria de Educação por etapa, os quais serão definidos pela referida Secretaria e listados na ordem de serviço.

A CONTRATADA terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da emissão da ordem de serviço, para apresentar o Projeto Executivo da Rede Local sem Fio (WLAN) destinado a um conjunto de até 25 (vinte e cinco) próprios da Secretaria de Educação. A visita técnica é facultativa.

A CONTRATANTE disponibilizará à CONTRATADA informações técnicas, plantas baixas, posicionamento dos APs e demais dados pertinentes para a elaboração da documentação mencionada, considerando a expertise acumulada pela equipe técnica da Prefeitura de Praia Grande.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

A CONTRATADA terá 30 (trinta) dias úteis, a contar da data da Ordem de Serviço, para implantar cada etapa, devendo a finalização das quatro etapas ocorrer em até 160 (cento e sessenta) dias corridos, a contar da mesma data.

LOTE 02

As licitantes têm a prerrogativa de realizar visita técnica facultativa, considerando os serviços de instalação de cabeamento estruturado planejados para as 80 (oitenta) Escolas Municipais que integram o projeto em questão.

A empresa deverá compreender os termos das condições específicas e dos Anexos que compõem o Edital, além de avaliar as áreas onde os serviços serão executados e inspecionar as condições atuais dessas áreas.

A proponente não poderá alegar desconhecimento como justificativa para a elaboração adequada da proposta e o cumprimento integral do contrato, não sendo admitidas reivindicações sob quaisquer argumentos.

Caso haja interesse, solicita-se o agendamento com o Sr. Rafael Vinicius Turlão pelo telefone: (13) 3496-2370.

Com vistas a oferecer uma descrição detalhada e pormenorizada do Edital em questão, assim como disponibilizar aos licitantes um conjunto amplo de informações técnicas que viabilizem a formulação precisa de suas propostas orçamentárias, apresentamos no Anexo VII o link para download das plantas baixas de 80 (oitenta) Unidades Escolares incluídas neste projeto.

A responsabilidade pela infraestrutura de encaminhamento físico, que abrange dutos e eletrodutos de ¾", todos na coloração branca, cabos CAT. 5E, conectores RJ45 macho/fêmea CAT. 5E, assim como a enfição de cabos e demais componentes indispensáveis à implementação do cabeamento estruturado oriundo dos pontos de acesso que serão instalados e devidamente finalizados no rack local, será totalmente da incumbência da CONTRATADA para o Lote 02.

A CONTRATADA para o Lote 02 deverá realizar a instalação dos cabos UTP nos dutos, canaletas e/ou eletrocalhas de forma simultânea à remoção dos mesmos de suas embalagens originais. Em trechos onde for necessário o lançamento de mais de um cabo na tubulação, todos os cabos devem ser instalados em conjunto, respeitando rigorosamente a taxa de ocupação. A instalação deve observar o raio de curvatura mínimo de 4 vezes o diâmetro nominal do cabo. Os cabos devem ser organizados de tal maneira que não ocorra estrangulamento, torção, emaranhamento ou pisoteamento, garantindo a preservação de suas características originais.

É terminantemente proibida a reutilização de quaisquer acessórios de outras instalações. Deve-se respeitar o comprimento máximo permitido por norma.

A CONTRATADA para o Lote 02 deverá instalar e fornecer ponto em cabeamento estruturado CAT5E, obedecendo à norma ANSI/TIA-568-C.0, essencial para manter o desempenho da conexão quando terminada a um cabo par trançado equilibrado. Deve seguir estritamente as instruções do fabricante quanto à forma de conexão, mantendo a geometria do cabo o mais próximo do conector, não superior a 13 mm (0,5 pol), evitando falha em enlases curtos. A conectividade correta das tomadas de telecomunicações/conectores deve seguir a norma ANSI/TIA-568-C.2, no formato T568B (Wire Map).

Os próprios serão definidos pela Secretaria de Educação e listados na ordem de serviço. A implementação física do cabeamento estruturado deverá seguir percurso externo para a fixação dos eletrodutos, evitando os encaminhamentos pelo forro das Unidades Escolares, obedecendo à origem e ao destino conforme encaminhamento existente e que ainda está em produção. Esta atividade abrange a instalação, montagem e fixação de eletrodutos, suportes, acessórios, periféricos e demais componentes que compõem a solução.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

Para o Lote 02, a CONTRATADA deverá proceder com a instalação de eletrodutos para o direcionamento de cabos em ambientes internos de telecomunicações, assegurando a chegada em salas técnicas, armários de rede e prumadas. Os eletrodutos deverão ser posicionados de forma vertical e/ou horizontal, podendo ser fixados nas paredes e/ou suspensos no teto. O fornecimento incluirá todos os acessórios necessários para a montagem e instalação do conjunto, tais como: barras, caixas de passagem, curvas e outros acessórios, conforme as exigências específicas de cada local.

Em áreas onde houver curvas acentuadas ou extensas, colunas ou desvios, a CONTRATADA deverá empregar o material apropriado, que consiste no Eletroduto Flexível com Alma de Aço, com diâmetro adequado para a conexão ao eletroduto rígido, acompanhado dos acessórios necessários para a devida conexão.

Após a conclusão de todo o novo encaminhamento estruturado, realizados os respectivos testes e finalizada a transposição do cabeamento, a CONTRATADA deverá proceder com a remoção de todo o enlace legado.

A CONTRATADA terá um prazo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados a partir da data da Ordem de Serviço, para implantar e finalizar todas as 80 (oitenta) Unidades Escolares previstas, podendo ser prorrogado por no máximo 60 (sessenta) dias, desde que devidamente justificado e com anuência da CONTRATANTE.

4.2. NORMAS TÉCNICAS

Os serviços relacionados devem seguir as seguintes normas e instruções, sem prejuízo de demais especificações técnicas pertinentes:

- 4.2.1.** Norma NBR 14565 – Procedimento Básico para Elaboração de Projetos de Cabeamento de Telecomunicações para Rede Interna Estruturada;
- 4.2.2.** Norma ANSI/TIA/EIA 568-B – Commercial Building Telecommunications Cabling Standard;
- 4.2.3.** Norma ANSI/TIA/EIA 568-B.1 – Requisitos gerais para projeto, instalação e parâmetro para testes do sistema de cabeamento estruturado.

4.3. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS – LOTE 01 E LOTE 02

Os serviços serão executados em dias úteis de segunda a sexta-feira, em horário comercial das 8h30 às 17h30, e poderão ser executados fora do horário comercial quando houver previsão de impacto ou risco de indisponibilidade dos serviços objeto deste Contrato.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

4.4. CHAMADOS TÉCNICOS – LOTE 01

O SLA – Acordo de Níveis de Serviço define as metas essenciais e as obrigações da CONTRATADA quanto ao atendimento das solicitações técnicas durante a vigência do contrato. Os chamados técnicos abertos pela CONTRATANTE serão categorizados conforme o nível de severidade, sendo conduzidos de acordo com os padrões de atendimento a seguir:

NÍVEL	DESCRIÇÃO DO EVENTO	1º RETORNO TELEFÔNICO	PRAZO PARA SOLUÇÃO
N1	Falha com total ou parcial inoperância do dispositivo, acessório, periférico ou software	Até 30 minutos	Até 1 (uma) hora a partir do registro
N2	Falha que comprometa operação ou acesso a função(ões) essencial(is)	Até 30 minutos	Até 4 (quatro) horas a partir do registro
N3	Esclarecimentos sobre instalação, configuração, customização, otimização, operacionalização, utilização e gestão da solução	Até 1 (uma) hora	Até 48 (quarenta e oito) horas a partir do registro

Na impossibilidade de resolver a falha, pane ou inconformidade técnica dentro dos prazos estipulados conforme os níveis de severidade mencionados, a CONTRATADA deverá garantir a substituição do equipamento, acessório, periférico ou software contratado por outro com iguais especificações, em até 10 (dez) dias úteis, contados da data de recebimento da notificação formal emitida pela CONTRATANTE.

A CONTRATADA garante disponibilidade mínima da infraestrutura WLAN de 99% (noventa e nove por cento) medida mensalmente, calculada como: (horas de operação normal / horas totais do período) × 100. O descumprimento da meta mensal implicará desconto proporcional na fatura, calculado sobre o valor de locação dos APs afetados pelo percentual de indisponibilidade verificado acima da franquia de 1%.

Deverá ser documentado, em um Relatório de Atendimento Técnico, todo procedimento executado localmente pela CONTRATADA decorrente dos serviços de manutenção para a resolução de incidentes ou problemas (pane, falha ou não conformidade técnica identificada). Este Relatório deverá ser enviado à CONTRATANTE em até 48 (quarenta e oito) horas após a ocorrência do incidente ou problema, contendo as seguintes informações:

- 4.4.1.** O ativo que apresentou o incidente ou problema;
- 4.4.2.** A descrição detalhada do incidente ou problema identificado;
- 4.4.3.** A causa raiz do problema (root-cause);
- 4.4.4.** As ações de contorno, se houver;
- 4.4.5.** As medidas adotadas para a resolução do incidente ou problema;
- 4.4.6.** Os testes de validação realizados para atestar que o incidente ou problema foi devidamente resolvido, incluindo a data, hora, local, nome e assinatura do responsável pelo atendimento.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

4.5. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS PARA IMPLANTAÇÃO – LOTE 01 E LOTE 02

- 4.5.1.** A instalação, montagem e fixação de todos os equipamentos e componentes que compõem a solução deverão ser realizadas em racks e suportes adequados ao equipamento e ao local de instalação;
- 4.5.2.** A CONTRATADA deverá disponibilizar todos os recursos humanos, materiais e tecnológicos imprescindíveis à instalação física dos equipamentos, que incluem suportes para fixação, racks, acessórios, periféricos, cabeamento, conectores e demais componentes que integram a solução;
- 4.5.3.** Para a execução dos serviços previstos neste Contrato, caberá à CONTRATADA fornecer, conforme o respectivo lote adjudicado, todos os materiais e equipamentos necessários à realização dos serviços especificados neste Edital;
- 4.5.4.** A CONTRATADA assume a responsabilidade pela execução de todos os serviços descritos na documentação técnica que sejam essenciais para: a efetivação da instalação física da solução; a energização dos equipamentos instalados; e a remoção de entulhos e resíduos que forem gerados em razão da execução dos serviços, de acordo com as Leis Municipais, Resoluções Federais e Resolução CONAMA;
- 4.5.5.** A CONTRATADA irá executar a instalação lógica, configuração, customização e otimização dos equipamentos para o perfeito funcionamento dos mesmos;
- 4.5.6.** Após a conclusão da instalação, deverão ser realizados testes para assegurar o pleno funcionamento dos dispositivos e suas respectivas configurações. Ao término deste processo, a CONTRATADA deverá validar junto à CONTRATANTE as instalações e as funcionalidades dos equipamentos;
- 4.5.7.** A configuração dos parâmetros operacionais, bem como a gestão das políticas de segurança e de radiofrequência, deve ser administrada por meio de uma solução de gerenciador/controlador wireless;
- 4.5.8.** Ao final da instalação, tanto física quanto lógica, a CONTRATADA deverá disponibilizar toda a documentação técnica que compõe a solução para a CONTRATANTE;
- 4.5.9.** A CONTRATADA deverá proceder com os necessários remanejamentos de equipamentos em operação que fazem parte da solução contratada, sem que isso gere custos adicionais para a CONTRATANTE.

4.6. DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA MENSAL – LOTE 01

- 4.6.1.** A CONTRATADA deverá realizar, mensalmente, a manutenção preventiva, visando a identificação e resolução de eventuais problemas na rede WLAN;

Os serviços a serem realizados pela CONTRATADA devem obedecer rigorosamente às diretrizes e orientações estabelecidas pelo fabricante dos equipamentos. As boas práticas recomendadas deverão ser observadas com rigor, sendo imprescindível a execução dos procedimentos listados a seguir:

- 4.6.1.1.** Limpeza dos equipamentos de conectividade;
- 4.6.1.2.** Reorganização de cabos que estejam fora do padrão;
- 4.6.1.3.** Teste dos conectores do cabeamento WLAN;
- 4.6.1.4.** Avaliação do nível do sinal;
- 4.6.1.5.** Substituição em caso de não funcionamento.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

4.7. DA MANUTENÇÃO CORRETIVA – LOTE 01

- 4.7.1.** A realização de manutenções corretivas deve ocorrer sempre que necessário, sendo essa necessidade identificada durante a manutenção preventiva ou após a execução de intervenções emergenciais;
- 4.7.2.** O principal intuito é restaurar as condições originais do projeto no momento da implementação da Rede WLAN. A manutenção em questão deverá ser conduzida conforme a gravidade da situação apresentada, respeitando os prazos estipulados no item 4.4 (Chamados Técnicos). O departamento responsável terá autoridade para estabelecer um horário apropriado para a execução da correção;
- 4.7.3.** Um relatório minucioso, detalhando as atividades realizadas, deverá ser encaminhado ao departamento responsável no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a conclusão dos serviços;
- 4.7.4.** A CONTRATADA é responsável por notificar o departamento responsável sobre o início e término das atividades de manutenção que possam implicar riscos de interrupção do sistema.

4.8. DIRETRIZES PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS – LOTE 01 E LOTE 02

- 4.8.1.** A CONTRATADA deverá ter disponíveis todas as ferramentas, equipamentos e pessoal qualificado necessários para a prestação dos serviços contratados;
- 4.8.2.** A CONTRATADA deverá manter os equipamentos atualizados e em condições de uso em produção;
- 4.8.3.** A certificação dos pontos de rede e a emissão do respectivo relatório devem ser feitas por equipamento com documentação de calibração válida. Não serão aceitos relatórios emitidos por equipamentos não certificados ou com prazo expirado;
- 4.8.4.** Os colaboradores da CONTRATADA deverão estar identificados com crachá e devidamente uniformizados;
- 4.8.5.** Os veículos da CONTRATADA deverão estar devidamente identificados.

4.9. DA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E QUALIFICAÇÃO DAS EQUIPES TÉCNICAS – LOTE 01

- 4.9.1.** A CONTRATADA deverá possuir experiência em soluções de redes sem fio WLAN, assim como em soluções interdependentes e correlatas;
- 4.9.2.** Os integrantes das equipes devem possuir capacidade técnica, além de serem treinados e habilitados para construir infraestrutura de rede local sem fio (WLAN), incluindo a manutenção geral dos equipamentos descritos nesta especificação técnica;
- 4.9.3.** Com o intuito de assegurar a excelência na execução do serviço e garantir o cumprimento adequado das atividades e procedimentos a serem realizados em benefício da CONTRATANTE, deverá a CONTRATADA comprovar capacidade técnico-operacional por meio de formação profissional, experiência prática ou documentos como Atestados de Capacidade Técnica ou Certificados de Habilitação Técnica, para a prestação dos serviços contratados;



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

- 4.9.4.** A CONTRATADA deverá contar em seu quadro de colaboradores com um profissional graduado em nível superior, que possua certificação válida emitida pelo(s) fabricante(s) dos equipamentos propostos (Ponto de Acesso WLAN e NGFW – Firewall de Nova Geração);
- 4.9.5.** A apresentação da certificação de um fabricante distinto será considerada válida, desde que esta demonstre equivalência tecnológica em relação aos dispositivos sem fio e dispositivos de comutação que serão oferecidos;
- 4.9.6.** Essa exigência visa assegurar que a Licitante disponibilize, para a gestão operacional diária, um membro de sua equipe técnica devidamente capacitado para programar, implementar e colocar em operação a solução apresentada, a fim de atender ao escopo e às especificidades técnicas estabelecidas, garantindo o funcionamento e êxito do projeto.

4.10. GESTÃO DA EQUIPE DE MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO DA REDE WLAN – LOTE 01

- 4.10.1.** Liderar a supervisão operacional da Rede WLAN e dos Técnicos Residentes, assegurando a plena funcionalidade dos dispositivos e sistemas, além de proporcionar suporte técnico de excelência aos usuários da rede sem fio.

4.11. EQUIPE DE MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO DA REDE WLAN – LOTE 01

- 4.11.1.** Garantir o pleno funcionamento dos equipamentos e softwares; implementar, colocar em operação e monitorar a solução para atender ao escopo e às especificidades técnicas estabelecidas, assegurando o pleno funcionamento e êxito do projeto.
- 4.11.2.** A equipe de manutenção e suporte técnico da rede WLAN é responsável por:
 - 4.11.2.1.** Instalar todos os equipamentos e softwares que integram a solução;
 - 4.11.2.2.** Prover suporte técnico especializado em plataforma de gerenciamento de rede;
 - 4.11.2.3.** Efetuar a manutenção, instalação, modificação e remanejamento de equipamentos;
 - 4.11.2.4.** Efetuar a manutenção preventiva e corretiva no hardware, instalação e atualização de sistemas/softwares;
 - 4.11.2.5.** Prover suporte técnico a usuários;
 - 4.11.2.6.** Executar a instalação e configuração de periféricos.

A CONTRATADA deverá considerar, em sua avaliação de custos, todas as atividades administrativas e técnicas essenciais para garantir o pleno funcionamento do ambiente, desde a fase inicial até a conclusão do contrato.

Será necessário incluir em sua proposta orçamentária os custos dos profissionais indispensáveis à execução do contrato, a fim de assegurar a conformidade necessária no prazo estabelecido e viabilizar a implementação adequada, alcançando o sucesso na operação do ambiente WLAN.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

A CONTRATADA deverá fornecer à CONTRATANTE um software de gestão de ocorrências que permita centralizar e acompanhar as solicitações de atendimento técnico registradas pelos usuários do ambiente WLAN.

A aplicação deverá contar com um painel de gestão e controle utilizado pela CONTRATANTE para seu monitoramento diário, além de possibilitar a emissão de relatórios padronizados e/ou personalizados. A aplicação disponibilizada deverá ser previamente aprovada pela CONTRATANTE.

4.12. QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA – LOTE 01 E LOTE 02

LOTE 02

Todos os profissionais a serviço da CONTRATADA deverão apresentar, para fins de contratação, no ato da assinatura do contrato, o certificado válido de conclusão do curso “Norma Regulamentadora NR-35 – Trabalho em Altura”, não sendo tal comprovação exigida na fase de habilitação.

LOTE 01

Com o intuito de assegurar a excelência na execução do serviço, bem como garantir o adequado cumprimento das atividades e procedimentos a serem realizados em benefício da CONTRATANTE, apresentam-se as características essenciais da equipe que deverá ser disponibilizada para a presente prestação de serviços:

RESPONSÁVEL PELA EQUIPE TÉCNICA – LOTE 01: Diploma de graduação superior em um dos seguintes cursos: Análise de sistemas, Sistemas de Informação, Ciências da Computação, Computação, Engenharia da Computação, Informática/Processamento de Dados, Diploma de Curso Superior de Tecnologia (qualquer modalidade na área de informática).

- 4.12.1.** Deverá ter experiência mínima comprovada de 2 (dois) anos na atividade;
- 4.12.2.** A licitante deverá declarar formalmente que apresentará, para fins de contratação, profissional com certificação válida do(s) fabricante(s) dos equipamentos ofertados, sendo a comprovação de vínculo exigida no ato da assinatura do contrato, nos termos do art. 67, inciso I, da Lei nº 14.133/2021;
- 4.12.3.** A apresentação da certificação de um fabricante distinto será considerada válida, desde que esta demonstre equivalência tecnológica em relação aos dispositivos sem fio e dispositivos de comutação que serão oferecidos;
- 4.12.4.** Não serão aceitos certificados fora do prazo de validade.

TÉCNICOS RESIDENTES – LOTE 01: Formação Técnica em um dos seguintes cursos: Telecomunicações, Redes de Computadores, Manutenção e Suporte em Informática, Informática, Desenvolvimento de Sistemas, Informática para Internet.

- 4.12.5.** Deverá ter experiência mínima comprovada de 2 (dois) anos na atividade;
- 4.12.6.** Todos os 4 (quatro) Técnicos Residentes, prestadores de serviço da CONTRATADA, deverão apresentar, para fins de contratação, o certificado válido de conclusão do curso “Norma Regulamentadora NR-35 – Trabalho em Altura”, sendo a apresentação de tal certificação exigida no ato da assinatura do contrato e não na fase de habilitação;
- 4.12.7.** Não serão aceitos certificados fora do prazo de validade.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

TÉCNICOS – LOTE 02: Formação Técnica em um dos seguintes cursos: Telecomunicações, Redes de Computadores, Manutenção e Suporte em Informática, Informática, Desenvolvimento de Sistemas, Informática para Internet.

- 4.12.8.** Deverá ter experiência mínima comprovada de 2 (dois) anos na atividade;
- 4.12.9.** Todos os Técnicos, prestadores de serviço da CONTRATADA na execução das atividades previstas no Lote 02, deverão apresentar, para fins de contratação, o certificado válido de conclusão do curso “Norma Regulamentadora NR-35 – Trabalho em Altura”, sendo a apresentação de tal certificação exigida no ato da assinatura do contrato e não na fase de habilitação;
- 4.12.10.** Não serão aceitos certificados fora do prazo de validade.

Os integrantes das equipes, em ambos os lotes, devem possuir capacidade técnica, além de serem treinados e habilitados para construir infraestrutura de rede local sem fio (WLAN), incluindo a manutenção geral dos equipamentos descritos nesta especificação técnica.

A CONTRATANTE reserva-se o direito, a qualquer momento, de requerer a substituição dos profissionais da CONTRATADA que não cumprirem adequadamente as exigências técnicas ou que não se ajustarem às normas e procedimentos da CONTRATANTE.

4.13. REQUISITOS DE DIMENSIONAMENTO MATERIAL, PATRIMONIAL E ALOCAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

DOS TÉCNICOS RESIDENTES – LOTE 01 E LOTE 02

- 4.13.1.** Para o Lote 01, a CONTRATADA deverá disponibilizar, simultaneamente, nas instalações da Secretaria de Educação, 4 (quatro) profissionais Técnicos Residentes, responsáveis pelas manutenções preventiva e corretiva, bem como da troca e substituição de equipamentos;
- 4.13.2.** Para o Lote 01, a CONTRATADA deverá disponibilizar 2 (dois) veículos com até 5 (cinco) anos de uso, capazes de transportar os Técnicos Residentes, as ferramentas e todos os equipamentos indispensáveis para a realização de serviços de manutenção;
- 4.13.3.** Para ambos os lotes, a CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que a necessidade surgir, um veículo adicional, com o intuito de assegurar a quantidade adequada de veículos e equipes à disposição do Município, conforme estipulado no contrato;
- 4.13.4.** Para o Lote 01, os Técnicos Residentes da CONTRATADA terão a incumbência de fornecer assistência aos usuários e aos seus dispositivos móveis, organizando as demandas de conectividade na rede WLAN, além de exercer outras atividades pertinentes à gestão de seus equipamentos;
- 4.13.5.** Para ambos os lotes, a CONTRATADA deverá diligenciar junto à CONTRATANTE a identificação de seus Técnicos Residentes e dos eventuais substitutos;
- 4.13.6.** Para ambos os lotes, o horário de trabalho dos Técnicos Residentes deverá ser das 8h30 às 17h30, conforme o horário local, de segunda a sexta-feira, exceto em feriados;



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

- 4.13.7.** Para o Lote 01, os Técnicos Residentes deverão efetuar o registro de controle de frequência, que deverá ser devidamente arquivado no Departamento de Programas de Inclusão Digital;
- 4.13.8.** Para ambos os lotes, a CONTRATANTE poderá requisitar da CONTRATADA, a qualquer momento, um relatório das atividades desempenhadas pelos Técnicos Residentes;
- 4.13.9.** Para ambos os lotes, em situações que envolvam férias ou ausência dos Técnicos Residentes, a CONTRATADA deverá assegurar a substituição temporária por outros profissionais devidamente qualificados;
- 4.13.10.** Para ambos os lotes, os insumos e equipamentos indispensáveis à realização das atividades pelos Técnicos Residentes deverão ser disponibilizados pela CONTRATADA, incluindo suprimentos de escritório, tecnologia da informação e itens de uso diário;
- 4.13.11.** Para ambos os lotes, os custos relacionados aos deslocamentos dos Técnicos Residentes para atendimentos externos deverão ser suportados pela CONTRATADA;
- 4.13.12.** Para ambos os lotes, os atendimentos externos realizados pelos Técnicos Residentes não deverão ultrapassar os limites do Município de Praia Grande/SP;
- 4.13.13.** Para ambos os lotes, a CONTRATADA se compromete a manter o Departamento responsável da CONTRATANTE sempre informado sobre os números de telefone destinados ao contato, assim como a notificar de forma imediata quaisquer modificações que possam ocorrer.

4.14. AVALIAÇÃO E ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS – LOTE 01 E LOTE 02

A Prefeitura de Praia Grande reserva-se o direito de autorizar ou suspender o início dos serviços de instalação e manutenção caso constate que os profissionais responsáveis pela execução das atividades não possuem o treinamento ou conhecimento específico exigido pelas normas de segurança, ou não utilizam os instrumentos, ferramentas de trabalho e equipamentos de proteção individual apropriados, podendo comprometer equipamentos, instalações ou os serviços desta Prefeitura Municipal.

Qualquer serviço de manutenção que possa impactar equipamentos, instalações ou os serviços de distribuição e transmissão deverá ser comunicado com a devida antecedência à CONTRATANTE, a fim de possibilitar a obtenção da autorização para sua realização e a coordenação adequada.

A CONTRATADA deverá manter sempre a equipe técnica da CONTRATANTE informada sobre os números de contato para acionamento e deverá comunicar imediatamente qualquer alteração neles.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

5. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS – LOTE 01

5.1. PONTO DE ACESSO INTERNO WiFi 7 (PADRÃO IEEE 802.11be)

- 5.1.1.** Deverão ser fornecidos, em regime de locação, 1.160 (mil cento e sessenta) pontos de acesso sem fio interno Wi-Fi 7 (padrão IEEE 802.11be), com alta disponibilidade, alta capacidade e bom custo-benefício para ambientes escolares;
- 5.1.2.** Os Pontos de Acesso Interno WiFi 7 (padrão IEEE 802.11be) na solução de WLAN a ser construída deverão estar integralmente licenciados e/ou contemplar todos os softwares necessários para plena execução do seu gerenciamento e de todas as características descritas;
- 5.1.3.** Deverão ser fornecidos Pontos de Acesso Interno WiFi 7 (padrão IEEE 802.11be) para acesso à rede local sem fio, novos e sem uso anterior;
- 5.1.4.** O modelo ofertado deverá estar em linha de produção, sem previsão de encerramento, na data de entrega da proposta;
- 5.1.5.** Ponto de Acesso Interno para rede local sem fio com rádio triplo, configurável via software, com funcionamento simultâneo no mínimo nos padrões IEEE 802.11be 6GHz, IEEE 802.11a/n/ac/ax 5GHz e IEEE 802.11b/g/n/ax 2.4GHz;
- 5.1.6.** Suporte MIMO multi-user (MU-MIMO), OFDMA, BSS Coloring, Target Wake Time;
- 5.1.7.** Suporte a WPA3 e 802.1X (EAP) e captive portal;
- 5.1.8.** Identificar automaticamente o controlador wireless ao qual se conectará;
- 5.1.9.** Possuir capacidade tri-band com rádios 2.4GHz, 5GHz e 6GHz operando simultaneamente e configurados de forma independente;
- 5.1.10.** Permitir a conexão de, no mínimo, 350 (trezentos e cinquenta) clientes wireless simultaneamente;
- 5.1.11.** Possuir no mínimo 1 (uma) interface 1 GbE (10/100/1000 Mbps), ou superior, com conector RJ-45 para permitir a conexão com a rede LAN;
- 5.1.12.** Suportar Power Over Ethernet (PoE) conforme os padrões 802.3af, 802.3at ou 802.3bt;
- 5.1.13.** Caso necessário, deverá ser disponibilizado pela CONTRATADA, sem ônus adicionais à CONTRATANTE, fontes de alimentação alternativas para efetivar a energização dos APs;
- 5.1.14.** Deve suportar ser gerenciado via SNMP;
- 5.1.15.** Suportar mecanismos para detecção e mitigação automática de pontos de acesso não autorizados;
- 5.1.16.** Operar em ambientes com temperaturas entre 0 e 40°C;
- 5.1.17.** Otimizar o desempenho e a cobertura sem fio (RF) em conjunto com o controlador wireless, realizando automaticamente o ajuste de potência e a distribuição adequada de canais;
- 5.1.18.** Possuir estrutura que permita fixação do equipamento em teto e parede, sendo fornecido com acessórios originais do fabricante para a fixação;
- 5.1.19.** Possuir kits de montagem opcionais para instalar em variedade de superfícies;
- 5.1.20.** Possuir registro na ANATEL; o certificado deverá ser apresentado na entrega do equipamento;
- 5.1.21.** Deverá ser fornecido com garantia pelo período do contrato;



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

- 5.1.22.** A CONTRATANTE poderá abrir chamados de manutenção diretamente na CONTRATADA durante a vigência do contrato, sem necessidade de consulta prévia ou qualquer liberação por parte desta;
- 5.1.23.** Não deve haver limite para abertura de chamados, sejam de dúvidas, configurações ou resolução de problemas de hardware ou software;
- 5.1.24.** Deverá ser garantido à CONTRATANTE acesso gratuito e ilimitado a quaisquer bases de dados disponíveis e documentações para usuários relacionadas ao produto especificado;
- 5.1.25.** Em caso de quebra, mau funcionamento, queda de desempenho ou qualquer outro fato causado por defeitos no produto, a CONTRATADA deve cobrir o conserto ou a substituição por outro igual ou superior, gratuitamente, incluindo todos os custos de transporte.

5.2. PONTO DE ACESSO EXTERNO WiFi 6 (PADRÃO IEEE 802.11ax)

- 5.2.1.** Deverão ser fornecidos, em regime de locação, 85 (oitenta e cinco) pontos de acesso sem fio externo Wi-Fi 6 (padrão IEEE 802.11ax), com alta disponibilidade, alta capacidade e bom custo-benefício para ambientes escolares;
- 5.2.2.** Os Pontos de Acesso Externo WiFi 6 (padrão IEEE 802.11ax) da solução WLAN a ser construída deverão estar integralmente licenciados e/ou contemplar todos os softwares necessários para plena execução do seu gerenciamento e das características descritas;
- 5.2.3.** Deverão ser fornecidos Pontos de Acesso Externo WiFi 6 (padrão IEEE 802.11ax) para acesso à rede local sem fio, novos e sem uso anterior;
- 5.2.4.** O modelo ofertado deverá estar em linha de produção, sem previsão de encerramento, na data de entrega da proposta;
- 5.2.5.** Projetado para operação outdoor sem utilização de caixa de instalação adicional;
- 5.2.6.** Equipamento de Ponto de Acesso Externo para rede local sem fio com dois rádios, 2.4GHz e 5GHz configurável via software, com funcionamento simultâneo nos padrões IEEE 802.11a/n/ac/ax 5GHz e IEEE 802.11b/g/n/ax 2.4GHz;
- 5.2.7.** Suporte MIMO multi-user (MU-MIMO), OFDMA, BSS Coloring, Target Wake Time;
- 5.2.8.** Suporte a WPA3 e 802.1X (EAP) e captive portal;
- 5.2.9.** O equipamento deve possuir proteção para ambientes externos; não serão aceitos equipamentos com caixas de proteção genéricas;
- 5.2.10.** Deve possuir certificação IP67;
- 5.2.11.** Possuir no mínimo 2 (duas) interfaces 1 GbE (10/100/1000 Mbps) Ethernet, ou superior, com conector RJ-45 para permitir a conexão com a rede LAN;
- 5.2.12.** Suportar alimentação através de Power Over Ethernet (PoE);
- 5.2.13.** Caso necessário, deverá ser disponibilizado pela CONTRATADA, sem ônus adicionais à CONTRATANTE, fontes de alimentação alternativas para efetivar a energização dos APs;



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

- 5.2.14. Permitir a conexão de, no mínimo, 350 (trezentos e cinquenta) clientes wireless simultaneamente;
- 5.2.15. Otimizar o desempenho e a cobertura sem fio (RF) em conjunto com o controlador wireless, realizando automaticamente o ajuste de potência e a distribuição adequada de canais;
- 5.2.16. Deve ser capaz de operar em ambientes com temperaturas entre -10 e 60°C;
- 5.2.17. Suportar mecanismos para detecção e mitigação automática de pontos de acesso não autorizados;
- 5.2.18. Possuir kits de montagem opcionais para instalar o AP em superfícies variadas;
- 5.2.19. Permitir habilitar e desabilitar a divulgação do SSID;
- 5.2.20. Possuir estrutura que permita fixação do equipamento em poste ou parede, fornecendo acessórios para que possa ser feita a fixação;
- 5.2.21. Deve ser acompanhado de todos os acessórios necessários para operacionalização do equipamento, tais como: softwares, cabos de energia elétrica e power injector outdoor, documentação técnica e manuais (podendo ser em meio digital) que contenham informações suficientes para possibilitar a instalação, configuração e operacionalização do equipamento;
- 5.2.22. O equipamento deverá possuir registro na ANATEL; o certificado deverá ser apresentado na entrega do equipamento;
- 5.2.23. Deverá ser fornecido com garantia pelo período do contrato;
- 5.2.24. A CONTRATANTE poderá abrir chamados de manutenção diretamente na CONTRATADA durante a vigência do contrato, sem necessidade de consulta prévia ou qualquer liberação por parte desta. Não deve haver limite para abertura de chamados, sejam de dúvidas, configurações ou resolução de problemas de hardware ou software;
- 5.2.25. Deverá ser garantido à CONTRATANTE acesso gratuito e ilimitado a quaisquer bases de dados disponíveis e documentações para usuários relacionadas ao produto especificado;
- 5.2.26. Em caso de quebra, mau funcionamento, queda de desempenho ou qualquer outro fato causado por defeitos no produto, a CONTRATADA deve cobrir o conserto ou a substituição por outro igual ou superior, gratuitamente, incluindo todos os custos de transporte.

5.3. GERENCIADOR/CONTROLADOR WiFi PARA WLAN COM ALTA DISPONIBILIDADE

OPÇÃO “A” – Topologia de gerenciamento e controle centralizados, com equipamentos em HA (alta disponibilidade). É admitida a adoção de características de Roteamento e NGFW integrados em 01 (um) ou mais equipamentos, desde que sejam do mesmo fabricante. Deve prover, no mínimo, as seguintes funcionalidades em HA: Controlador de Rede Wireless; Controlador de Rede LAN; Roteador; NGFW.

OPÇÃO “B” – Topologia de gerenciamento e controle descentralizados em cada unidade remota da Rede Educacional. É admitida a adoção de características de Roteamento e NGFW integrados em 01 (um) ou mais equipamentos, desde que sejam do mesmo fabricante. Deve prover, no mínimo, as seguintes funcionalidades: Controlador de Rede Wireless; Controlador de Rede LAN; Roteador; NGFW.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

OPÇÃO “C” – Topologia de gerenciamento e controle oferecida na modalidade de subscrição em nuvem proveniente do mesmo fabricante dos pontos de acesso Wi-Fi, tunelando o tráfego das escolas e garantindo a perfeita interoperabilidade da solução. É admitida a adoção de características de Roteamento e NGFW integrados em 01 (um) ou mais equipamentos, desde que sejam do mesmo fabricante. Deve prover, no mínimo, as seguintes funcionalidades em HA: Controlador de Rede Wireless; Controlador de Rede LAN; Roteador; NGFW.

PARA AS TOPOLOGIAS CENTRALIZ. “A”, DESCENTRALIZADA “B” E SUBSCRITA EM NUVEM “C”:

- 5.3.1.** Deve otimizar o desempenho e a cobertura wireless (RF) nos pontos de acesso por ela gerenciados, realizando automaticamente o ajuste de potência e a distribuição adequada de canais a serem utilizados;
- 5.3.2.** A solução deve permitir desabilitar o ajuste automático de potência e canais quando necessário;
- 5.3.3.** Deve implementar recursos que possibilitem a identificação de interferências provenientes de equipamentos que operem nas frequências de 2.4GHz e 5GHz;
- 5.3.4.** Implementar o balanceamento de carga dos usuários conectados à infraestrutura wireless de forma automática;
- 5.3.5.** A distribuição dos usuários entre os pontos de acesso próximos deve ocorrer sem intervenção humana e baseada em critérios como número de dispositivos associados em cada ponto de acesso;
- 5.3.6.** Possuir mecanismos para detecção e mitigação de pontos de acesso não autorizados (Rogue APs);
- 5.3.7.** Implementar, no mínimo, os seguintes mecanismos de proteção para identificar ataques à infraestrutura wireless: EAPOL Flooding, ataques de negação de serviço, Weak WEP, Null SSID Probe Response, Invalid MAC OUI;
- 5.3.8.** Permitir configurar o bloqueio na comunicação entre os clientes wireless conectados a um determinado SSID;
- 5.3.9.** Suporte para todos os APs incluídos na solução, cluster HA, gerenciamento de firmware, telemetria e políticas de RF automáticas (RRM);
- 5.3.10.** Deve implementar recurso para autenticação dos usuários através de página web HTTPS (Captive Portal);
- 5.3.11.** Deve apresentar graficamente a topologia lógica da rede, representar os elementos da rede gerenciados, além de informações sobre os usuários conectados com a quantidade de dados transmitidos e recebidos por eles;
- 5.3.12.** Deve permitir a atualização de firmware individualmente nos pontos de acesso;
- 5.3.13.** Deve estar licenciado e suportar TODOS os APs Indoor e Outdoor;
- 5.3.14.** Deve possuir Portal de gestão único de toda a solução com dashboards, alertas e relatórios, permitindo encaminhamento de logs para um SIEM externo;
- 5.3.15.** Deve ter capacidade de registro de logging;
- 5.3.16.** Deve estar homologado pela ANATEL.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

5.4. NGFW – FIREWALL NOVA GERAÇÃO – TOPOLOGIA CENTRALIZADA “A” E TOPOLOGIA SUBSCRITA EM NUVEM “C”

- 5.4.1.** Deverá ser disponibilizado pela CONTRATADA, a ser integrado à rede de comunicação de dados, equipamento de segurança de rede gerenciada do tipo next-generation firewall, com as seguintes características básicas:
- 5.4.2.** A solução deverá ser baseada em appliance, onde não serão permitidas soluções baseadas em PC ou Servidores com sistemas operacionais como Windows, FreeBSD e GNU/Linux;
- 5.4.3.** Por funcionalidades de NGFW entende-se: reconhecimento de aplicações, prevenção de ameaças, identificação de usuários e controle granular de permissões;
- 5.4.4.** Deve possuir licenciamento durante a vigência do contrato para as subscrições de filtro web e de conteúdo, IPS, controle de aplicação, proteção contra ameaças avançadas incluindo, mas não se limitando a, antivírus, botnet, sandbox, entre outras subscrições;
- 5.4.5. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:**
 - 5.4.5.1.** 01 (uma) USB Port;
 - 5.4.5.2.** 01 (uma) RJ45 Console Port;
 - 5.4.5.3.** 01 (uma) GbE RJ45 Management Port;
 - 5.4.5.4.** 08 (oito) GbE RJ45 Interfaces;
 - 5.4.5.5.** 08 (oito) 10 GbE SFP+ Slots;
 - 5.4.5.6.** Performance mínima de 10 (dez) Gbps de throughput com controle de aplicação, IPS e AntiMalware habilitados simultaneamente;
 - 5.4.5.7.** Performance mínima de 80 (oitenta) Gbps de throughput para firewall;
 - 5.4.5.8.** Performance mínima de 12 (doze) Gbps de throughput de IPS;
 - 5.4.5.9.** Performance mínima de 50 (cinquenta) Gbps de throughput de IPSEC VPN;
 - 5.4.5.10.** Suporte a, no mínimo, 5.000.000 (cinco milhões) de conexões simultâneas;
 - 5.4.5.11.** Suporte a, no mínimo, 500.000 (quinhentos mil) novas conexões por segundo;
 - 5.4.5.12.** Suporte a, no mínimo, 4.000 (quatro mil) túneis IPSec VPN Site to Site;
 - 5.4.5.13.** Deve estar licenciado para, ou suportar sem o uso de licença, no mínimo, 4.000 (quatro mil) túneis de clientes VPN IPSEC simultâneos;
 - 5.4.5.14.** Deve possuir fonte de alimentação AC redundante e Hot-Swap;
 - 5.4.5.15.** Deve estar homologado pela ANATEL;
 - 5.4.5.16.** Permitir controle de políticas por usuários, grupos de usuários, IPs, redes e zonas de segurança;
 - 5.4.5.17.** Permitir controle de políticas por código de País;
 - 5.4.5.18.** Suportar a atribuição de agendamento das políticas com o objetivo de habilitar e desabilitar políticas em horários pré-definidos automaticamente;
 - 5.4.5.19.** Possuir a capacidade de reconhecer aplicações, independente de porta e protocolo;



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

- 5.4.5.20. Reconhecer aplicações diferentes, incluindo, mas não limitado a: tráfego relacionado a peer-to-peer, redes sociais, acesso remoto, update de software, protocolos de rede, voip, áudio, vídeo, proxy, mensageiros instantâneos, compartilhamento de arquivos, e-mail;
 - 5.4.5.21. Deve realizar decodificação de protocolos com o objetivo de detectar aplicações encapsuladas dentro do protocolo e validar se o tráfego corresponde com a especificação do protocolo;
 - 5.4.5.22. Deve possuir módulo de IPS, Antivírus e Anti-Spyware integrados no próprio NGFW;
 - 5.4.5.23. Deve ser capaz de mitigar ameaças avançadas persistentes (APT), através de análises dinâmicas para identificação de malwares desconhecidos;
 - 5.4.5.24. Deve bloquear o acesso a conteúdo indevido ao utilizar a busca em sites como Google, Bing e Yahoo, independentemente de a opção Safe Search estar habilitada no navegador do usuário;
 - 5.4.5.25. Possuir categorias de URLs previamente definidas pelo fabricante e atualizáveis a qualquer tempo;
 - 5.4.5.26. Deve permitir a identificação de usuários;
 - 5.4.5.27. Deve possibilitar a visualização dos países de origem e destino nos logs dos acessos;
 - 5.4.6. A CONTRATADA ficará responsável por toda a configuração e operação. Após a configuração e validação por parte da CONTRATANTE, esta deverá fornecer consulta com direito a view e as credenciais de acesso ao equipamento de segurança de rede gerenciada do tipo next-generation firewall instalado no ambiente on premise da Prefeitura de Praia Grande.
 - 5.4.7. A solução apresentada pela CONTRATADA deverá contemplar todos os recursos de conectividade, incluindo, mas não se limitando a: fibras, cabos de conexão, conversores, appliances, roteadores e demais elementos necessários para a adequada prestação dos serviços.
 - 5.4.8. A CONTRATADA fornecerá e instalará todos os componentes essenciais, como GBICs e cabos de fibra, abrangendo todos os itens indispensáveis à interconexão do equipamento de segurança de rede gerenciada do tipo next-generation firewall, que será implementado no ambiente on premise da Prefeitura de Praia Grande.
- 5.5. **NGFW REMOTO / ROTEADOR REMOTO – TOPOLOGIA DESCENTRALIZADA “B”**
- 5.5.1. **ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:**
- 5.5.1.1. 01 (uma) RJ45 Console Port;
 - 5.5.1.2. 04 (quatro) GbE RJ45 Interfaces;
 - 5.5.1.3. Performance mínima de 500 (quinhentos) Mbps de throughput com as seguintes funcionalidades habilitadas simultaneamente para todas as assinaturas que a plataforma de segurança possuir devidamente ativadas e atuantes: Controle de aplicação, IPS e AntiMalware;
 - 5.5.1.4. Performance mínima de 3 (três) Gbps de throughput para firewall;
 - 5.5.1.5. Suporte a, no mínimo, 600.000 (seiscentas mil) conexões simultâneas;
 - 5.5.1.6. Suporte a, no mínimo, 30.000 (trinta mil) novas conexões por segundo;



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

- 5.5.1.7. Deve estar licenciado para, ou suportar sem o uso de licença, no mínimo, 200 (duzentos) túneis de clientes VPN IPSEC simultâneos;
- 5.5.1.8. Deve possuir fonte de alimentação externa;
- 5.5.1.9. Deve estar homologado pela ANATEL;
- 5.5.1.10. Permitir controle de políticas por usuários, grupos de usuários, IPs, redes e zonas de segurança;
- 5.5.1.11. Permitir controle de políticas por código de País;
- 5.5.1.12. Suportar atribuição de agendamento das políticas com o objetivo de habilitar e desabilitar políticas em horários pré-definidos automaticamente;
- 5.5.1.13. Possuir a capacidade de reconhecer aplicações, independente de porta e protocolo;
- 5.5.1.14. Reconhecer aplicações diferentes, incluindo, mas não limitado: a tráfego relacionado a peer-to-peer, redes sociais, acesso remoto, update de software, protocolos de rede, voip, áudio, vídeo, proxy, mensageiros instantâneos, compartilhamento de arquivos, e-mail;
- 5.5.1.15. Deve realizar decodificação de protocolos com o objetivo de detectar aplicações encapsuladas dentro do protocolo e validar se o tráfego corresponde com a especificação do protocolo;
- 5.5.1.16. Deve possuir módulo de IPS, Antivírus e Anti-Spyware integrados no próprio NGFW;
- 5.5.1.17. Deve ser capaz de mitigar ameaças avançadas persistentes (APT);
- 5.5.1.18. Deve bloquear o acesso a conteúdo indevido ao utilizar a busca em sites como Google, Bing e Yahoo, independentemente de a opção Safe Search estar habilitada no navegador do usuário;
- 5.5.1.19. Possuir categorias de URLs previamente definidas pelo fabricante e atualizáveis a qualquer tempo;
- 5.5.1.20. Deve permitir a identificação de usuários;
- 5.5.1.21. Deve possibilitar a visualização dos países de origem e destino nos logs dos acessos.

5.6. ROTEADOR CENTRAL – TOPOLOGIA DESCENTRALIZADA “B”

- 5.6.1. Deve ser entregue em HA (Alta Disponibilidade);
- 5.6.2. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:
 - 5.6.2.1. 01 (uma) RJ45 Console Port;
 - 5.6.2.2. 01 (uma) GbE RJ45 Management Port;
 - 5.6.2.3. 04 (quatro) GbE RJ45 Interfaces;
 - 5.6.2.4. Performance mínima de 3 (três) Gbps de throughput;
- 5.6.3. Deve possuir a funcionalidade de tradução de endereços estáticos – NAT (Network Address Translation), um para um, N-para-um, vários para um, NAT64, NAT66, NAT46 e PAT;
- 5.6.4. Deverá suportar roteamento estático para IPv4 e IPv6;
- 5.6.5. Deverá suportar roteamento dinâmico para IPv4 e IPv6 (OSPF, BGP, RIP);
- 5.6.6. Deverá possuir funcionalidades de DHCP Cliente, Servidor e Relay;



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

- 5.6.7. Deverá suportar alta disponibilidade (HA), trabalhando no esquema de redundância do tipo Ativo-Passivo e Ativo-Ativo;
 - 5.6.8. Deverá suportar ECMP;
 - 5.6.9. Deverá permitir o funcionamento em modo transparente tipo “bridge”;
 - 5.6.10. Deverá possuir mecanismo de anti-spoofing;
 - 5.6.11. Deverá permitir criação de regras definidas pelo usuário;
 - 5.6.12. Deverá permitir funcionamento em modo bridge em camada 2, roteador em camada 3, proxy explícito e sniffer via espelhamento;
 - 5.6.13. Deverá suportar sFlow ou Netflow;
 - 5.6.14. Deverá permitir autenticação de usuários em base local, servidor LDAP, RADIUS e TACACS;
 - 5.6.15. Disponibilizar interface de administração via web no próprio dispositivo;
 - 5.6.16. Deve permitir monitorar via SNMP o uso de CPU, memória, espaço em disco, VPN, situação do cluster, eventos de segurança e estatísticas das verificações de saúde da camada de rede;
 - 5.6.17. Deve estar homologado pela ANATEL.
- 5.7. SWITCH 48 PORTAS PoE SFP/SFP+ 10 KM
- 5.7.1. Equipamento para instalação em racks 19", ocupando no máximo 1U de altura, com kit de montagem incluso;
 - 5.7.2. 48 (quarenta e oito) portas ethernet físicas integradas ao equipamento, com velocidade 10/100/1000 – auto negociáveis e de uso simultâneo que implementem o padrão 802.3af (PoE) e 802.3at (PoE+) ou superior, desde que mantida compatibilidade com os padrões PoE anteriores;
 - 5.7.3. PoE Budget de pelo menos 740 W;
 - 5.7.4. Possuir fonte de alimentação interna com ajuste automático de tensão de entrada 110 e 220 Volts;
 - 5.7.5. Pelo menos 4 (quatro) portas para instalação de transceptores no formato SFP/SFP+, compatíveis com transceptores de fibra óptica com velocidade de até 10 (dez) Gb/s, de uso simultâneo às demais portas do equipamento;
 - 5.7.6. No mínimo deverá ser fornecido equipamento no padrão Layer 3, com gerenciamento completo através de interface CLI padrão (Command Line Interface), acessível via telnet, SSH, HTTP/HTTPS (GUI) ou console local (porta ethernet ou serial – RS232), nativo do equipamento;
 - 5.7.7. Desempenho mínimo de capacidade de comutação de 170 Gb/s, com taxa de encaminhamento de 130 Mpps;
 - 5.7.8. O equipamento deverá suportar a transferência de arquivos de configuração e de firmware através de protocolo HTTP ou TFTP;
 - 5.7.9. Suporte nativo de proteção DHCP Snooping e loop;
 - 5.7.10. Tabela com suporte para 16.000 (dezesesseis mil) endereços MAC, com alerta e bloqueio de endereço MAC baseado em porta;
 - 5.7.11. Deve suportar a criação de listas de acesso (ACLs) para filtragem de tráfego com os seguintes parâmetros: endereço IP de origem e destino, endereço MAC de origem e destino, portas TCP e UDP, campo DSCP, campo CoS e VLAN ID;
 - 5.7.12. Deve permitir a definição de dias e horários para aplicação das ACLs na rede;



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

- 5.7.13.** Deve implementar Flow Control baseado no padrão IEEE 802.3X;
- 5.7.14.** Deve implementar Spanning Tree conforme os padrões IEEE 802.1w (Rapid Spanning Tree) e IEEE 802.1s (Multiple Spanning Tree);
- 5.7.15.** Suporte de no mínimo 4.000 (quatro mil) VLANs;
- 5.7.16.** Configuração de DHCP automático;
- 5.7.17.** Deve implantar os protocolos STP, MSTP e RSTP;
- 5.7.18.** Suporte dinâmico para multicast (IGMP snooping ou estático);
- 5.7.19.** Suporte a agregação de links de até 6 grupos com até 8 portas por grupo;
- 5.7.20.** Suporte a IPv4/IPv6;
- 5.7.21.** O equipamento deve prover protocolo de gerenciamento nos padrões SNMPv1, v2 e v3 e respectivas MIBs;
- 5.7.22.** Os switches devem ser administrados por meio de uma solução centralizada que possibilite realizar configurações de forma abrangente e uniforme;
- 5.7.23.** Suportar ambientes com temperatura de até 45°C;
- 5.7.24.** O equipamento deverá ser registrado e homologado junto à ANATEL;
- 5.7.25.** O equipamento deverá atender à norma ABNT/NBR para cabos de alimentação em conformidade com o padrão brasileiro de tomadas;
- 5.7.26.** Deverá acompanhar seus respectivos cabos de força, cabos para configuração ou gerenciamento e manuais (em inglês ou português);
- 5.7.27.** O fabricante deverá manter site para consulta das especificações técnicas dos equipamentos, bem como para acesso às atualizações de firmware e demais softwares aplicáveis;
- 5.7.28.** O Switch 48 portas PoE SFP+ deverá ser fornecido com 2 (duas) unidades SFP 10 km monofibra, originais e do mesmo fabricante do Switch ofertado;
- 5.7.29.** Velocidade mínima 1000Base-LX;
- 5.7.30.** Conector do tipo LC duplo, compatível com cabos de 125µm para fibra óptica monomodo;
- 5.7.31.** Comprimento de onda de 1310nm;
- 5.7.32.** Alcance de até 10 km (e acima de 9 km);
- 5.7.33.** O Switch 48 portas PoE SFP+ deverá ser fornecido com 2 (duas) unidades de cordões ópticos de 3m do tipo G657A/B, monomodo e conector LC.

5.8. SOLUÇÃO DE RELATORIA E LOGS

- 5.8.1.** Deverá ser disponibilizada pela CONTRATADA, a ser integrada à rede de comunicação de dados, solução de relatoria e logs, com as seguintes características básicas:
- 5.8.2.** Deve possuir solução de gerenciamento baseada em appliance físico ou máquina virtual (VM), possibilitando o gerenciamento em um único console central, com administração de privilégios e funções;
- 5.8.3.** Deverá suportar o acesso via SSH e WEB (HTTPS) para o gerenciamento da solução;
- 5.8.4.** Comunicação e autenticação criptografada com usuário e senha;
- 5.8.5.** Deverá permitir a criação e o uso simultâneo de diferentes perfis para administração e monitoramento;
- 5.8.6.** Suportar SNMP versão 2 e 3;



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

- 5.8.7. Deverá permitir ativar e desativar para cada interface da plataforma as permissões de acesso HTTP, HTTPS e SSH;
- 5.8.8. Suportar, no mínimo, autenticação LDAP, Radius e TACACS+;
- 5.8.9. Deverá suportar a geração de relatórios de tráfego em tempo real em diferentes formatos gráficos;
- 5.8.10. Possuir visualização da quantidade de logs enviados de cada dispositivo monitorado;
- 5.8.11. Deverá permitir importação e exportação de relatórios;
- 5.8.12. Deverá ter relatórios predefinidos;
- 5.8.13. Deverá permitir relatórios personalizados;
- 5.8.14. Deverá permitir o uso de filtros nos relatórios;
- 5.8.15. Deverá disponibilizar, no mínimo, os seguintes relatórios:
 - 5.8.15.1. Prevenção de perda de dados;
 - 5.8.15.2. VPN;
 - 5.8.15.3. IPS;
 - 5.8.15.4. Análise de ameaças cibernéticas;
 - 5.8.15.5. Tráfego DNS;
 - 5.8.15.6. Tráfego de e-mail;
 - 5.8.15.7. Utilização de mídia social.
- 5.8.16. Deverá gerar alertas automáticos por e-mail, SNMP e Syslog, com base em eventos especiais em logs, gravidade do evento, entre outros;
- 5.8.17. Deverá fornecer as informações da quantidade de logs armazenados e as estatísticas de armazenamento;
- 5.8.18. Deverá gerar logs de auditoria, com detalhes da configuração efetuada, o administrador que efetuou a alteração e o respectivo horário;
- 5.8.19. Deve oferecer a possibilidade de usar um servidor Syslog externo ou similar;
- 5.8.20. Deverá possuir a capacidade de receber pelo menos 50 GB de logs diários;
- 5.8.21. O gerenciamento da solução deve possibilitar a coleta de informações de todo o tráfego que passar pelos equipamentos da plataforma de segurança;
- 5.8.22. Deve possuir solução de logs e relatórios integrados possibilitando a consolidação de todas as atividades da solução;
- 5.8.23. Deve fornecer relatórios históricos para análises;
- 5.8.24. Deve fornecer logs em tempo real, de auditoria e arquivados;
- 5.8.25. Deve possuir mecanismo de procura de logs arquivados;
- 5.8.26. A solução deve assegurar a preservação, por um período mínimo de 12 (doze) meses, dos registros de acesso à internet de todos os usuários, incluindo ao menos: a data e hora, o usuário, o endereço IP de origem, o destino e os sites visitados.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

5.9. ADAPTADOR WiFi USB

Deverá possuir as seguintes funcionalidades mínimas:

- 5.9.1.** Interface USB 2.0;
- 5.9.2.** Frequência 2,4 GHz e 5 GHz;
- 5.9.3.** Padrões de Wi-Fi 802.11 a/b/g/n/ac;
- 5.9.4.** Criptografia WEP, WPA-PSK, WPA;
- 5.9.5.** Deve possuir homologação ANATEL.

5.10. RACK 19" COM ACESSÓRIOS E INFRAESTRUTURA

- 5.10.1.** Rack de 19" (dezenove polegadas), com 12 U's de altura para fixação em piso ou parede;
- 5.10.2.** Porta com fechadura escamoteável e chave com segredo;
- 5.10.3.** Ventilação lateral e fecho rápido facilitando a remoção;
- 5.10.4.** Deve ser fornecido kit de montagem (12 conjuntos compostos por parafuso, porca gaiola e arruela);
- 5.10.5.** Acabamento em pintura eletrostática a pó;
- 5.10.6.** Deverá vir acompanhado de 01 (uma) unidade de Patch Panel 48 Portas RJ-45 CAT5E;
- 5.10.7.** Deverá vir acompanhado de 01 (uma) régua de alimentação elétrica Bifásica 110/220V com disjuntor e 08 (oito) tomadas 10 A;
- 5.10.8.** Planos de fixação frontais e traseiros e bandejas para os equipamentos;
- 5.10.9.** Guia de cabos, espaçadores, tampas e demais acessórios;
- 5.10.10.** Espessura de chapa de aço de 1,0 mm.

5.11. NOBREAK COM BANCO DE BATERIAS

- 5.11.1.** Potência nominal mínima em regime contínuo: 1200 VA;
- 5.11.2.** Tensão de entrada: 120V; tensão de saída: 120V;
- 5.11.3.** Frequência de entrada: 60Hz \pm 5%;
- 5.11.4.** Recarga e rearme automático;
- 5.11.5.** Acumuladores de energia: tipo estacionário – livre de manutenção;
- 5.11.6.** 4 (quatro) tomadas de saída;
- 5.11.7.** Possuir borne de conexão para banco de baterias externo;
- 5.11.8.** Deve ser fornecido com conjunto de banco de baterias externo com autonomia de 2 (duas) horas.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

FUNDAMENTAÇÃO TÉCNICA PARA INCLUSÃO NO LOTE ÚNICO DE LOCAÇÃO:

O Lote 01 foi estruturado como lote único de locação integral, incluindo equipamentos ativos (APs, switches, NGFW, controladoras), infraestrutura passiva (racks, nobreaks) e adaptadores USB, por razões técnicas objetivas que impedem a segregação útil desses itens sem prejuízo à solução.

Os 110 racks de 19" e os 110 nobreaks integram fisicamente a solução de rede: o rack abriga o switch PoE, o nobreak energiza os equipamentos ativos e o conjunto forma uma unidade funcional indissociável em cada escola. O rack e o nobreak são dimensionados especificamente para os equipamentos ativos que os acompanham – o switch 48 portas ocupa 1U do rack de 12U, e o nobreak de 1200VA foi calculado para a carga exata dos equipamentos. Contratar racks e nobreaks separadamente, com lotação distinta, criaria incompatibilidade de dimensões, risco de cobertura de garantia fragmentada e impossibilidade de gestão unificada da solução em regime de locação.

Esclarece-se que os itens rack de 19" e nobreak com banco de baterias, embora atinjam o limiar de 4% do valor de referência, são expressamente excluídos do rol de comprovação obrigatória de atestados, com fundamento em: **(A)** Natureza acessória e padronizada – racks são infraestrutura passiva normalizada pelas normas TIA/EIA-310, fornecidos por qualquer empresa de TI do país, sem especificidade técnica que justifique atestado autônomo; nobreaks são equipamentos de infraestrutura elétrica de proteção, igualmente padronizados; **(B)** Competência inerente – toda empresa que opera redes WLAN corporativas em escala, comprovada pelos atestados de APs e switches, necessariamente instala e gerencia racks e nobreaks como acessórios físicos da solução; **(C)** Proporcionalidade e ampliação da competição – em consonância com o princípio da competitividade (art. 5º da Lei nº 14.133/2021) e a jurisprudência do TCE-SP firmada no TC-011607.989.24-1 e consolidada na Súmula nº 24 do TCE-SP.

A dispensa de atestado autônomo para racks e nobreaks não implica dispensa de sua entrega – os itens permanecem no escopo contratual e sua qualidade será verificada no recebimento provisório e definitivo.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

6. PLANILHA ESTIMATIVA

Os quantitativos abaixo foram estimados em função do consumo anterior (perfil de consumo) e da necessidade de novos pontos de instalação:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	TIPO
LOTE 01 – LOCAÇÃO – SERVIÇOS E MATERIAIS COMUNS PARA AS OPÇÕES "A", "B" E "C"			
1	Locação de ponto de acesso (AP) Wi-Fi 7 interno (padrão IEEE 802.11be)	1.160	unidade
2	Locação de ponto de acesso (AP) Wi-Fi 6 externo (padrão IEEE 802.11ax)	85	unidade
3	Locação de switch 48 portas PoE SFP+ 10Km	110	unidade
4	Locação de adaptador Wi-Fi USB	850	unidade
5	Locação de rack de 19" com acessórios e infraestrutura	110	unidade
6	Locação de nobreak com banco de baterias para rack de 19"	110	unidade
7	Serviço de levantamento de local (site survey RF/WLAN)	25	serviço
8	Serviço de manutenção preventiva e corretiva e suporte aos usuários da rede WLAN	1	serviço
9	Serviço de administração da rede WLAN	1	serviço
OPÇÃO "A" LOTE 01 – EQUIPAMENTOS MÍNIMOS PARA TOPOLOGIA CENTRALIZADA			
10	Locação de Firewall Nova Geração (NGFW) em alta disponibilidade (HA)	2	unidade
11	Locação de Gerenciador/Controlador para rede Wireless (WLAN) em alta disponibilidade (HA)	2	unidade
12	Locação de Gerenciador/Controlador para rede local (LAN) em alta disponibilidade (HA)	2	unidade
13	Locação de Roteador para rede local (LAN) em alta disponibilidade (HA)	2	unidade
OPÇÃO "B" LOTE 01 – EQUIPAMENTOS MÍNIMOS PARA TOPOLOGIA DESCENTRALIZADA			
14	Locação de Controlador/Gerenciador/NGFW descentralizado	80	unidade
15	Locação de Gerenciador/Controlador para rede Wireless (WLAN) em alta disponibilidade (HA)	2	unidade
16	Locação de Gerenciador/Controlador para rede local (LAN) em alta disponibilidade (HA)	2	unidade
17	Locação de Roteador para rede local (LAN) em alta disponibilidade (HA)	2	unidade
OPÇÃO "C" LOTE 01 – EQUIPAMENTOS MÍNIMOS PARA TOPOLOGIA SUBSCRITA EM NUVEM			
18	Locação de Firewall Nova Geração (NGFW) em alta disponibilidade (HA)	2	unidade
19	Locação de Gerenciador/Controlador para rede Wireless (WLAN) em alta disponibilidade (HA)	2	unidade
20	Locação de Gerenciador/Controlador para rede local (LAN) em alta disponibilidade (HA)	2	unidade
21	Locação de Roteador para rede local (LAN) em alta disponibilidade (HA)	2	unidade
LOTE 02 – INSTALAÇÃO – SERVIÇOS E MATERIAIS			
22	Serviço de lançamento de cabo CAT 5E com fornecimento de material	103.360	metro linear
23	Serviço de instalação de eletroduto rígido branco de ¾" com fornecimento de material	5.610	Barra 3m
24	Serviço de certificação de pontos de rede	1.245	por ponto
25	Serviço de remoção de eletrodutos legados e cabos de rede inservíveis	80	por escola



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1. REQUISITOS PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA:

- 7.1.1.** Deverá a Licitante declarar que os equipamentos e materiais propostos estão em linha de produção e são inteiramente novos (não se aceitam equipamentos ou materiais reconicionados), assegurando assim o investimento desta Municipalidade, bem como a procedência dos produtos a serem adquiridos;
- 7.1.2.** As empresas Licitantes deverão apresentar catálogos, manuais ou outros documentos que demonstrem as características técnicas de todos os equipamentos e materiais;
- 7.1.3.** A LICITANTE DEVERÁ INSERIR UMA COLUNA REFERENTE À MARCA E MODELO DOS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS OFERTADOS NA PLANILHA DE PROPOSTA.
- 7.1.4.** A licitante deverá optar por uma única topologia entre as três alternativas oferecidas (Opção A, B ou C);
- 7.1.5.** Para fins de atendimento do presente item, deverão ser considerados, no mínimo, os serviços, equipamentos e materiais constantes da Planilha Quantitativa (seção 5 (cinco) deste Termo de Referência).

8. DAS EXIGÊNCIAS PARA FINS DE HOMOLOGAÇÃO – LOTE 01 E LOTE 02

A proponente que sagrar-se vencedora deverá apresentar a documentação que comprove as declarações entregues para habilitação técnica na fase da proposta, no prazo de 15 (quinze) dias corridos.

9. DAS EXIGÊNCIAS PARA ASSINATURA DO CONTRATO – LOTE 01 E LOTE 02

- 9.1.** A empresa deverá apresentar documento que comprove a declaração feita no momento da proposta, demonstrando o profissional indicado e qualificado que será responsável técnico pela execução e acompanhamento dos serviços, objeto desta licitação;
- 9.2.** Estão aptos aos serviços constantes no certame os profissionais indicados nos requisitos de qualificação da equipe técnica, os quais devem atender aos critérios exigidos para os responsáveis pela equipe;
- 9.3.** Para ambos os lotes, bem como para todos os técnicos prestadores de serviços da CONTRATADA, é imprescindível a apresentação, no ato da assinatura do contrato, dos certificados válidos que atestem a conclusão do curso "Norma Regulamentadora NR-35 – Trabalho em Altura", não sendo tal comprovação exigida na fase de habilitação;
- 9.4.** Para o Lote 01, a licitante vencedora deverá comprovar, no ato da assinatura do contrato, o vínculo com o profissional detentor de certificação válida emitida pelo(s) fabricante(s) dos equipamentos propostos (WLAN e NGFW), na forma do art. 67, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

A COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM O PROFISSIONAL CERTIFICADO PELO FABRICANTE E A ENTREGA DOS CERTIFICADOS NR-35 DE TODOS OS TÉCNICOS QUE EXECUTARÃO SERVIÇOS EM ALTURA SÃO EXIGIDAS EXCLUSIVAMENTE NO ATO DA ASSINATURA DO CONTRATO, NÃO NA FASE DE HABILITAÇÃO, EM CONFORMIDADE COM O ART. 67, INCISO I, DA LEI Nº 14.133/2021 E A JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA DO TCE-SP.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

10. DA PROVA DE CONCEITO – LOTE 01

O Município de Praia Grande – SP poderá solicitar à Licitante vencedora a implementação de uma Prova de Conceito (PoC), com o intuito de verificar se a solução a ser contratada satisfaz os requisitos técnicos preestabelecidos, observado o seguinte procedimento:

- 10.1.** O Ambiente de Referência para a Prova de Conceito deverá estar disponível nas instalações da Prefeitura Municipal, em local a ser determinado pela CONTRATANTE, ou em outro espaço sugerido pela Licitante que opere com a mesma solução proposta;
- 10.2.** A avaliação será conduzida por Comissão Avaliadora designada pela Secretaria Municipal de Educação, composta por no mínimo 3 (três) servidores com conhecimento técnico em redes de telecomunicações, sendo facultada a participação da Licitante durante a execução dos testes para esclarecimentos técnicos;
- 10.3.** Os critérios de avaliação serão os requisitos técnicos mínimos definidos neste instrumento, verificados item a item conforme a tabela de especificações dos equipamentos (seção 5), sendo aprovada a solução que atender integralmente a todos os requisitos obrigatórios;
- 10.4.** Em caso de reprovação, será garantido à Licitante o direito ao contraditório, com prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar defesa escrita e, se for o caso, realizar ajustes pontuais e nova demonstração;
- 10.5.** Persistindo a reprovação após o contraditório, a Licitante será desclassificada e o segundo colocado convocado;
- 10.6.** O prazo total para conclusão da PoC, incluído eventual contraditório, será de até 30 (trinta) dias corridos a contar da solicitação formal da CONTRATANTE;
- 10.7.** A Licitante vencedora terá até 15 (quinze) dias corridos para realizar, sem qualquer custo para a CONTRATANTE, a instalação da solução apresentada em um dos prédios da Prefeitura de Praia Grande, ou de 15 (quinze) dias corridos para apresentar a solução em local a ser indicado pela Licitante;
- 10.8.** Se a Licitante decidir submeter a proposta fora dos limites do Município, o transporte e todas as despesas associadas serão de responsabilidade da própria Licitante.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

Para a validação da solução apresentada, é imprescindível que sejam instalados ou que a solução inclua os seguintes equipamentos:

DESCRIÇÃO CENTRALIZADA – OPÇÃO "A"			
ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QTDE.
A	Ponto de Acesso WLAN Interno WiFi 7 (802.11be)	unidade	1
B	Ponto de Acesso WLAN Externo WiFi 6 (802.11ax)	unidade	1
C	Switch 48 portas PoE SFP+ 10km	unidade	1
D	Gerenciador/Controlador para rede Wireless (WLAN)	unidade	1
E	Firewall Nova Geração (NGFW)	unidade	1
F	Gerenciador/Controlador para rede local (LAN)	unidade	1

DESCRIÇÃO DESCENTRALIZADA – OPÇÃO "B"			
ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QTDE.
A	Ponto de Acesso WLAN Interno WiFi 7 (802.11be)	unidade	1
B	Ponto de Acesso WLAN Externo WiFi 6 (802.11ax)	unidade	1
C	Switch 48 portas PoE SFP+ 10km	unidade	1
D	Gerenciador/Controlador para rede Wireless (WLAN)	unidade	1
E	Controlador/Gerenciador/NGFW descentralizado	unidade	1
F	Controlador/Gerenciador para rede local (LAN)	unidade	1

DESCRIÇÃO SUBSCRIÇÃO EM NUVEM – OPÇÃO "C"			
ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QTDE.
A	Ponto de Acesso WLAN Interno WiFi 7 (802.11be)	unidade	1
B	Ponto de Acesso WLAN Externo WiFi 6 (802.11ax)	unidade	1
C	Switch 48 portas PoE SFP+ 10km	unidade	1
D	Gerenciador/Controlador para rede Wireless (WLAN)	unidade	1
E	Controlador/Gerenciador/NGFW	unidade	1
F	Controlador/Gerenciador para rede local (LAN)	unidade	1

Serão avaliados se as amostras apresentadas atendem às especificações técnicas mínimas exigidas. Caso as amostras apresentadas não atendam a tais especificações, a Licitante será desclassificada, garantido o contraditório nos termos dos incisos anteriores.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

11. SUBCONTRATAÇÃO – LOTE 01 E LOTE 02

Em observância ao art. 122 da Lei nº 14.133/2021, que veda a proibição absoluta de subcontratação, e em conformidade com a jurisprudência consolidada do TCE-SP, em especial os TCs 013199.989.24-5, 010182.989.24-4 e 011607.989.24-1 e a Súmula nº 24 do TCE-SP, admite-se a subcontratação parcial de até 30% (trinta por cento) do valor contratual, restrita a parcelas acessórias do objeto, tais como serviços de instalação física de campo, transporte e logística de equipamentos.

Fica expressamente vedada a subcontratação das parcelas de maior relevância, assim entendidas: fornecimento e operação dos pontos de acesso WLAN; gerenciamento centralizado da rede; configuração e operação dos NGFWs e controladoras; e gestão do SLA e da equipe técnica residente.

ESCLARECE-SE, EXPRESSAMENTE, QUE A UTILIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM, GERENCIAMENTO EM NUVEM E INFRAESTRUTURA DE DATACENTER OPERADOS PELO PRÓPRIO FABRICANTE DOS PONTOS DE ACESSO – INERENTE À TOPOLOGIA C (SUBSCRIÇÃO EM NUVEM) PREVISTA NESTE CERTAME – NÃO CONFIGURA SUBCONTRATAÇÃO VEDADA. TAIS SERVIÇOS CONSTITUEM CARACTERÍSTICA TÉCNICA INTRÍNSECA DA TOPOLOGIA C E ESTÃO INCLUÍDOS NA PROPOSTA DA LICITANTE QUE OPTAR POR ESSA TOPOLOGIA, NÃO SE SUJEITANDO AO LIMITE PERCENTUAL DE 30% ESTABELECIDO NO PARÁGRAFO ANTERIOR.

A responsabilidade pela integralidade da execução permanece exclusiva da CONTRATADA, inclusive pelas parcelas subcontratadas.

12. VISITA TÉCNICA OPCIONAL

A análise prévia do local onde os serviços serão realizados é de suma importância para a compreensão completa das condições e características específicas do objeto a contratar. Assim, garante-se ao interessado o direito de efetuar uma vistoria prévia, acompanhada por servidor designado, de segunda a sexta-feira, no período das 9h às 16h.

Para formalizar a solicitação de agendamento, as empresas interessadas devem apresentar os seguintes documentos:

- 12.1.** Ofício endereçado à Prefeitura Municipal de Praia Grande, contendo todas as informações da Empresa e identificando seu Representante;
- 12.2.** Cópia do Documento de Identidade do Representante;
- 12.3.** Cópia do CNPJ da Empresa.

A visita técnica, por sua natureza opcional, é uma escolha da proponente. A empresa deverá ter um entendimento completo dos termos contidos nas condições específicas e nos Anexos que compõem o Edital, além de avaliar as áreas onde os serviços serão executados, sendo necessário inspecionar as condições atuais das mesmas. A proponente não poderá alegar desconhecimento como justificativa para a elaboração adequada da proposta e, futuramente, para o cumprimento integral do contrato, não sendo admitidas reivindicações sob quaisquer argumentos.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

Caso haja interesse, solicita-se o agendamento com o Sr. Rafael Vinicius Turlão pelo telefone: (13) 3496-2370.

13. DA CONTRATAÇÃO

- 13.1.** Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado o Contrato ou outro instrumento hábil;
- 13.2.** A empresa vencedora, após a homologação, será convocada para assinar o respectivo instrumento no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da convocação;
- 13.3.** Constituem condições para a assinatura do contrato: somente no caso de empresa em situação de recuperação judicial, apresentação de cópia do ato de nomeação do administrador judicial e declaração recente de que a credenciada está cumprindo o plano de recuperação judicial; somente no caso de empresa em situação de recuperação extrajudicial, apresentação de comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial;
- 13.4.** O instrumento deverá ser assinado por representante legal, procurador, diretor ou sócio da empresa, devidamente acompanhado, respectivamente, de procuração ou Contrato Social e cédula de identidade;
- 13.5.** O prazo para assinatura poderá ser prorrogado uma vez, dentro de 5 (cinco) dias corridos, desde que solicitado por escrito durante seu transcurso, com motivo justificado e aceito pela Administração;
- 13.6.** No ato da assinatura, a Contratada se obriga a assinar o Termo de Ciência e Notificação, que estará sujeito a remessa ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, caso seja selecionado;
- 13.7.** A Minuta do Contrato a ser firmado constitui parte integrante do Edital, sendo que nela encontram-se definidas e especificadas todas as regras e condições da contratação, inclusive regras de medição, condições de pagamento, critérios de reajuste, penalidades contratuais e condições de recebimento.

13.8. DA RESCISÃO

- 13.8.1.** O não cumprimento das obrigações assumidas autoriza o CONTRATANTE a rescindir unilateralmente o contrato, independentemente de interpelação judicial, sendo aplicável o disposto nos artigos 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 13.8.2.** O contrato poderá ainda ser rescindido amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

14. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

LOTE 01

O projeto será implantado em 4 (quatro) etapas, contemplando um conjunto de até 25 (vinte e cinco) próprios da Secretaria de Educação por etapa. Os próprios serão definidos pela Secretaria de Educação e listados na ordem de serviço.

A CONTRATADA disporá de um prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da emissão da ordem de serviço, para apresentar o Projeto Executivo da Rede Local sem Fio (WLAN) destinado a um conjunto de até 25 (vinte e cinco) imóveis pertencentes à Secretaria de Educação. A visita técnica é facultativa.

A CONTRATADA terá 30 (trinta) dias úteis, a contar da data da Ordem de Serviço, para implantar cada etapa, devendo a finalização das 4 (quatro) etapas ocorrer em até 160 (cento e sessenta) dias corridos a contar da mesma data.

A EXECUÇÃO SERÁ DIVIDIDA EM ETAPAS, COMO SEGUE:

ETAPA 1: A empresa CONTRATADA para o Lote 01, a partir da emissão da ordem de serviço, disporá de um prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentar um Projeto Executivo da Rede Local sem Fio detalhando toda a infraestrutura da rede a ser implantada, considerando as informações disponibilizadas pela CONTRATANTE, bem como o posicionamento dos pontos de acesso WLAN. De forma acessória, a CONTRATANTE disponibilizará à CONTRATADA informações técnicas, plantas baixas, posicionamento dos APs e demais informações pertinentes, considerando a expertise acumulada pela Equipe Técnica da Prefeitura de Praia Grande. Após a exposição do Projeto de Implantação da Rede Local sem Fio (WLAN), a CONTRATANTE, por meio de sua equipe técnica, procederá com uma avaliação do referido projeto, expressando ou não sua anuência. Na hipótese de não haver aceitação, a CONTRATADA deverá revisar o levantamento/projeto, sem custo adicional para a CONTRATANTE, incorporando as sugestões apresentadas.

ETAPA 2: Deverão acompanhar o Projeto Executivo da Rede Local sem Fio (WLAN), como parte integrante da documentação a ser entregue à CONTRATANTE, os seguintes itens: Memorial Descritivo; Planilha quantitativa de equipamentos; Cronograma de execução do serviço contemplando todas as fases de instalação; Representação gráfica do posicionamento dos equipamentos, por meio de fotos, desenhos, croquis e detalhes necessários; e Posicionamento dos pontos de acesso WLAN.

ETAPA 3: Deverão ser alocados em produção nas unidades escolares todos os equipamentos, materiais e acessórios em regime de locação. A solução deverá ser configurada conforme o projeto executivo. Todos os testes de segurança, tráfego e cobertura deverão ser efetuados pela CONTRATADA, e as medições obtidas devem ser compartilhadas com a CONTRATANTE por meio de relatório técnico integrante da documentação As-Built. O As-Built deverá ser entregue à CONTRATANTE em até 20 (vinte) dias úteis após a finalização de todas as etapas e ajustes pertinentes.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

ETAPA 4: Disponibilização de equipes para operação e suporte técnico da solução implantada; atendimento conforme SLA contratual; manutenção preventiva e corretiva; substituição imediata de equipamentos com defeito; garantia do pleno funcionamento da solução implantada.

LOTE 02

No que tange ao Lote 02, a CONTRATADA disporá de um prazo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, a contar da data de emissão da ordem de serviço, para a implementação e conclusão das 80 (oitenta) Unidades Escolares almejadas. Este prazo poderá ser estendido por no máximo 60 (sessenta) dias, desde que tal prorrogação seja devidamente formalizada, justificada e aprovada pela CONTRATANTE.

Após a finalização de todo o enlace estruturado na Unidade Escolar em questão, e uma vez realizados os testes pertinentes e completada a transposição do cabeamento, a CONTRATADA deverá proceder com a remoção integral de todo o enlace legado, para que o serviço seja considerado entregue e funcional.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

15. ENDEREÇOS DE ENTREGA OU LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

As localidades poderão ser alteradas conforme necessidade da CONTRATANTE.

RELAÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES MUNICIPAIS		
UNIDADE ESCOLAR	ENDEREÇO	BAIRRO
E.M. 19 DE JANEIRO	Rua Flávio Monteiro de Castro, nº 500	Ribeirópolis
E.M. ALBERT EINSTEIN	Avenida Lasar Segal, s/nº, Esq. Rua D. Pedro I	Samambaia
E.M. ANAHY NAVARRO TROVÃO	Rua Limeira, nº 69	Boqueirão
E.M. ANTÔNIO PERES FERREIRA	Rua João Roberto Correa, nº 1.077	Vila Sônia
E.M. ANTÔNIO RUBENS COSTA DE LARA	Rua Ana Pereira França, nº 249	Bal. Esmeralda
E.M. ARQUITETO OSCAR NIEMEYER	Rua Odair Penellas Baeta s/nº	Jardim Princesa
E.M. ARY CABRAL	Rua Manoel Sampaio Seabra Pereira, s/nº	Jardim Quietude
E.M. CARLOS EDUARDO CONTE CASTRO	Rua Ildefonso Galeano, nº 126	Vila Tupiry
E.M. CARLOS ROBERTO DIAS	Rua Duque de Caxias, nº 999	Boqueirão
E.M. CIDADE DA CRIANÇA	Rua Rubi, nº 600	Cidade das Crianças
E.M. CIRCE SANCHEZ TOSCHI	Rua Mem de Sá, nº 01	Aviação
E.M. DOMINGOS SOARES DE OLIVEIRA	Rua Esmeraldo Soares Tarquino, nº 501	Ribeirópolis
E.M. DORIVALDO FRANCISCO LORIA	Rua Maria Luiza Lavallo, nº 150	Sítio do Campo
E.M. DR. ROBERTO SHOJI	Rua Ildefonso Galeano, nº 100	Vila Tupiry
E.M. DR. WILSON GUEDES	Rua Manoel Rodrigues Procópio do Vale, nº 195	Samambaia
E.M. DRª. ANA MARIA BABETTE BAJER FERNANDES	Av. Presidente Kennedy, nº 17.100	Jardim Real
E.M. IDÍLIO PERTICARATTI	Rua Luzia Borba Ranciaro, nº 246	Vila Antártica
E.M. EDUARDO GONSALVES DO BARREIRO (BOLÃO)	Rua Milena Perutich, s/nº	Jardim Melvi
E.M. ENGº. SÉRGIO DIAS DE FREITAS	Rua Turmalina, nº 25	Cidade das Crianças
E.M. ESTADO DO AMAZONAS	Av. Maria Cavalcanti da Silva, nº 431	Samambaia
E.M. ESTINA CAMPI BAPTISTA	Rua Xixová, nº 1.100	Canto do Forte
E.M. FLORIVALDO BORGES DE QUEIROZ	Rua Monteiro Lobato s/nº, Esq. Pres. Kennedy	Cidade Ocian
E.M. FUEDER TEMER	Rua Leme, esq. c/ Rua Botafogo, nº 27	Vila Guilhermina
E.M. GOV. FRANCO MONTORO	Rua Paulino Borrelli, nº 1.000	Balneário Maracanã
E.M. GOV. MÁRIO COVAS	Av. Júlio Prestes de Albuquerque, nº 1.000	Nova Mirim
E.M. GOVERNADOR ORESTES QUÉRCIA	Rua 1º de janeiro, nº 1221	Vila Mirim
E.M. GREGÓRIO FRANÇA DE SIQUEIRA	Av. Vitor Meireles, nº 2.000	Parque das Américas
E.M. HILDA DE CARVALHO GUEDES	Rua das Rosendas, s/nº	Samambaia
E.M. ÍCARO BATISTA CARDOSO	Rua Pernambuco, 865	Boqueirão
E.M. IDALINA DA CONCEIÇÃO PEREIRA	Rua João Roberto Correa, nº 1171	Vila Sônia
E.M. JOÃO BATISTA RESINE ALVES	Rua Paulo Setúbal, nº 80	Balneário Esmeralda
E.M. JOÃO GONÇALVES	Rua Frei Henrique de Coimbra, nº 02	Aviação
E.M. JOAQUIM AUGUSTO FERREIRA MOURÃO	Rua Brigadeiro Eduardo Gomes, nº 1.000	Jardim Melvi
E.M. JOSÉ CREGO PAINCEIRA	Av. Presidente Kennedy, nº 13.499	Vila Caiçara



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

UNIDADE ESCOLAR	ENDEREÇO	BAIRRO
E.M. JOSÉ JÚLIO MARTINS BAPTISTA	Rua Comendador Luiz Caiassa, nº 98	Sítio do Campo
E.M. JOSÉ PADIN MOUTA	Rua Bororós, nº 150	Vila Tupi
E.M. JOSÉ RIBEIRO DOS SANTOS CUNHA	Rua A, nº 331	Jardim Glória
E.M. JULIANA ARIAS RODRIGUES DE OLIVEIRA	Rua Ildelfonso Galeano, nº 150	Vila Tupiry
E.M. LAYDE RODRIGUES REIS LORIA	Rua Gaspar Lemos, nº 100	Aviação
E.M. LEOPOLDO ESTÁSIO VANDERLINDE	Av. Júlio Prestes de Albuquerque, s/nº	Nova Mirim
E.M. LIONS CLUBE OCIAN	Rua Teófila Vanderlinda, nº 933	Cidade Ocian
E.M. LUZIA BORBA RANCIARO	Rua Engenheiro Antonio Lotuffo, nº 839	Sítio do Campo
E.M. MAESTRO LUIZ ARRUDA PAES	Rua Quatro, nº 921	Nova Mirim
E.M. MAHATMA GANDHI	Rua Dr. Antonio Sylvio Cunha Bueno s/nº	Jardim Melvi
E.M. MANOEL NASCIMENTO JÚNIOR	Rua Cornélio Procópio, nº 191	Boqueirão
E.M. MARIA DOS REMÉDIOS CARMONA MILAN	Rua Manoel Gonzalez Corujo, nº 57	Jardim Melvi
E.M. MÁRIO POSSANI	Rua Dr. Samuel Augusto Leão Moura, nº 451	Vila Caiçara
E.M. NATALE DE LUCCA	Rua Rui Manoel S. Seabra Pereira, nº 476	Jardim Quietude
E.M. NEWTON DE ALMEIDA CASTRO	Rua Antonio Cândido da Silva, nº 450	Vila Sônia
E.M. NICOLAU PAAL	Rua Alfredo D'Scragnoilli Taunay, nº 41	Ribeirópolis
E.M. OSWALDO JUSTO	Rua Primeiro de Janeiro, nº 987	Vila Mirim
E.M. PABLO TREVISAN PERUTICH	Rua Alfredo Niederbichler, nº 243	Jardim Anhanguera
E.M. PAULO DE SOUZA SANDOVAL	Rua 10, nº 91	Balneário Esmeralda
E.M. PAULO SHIGUEO YAMAÚTI	Rua Oscar de Menezes Barbosa, nº 151	Jardim Anhanguera
E.M. PROFª MARIA DE LOURDES SANTOS	Rua Vitor Meirelles, nº 1875	Esmeralda
E.M. PROFª. ELZA OLIVEIRA DE CARVALHO	Rua C, nº 1.039	Jardim Glória
E.M. PROFª. ESMERALDA DOS SANTOS NOVAES	Rua Savério Fitipaldi, nº 100	Jardim Quietude
E.M. PROFª. ISABEL FIGUEROA BRÉFERE	Rua João Ramalho, nº 1.250	Aviação
E.M. PROFª. MARIA CLOTILDE LOPES COMITRE RIGO	Rua 10, nº 141	Balneário Esmeralda
E.M. PROFª. MARIA NILZA DA SILVA ROMÃO	Rua do Maçon, nº 1.000	Vila Sônia
E.M. REPÚBLICA DE PORTUGAL	Av. Fumio Myiazi, nº 81	Jardim Guilhermina
E.M. ROBERTO FRANCISCO DOS SANTOS	Av. Oliveira Lima, nº 971	Ribeirópolis
E.M. ROBERTO MÁRIO SANTINI	Rua Quito, nº 81	Jardim Guilhermina
E.M. RONALDO SÉRGIO ALVES LAMEIRA RAMOS	Av. Irmãos Adorno, s/nº	Sítio do Campo
E.M. RUTH VILAÇA CORREIA LEITE CARDOSO	Rua Maria Borella Conte, esq. c/ Av. João A. Quintale	Balneário Maracanã
E.M. SÃO FRANCISCO DE ASSIS	Rua Cornélio Procópio, nº 300	Boqueirão
E.M. SEBASTIÃO TAVARES DE OLIVEIRA	Rua Savério Fitipaldi, nº 100	Jardim Quietude
E.M. SÉRGIO VIEIRA DE MELLO	Rua Paulino Borrelli, nº 921	Balneário Maracanã
E.M. THEREZA MAGRI	Rua Leonora Cembrol Martins, nº 280	Vila Antártica
E.M. VALTER SALERNO	Av. Dom Pedro II, nº 828	Cidade Ocian
E.M. VER. ISAURA CAMPOS GARCIA	Rua Teodósio de Augustinis, s/n	Sítio do Campo
E.M. VER. FELIPE AVELINO MORAES	Rua Dino Tognini, nº 886	Caiçara



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

UNIDADE ESCOLAR	ENDEREÇO	BAIRRO
E.M. VILA MIRIM	Rua 23 de Outubro, nº 116	Vila Mirim
E.M. VILA TUPIRY	Rua Itamacas, nº 70	Vila Tupi
E.M. VISCONDE DE MAUÁ	Av. Oliveira Lima, nº 972	Ribeirópolis
JARDIM MELVI – ENSINO FUNDAMENTAL	Rua Goete / Pargo Rosa (Em construção)	Jardim Melvi
JARDIM MELVI – EDUCAÇÃO INFANTIL	Rua Bijubirá / Pargo Rosa (Em construção)	Jardim Melvi
VILA ANTÁRTICA – ENSINO FUNDAMENTAL	Rua Maria Rosa Correia (Em construção)	Vila Antártica
JARDIM REAL – EDUCAÇÃO INFANTIL	Rua Railton Barbosa dos Santos (Em construção)	Vila Caiçara
E.M. OPHÉLIA CACCETARI DOS REIS	Rua Josefa Alves de Siqueira, nº 552	Jardim Anhanguera

16. GARANTIA DOS SERVIÇOS – LOTE 01 E LOTE 02

A CONTRATADA garantirá por 1 (um) ano os serviços objeto deste Contrato. É de responsabilidade da CONTRATADA garantir que todos os materiais, peças e componentes sejam novos e sem uso.

Durante os 12 (doze) meses subsequentes à entrega do serviço executado, o Município poderá solicitar o refazimento do serviço prestado, incluindo-se material, caso seja constatada a não conformidade do serviço e/ou do material utilizado. A CONTRATADA deverá prestar garantia aos bens pelo período mínimo determinado pelo Código de Defesa do Consumidor, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, bem como da garantia inerente ao produto especificado originalmente pelo fabricante.

A CONTRATADA deverá fornecer, durante a vigência do contrato, meios de comunicação, tais como: e-mails, telefones fixos e celulares, para que a CONTRATANTE solicite serviços e acione a devida assistência em caso de problemas com o objeto. Deverá ser possível a abertura de chamados por meio da internet ou telefone.

A CONTRATADA se obriga a refazer, substituir ou reparar, sem custos adicionais à CONTRATANTE, aqueles itens que apresentarem falhas durante o período de garantia. A assistência proporcionada pela CONTRATADA será realizada on site, arcando por sua conta com todas as despesas relacionadas a peças, mão de obra, fretes, seguros, transporte e acomodações, entre outros.

Durante a vigência do período de garantia, a CONTRATADA compromete-se a reparar, modificar, ajustar e substituir não apenas os materiais que apresentarem defeitos, mas também a refazer instalações que tenham sido executadas em desacordo com o projeto ou as especificações contidas no contrato, ou que apresentem qualquer tipo de vício que comprometa sua segurança, adequação ou estética, todas essas intervenções sem qualquer custo adicional para a CONTRATANTE.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

17. DISPENSA DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL – FUNDAMENTAÇÃO (ART. 96 DA LEI Nº 14.133/2021)

- 17.1. Nos termos do art. 96, caput, da Lei nº 14.133/2021, a exigência de garantia contratual de execução é faculdade discricionária da autoridade competente, exercível mediante motivação técnica em cada caso. A Administração optou pela dispensa, com base nos seguintes fundamentos detalhados no Estudo Técnico Preliminar (seção 3.9.14 e Seção 16) e no Memorando Técnico da SEPLAN 3.1.2 (PA 43.770/2025-D):
- 17.2. O risco dominante identificado na fase de operação é a subtração de ativos (furto/roubo de equipamentos em 80 unidades escolares), classificado como ALTO no ETP — risco que a garantia de execução do art. 96 não cobre, por destinar-se à proteção contra inadimplência financeira e abandono contratual;
- 17.3. O instrumento substituto adotado — seguro patrimonial obrigatório a cargo da Contratada (item 3.9.14 do ETP e item 18 deste TR), com cobertura mínima de furto simples, furto qualificado e roubo sobre todos os 1.245 APs Wi-Fi e 850 adaptadores Wireless USB locados — endereça diretamente o risco dominante, com resolução mais ágil e a custo proporcionalmente inferior ao de qualquer modalidade de garantia do art. 96, § 2º;
- 17.4. O regime sancionatório previsto na seção 32 deste TR — multa moratória de 1%/dia e compensatória de 20% sobre o valor total do contrato — protege o Município contra inadimplência financeira sem necessidade do instrumento do art. 96; e
- 17.5. A dispensa amplia a competitividade do certame ao eliminar o ônus de imobilização de capital de aproximadamente R\$ 512.000 a R\$ 590.000 que a exigência de garantia de 5% acarretaria, em conformidade com o art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

18. NORMAS E PADRÕES PARA EXECUÇÃO

- 18.1. Norma NBR 14565 – Procedimento Básico para Elaboração de Projetos de Cabeamento de Telecomunicações para Rede Interna Estruturada;
- 18.2. Norma ANSI/TIA/EIA 568-B – Commercial Building Telecommunications Cabling Standard;
- 18.3. Norma ANSI/TIA/EIA 568-B.1 – Requisitos gerais para projeto, instalação e parâmetro para testes do sistema de cabeamento estruturado.

19. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA – LOTE 01 E LOTE 02

- 19.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar equipamentos e profissionais qualificados para a realização dos serviços; *LOTE 01 E LOTE 02*
- 19.2. Cumprir fielmente as obrigações contratuais de forma que os fornecimentos sejam realizados com esmero e perfeição; *LOTE 01 E LOTE 02*
- 19.3. A CONTRATADA deverá conduzir a execução dos serviços em conformidade com as diretrizes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e/ou outras normas reconhecidas no que tange à segurança; *LOTE 01 E LOTE 02*



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

- 19.4.** Deverão ser rigorosamente observadas, durante a execução dos serviços, todas as exigências relacionadas à segurança e demais obrigações, ao longo do período de execução, com o estrito cumprimento da legislação vigente; *LOTE 01 E LOTE 02*
- 19.5.** A CONTRATADA deverá assegurar a alocação de mão de obra suficiente para a implementação dos serviços do projeto em questão, a fim de garantir o cumprimento do prazo de entrega; *LOTE 01 E LOTE 02*
- 19.6.** Os equipamentos disponibilizados à CONTRATANTE deverão ser mantidos em perfeito estado de funcionamento, devendo a CONTRATADA proceder às manutenções preventivas e corretivas, sem ônus para a CONTRATANTE, observando as recomendações técnicas do fabricante, sem que isso ocasione qualquer prejuízo à execução dos serviços; *LOTE 01*
- 19.7.** A CONTRATADA deverá assegurar a manutenção, suporte técnico e operacional necessários ao pleno e perfeito funcionamento dos equipamentos, efetuando os ajustes, reparos ou a substituição parcial ou total dos equipamentos, peças e partes sem qualquer ônus para a CONTRATANTE; *LOTE 01 E LOTE 02*
- 19.8.** Realizar capacitação operacional e transferência de conhecimento aos profissionais técnicos da Prefeitura de Praia Grande que participam da execução do projeto, sem custos adicionais para a CONTRATANTE; *LOTE 01*
- 19.9.** A CONTRATADA deverá comprovar, sempre que requerido pela CONTRATANTE, por meio de cópias de notas fiscais, a procedência das peças, partes de peças e componentes, bem como de outros materiais necessários à prestação dos serviços; *LOTE 01 E LOTE 02*
- 19.10.** A CONTRATADA disponibilizará, sem ônus para a CONTRATANTE, meio de acesso à sua Central de Atendimento (via 0800 e/ou telefone fixo e/ou celular e/ou e-mail e/ou chat e/ou sistema de Ordem de Serviço), onde serão registrados os pedidos de assistência técnica; *LOTE 01*
- 19.11.** O serviço de assistência técnica será realizado de segunda a sexta-feira, no horário das 8h30 às 17h30, exceto sábados, domingos e feriados; *LOTE 01*
- 19.12.** Caso seja necessária a retirada dos equipamentos para fins de manutenção corretiva, a CONTRATADA deverá providenciar a imediata instalação de outro com as mesmas especificações, o qual somente poderá ser retirado quando da reinstalação dos equipamentos anteriores devidamente mantidos; *LOTE 01*
- 19.13.** Os equipamentos deverão ser instalados prontos para operar, com todos os componentes que forem necessários para o funcionamento em produção; após as instalações, o acompanhamento operacional será responsabilidade direta da CONTRATADA; *LOTE 01*
- 19.14.** Identificar todos os equipamentos cedidos em locação, mantendo cadastro atualizado contendo numeração, local de instalação e responsável; *LOTE 01*
- 19.15.** Manter seguro patrimonial previsto contratualmente para, no mínimo, 1.245 (mil duzentos e quarenta e cinco) APs e 850 (oitocentos e cinquenta) adaptadores Wireless USB locados, priorizando cobertura para furto simples e/ou qualificado e roubo, visando mitigação financeira do risco; *LOTE 01*
- 19.16.** Reposicionar ou substituir equipamentos furtados quando o evento decorrer de previsão conforme definido em Matriz de Riscos; *LOTE 01*



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

- 19.17. Apoiar tecnicamente a CONTRATANTE na apuração de ocorrências, fornecendo laudos e relatórios técnicos quando solicitados; *LOTE 01*
- 19.18. Garantir a continuidade do serviço, providenciando reposição emergencial dentro do prazo contratual, ainda que o procedimento administrativo de apuração esteja em andamento. *LOTE 01*

20. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE – LOTE 01 E LOTE 02

- 20.1. A CONTRATANTE deverá providenciar a autorização necessária junto às Unidades Escolares para a realização dos serviços;
- 20.2. A CONTRATANTE terá a incumbência de estabelecer uma conexão lógica entre o enlace WLAN, de modo a direcioná-lo através do Link de Internet da Prefeitura de Praia Grande;
- 20.3. A CONTRATANTE deverá disponibilizar 2 (dois) membros do corpo técnico para o acompanhamento dos serviços da CONTRATADA;
- 20.4. A CONTRATANTE deverá acompanhar, fiscalizar e conferir o objeto contratual;
- 20.5. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa efetuar os serviços dentro das normas estabelecidas no contrato;
- 20.6. Permitir livre acesso dos funcionários da CONTRATADA aos equipamentos, objeto do contrato, para execução dos serviços de instalação, operação e assistência técnica;
- 20.7. Receber os equipamentos entregues pela CONTRATADA, desde que estejam em conformidade com o objeto contratado;
- 20.8. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- 20.9. Comunicar à CONTRATADA as irregularidades observadas na execução do Contrato;
- 20.10. Não consentir que terceiro sem autorização execute os serviços de manutenção e reparo dos equipamentos;
- 20.11. Providenciar a instalação elétrica e assegurar um espaço físico apropriado, essencial para a correta disposição dos equipamentos e para o seu pleno funcionamento;
- 20.12. Assegurar aos técnicos credenciados pela CONTRATADA o acesso aos equipamentos para efetuarem as manutenções preventivas e corretivas, resguardadas todas as necessidades de sigilo e segurança;
- 20.13. A CONTRATANTE deverá autorizar previamente toda e qualquer intervenção nos equipamentos;
- 20.14. A CONTRATANTE deverá solicitar a substituição dos equipamentos defeituosos;
- 20.15. A CONTRATANTE deverá garantir a guarda e segurança física dos equipamentos locados, durante o período de instalação e operação, adotando medidas compatíveis com o ambiente em que estiverem alocados;
- 20.16. Comunicar formalmente à CONTRATADA qualquer ocorrência de furto simples, furto qualificado ou roubo, apresentando boletim de ocorrência e evidências disponíveis;
- 20.17. Permitir acesso imediato à CONTRATADA ou seu representante para inspeção, levantamentos e reinstalação em caso de perda do ativo;



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

- 20.18.** Cooperar com procedimentos de apuração e investigação, inclusive fornecendo registros eletrônicos, imagens, lista de acesso ou documentos correlatos;
- 20.19.** Reparar eventuais danos causados aos equipamentos por ação ou omissão de seus agentes, quando caracterizada culpa ou dolo;
- 20.20.** Notificar à CONTRATADA sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos equipamentos, para que sejam adotadas as medidas necessárias;
- 20.21.** Manter, durante o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a contratação.

21. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

21.1. FORMA DE SELEÇÃO

A modalidade adotada para esse serviço é o **PREGÃO ELETRÔNICO**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, com a redação alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, suas alterações e demais legislações em vigor.

21.2. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

MENOR PREÇO POR LOTE.

A escolha do menor preço por lote promoverá um equilíbrio adequado entre preço, qualidade e eficiência, permitindo que múltiplos fornecedores concorram em igualdade de condições, contribuindo para fomentar a competição e garantir preços mais vantajosos.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

22. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA – LOTE 01 E

LOTE 02

- 22.1.** A CONTRATADA deverá possuir experiência em soluções de redes sem fio WLAN, assim como em soluções interdependentes e correlatas;
- 22.2.** A CONTRATADA deverá comprovar capacidade técnico-operacional por meio de formação profissional, experiência prática ou documentos como Atestados de Capacidade Técnica ou Certificados de Habilitação Técnica, para a prestação dos serviços contratados;
- 22.3.** Os serviços de instalação deverão ser realizados por técnicos especializados e habilitados a manter os equipamentos adequadamente ajustados e em perfeito estado de funcionamento.

COMPROVAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO – LOTE 01	QTDE
Instalação e operação de AP Wi-Fi (qualquer padrão, indoor ou outdoor)	311
Instalação de switch 48 portas PoE SFP+ 10Km	28
Instalação e gestão técnica de rede WLAN	1
Manutenção preventiva e corretiva de rede WLAN	1
Suporte técnico a usuários de infraestrutura de rede WLAN	1
Levantamento local (site survey RF/WLAN)	6
NGFW ou Controlador/Gerenciador de rede	20
ART. 67, § 1º, DA LEI Nº 14.133/2021	

COMPROVAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO – LOTE 02	QTDE
Serviço de lançamento de cabo CAT 5E	900 metros
Serviço de instalação de eletroduto rígido	300 metros
Serviço de certificação de pontos de rede	50 pontos
ART. 67, § 1º, DA LEI Nº 14.133/2021	

DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA — ATESTADOS, NR-35, PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA E QUANTITATIVOS MÍNIMOS

- 22.4.** Atestados ou certidões, emitidos em nome da empresa Licitante por entidades jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a aptidão para a execução de atividades pertinentes e compatíveis em características com o objeto da licitação, nas quantidades especificadas, conforme quantitativos mínimos por lote acima descritos, sendo permitida a combinação de atestados técnicos para a validação da capacidade técnica requerida;
- 22.5.** O(s) atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinado(s) por autoridade ou representante de quem o(s) expediu, com a devida identificação;



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

- 22.6.** Para fins de contratação, a Licitante vencedora deverá apresentar, no ato da assinatura do contrato, certificado válido de conclusão do curso “Norma Regulamentadora NR-35 – Trabalho em Altura” de todos os profissionais que executarão os serviços em altura, não sendo tal comprovação exigida na fase de habilitação;
- 22.7.** Em conformidade com o art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021, a comprovação de capacidade técnico-operacional será restrita às parcelas de maior relevância técnica e valor econômico significativo do objeto, definidas como aquelas cujo valor individual seja igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor de referência da pesquisa de mercado de R\$ 6.693.637,70 (seis milhões, seiscentos e noventa e três mil, seiscentos e trinta e sete reais e setenta centavos), equivalente ao limiar de R\$ 267.745,51 (duzentos e sessenta e sete mil, setecentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e um centavos). Com base nesse critério, são parcelas de maior relevância: pontos de acesso WLAN (indoor e outdoor), switches 48 portas PoE SFP+, levantamento local (site survey RF/WLAN), serviço de manutenção preventiva e corretiva e suporte, serviço de administração da rede WLAN e equipamentos NGFW/Controlador. O item Adaptador WiFi USB não atinge o limiar e não é parcela de maior relevância. Os itens rack de 19" e nobreak com banco de baterias, embora atinjam o limiar de 4%, são expressamente excluídos do rol de comprovação obrigatória, por sua natureza acessória e padronizada, pela competência técnica inerente à empresa que comprova o escopo principal e pela proporcionalidade e ampliação da competitividade, nos termos da jurisprudência do TCE-SP (TCs 013318, 011176 e 012950). A dispensa da exigência de atestado autônomo para racks e nobreaks não implica dispensa de sua entrega – os itens permanecem no escopo contratual e sua qualidade será verificada no recebimento provisório e definitivo.
- 22.8.** Os quantitativos mínimos exigíveis, fixados em 25% (vinte e cinco por cento) de cada parcela relevante – percentual inferior ao limite legal de 50% do art. 67, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, justificado pelo horizonte contratual de até 10 anos –, são os seguintes: **(I) Lote 01:** 311 (trezentos e onze) pontos de acesso WLAN de qualquer padrão Wi-Fi (indoor ou outdoor), em ambiente corporativo ou institucional gerenciado; 28 (vinte e oito) switches 48 portas PoE; 6 (seis) serviços de levantamento local (site survey RF/WLAN); 1 (um) serviço de manutenção preventiva e corretiva de rede WLAN; 1 (um) serviço de administração de rede WLAN; e 20 (vinte) unidades de equipamentos NGFW ou Controlador/Gerenciador de rede; **(II) Lote 02:** 900 (novecentos) metros de cabo CAT 5E; 300 (trezentos) metros de eletroduto rígido; 50 (cinquenta) pontos de rede certificados. Ficam expressamente vedadas quaisquer limitações de período ou localização geográfica específica em relação aos atestados apresentados, sendo admitida a combinação de atestados de diferentes contratantes para alcançar os quantitativos mínimos estabelecidos.
- 22.9.** As empresas Licitantes deverão submeter, junto às suas propostas, planilha contendo a marca e o modelo dos equipamentos e materiais oferecidos, além dos



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

catálogos/folha de especificações correspondentes, a fim de possibilitar a verificação do cumprimento das especificações técnicas exigidas;

- 22.10.** A Licitante deverá, de maneira formal, declarar que apresentará, para fins de contratação, o profissional devidamente indicado e qualificado, que assumirá a responsabilidade pela execução e supervisão dos serviços objeto desta licitação. O profissional designado, conforme os requisitos de qualificação da equipe técnica, deve estar plenamente apto a realizar os serviços previstos no certame, atendendo rigorosamente aos critérios estabelecidos para o responsável pela equipe técnica;
- 22.11.** A Licitante deverá declarar formalmente, na fase de habilitação, que dispõe ou disporá, para fins de contratação, de profissional detentor de certificação válida emitida pelo(s) fabricante(s) dos equipamentos propostos (WLAN e NGFW), devendo comprovar o vínculo com esse profissional no ato da assinatura do contrato, na forma do art. 67, inciso I, da Lei nº 14.133/2021;
- 22.12.** A apresentação da certificação de um fabricante distinto será considerada válida, desde que esta demonstre equivalência tecnológica em relação aos dispositivos sem fio e dispositivos de comutação que serão oferecidos;
- 22.13.** Essa exigência tem como objetivo assegurar que a Licitante conte com um corpo técnico qualificado, capaz de implementar, configurar e colocar em operação todos os sistemas de maneira plena, atendendo assim às especificidades do projeto e garantindo o seu funcionamento eficaz e o sucesso almejado.

23. HABILITAÇÃO JURÍDICA – LOTE 01 E LOTE 02

23.1. A documentação relativa à Habilitação Jurídica consiste em:

- 23.1.1.** Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 23.1.2.** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 23.1.3.** Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 23.1.4.** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 23.1.5.** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

- 23.1.6.** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 23.1.7.** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- 23.2.** Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista: a documentação consiste em:
 - 23.2.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
 - 23.2.2.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, Distrital e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
 - 23.2.3.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
 - 23.2.4.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
 - 23.2.5.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho;
 - 23.2.6.** O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, a ser declarada em campo próprio no sistema Compras.gov.br;
 - 23.2.7.** Prova da inexistência de Débitos Tributários inscritos na Dívida Ativa, emitida pelo órgão municipal competente da sede ou domicílio da licitante, que comprove a regularidade de débitos tributários relativos ao Imposto sobre Serviços de qualquer natureza – ISS;
- 23.3.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 23.4.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

24. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA – LOTE 01 E LOTE 02

- 24.1.** A documentação relativa à qualificação econômico-financeira é a seguinte:
 - 24.1.1.** Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

- 24.1.2.** Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, incluindo termos de abertura e encerramento, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balanço ou balancetes provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data de apresentação da proposta;
- 24.1.3.** Empresas constituídas há menos de 2 (dois) anos na data do certame licitatório apresentarão balanço patrimonial e as demonstrações contábeis referentes apenas ao último exercício;
- 24.1.4.** Somente empresas que ainda não tenham completado seu primeiro exercício social poderão comprovar sua capacidade econômico-financeira por meio de balanço de abertura, conforme o disposto no art. 65, § 1º, da Lei nº 14.133/2021;
- 24.1.5.** Apresentação do cálculo do Índice de Liquidez Corrente (LC) $\geq 1,00$, calculado pela fórmula: $LC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$;
- 24.1.6.** Apresentação do cálculo do Índice de Liquidez Geral (LG) $\geq 1,00$, calculado pela fórmula: $LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})$;
- 24.1.7.** Apresentação do Índice de Solvência Geral (SG) $\geq 1,00$, calculado pela fórmula: $SG = \text{Ativo Total} / (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})$;
- 24.1.8.** As empresas deverão comprovar patrimônio líquido ou capital social igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor total estimado para cada item, quando os índices anteriores forem inferiores a 1 (um);
- 24.1.9. APLICÁVEL APENAS AO LOTE 01 (REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA — ART. 6º, XVI, DA LEI Nº 14.133/2021):** O licitante deverá comprovar Capital Social INTEGRALIZADO à data da apresentação da proposta não inferior a **R\$ 512.371,05 (quinhentos e doze mil, trezentos e setenta e um reais e cinco centavos)**, correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado para o período de 12 (doze) meses do Lote 01 (R\$ 5.123.710,50), valor fixado dentro da faixa entre 5% (cinco por cento) e 10% (dez por cento) admitida pela legislação, conforme manifestação técnica do Sr. Contador do Município, em conformidade com a Súmula nº 37 do TCE-SP, e em obediência ao disposto no art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974, com a redação dada pela Lei nº 13.429/2017, à Súmula nº 48 do TCE-SP, à tese de repercussão geral fixada pelo STF no Tema 1118 (RE 1298647, Rel. Min. Roberto Barroso, j. 13.02.2025), e ao entendimento consolidado do TCE-SP em matéria de habilitação econômico-financeira de empresas prestadoras de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra. A comprovação será feita por meio do Estatuto/Contrato Social devidamente registrado na Junta Comercial, contendo cláusula expressa de integralização (não se admitindo capital meramente subscrito), ou, alternativamente, por meio de balanço patrimonial do último exercício social que demonstre a integralização.
- 24.1.10.** Será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio, observadas as regras de governança e os requisitos específicos de habilitação detalhados em seção própria deste Termo de Referência (item ADMISSÃO DA



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO), em conformidade com o art. 15 da Lei nº 14.133/2021 e com a jurisprudência consolidada do Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCs 009622.989.24-2, 012481.989.24-2, 011607.989.24-1 e 010182.989.24-4), reconhecendo-se que a admissão do consórcio amplia a competitividade do certame;

- 24.2.** A participação de cooperativas no certame está vedada, com base na Súmula 281 do TCU, que dispõe: "É vedada a contratação de cooperativas de trabalho para a prestação de serviços contínuos com características de pessoalidade, subordinação e habitualidade, sob pena de configurar-se burla à exigência de concurso público".

25. FORMA DE ADJUDICAÇÃO – LOTE 01 E LOTE 02

A forma de adjudicação será a de **MENOR VALOR POR LOTE**.

A escolha do **menor valor por lote** promoverá um equilíbrio adequado entre preço, qualidade e eficiência, permitindo que múltiplos fornecedores concorram em igualdade de condições, o que contribui para fomentar a competição e garantir preços mais vantajosos. A adjudicação por lote integral assegura a compatibilidade tecnológica e operacional da solução, a coesão na execução das fases do projeto e a facilidade na gestão contratual, com toda a responsabilidade concentrada em um único contratado por lote.

26. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA – LOTE 01 E LOTE 02

MENOR VALOR POR LOTE.

27. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO – LOTE 01 E LOTE 02

O valor estimado da aquisição é de R\$ 11.817.348,20 (onze milhões, oitocentos e dezessete mil, trezentos e quarenta e oito reais e vinte centavos), correspondente a 24 (vinte e quatro) meses do Lote 01 acrescidos do Lote 02 pelo valor integral. Os valores referenciais detalhados por item encontram-se discriminados na Proposta Comercial nº PTC585/25_R0 da VS Telecom Ltda., de 22 de dezembro de 2025, juntada aos autos do processo administrativo, e a consolidação metodológica do cálculo da média — com fundamentação objetiva dos descartes e demonstração de conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e com o art. 5º, § 3º, da IN SEGES/ME nº 65/2021 — está formalizada na Nota Técnica nº 02/2026 — SEPLAN 3.1.2 (Consolidação e Fundamentação da Pesquisa de Preços), de 22 de abril de 2026, igualmente acostada ao processo.

28. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 28.1.** O contrato ou documento equivalente deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;
- 28.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

- 28.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;
- 28.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;
- 28.5.** Após a assinatura do contrato ou documento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;
- 28.6.** A execução do contrato ou documento equivalente deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput);
- 28.7.** O Contratado designará formalmente o preposto da empresa antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

CABERÁ AO GESTOR DO CONTRATO, EM ESPECIAL:

- 28.8.** Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa;
- 28.9.** Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos, no prazo de 1 (um) mês, admitida a prorrogação motivada por igual período;
- 28.10.** Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;
- 28.11.** Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para efeito de empenho de despesa e pagamento;
- 28.12.** Manter atualizado o processo de acompanhamento e fiscalização do contrato;
- 28.13.** Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções e extinção dos contratos;
- 28.14.** Estabelecer prazo razoável para comunicar à autoridade competente o término dos contratos;
- 28.15.** Negociar condições mais vantajosas com a contratada no procedimento que antecede a prorrogação ou a extinção dos contratos de serviços e fornecimentos contínuos, na forma do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CABERÁ AO FISCAL TÉCNICO DO CONTRATO, EM ESPECIAL:

- 28.16.** Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato;
- 28.17.** Anotar no Histórico de Gerenciamento do Contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
- 28.18.** Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada em desacordo com a execução do contrato;



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

- 28.19.** Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência;
- 28.20.** Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas;
- 28.21.** Fiscalizar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas na avença;
- 28.22.** Comunicar ao gestor do contrato o término do contrato sob sua responsabilidade, com antecedência suficiente para nova contratação ou prorrogação.

CABERÁ AO FISCAL ADMINISTRATIVO DO CONTRATO, EM ESPECIAL:

- 28.23.** Prestar apoio técnico e operacional ao gestor e ao fiscal técnico do contrato;
- 28.24.** Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada;
- 28.25.** Examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada.

29. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

- 29.1. RECEBIMENTO DO OBJETO:** Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
 - 29.1.1.** Não produziu os resultados acordados;
 - 29.1.2.** Deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida, as atividades contratadas;
 - 29.1.3.** Deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 29.2. PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado por meio de crédito em conta corrente indicada pela empresa vencedora, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da documentação fiscal, com a indicação do número da conta corrente, devidamente atestada e aprovada pela Unidade Requisitante.
 - 29.2.1.** Os pedidos de pagamento deverão vir devidamente instruídos com a documentação necessária, nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, acompanhada pela comprovação da regularidade fiscal constatada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais;
 - 29.2.2.** Não haverá atualizações ou compensações financeiras a qualquer título ou hipótese;
 - 29.2.3.** Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível ao CONTRATADO, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPC-FIPE, calculado pro rata die.

30. DO TERMO DE CONTRATO

- 30.1.** Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente;
- 30.2.** O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital;

- 30.3.** A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;
- 30.4.** A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei;
- 30.5.** O prazo de vigência da contratação é o estabelecido neste Termo de Referência.

31. DO AJUSTE

- 31.1.** As obrigações decorrentes deste Pregão Eletrônico consubstanciam-se no Contrato, parte integrante deste, nas Autorizações de Fornecimento expedidas pela Divisão de Expediente da Secretaria de Administração e nos termos do Edital.

DA REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS — APLICÁVEL APENAS AO LOTE 01 (REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA — ART. 6º, XVI, DA LEI Nº 14.133/2021)

Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do CONTRATADO.

O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado: (a) para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional **1º de janeiro**: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato; (b) para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

O sindicato paradigma adotado pela Administração como referência para aferição das propostas das licitantes é o **SINDPD - SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE PROCESSAMENTO DE DADOS, SERV COMP, INFORM TEC. INFORM E TRAB PROCESS DADOS, SERV COMP, INFORM E TEC INFORM ESP (CNPJ nº 55.537.666/0001-75), conforme Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2027, registrada no Ministério do Trabalho e Emprego sob nº SP002635/2026**, cuja convenção coletiva de trabalho aplicável constitui o parâmetro de remuneração para os profissionais que executarão o contrato em regime de dedicação exclusiva.

32. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 32.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei nº 14.133/2021, o contratado que:

- 32.1.1.** Der causa à inexecução parcial do contrato;
- 32.1.2.** Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 32.1.3.** Der causa à inexecução total do contrato;



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

- 32.1.4.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 32.1.5.** Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 32.1.6.** Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 32.1.7.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 32.1.8.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 32.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:
 - 32.2.1.** Advertência, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133/2021);
 - 32.2.2.** Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);
 - 32.2.3.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando praticadas as condutas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133/2021).
- 32.3. MULTAS:**
 - 32.3.1.** Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
 - 32.3.2.** O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021;
 - 32.3.3.** Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
 - 32.3.4.** Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
 - 32.3.5.** Multa de 1% (um por cento) sobre o valor estimado mensal da contratação, em caso de não realização de qualquer dos serviços constantes neste Termo de Referência;
 - 32.3.6.** Multa de 1% (um por cento) sobre o valor estimado mensal da contratação, em caso de execução inadequada ou incompleta da manutenção;
 - 32.3.7.** Multa de 1% (um por cento) sobre o valor estimado mensal da contratação, em caso de recorrência de falhas na realização dos serviços, apuradas por relatório de análise técnica ou inspeção, por mais de 3 (três) vezes no mês.
- 32.4.** A aplicação das penalidades previstas não exime a CONTRATADA da obrigação de corrigir as falhas ou irregularidades apontadas;
- 32.5.** Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133/2021);
- 32.6.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133/2021);



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

- 32.7.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;
- 32.8.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133/2021): a natureza e a gravidade da infração cometida; as peculiaridades do caso concreto; as circunstâncias agravantes ou atenuantes; os danos que dela provierem para o Município; e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade;
- 32.9.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos (art. 159 da Lei nº 14.133/2021);
- 32.10.** A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133/2021);
- 32.11.** O Município deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no CEIS e no CNEP (art. 161 da Lei nº 14.133/2021);
- 32.12.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

33. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FONTE
SEDUC	09.02.00/ 12.365.2001.2459 / 3.3.90.40.01 09.02.00/ 12.361.2001.2458 / 3.3.90.40.01 09.02.00/ 12.365.2001.2459 / 3.3.90.40.22 09.02.00/ 12.361.2001.2458 / 3.3.90.40.22	MUNICIPAL

34. DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS PREVISTOS PARA O LOTE 02 - ANEXO VI

34.1. TAXA DE OCUPAÇÃO EM ELETRODUTOS – 40%

ITEM	DESCRIÇÃO	DIÂMETRO DO ELETRODUTO		
		3/4"	1"	2"
1	CABO UTP-4P 5E	6	10	32
2	CABO UTP-4P 6	4	6	19



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

35. PLANTAS BAIXAS DAS UNIDADES ESCOLARES – ANEXO VII

Em virtude do tamanho considerável do arquivo que reúne todas as plantas no formato A0, convertidas para PDF, decidimos disponibilizar, além do site da Prefeitura de Praia Grande, um link alternativo no Google Drive. Este link não exige senha nem qualquer cadastro prévio, permitindo assim que os licitantes realizem o download das plantas baixas das 80 (oitenta) Unidades Escolares, bem como dos demais arquivos pertinentes a este projeto:

<https://drive.google.com/drive/folders/1HC5eg7j83149n2XjNotOdU5PeoB5BkXG>

36. INTERCONEXÕES DE REDE DO LINK DE INTERNET DA PREFEITURA DE PRAIA GRANDE – ANEXO VIII

As especificações sobre as interconexões de rede do link de internet da Prefeitura de Praia Grande constam do Anexo VIII do Edital, disponibilizado por ocasião da publicação do edital.

37. LEVANTAMENTO DE HOMOLOGAÇÕES ANATEL – ANEXO IX

38. TERMO DE COMPROMISSO DE CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO (MODELO) – ANEXO X

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO – SEPLAN 3.1.2	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Responsável: ROGER NOWILL Reg. Funcional: 16.942 Cargo: Diretor do Departamento de Informática E-mail: rogern@praiagrande.sp.gov.br Data: 14/05/2026 Suplente: EDGAR TOMIO HIROSE SATO RF: 39.758 E-mail: edgarhs@praiagrande.sp.gov.br	Responsável: RAFAEL VINICIUS TURLÃO Reg. Funcional: 53.469 Cargo: Diretor do Dpto. de Programas de Inclusão Digital E-mail: seduc.tecnologia@praiagrande.sp.gov.br Fiscal Técnico Titular: Rafael Vinicius Turlão RF: 53469 Fiscal Técnico Suplente: Thiago Ribeiro Andrade RF: 30162 Fiscal Administrativo Titular: Thiago Felipe do Nascimento Gonzalez RF: 25473 Fiscal Administrativo Suplente: Alexsandro Braz de Almeida RF: 18543 Fiscal Administrativo Suplente: Viviane de Jesus Silva RF: 42046



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

1º APÊNDICE DO ANEXO I

PLANILHA ESTIMATIVA

LOTE 01 – LOCAÇÃO — SERVIÇOS E MATERIAIS

SERVIÇOS E MATERIAIS COMUNS PARA AS OPÇÕES "A", "B" E "C"			
ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	TIPO
1	Locação de ponto de acesso (AP) Wi-Fi 7 interno (padrão IEEE 802.11be)	1.160	unidade
2	Locação de ponto de acesso (AP) Wi-Fi 6 externo (padrão IEEE 802.11ax)	85	unidade
3	Locação de switch 48 portas PoE SFP+ 10Km	110	unidade
4	Locação de adaptador WiFi USB	850	unidade
5	Locação de rack de 19" com acessórios e infraestrutura	110	unidade
6	Locação de nobreak com banco de baterias para rack de 19"	110	unidade
7	Serviço de levantamento de local (site survey RF/WLAN)	25	serviço
8	Serviço de manutenção preventiva e corretiva e suporte aos usuários da rede WLAN	1	serviço
9	Serviço de administração da rede WLAN	1	serviço
OPÇÃO "A" LOTE 01 — EQUIPAMENTOS MÍNIMOS PARA TOPOLOGIA CENTRALIZADA			
ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	TIPO
10	Locação de Firewall Nova Geração (NGFW) em alta disponibilidade (HA)	2	unidade
11	Locação de Gerenciador/Controlador para rede Wireless (WLAN) em alta disponibilidade (HA)	2	unidade
12	Locação de Gerenciador/Controlador para rede local (LAN) em alta disponibilidade (HA)	2	unidade
13	Locação de Roteador para rede local (LAN) em alta disponibilidade (HA)	2	unidade
OPÇÃO "B" LOTE 01 — EQUIPAMENTOS MÍNIMOS PARA TOPOLOGIA DESCENTRALIZADA			
ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	TIPO
14	Locação de Controlador/Gerenciador/NGFW descentralizado	80	unidade
15	Locação de Gerenciador/Controlador para rede Wireless (WLAN) em alta disponibilidade (HA)	2	unidade
16	Locação de Gerenciador/Controlador para rede local (LAN) em alta disponibilidade (HA)	2	unidade
17	Locação de Roteador para rede local (LAN) em alta disponibilidade (HA)	2	unidade



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

OPÇÃO "C" LOTE 01 — EQUIPAMENTOS MÍNIMOS PARA TOPOLOGIA SUBSCRITA EM NUVEM			
ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	TIPO
18	Locação de Firewall Nova Geração (NGFW) em alta disponibilidade (HA)	2	unidade
19	Locação de Gerenciador/Controlador para rede Wireless (WLAN) em alta disponibilidade (HA)	2	unidade
20	Locação de Gerenciador/Controlador para rede local (LAN) em alta disponibilidade (HA)	2	unidade
21	Locação de Roteador para rede local (LAN) em alta disponibilidade (HA)	2	unidade

LOTE 02 — INSTALAÇÃO — SERVIÇOS E MATERIAIS			
ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	TIPO
22	Serviço de lançamento de cabo CAT 5E com fornecimento de material	103.360	metro linear
23	Serviço de instalação de eletroduto rígido branco de ¾" com fornecimento de material	5.610	Barra 3 metros
24	Serviço de certificação de pontos de rede	1.245	por ponto
25	Serviço de remoção de eletrodutos legados e cabos de rede inservíveis	80	por escola



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

2º APÊNDICE DO ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

PROCESSO:	PE 040/2026 – PA nº 43.770/2025-D UASG 986921
MODALIDADE:	Pregão Eletrônico – Menor Preço por Lote (Lei nº 14.133/2021)
REFERÊNCIA:	Dezembro/2025 Pesquisa de preços: Novembro/2025
LOTE 01:	Locação de Infraestrutura WLAN + Serviços Gerenciados (24 meses, prorrogável até 10 anos)
LOTE 02:	Instalação de Cabeamento Estruturado CAT 5E em 80 Unidades Escolares (180 dias)
OBJETO:	Locação de Infraestrutura de Rede Wi-Fi (WLAN) com Serviços Gerenciados
UNIDADE REQUISITANTE:	Secretaria Municipal de Educação (SEDUC) Depto. de Programas de Inclusão Digital

SUMÁRIO

1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO	87
2. PREVISÃO NO ORÇAMENTO	88
3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	89
3.1. REQUISITOS PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA	89
3.2. REQUISITOS DE NORMATIZAÇÃO.....	90
3.3. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA – LOTE 01	90
3.4. TÉCNICOS RESIDENTES – LOTE 01	91
3.5. TÉCNICOS – LOTE 02	91
3.6. DIMENSIONAMENTO MATERIAL, PATRIMONIAL E ALOCAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	92
3.7. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA – LOTE 01 E LOTE 02	93
3.8. REQUISITOS DE NÍVEL DE SERVIÇO (SLA) DA SOLUÇÃO – LOTE 01	93
3.9. REQUISITOS DE GARANTIA DOS SERVIÇOS – LOTE 01 E LOTE 02.....	95
3.10. DISPENSA DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL – ART. 96 DA LEI Nº 14.133/2021	96
3.11. REQUISITOS DE OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA – LOTE 01 E LOTE 02	96
3.12. REQUISITOS DE OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE – LOTE 01 E LOTE 02	98
3.13. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA – LOTE 01 E LOTE 02.....	99
3.14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA – LOTE 01 E LOTE 02	100
3.15. REQUISITOS PARA HOMOLOGAÇÃO – LOTE 01 E LOTE 02.....	102
3.16. REQUISITOS PARA PROVA DE CONCEITO – LOTE 01	102
3.17. REQUISITOS DE VISITA TÉCNICA – LOTE 01 E LOTE 02	103
3.18. REQUISITOS DE CONFIDENCIALIDADE – LOTE 01 E LOTE 02.....	104
3.19. NATUREZA DA CONTRATAÇÃO – LOTE 01 E LOTE 02	104
3.20. VIGÊNCIA CONTRATUAL – LOTE 01 E LOTE 02	105
3.21. CONTRATO VIGENTE – LOTE 01	105



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES – LOTE 01 E LOTE 02	106
5. LEVANTAMENTO DE MERCADO – LOTE 01 E LOTE 02	107
6. ANÁLISE TÉCNICA DA ESCOLHA DO PADRÃO Wi-Fi 7, DISPOSITIVOS DE FABRICANTE	110
7. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO	112
8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO	114
8.1. PROJETO DE IMPLANTAÇÃO – LOTE 01 E LOTE 02	114
8.2. NORMAS TÉCNICAS	117
8.3. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS – LOTE 01 E LOTE 02	118
8.4. CHAMADOS TÉCNICOS – LOTE 01	118
8.5. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS PARA IMPLANTAÇÃO – LOTE 01 E LOTE 02	120
8.6. DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA MENSAL – LOTE 01	120
8.7. DA MANUTENÇÃO CORRETIVA – LOTE 01	121
8.8. DIRETRIZES PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS – LOTE 01 E LOTE 02	121
8.9. DA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E QUALIFICAÇÃO DAS EQUIPES TÉCNICAS – LOTE 01	122
8.10. GESTÃO DA EQUIPE DE MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO DA REDE WLAN – LOTE 01	122
8.11. EQUIPE DE MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO DA REDE WLAN – LOTE 01	123
8.12. QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA – LOTE 01 E LOTE 02	124
8.13. TÉCNICOS RESIDENTES – LOTE 01	125
8.14. TÉCNICOS – LOTE 02	125
8.15. REQ. DIMENSIONAMENTO MATERIAL, PATRIMONIAL E ALOCAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	126
8.16. AVALIAÇÃO E ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS – LOTE 01 E LOTE 02	127
9. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS – LOTE 01	128
9.1. PONTO DE ACESSO INTERNO WiFi 7 (PADRÃO IEEE 802.11be)	128
9.2. PONTO DE ACESSO EXTERNO WiFi 6 (PADRÃO IEEE 802.11ax)	129
9.3. GERENCIADOR/CONTROLADOR WiFi PARA WLAN COM ALTA DISPONIBILIDADE	131
9.4. NGFW - FIREWALL NG – CENTRALIZADA “A” E TOPOLOGIA SUBSCRITA EM NUVEM “C”	133
9.5. NGFW REMOTO / ROTEADOR REMOTO – TOPOLOGIA DESCENTRALIZADA “B”	135
9.6. ROTEADOR CENTRAL - TOPOLOGIA DESCENTRALIZADA “B”	136
9.7. SWITCH 48 PORTAS POE SFP/SFP+ 10 KM	137
9.8. ADAPTADOR WiFi USB	138
9.9. RACK 19” COM ACESSÓRIOS E INFRAESTRUTURA	138
9.10. NOBREAK COM BANCO DE BATERIAS	139
9.11. SOLUÇÃO DE RELATORIA E LOGS	139
10. PLANILHA QUANTITATIVA	141
11. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO	144
12. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS	148
12.1. COBERTURA DE SINAL WI-FI OTIMIZADA	148
12.2. ALTA DISPONIBILIDADE E DESEMPENHO	148
12.3. SEGURANÇA E CONFORMIDADE	148
12.4. GESTÃO CENTRALIZADA E VISIBILIDADE DA REDE	148
12.5. OPERAÇÃO ASSISTIDA COM SLA	148
12.6. REDUÇÃO DE CUSTOS E RISCOS PARA A CONTRATANTE	148
13. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO	148
14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES	149
15. IMPACTOS AMBIENTAIS	149
16. ANÁLISE DE RISCO	149
17. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO	150



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O Município de Praia Grande tem como objetivo a contratação de empresa especializada na implementação de uma infraestrutura de rede local sem fio (WLAN), com a finalidade de atender à demanda por modernização da tecnologia da informação nas instalações públicas municipais, com especial atenção às escolas públicas da localidade. A criação de uma rede WLAN robusta e segura é essencial para fomentar a inclusão digital, aprimorar a qualidade do ensino e otimizar a gestão administrativa.

Nas instituições de ensino público a implementação da rede WLAN trará os seguintes benefícios esperados:

- Acesso à educação digital:
 - Possibilitará que educadores e estudantes se beneficiem de plataformas educacionais online, recursos digitais e ferramentas interativas de aprendizado, enriquecendo o acesso a conteúdos atualizados e diversificados.
- Inclusão digital:
 - Assegurará que estudantes, em especial aqueles provenientes de contextos de baixa renda, tenham acesso a uma internet de qualidade no ambiente escolar, mitigando as desigualdades no acesso às tecnologias e preparando-os para os desafios do mercado de trabalho digital.
- Otimização da gestão escolar:
 - Facilitará a implementação de sistemas digitais para a administração acadêmica, como diários eletrônicos, comunicação com pais e responsáveis, e monitoramento do desempenho escolar, diminuindo a burocracia e aumentando a eficiência nas operações.
- Capacitação docente:
 - Proporcionará aos educadores a oportunidade de acesso a cursos de formação continuada online, bem como a recursos pedagógicos digitais, contribuindo para o aprimoramento profissional e a inovação nas práticas educativas.
- Estímulo à cidadania digital:
 - Promoverá o uso responsável da internet, com suporte técnico voltado a garantir a segurança das informações e a proteção contra ameaças cibernéticas, cultivando a conscientização acerca da ética digital.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

Além disso, a infraestrutura de rede sem fio atenderá às demandas administrativas das demais unidades municipais, promovendo a conectividade entre setores, agilizando processos internos e melhorando a prestação de serviços à população.

A iniciativa está alinhada aos objetivos de modernização da gestão pública e de garantia de acesso à tecnologia como direito fundamental, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do Município.

2. PREVISÃO NO ORÇAMENTO

O Plano de Contratações Anual (PCA) da Prefeitura Municipal de Praia Grande, foi devidamente regulamentado pelo Decreto Municipal nº 7.929/2023 em seu artigo 16, estando publicado e disponibilizado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP sob ID n.º 46177531000155-0-000017/2025 em consonância com a Lei Orçamentária Anual (LOA).

O objeto desta contratação encontra-se previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) do exercício de 2026 da Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com o art. 12, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021 e art. 18 do Decreto Municipal nº 7.929/2023, sob ID PNCP nº 46177531000155-0-000017/2025, garantindo o alinhamento entre o planejamento da contratação e as leis orçamentárias municipais (Lei Orçamentária Anual — LOA 2026).



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. REQUISITOS PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

- 3.1.1.** Deverá a licitante declarar que os equipamentos e materiais propostos estão em linha de produção e são inteiramente novos (não se aceitam equipamentos ou materiais recondicionados), assegurando assim o investimento desta municipalidade, bem como a procedência dos produtos a serem adquiridos;
- 3.1.2.** As empresas licitantes deverão apresentar catálogos, manuais ou outros documentos que demonstrem as características técnicas de todos os equipamentos e materiais;
- 3.1.3.** A LICITANTE DEVERÁ INSERIR UMA COLUNA REFERENTE A MARCA E MODELO DOS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS OFERTADOS NA PLANILHA DE PROPOSTA;
- 3.1.4.** A licitante deverá optar por uma única topologia entre as três alternativas oferecidas (Opção A ou B ou C);
- 3.1.5.** Para fins de atendimento do presente item deverão ser considerados no mínimo os serviços, equipamentos e materiais abaixo:

ITEM	LOTE 01 - LOCAÇÃO - SERVIÇOS E MATERIAIS COMUNS PARA AS OPÇÕES "A", "B" E "C"	QTDE.	TIPO
1	Locação de ponto de acesso (AP) Wi-Fi 7 interno (padrão IEEE 802.11be)	1.160	unidade
2	Locação de ponto de acesso (AP) Wi-Fi 6 externo (padrão IEEE 802.11ax)	85	unidade
3	Locação de switch 48 portas PoE SFP+ 10Km	110	unidade
4	Locação de adaptador WiFi USB	850	unidade
5	Locação de rack de 19" com acessórios e infraestrutura	110	unidade
6	Locação de nobreak com banco de baterias para rack de 19"	110	unidade
7	Serviço de levantamento de local (site survey RF/WLAN)	25	serviço
8	Serviço de manutenção preventiva e corretiva e suporte aos usuários da rede WLAN	1	serviço
9	Serviço de administração da rede WLAN	1	serviço
ITEM	OPÇÃO "A" LOTE 01 – EQUIPAMENTOS MÍNIMOS PARA TOPOLOGIA CENTRALIZADA	QTDE.	TIPO
10	Locação de Firewall Nova Geração (NGFW) em alta disponibilidade (HA)	2	unidade
11	Locação de Gerenciador/Controlador para rede Wireless (WLAN) em alta disponibilidade (HA)	2	unidade
12	Locação de Gerenciador/Controlador para rede local (LAN) em alta disponibilidade (HA)	2	unidade
13	Locação de Roteador para rede local (LAN) em alta disponibilidade (HA)	2	unidade
ITEM	OPÇÃO "B" LOTE 01 - EQUIPAMENTOS MÍNIMOS PARA TOPOLOGIA DESCENTRALIZADA	QTDE.	TIPO
14	Locação de Controlador/Gerenciador/NGFW descentralizado	80	unidade
15	Locação de Gerenciador/Controlador para rede Wireless (WLAN) em alta disponibilidade (HA)	2	unidade
16	Locação de Gerenciador/Controlador para rede local (LAN) em alta disponibilidade (HA)	2	unidade
17	Locação de Roteador para rede local (LAN) em alta disponibilidade (HA)	2	unidade
ITEM	OPÇÃO "C" LOTE 01 - EQUIPAMENTOS MÍNIMOS PARA TOPOLOGIA SUBSCRITA EM NUVEM	QTDE.	TIPO
18	Locação de Firewall Nova Geração (NGFW) em alta disponibilidade (HA)	2	unidade
19	Locação de Gerenciador/Controlador para rede Wireless (WLAN) em alta disponibilidade (HA)	2	unidade
20	Locação de Gerenciador/Controlador para rede local (LAN) em alta disponibilidade (HA)	2	unidade
21	Locação de Roteador para rede local (LAN) em alta disponibilidade (HA)	2	unidade
ITEM	LOTE 02 - INSTALAÇÃO - SERVIÇOS E MATERIAIS	QTDE.	TIPO
22	Serviço de lançamento de cabo CAT 5E com fornecimento de material	103.360	metro linear
23	Serviço de instalação de eletroduto rígido branco de ¾" com fornecimento de material	5.610	Barra 3 metros
24	Serviço de certificação de pontos de rede	1.245	por ponto
25	Serviço de remoção de eletrodutos legados e cabos de rede inservíveis	80	por escola



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

3.2. REQUISITOS DE NORMATIZAÇÃO

3.2.1. Os serviços relacionados devem seguir as seguintes normas e instruções sem prejuízo de demais especificações técnicas pertinentes:

3.2.1.1. Norma NBR 14565 - Procedimento Básico para Elaboração de Projetos de Cabeamento de Telecomunicações para Rede Interna Estruturada;

3.2.1.2. Norma ANSI/TIA/EIA 568-B - Commercial Building Telecommunications Cabling Standard;

3.2.1.3. Norma ANSI/TIA/EIA 568-B.1 - Requisitos gerais para projeto, instalação e parâmetro para testes do sistema de cabeamento estruturado.

3.3. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA – LOTE 01

3.3.1. Com o intuito de assegurar a excelência na execução do serviço, bem como garantir o adequado cumprimento das atividades e procedimentos a serem realizados em benefício da CONTRATANTE, apresentamos as características essenciais da equipe que deverá ser disponibilizada para a presente prestação de serviços;

3.3.2. Responsável pela equipe técnica – Lote 01: Diploma de graduação superior em um dos seguintes cursos:

3.3.2.1. Análise de sistemas, Sistemas de Informação, Ciências da Computação, Computação, Engenharia da Computação, Informática/Processamento de Dados, Diploma de Curso Superior de Tecnologia (qualquer modalidade na área de informática);

3.3.2.2. Deverá ter experiência mínima comprovada de 02 (dois) anos na atividade;

3.3.2.3. A licitante deverá declarar formalmente que apresentará, para fins de contratação, profissional com certificação válida do(s) fabricante(s) dos equipamentos ofertados, sendo a comprovação de vínculo exigida no ato da assinatura do contrato, nos termos do art. 67, inciso I, da Lei nº 14.133/2021;

3.3.2.4. A apresentação da certificação de um fabricante distinto será considerada válida, desde que esta demonstre equivalência tecnológica em relação aos dispositivos sem fio e dispositivos de comutação que serão oferecidos;

3.3.2.5. Não serão aceitos certificados fora do prazo de validade.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

3.4. TÉCNICOS RESIDENTES – LOTE 01

3.4.1. Formação Técnica em um dos seguintes cursos:

- 3.4.1.1.** Telecomunicações, Redes de Computadores, Manutenção e Suporte em Informática, Informática, Desenvolvimento de Sistemas, Informática para Internet;
- 3.4.1.2.** Deverá ter experiência mínima comprovada de 02 (dois) anos na atividade;
- 3.4.1.3.** Todos os 4 (quatro) Técnicos Residentes, prestadores de serviço da CONTRATADA, deverão apresentar o certificado válido de conclusão do curso “Norma Regulamentadora NR-35 – Trabalho em altura”, sendo a apresentação de tal certificação exigida no ato da assinatura do contrato e não na fase de habilitação;
- 3.4.1.4.** Não serão aceitos certificados fora do prazo de validade.

3.5. TÉCNICOS – LOTE 02

3.5.1. Formação Técnica em um dos seguintes cursos:

- 3.5.1.1.** Telecomunicações, Redes de Computadores, Manutenção e Suporte em Informática, Informática, Desenvolvimento de Sistemas, Informática para Internet;
- 3.5.1.2.** Deverá ter experiência mínima comprovada de 02 (dois) anos na atividade;
- 3.5.1.3.** Todos os Técnicos, prestadores de serviço da CONTRATADA na execução das atividades previstas no Lote 02 deverão apresentar o certificado válido de conclusão do curso “Norma Regulamentadora NR-35 – Trabalho em altura”, sendo a apresentação de tal certificação exigida no ato da assinatura do contrato e não na fase de habilitação;
- 3.5.1.4.** Não serão aceitos certificados fora do prazo de validade.

Para ambos os LOTES, os integrantes das equipes deverão possuir sólida competência técnica, serem treinados e habilitados para construir infraestrutura de rede local e sem fio (WLAN), incluindo a manutenção geral dos equipamentos descritos nesta especificação técnica.

Para o LOTE 01, a CONTRATADA deverá contar, para fins de contratação, com um profissional graduado em nível superior que possua certificação válida emitida pelo(s) fabricante(s) dos equipamentos propostos (WLAN e NGFW), cuja comprovação de vínculo será exigida no ato da assinatura do contrato, nos termos do art. 67, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

A apresentação da certificação de um fabricante distinto será considerada válida, desde que esta demonstre equivalência tecnológica em relação aos dispositivos sem fio e dispositivos de comutação que serão oferecidos.

Essa exigência visa assegurar que a licitante disponibilize um membro de sua equipe técnica, devidamente capacitado para configurar, implementar, colocar em operação e monitorar a solução apresentada, garantindo o pleno funcionamento e êxito do projeto, atendendo ao escopo e às especificidades técnicas estabelecidas.

Para ambos os LOTES, a CONTRATANTE reserva-se o direito, a qualquer momento, de requerer a substituição dos profissionais da CONTRATADA que não cumprirem adequadamente as exigências técnicas ou que não se ajustarem às normas e procedimentos da CONTRATANTE.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

3.6. REQUISITOS DE DIMENSIONAMENTO MATERIAL, PATRIMONIAL E ALOCAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

DOS TÉCNICOS (RESIDENTES) – LOTE 01 E LOTE 02

- 3.6.1.** Para o LOTE 01 a CONTRATADA deverá disponibilizar 2 (dois) veículos com um máximo de 5 (cinco) anos de utilização, os quais deverão ter a capacidade de transportar os Técnicos Residentes, as ferramentas e todos os equipamentos indispensáveis para a realização de serviços de manutenção;
- 3.6.2.** Para ambos os LOTES a CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que a necessidade surgir, um veículo adicional, com o intuito de assegurar a quantidade adequada de veículos e equipes à disposição do Município, conforme estipulado no contrato;
- 3.6.3.** Para o LOTE 01 os Técnicos Residentes da CONTRATADA terão a incumbência de fornecer assistência aos usuários e aos seus dispositivos móveis, organizando as demandas de conectividade na rede WLAN mencionada, além de exercer outras atividades pertinentes à gestão de seus equipamentos;
- 3.6.4.** Para ambos os LOTES a CONTRATADA deverá diligenciar junto à CONTRATANTE a identificação de seus Técnicos (Residentes) e dos eventuais substitutos;
- 3.6.5.** Para ambos os LOTES o horário de trabalho dos Técnicos (Residentes) deverá ser das 8h30min às 17h30min, conforme o horário local, de segunda a sexta-feira, exceto em feriados;
- 3.6.6.** Para o LOTE 01 os Técnicos Residentes deverão efetuar o registro de controle de frequência, que deverá ser devidamente arquivado no Departamento de Programas de Inclusão Digital;
- 3.6.7.** Para ambos os LOTES a CONTRATANTE poderá requisitar da CONTRATADA, a qualquer momento que lhe convier, um relatório das atividades desempenhadas pelos Técnicos (Residentes);
- 3.6.8.** Para ambos os LOTES em situações que envolvam férias ou a ausência dos Técnicos (Residentes), a CONTRATADA deverá assegurar a substituição temporária por outros profissionais devidamente qualificados;
- 3.6.9.** Para ambos os LOTES os insumos e equipamentos indispensáveis à realização das atividades pelos Técnicos (Residentes) deverão ser disponibilizados pela CONTRATADA, incluindo também os suprimentos de escritório, tecnologia da informação e itens de uso diário;
- 3.6.10.** Para ambos os LOTES os custos relacionados aos deslocamentos dos Técnicos (Residentes) para atendimentos externos deverão ser suportados pela CONTRATADA;
- 3.6.11.** Para ambos os LOTES os atendimentos externos realizados pelos Técnicos (Residentes) não deverão ultrapassar os limites do Município de Praia Grande/SP;
- 3.6.12.** Para ambos os LOTES a CONTRATADA se compromete a manter o Departamento responsável da CONTRATANTE sempre informado sobre os números de telefone destinados ao contato, assim como a notificar de forma imediata quaisquer modificações que possam ocorrer.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

3.7. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA – LOTE 01 E LOTE 02

- 3.7.1.** Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- 3.7.2.** Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, incluindo termos de abertura e encerramento, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balanço ou balancetes provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data de apresentação da proposta;
- 3.7.3.** Empresas constituídas há menos de 2 (dois) anos na data do certame licitatório apresentarão balanço patrimonial e as demonstrações contábeis referentes apenas ao último exercício;
- 3.7.4.** Somente empresas que ainda não tenham completado seu primeiro exercício social poderão comprovar sua capacidade econômico-financeira por meio de balanço de abertura, conforme o disposto no art. 65, § 1º, da Lei nº 14.133/2021;
- 3.7.5.** Apresentação do cálculo do Índice de Liquidez Corrente (LC) $\geq 1,00$, calculado pela fórmula: $LC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$;
- 3.7.6.** Apresentação do cálculo do Índice de Liquidez Geral (LG) $\geq 1,00$, calculado pela fórmula: $LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})$;
- 3.7.7.** Apresentação do Índice de Solvência Geral (SG) $\geq 1,00$, calculado pela fórmula: $SG = \text{Ativo Total} / (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})$;
- 3.7.8.** As empresas deverão comprovar patrimônio líquido ou capital social igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor total estimado para cada item, quando os índices anteriores forem inferiores a 1 (um);
- 3.7.9.** Será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio, observadas as regras de governança e os requisitos específicos de habilitação detalhados no item ADMISSÃO DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO – REGRAS DE GOVERNANÇA E REQUISITOS DE HABILITAÇÃO do Termo de Referência (Anexo I deste Edital), em conformidade com o art. 15 da Lei nº 14.133/2021;
- 3.7.10.** A participação de cooperativas no certame está vedada, com base na Súmula 281 do TCU.

3.8. REQUISITOS DE NÍVEL DE SERVIÇO (SLA) DA SOLUÇÃO – LOTE 01

O SLA – Acordo de Níveis de serviço, define as metas essenciais e as obrigações da CONTRATADA quanto ao atendimento das solicitações técnicas durante a vigência do contrato. Os chamados técnicos que forem abertos pela CONTRATANTE serão categorizados conforme o nível de severidade, sendo que devem ser conduzidos de acordo com os padrões de atendimento, como segue:



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

3.8.1. Nível 1 (N1)

3.8.1.1. O dispositivo, acessório, periférico ou software, demonstra uma falha, interrupção, deficiência ou erro técnico o que ocasiona sua total ou parcial inoperância;

3.8.1.1.1. O primeiro retorno telefônico da CONTRATADA deve ocorrer em até 30 minutos, e a solução técnica, seja ela definitiva ou temporária, não poderá ultrapassar 1 (uma) hora a partir do registro do chamado técnico.

3.8.2. Nível 2 (N2)

3.8.2.1. O dispositivo, acessório, periférico ou software, demonstra uma falha, interrupção, deficiência ou erro técnico que comprometa a operação, utilização ou acesso a função(ões) essencial(is);

3.8.2.1.1. O primeiro retorno telefônico da CONTRATADA deve ocorrer em até 30 (trinta) minutos, e a solução técnica, seja ela definitiva ou temporária, não poderá ultrapassar 4 (quatro) horas a partir do registro do chamado técnico.

3.8.3. Nível 3 (N3)

3.8.3.1. Esclarecimento de questionamentos referentes à instalação, configuração, customização, otimização, operacionalização, utilização e gestão da solução oferecida;

3.8.3.1.1. O primeiro retorno telefônico da CONTRATADA deverá ocorrer em um prazo máximo de 1 (uma) hora, e, a respectiva devolutiva técnica, seja ela definitiva ou provisória, não deverá ultrapassar 48 (quarenta e oito) horas a partir do registro do chamado técnico.

Na impossibilidade de resolução da falha, pane ou inconformidade técnica nos prazos estipulados conforme os níveis de severidade mencionados anteriormente, a CONTRATADA deverá assegurar a substituição do equipamento, acessório, periférico ou software contratado por outro que possua as mesmas especificações, em um prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de recebimento da notificação formal emitida pela CONTRATANTE.

A CONTRATADA garante disponibilidade mínima da infraestrutura WLAN de 99% (noventa e nove por cento) medida mensalmente, calculada como: (horas de operação normal / horas totais do período) × 100. O descumprimento da meta mensal implicará desconto proporcional na fatura, calculado sobre o valor de locação dos APs afetados pelo percentual de indisponibilidade verificado acima da franquia de 1%.

Deverá ser documentado em um Relatório de Atendimento Técnico, todo procedimento realizado localmente pela CONTRATADA em decorrência da execução dos serviços de manutenção para a resolução de incidentes ou problemas (pane, falha ou não-conformidade técnica identificada).



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

Este Relatório de Atendimento Técnico deverá ser enviado à CONTRATANTE em até 48 (quarenta e oito) horas após a ocorrência do incidente ou problema, contendo as seguintes informações relacionadas abaixo:

- a) O ativo que apresentou o incidente ou problema;
- b) A descrição detalhada do incidente ou problema identificado;
- c) A causa raiz do problema (Root-cause);
- d) As ações de contorno, se houver;
- e) As medidas adotadas para a resolução do incidente ou problema;
- f) Os testes de validação realizados para atestar que o incidente ou problema foi devidamente resolvido, incluindo a data, hora, local, nome e assinatura do responsável pelo atendimento;

3.9. REQUISITOS DE GARANTIA DOS SERVIÇOS – LOTE 01 E LOTE 02

A CONTRATADA garantirá por 12 (doze) meses, os serviços objeto deste Contrato. É de responsabilidade da CONTRATADA garantir que todos os materiais, peças e componentes sejam novos e sem uso.

Durante os 12 meses subsequentes a entrega do serviço executado, o MUNICÍPIO poderá solicitar o refazimento do serviço prestado, incluindo-se material, caso seja constatado a não conformidade do serviço e/ou do material utilizado. A CONTRATADA deverá prestar garantia aos bens pelo período mínimo determinado pelo Código de Defesa do Consumidor, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, bem como, da garantia inerente ao produto especificado originalmente pelo fabricante (sem subcontratação).

A CONTRATADA deverá fornecer, durante a vigência do contrato, meios de comunicação, tais como: e-mails, telefones fixos e celulares, para que a CONTRATANTE solicite serviços e acione a devida assistência em caso de problemas com o objeto. Deverá ser possível a abertura de chamados, através da Internet ou telefone.

A CONTRATADA se obriga a refazer, substituir ou reparar, sem custos adicionais à CONTRATANTE, aqueles itens que apresentarem falhas durante o período de garantia.

A assistência proporcionada pela CONTRATADA será realizada “on site”, arcando por sua conta com todas as despesas relacionadas a peças, mão de obra, fretes, seguros, transporte, acomodações, entre outros.

Em caso de danos aos serviços decorrentes da responsabilidade da CONTRATADA, esta deverá efetuar as reparações necessárias no prazo acordado no contrato, sem implicar ônus à CONTRATANTE.

Durante a vigência do período de garantia, a CONTRATADA compromete-se a reparar, modificar, ajustar e substituir não apenas os materiais que apresentarem defeitos, mas também a refazer instalações que tenham sido executadas em desacordo com o projeto ou as especificações contidas no contrato, ou que apresentem qualquer tipo de vício que comprometa sua segurança, adequação ou estética.

Todas essas intervenções realizadas durante o período de garantia serão efetuadas sem qualquer custo adicional para a CONTRATANTE.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

3.10. DISPENSA DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL – FUNDAMENTAÇÃO (ART. 96 DA LEI Nº 14.133/2021)

- 3.10.1.** Nos termos do art. 96, caput, da Lei nº 14.133/2021, a exigência de garantia contratual de execução é faculdade discricionária da autoridade competente, exercível mediante motivação técnica em cada caso. A Administração optou pela dispensa, com base nos seguintes fundamentos detalhados no Estudo Técnico Preliminar (seção 3.9.14 e Seção 16) e no Memorando Técnico da SEPLAN 3.1.2 (PA 43.770/2025-D):
- 3.10.2.** O risco dominante identificado na fase de operação é a subtração de ativos (furto/roubo de equipamentos em 80 unidades escolares), classificado como ALTO no ETP — risco que a garantia de execução do art. 96 não cobre, por destinar-se à proteção contra inadimplência financeira e abandono contratual;
- 3.10.3.** O instrumento substituto adotado — seguro patrimonial obrigatório a cargo da Contratada (item 3.9.14 do ETP e item 18 deste TR), com cobertura mínima de furto simples, furto qualificado e roubo sobre todos os 1.245 APs Wi-Fi e 850 adaptadores Wireless USB locados — endereça diretamente o risco dominante, com resolução mais ágil e a custo proporcionalmente inferior ao de qualquer modalidade de garantia do art. 96, § 2º;
- 3.10.4.** O regime sancionatório previsto na seção 32 deste TR — multa moratória de 1%/dia e compensatória de 20% sobre o valor total do contrato — protege o Município contra inadimplência financeira sem necessidade do instrumento do art. 96; e
- 3.10.5.** A dispensa amplia a competitividade do certame ao eliminar o ônus de imobilização de capital de aproximadamente R\$ 512.000 a R\$ 590.000 que a exigência de garantia de 5% acarretaria, em conformidade com o art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

3.11. REQUISITOS DE OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA – LOTE 01 E LOTE 02

- 3.11.1.** A CONTRATADA deverá disponibilizar equipamentos e profissionais qualificados para a realização dos serviços;
- 3.11.2.** Cumprir fielmente as obrigações contratuais de forma que os fornecimentos sejam realizados com esmero e perfeição;
- 3.11.3.** A CONTRATADA deverá conduzir a execução dos serviços em conformidade com as diretrizes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e/ou outras normas reconhecidas no que tange à segurança;
- 3.11.4.** Deverão ser rigorosamente observadas, durante a execução dos serviços, todas as exigências relacionadas à segurança e demais obrigações, ao longo do período de execução, com o estrito cumprimento da legislação vigente;
- 3.11.5.** A CONTRATADA deverá assegurar a alocação de mão de obra suficiente para a implementação dos serviços do projeto em questão, a fim de garantir o cumprimento do prazo de entrega;



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

- 3.11.6.** Os equipamentos disponibilizados à CONTRATANTE deverão ser mantidos em perfeito estado de funcionamento, devendo a CONTRATADA proceder às manutenções preventivas e corretivas, sem ônus para a CONTRATANTE, observando as recomendações técnicas do fabricante, sem que isso ocasione qualquer prejuízo à execução dos serviços;
- 3.11.7.** A CONTRATADA deverá assegurar a manutenção, suporte técnico e operacional necessários ao pleno e perfeito funcionamento dos equipamentos, efetuando os ajustes, reparos ou a substituição parcial ou total dos equipamentos, peças e partes sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;
- 3.11.8.** Realizar capacitação operacional e transferência de conhecimento aos profissionais Técnicos da Prefeitura de Praia Grande que participam da execução do projeto, sem custos adicionais para a CONTRATANTE;
- 3.11.9.** A CONTRATADA deverá comprovar, sempre que requerido pela CONTRATANTE, por meio de cópias de notas fiscais, a procedência das peças, partes de peças e componentes, bem como de outros materiais necessários à prestação dos serviços;
- 3.11.10.** A CONTRATADA disponibilizará, sem ônus para a CONTRATANTE, meio de acesso a sua Central de Atendimento (via 0800 e/ou telefone fixo e/ou celular e/ou e-mail e/ou chat e/ou sistema de Ordem de serviço), onde serão registrados os pedidos de assistência técnica;
- 3.11.11.** O serviço de assistência técnica será realizado de segunda à sexta-feira, no horário de 08h:30 às 17h:30, exceto sábados, domingos e feriados;
- 3.11.12.** Caso seja necessária a retirada dos equipamentos para fins de manutenção corretiva, a CONTRATADA deverá providenciar a imediata instalação de outro com as mesmas especificações, o qual somente poderá ser retirado quando da reinstalação dos equipamentos anteriores devidamente mantidos;
- 3.11.13.** Os equipamentos deverão ser instalados prontos para operar, isto é, com todos os componentes que forem necessários para o funcionamento em produção; após as instalações, o acompanhamento operacional será responsabilidade direta da CONTRATADA;
- 3.11.14.** Identificar todos os equipamentos cedidos em locação, mantendo cadastro atualizado contendo numeração, local de instalação e responsável;
- 3.11.15.** Manter seguro patrimonial previsto contratualmente para, no mínimo, 1.245 APs e 850 adaptadores Wireless USB locados, priorizando cobertura para furto simples e/ou qualificado e roubo, visando mitigação financeira do risco;
- 3.11.16.** Reposicionar ou substituir equipamentos furtados quando o evento decorrer de previsão conforme definido em Matriz de Riscos;
- 3.11.17.** Apoiar tecnicamente a CONTRATANTE na apuração de ocorrências, fornecendo laudos e relatórios técnicos, quando solicitados;
- 3.11.18.** Garantir a continuidade do serviço, providenciando reposição emergencial dentro do prazo contratual, ainda que o procedimento administrativo de apuração esteja em andamento.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

3.12. REQUISITOS DE OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE – LOTE 01 E LOTE 02

- 3.12.1.** A CONTRATANTE deverá providenciar a autorização necessária junto às Unidades Escolares para a realização dos serviços;
- 3.12.2.** A CONTRATANTE terá a incumbência de estabelecer uma conexão lógica entre o enlace WLAN, de modo a direcioná-lo através do Link de Internet da Prefeitura de Praia Grande;
- 3.12.3.** A CONTRATANTE deverá disponibilizar 2 (dois) membros do corpo técnico para o acompanhamento dos serviços da CONTRATADA;
- 3.12.4.** A CONTRATANTE deverá acompanhar, fiscalizar e conferir o objeto contratual;
- 3.12.5.** Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa efetuar os serviços dentro das normas estabelecidas no contrato;
- 3.12.6.** Permitir livre acesso dos funcionários da CONTRATADA aos equipamentos, objeto do contrato, para execução dos serviços de instalação, operação e assistência técnica;
- 3.12.7.** A CONTRATANTE deverá solicitar a substituição dos equipamentos defeituosos;
- 3.12.8.** A CONTRATANTE deverá garantir a guarda e segurança física dos equipamentos locados, durante o período de instalação e operação, adotando medidas compatíveis com o ambiente em que estiverem alocados;
- 3.12.9.** Comunicar formalmente à CONTRATADA qualquer ocorrência de furto simples, furto qualificado ou roubo, apresentando boletim de ocorrência e evidências disponíveis;
- 3.12.10.** Permitir acesso imediato à CONTRATADA ou seu representante para inspeção, levantamentos e reinstalação em caso de perda do ativo;
- 3.12.11.** Cooperar com procedimentos de apuração e investigação, inclusive fornecendo registros eletrônicos, imagens, lista de acesso ou documentos correlatos;
- 3.12.12.** Reparar eventuais danos causados aos equipamentos por ação ou omissão de seus agentes, quando caracterizada culpa ou dolo;
- 3.12.13.** Notificar à CONTRATADA sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos equipamentos, para que sejam adotadas as medidas necessárias;
- 3.12.14.** Manter, durante o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a contratação.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

3.13. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA – LOTE 01 E LOTE 02

3.13.1. A CONTRATADA para o LOTE 01 deverá possuir experiência em soluções de redes sem fio WLAN, assim como em soluções interdependentes e correlatas;

3.13.2. Para ambos os LOTES a CONTRATADA deverá comprovar capacidade técnico-operacional por meio de formação profissional, experiência prática ou documentos como Atestados de Capacidade Técnica ou Certificados de Habilitação Técnica, para a prestação dos serviços contratados;

COMPROVAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO – LOTE 01	QTDE
Instalação e operação de AP Wi-Fi (qualquer padrão, indoor ou outdoor)	311
Instalação de switch 48 portas PoE SFP+ 10Km	28
Instalação e gestão técnica de rede WLAN	1
Manutenção preventiva e corretiva de rede WLAN	1
Suporte técnico a usuários de infraestrutura de rede WLAN	1
Levantamento local (site survey RF/WLAN)	6
NGFW ou Controlador/Gerenciador de rede	20
Art. 67, § 1º, da Lei nº 14.133/2021	

COMPROVAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO – LOTE 02	QTDE
Serviço de lançamento de cabo CAT 5E	900 metros
Serviço de instalação de eletroduto rígido	300 metros
Serviço de certificação de pontos de rede	50 pontos
Art. 67, § 1º, da Lei nº 14.133/2021	

3.13.3. Os serviços de instalação deverão ser realizados por técnicos especializados e habilitados a manter os equipamentos adequadamente ajustados e em perfeito estado de funcionamento;



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

3.14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA – LOTE 01 E LOTE 02

- 3.14.1.** Atestados ou certidões, emitidos em nome da empresa licitante por entidades jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a aptidão para a execução de atividades pertinentes e compatíveis em características com o objeto da licitação, nas quantidades especificadas, sendo permitida a combinação de atestados técnicos para a validação da capacidade técnica requerida;
- 3.14.2.** O(s) atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinado(s) por autoridade ou representante de quem o(s) expediu, com a devida identificação;
- 3.14.3.** Para fins de contratação, a licitante vencedora deverá apresentar, no ato da assinatura do contrato, certificado válido de conclusão do curso “Norma Regulamentadora NR-35 – Trabalho em altura” de todos os profissionais que executarão os serviços em altura, não sendo tal comprovação exigida na fase de habilitação;
- 3.14.4.** Em conformidade com o art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021, a comprovação de capacidade técnico-operacional será restrita às parcelas de maior relevância técnica e valor econômico significativo do objeto, definidas como aquelas cujo valor individual seja igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor de referência da pesquisa de mercado de R\$ 6.693.637,70, equivalente ao limiar de R\$ 267.745,51. Com base nesse critério, são parcelas de maior relevância: pontos de acesso WLAN (indoor e outdoor); switches 48 portas PoE SFP+; levantamento local (site survey RF/WLAN); serviço de manutenção preventiva, corretiva e suporte; serviço de administração da rede WLAN; e equipamentos NGFW/Controlador. O item Adaptador WiFi USB não atinge o limiar e não é parcela de maior relevância. Os itens rack de 19” e nobreak com banco de baterias, embora atinjam o limiar de 4%, são expressamente excluídos do rol de comprovação obrigatória, com fundamento nas razões técnicas e jurídicas expostas a seguir: (a) natureza acessória e padronizada – racks de 19 polegadas são infraestrutura passiva normalizada pelas normas TIA/EIA-310, fornecidos por qualquer empresa de cabeamento estruturado ou TI do país, sem qualquer especificidade técnica que justifique exigência de atestado autônomo; nobreaks são equipamentos de infraestrutura elétrica de proteção, igualmente padronizados, cujo mercado é absolutamente distinto do mercado de equipamentos ativos de rede, com fabricantes próprios (APC, NHS, SMS, TS Shara, Engetron) que os fornecem de forma rotineira e massificada; (b) competência inerente – toda empresa que opera redes WLAN corporativas em escala, comprovada pelos atestados de APs e switches, necessária e habitualmente instala e gerencia racks e nobreaks como acessórios físicos da solução – a competência para instalar um rack e energizar um nobreak é inerente à atividade-fim comprovada e sua exigência autônoma seria prática reiterativa sem qualquer retorno qualitativo; (c) proporcionalidade e ampliação da competição – a exigência de atestados específicos para itens passivos padronizados, somada às demais exigências do certame, produziria restrição desproporcional ao universo competitivo, em contrário ao princípio da



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

competitividade consagrado no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 e à jurisprudência do TCE-SP firmada no TC-011607.989.24-1 (Pleno, Rel. Cons. Marco Aurélio Bertaiolli, j. 24.07.2024) e consolidada na Súmula nº 24 do TCE-SP, que estabelecem a proporcionalidade da exigência de atestados de capacidade técnico-operacional e a vedação de exigências desproporcionais ou desnecessárias; (d) coerência com o objeto – o objeto é a locação integral de infraestrutura WLAN gerenciada, e a competência essencial que o Município precisa verificar é a capacidade de implantar, operar e manter redes sem fio em larga escala – não a capacidade de fornecer móveis e equipamentos de energia. A dispensa da exigência de atestado autônomo para racks e nobreaks não implica dispensa de sua entrega – os itens permanecem no escopo contratual e sua qualidade será verificada no recebimento provisório e definitivo. Os quantitativos mínimos exigíveis, fixados em 25% (vinte e cinco por cento) de cada parcela relevante – percentual inferior ao limite legal de 50% do art. 67, § 2º, justificado pelo horizonte contratual de até 10 anos, que tornaria o exame ao patamar máximo excessivamente restritivo diante da escala incomum do objeto e do princípio da ampla competição – são os seguintes: (i) Lote 01 – 311 (trezentos e onze) pontos de acesso WLAN de qualquer padrão Wi-Fi (indoor ou outdoor), em ambiente corporativo ou institucional gerenciado; 28 (vinte e oito) switches 48 portas PoE; 6 (seis) serviços de levantamento local (site survey RF/WLAN); 1 (um) serviço de manutenção preventiva e corretiva de rede WLAN; 1 (um) serviço de administração de rede WLAN; 20 (vinte) unidades de equipamentos NGFW ou Controlador/Gerenciador de rede; (ii) Lote 02 – 900 (novecentos) metros de cabo CAT 5E; 300 (trezentos) metros de eletroduto rígido; 50 (cinquenta) pontos de rede certificados; sendo vedadas quaisquer limitações de período ou localização geográfica específica em relação aos atestados apresentados, sendo expressamente admitida a combinação de atestados de diferentes contratantes para alcançar os quantitativos mínimos estabelecidos;

- 3.14.5.** As empresas licitantes deverão submeter, junto às suas propostas, uma planilha contendo a marca e o modelo dos equipamentos e materiais oferecidos, além dos catálogos/folha de especificações correspondentes, a fim de possibilitar a verificação do cumprimento das especificações técnicas exigidas;
- 3.14.6.** A licitante deverá, de maneira formal, declarar que apresentará, para fins de contratação, o profissional devidamente indicado e qualificado, que assumirá a responsabilidade pela execução e supervisão dos serviços objeto desta licitação. O profissional designado, conforme os requisitos de qualificação da equipe técnica, deve estar plenamente apto a realizar os serviços previstos no certame, atendendo rigorosamente aos critérios estabelecidos para o responsável pela equipe técnica;
- 3.14.7.** A licitante deverá declarar formalmente, na fase de habilitação, que dispõe ou disporá, para fins de contratação, de profissional detentor de certificação válida emitida pelo(s) fabricante(s) dos equipamentos propostos (WLAN e NGFW), devendo comprovar o vínculo com esse profissional no ato da assinatura do contrato, na forma do art. 67, inciso I, da Lei nº 14.133/2021;



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

3.14.8. A apresentação da certificação de um fabricante distinto será considerada válida, desde que esta demonstre equivalência tecnológica em relação aos dispositivos sem fio e dispositivos de comutação que serão oferecidos;

3.14.9. Essa exigência tem como objetivo assegurar que a licitante conta com um corpo técnico qualificado, capaz de implementar, configurar e colocar em operação todos os sistemas de maneira plena, atendendo assim às especificidades do projeto e garantindo o seu funcionamento eficaz e o sucesso almejado.

3.15. REQUISITOS PARA HOMOLOGAÇÃO – LOTE 01 E LOTE 02

A proponente que sagrar-se vencedora deverá apresentar a documentação que comprove as declarações entregues para habilitação técnica na fase da proposta no prazo de 15 (quinze) dias corridos.

3.16. REQUISITOS PARA PROVA DE CONCEITO – LOTE 01

O Município de Praia Grande – SP poderá solicitar à licitante vencedora a implementação de uma Prova de Conceito (PoC), com o intuito de verificar se a solução a ser CONTRATADA satisfaz os requisitos técnicos preestabelecidos, observado o seguinte procedimento:

O Ambiente de Referência para a Prova de Conceito deverá ser disponibilizado nas instalações da Prefeitura Municipal, em local a ser determinado pela CONTRATANTE, ou em outro espaço sugerido pela licitante que opere com a mesma solução proposta. A avaliação será conduzida por Comissão Avaliadora designada pela Secretaria Municipal de Educação, composta por no mínimo 3 (três) servidores com conhecimento técnico em redes de telecomunicações, sendo facultada a participação da licitante durante a execução dos testes para esclarecimentos técnicos. Os critérios de avaliação serão os requisitos técnicos mínimos definidos neste instrumento, verificados item a item conforme a tabela de especificações dos equipamentos (seção 8), sendo aprovada a solução que atender integralmente a todos os requisitos obrigatórios. Em caso de reprovação, será garantido à licitante o direito ao contraditório, com prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar defesa escrita e, se for o caso, realizar ajustes pontuais e nova demonstração. Persistindo a reprovação após o contraditório, a licitante será desclassificada e o segundo colocado convocado. O prazo total para conclusão da PoC, incluído eventual contraditório, será de até 30 (trinta) dias corridos a contar da solicitação formal da CONTRATANTE.

A licitante vencedora terá até 15 dias corridos para realizar, sem qualquer custo para a CONTRATANTE, a instalação da solução apresentada em um dos prédios da Prefeitura de Praia Grande ou, igualmente, de 15 dias corridos para apresentar a solução em local a ser indicado pela licitante.

Se a licitante decidir submeter a proposta fora dos limites do Município, o transporte e todas as despesas associadas serão de responsabilidade da própria licitante.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

Para a validação da solução apresentada, é imprescindível que sejam instalados ou que a solução inclua os seguintes equipamentos:

ITEM	DESCRIÇÃO SUBSCRIÇÃO EM NUVEM – OPÇÃO “C”	UN.	QTDE.
A	Ponto de Acesso WLAN Interno WiFi 7 (802.11be)	unidade	1
B	Ponto de Acesso WLAN Externo WiFi 6 (802.11ax)	unidade	1
C	Switch 48 portas POE SFP+ 10km	unidade	1
D	Gerenciador/Controlador para rede Wireless (WLAN)	unidade	1
E	Controlador/Gerenciador/NGFW	unidade	1
F	Controlador/Gerenciador para rede local (LAN)	unidade	1

ITEM	DESCRIÇÃO DESCENTRALIZADA – OPÇÃO “B”	UN.	QTDE.
A	Ponto de Acesso WLAN Interno WiFi 7 (802.11be)	unidade	1
B	Ponto de Acesso WLAN Externo WiFi 6 (802.11ax)	unidade	1
C	Switch 48 portas POE SFP+ 10km	unidade	1
D	Gerenciador/Controlador para rede Wireless (WLAN)	unidade	1
E	Controlador/Gerenciador/NGFW descentralizado	unidade	1
F	Controlador/Gerenciador para rede local (LAN)	unidade	1

ITEM	DESCRIÇÃO CENTRALIZADA – OPÇÃO “A”	UN.	QTDE.
A	Ponto de Acesso WLAN Interno WiFi 7 (802.11be)	unidade	1
B	Ponto de Acesso WLAN Externo WiFi 6 (802.11ax)	unidade	1
C	Switch 48 portas POE SFP+ 10km	unidade	1
D	Gerenciador/Controlador para rede Wireless (WLAN)	unidade	1
E	Firewall Nova Geração (NGFW)	unidade	1
F	Gerenciador/Controlador para rede local (LAN)	unidade	1

Serão avaliados se as amostras apresentadas atendem às especificações técnicas mínimas exigidas, caso as amostras apresentadas não atendam às especificações técnicas mínimas exigidas a licitante será desclassificada.

3.17. REQUISITOS DE VISITA TÉCNICA – LOTE 01 E LOTE 02

A visita técnica é opcional, ou seja, fica a critério da proponente. A empresa deve ter pleno entendimento dos termos das Condições Específicas e dos Anexos que compõem o Edital, além de avaliar as áreas onde os trabalhos serão realizados, devendo inspecionar suas condições atuais.

A análise prévia do local onde os serviços serão realizados é de suma importância para uma compreensão completa das condições e características específicas do objeto a ser contratado. Assim, é garantido ao interessado o direito de efetuar uma vistoria prévia, acompanhada por um servidor designado, de segunda a sexta-feira, no período das 09 horas às 16 horas.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

Para formalizar a solicitação de agendamento, as empresas interessadas devem apresentar os seguintes documentos, como segue:

- Ofício endereçado à Prefeitura de Praia Grande, contendo todas as informações da Empresa e identificando seu Representante.
- Cópia do Documento de Identidade do Representante.
- Cópia do CNPJ da Empresa.

A proponente não poderá alegar desconhecimento como justificativa para a adequada elaboração da proposta e, no futuro, para o completo cumprimento do contrato, não sendo aceitas reivindicações sob quaisquer argumentos. Caso haja interesse, favor agendar com o Sr. Rafael Vinicius Turlão pelo telefone: (13) 3496-2370.

3.18. REQUISITOS DE CONFIDENCIALIDADE – LOTE 01 E LOTE 02

A CONTRATADA é obrigada a manter as informações e dados a ela confiados sob absoluto sigilo, obrigando-se a não divulgá-los, sob qualquer forma, ou delas fazer qualquer uso comercial, sem o consentimento prévio e por escrito do Município de Praia Grande.

A CONTRATADA obriga-se por si, seus colaboradores, sócios, diretores e mandatários, manter total sigilo e confidencialidade, independente da atribuição de sigilo, no que se refere a não divulgação por qualquer forma ou meio de toda ou de parte das informações, dados acessados e ou gerados ou documentos e aos quais venha a ter acesso em decorrência da prestação de serviços executados pela presente contratação aplicando a sua política de sigilo de informação.

A CONTRATADA obriga-se atender aos requisitos de privacidade e segurança da LGPD – Lei Geral de Proteção aos Dados Pessoais nº 13.709 de 14 de agosto de 2018 no âmbito Federal e o Decreto Municipal nº 8109 de 29 de novembro de 2024 que institui a política Municipal de Segurança da Informação – PSI, do Município de Praia Grande no âmbito Municipal.

3.19. NATUREZA DA CONTRATAÇÃO – LOTE 01 E LOTE 02

Para o LOTE 01, a pretendida prestação de serviço de locação de infraestrutura de rede local sem fio WLAN possui natureza contínua por se tratar de um serviço essencial e vital à Secretaria de Educação, proporcionando uma comunicação wireless (WiFi) de dados, voz e imagem de alta velocidade de forma eficiente e segura entre todas as unidades da SEDUC.

Para ambos os LOTES o objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme art. 20 da Lei nº 14.133/21. Trata-se de materiais comuns, a serem contratados mediante licitação, na modalidade pregão, conforme definido no art. 6º, XIII da Lei n.º 14.133/2021, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos, tendo como base as especificações usuais de mercado.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

3.20. VIGÊNCIA CONTRATUAL – LOTE 01 E LOTE 02

Para o LOTE 01 o prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, desde que devidamente justificado, por iguais e sucessivos períodos, com vista à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº. 14.133, de 2021.

Para o LOTE 02 a CONTRATADA terá 180 (cento e oitenta) dias corridos a contar da data da ordem de serviço para implantar e finalizar todas as 80 Unidades Escolares pretendidas, podendo ser prorrogado por no máximo 60 (sessenta) dias, desde que devidamente justificado e com a anuência da CONTRATANTE.

3.21. CONTRATO VIGENTE – LOTE 01

O Município possuía contrato vigente até 13/10/2025, com objeto similar, sob n.º 081/2021 – Objeto: “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE REDE LOCAL SEM FIO (WLAN), ENGLOBANDO SERVIÇOS DE INSPEÇÃO LOCAL (SITE SURVEY), INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO, SUPORTE TÉCNICO E GARANTIA, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS”.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES – LOTE 01 E LOTE 02

Os quantitativos abaixo foram estimados em função do consumo anterior (perfil de consumo) e na necessidade de novos pontos de instalação.

ITEM	LOTE 01 - LOCAÇÃO - SERVIÇOS E MATERIAIS COMUNS PARA AS OPÇÕES "A", "B" E "C"	QTDE.	TIPO
1	Locação de ponto de acesso (AP) Wi-Fi 7 interno (padrão IEEE 802.11be)	1.160	unidade
2	Locação de ponto de acesso (AP) Wi-Fi 6 externo (padrão IEEE 802.11ax)	85	unidade
3	Locação de switch 48 portas PoE SFP+ 10Km	110	unidade
4	Locação de adaptador WiFi USB	850	unidade
5	Locação de rack de 19" com acessórios e infraestrutura	110	unidade
6	Locação de nobreak com banco de baterias para rack de 19"	110	unidade
7	Serviço de levantamento de local (site survey RF/WLAN)	25	serviço
8	Serviço de manutenção preventiva e corretiva e suporte aos usuários da rede WLAN	1	serviço
9	Serviço de administração da rede WLAN	1	serviço
ITEM	OPÇÃO "A" LOTE 01 – EQUIPAMENTOS MÍNIMOS PARA TOPOLOGIA CENTRALIZADA	QTDE.	TIPO
10	Locação de Firewall Nova Geração (NGFW) em alta disponibilidade (HA)	2	unidade
11	Locação de Gerenciador/Controlador para rede Wireless (WLAN) em alta disponibilidade (HA)	2	unidade
12	Locação de Gerenciador/Controlador para rede local (LAN) em alta disponibilidade (HA)	2	unidade
13	Locação de Roteador para rede local (LAN) em alta disponibilidade (HA)	2	unidade
ITEM	OPÇÃO "B" LOTE 01 - EQUIPAMENTOS MÍNIMOS PARA TOPOLOGIA DESCENTRALIZADA	QTDE.	TIPO
14	Locação de Controlador/Gerenciador/NGFW descentralizado	80	unidade
15	Locação de Gerenciador/Controlador para rede Wireless (WLAN) em alta disponibilidade (HA)	2	unidade
16	Locação de Gerenciador/Controlador para rede local (LAN) em alta disponibilidade (HA)	2	unidade
17	Locação de Roteador para rede local (LAN) em alta disponibilidade (HA)	2	unidade
ITEM	OPÇÃO "C" LOTE 01 - EQUIPAMENTOS MÍNIMOS PARA TOPOLOGIA SUBSCRITA EM NUVEM	QTDE.	TIPO
18	Locação de Firewall Nova Geração (NGFW) em alta disponibilidade (HA)	2	unidade
19	Locação de Gerenciador/Controlador para rede Wireless (WLAN) em alta disponibilidade (HA)	2	unidade
20	Locação de Gerenciador/Controlador para rede local (LAN) em alta disponibilidade (HA)	2	unidade
21	Locação de Roteador para rede local (LAN) em alta disponibilidade (HA)	2	unidade
ITEM	LOTE 02 - INSTALAÇÃO - SERVIÇOS E MATERIAIS	QTDE.	TIPO
22	Serviço de lançamento de cabo CAT 5E com fornecimento de material	103.360	metro linear
23	Serviço de instalação de eletroduto rígido branco de ¾" com fornecimento de material	5.610	Barra 3 metros
24	Serviço de certificação de pontos de rede	1.245	por ponto
25	Serviço de remoção de eletrodutos legados e cabos de rede inservíveis	80	por escola



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO – LOTE 01 E LOTE 02

O Município de Praia Grande – SP, possui um contrato em fase final cujo objeto guarda aderência com o pretendido neste Estudo.

Foram também verificados editais e contratações firmadas por outros entes públicos, cujos objetos guardam aderência com o pretendido neste Estudo.

Passou-se então a levantar duas alternativas de solução, que poderiam atender à demanda:

- a) Solução 1: Aquisição de equipamentos e softwares.
- b) Solução 2: Locação de equipamentos e softwares.

DESCRIÇÃO DAS SOLUÇÕES IDENTIFICADAS – LOTE 01

Solução 1 - Aquisição de equipamentos e softwares

A aquisição abrange a elaboração completa do projeto de conectividade, assegurando que atenda de maneira abrangente às demandas dos órgãos, além do fornecimento dos equipamentos indispensáveis para a implementação da solução. Também está incluída a manutenção preventiva e corretiva, com um valor mensal predeterminado.

Vantagens identificadas

- a) Equipamentos modernos e atualizados.
- b) Garantia de fábrica dos equipamentos, com possibilidade de extensão da garantia por um período pré-definido, ocorrendo em redução de custo.
- c) Suporte técnico durante o período de garantia.
- d) Equipamentos de propriedade de órgão que facilita a gestão desses ativos (venda/troca ou permanência desses ativos no órgão critério exclusivo do mesmo).

Com relação às desvantagens

- a) Custos para elaboração do projeto da solução, como um todo, além de mais tempo e conhecimento dedicado ao escopo, já que não poderia haver diluição desse custo num contrato de locação.
- b) Desembolso financeiro alto e em curto tempo, haja vista o pagamento integral dos equipamentos após a entrega.
- c) Risco de descontinuidade dos equipamentos, tornando-os obsoletos na solução do órgão.
- d) Desatualização tecnológica da solução e dificuldade de suporte técnico, uma vez que a solução adquirida não pode ser substituída no transcurso do contrato de aquisição.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

- e) Contratações periódicas de empresa especializada na manutenção de equipamentos obsoletos.

Solução 2 - Locação de equipamentos incluindo softwares

Contratação na modalidade de locação, na qual a CONTRATADA assume a responsabilidade pela execução dos serviços, incluindo a disponibilização de equipamentos e softwares mediante locação, além de suporte técnico, licenças e demais serviços imprescindíveis para atender à demanda do cliente. Além disso, inclui a realização de manutenção preventiva e corretiva por um valor fixo mensal.

Dentre as vantagens identificadas nesse modelo de solução registram-se:

- a) Presença de uma empresa especializada no assunto, num mesmo contrato, que possui recursos tecnológicos e profissionais capacitados, com ampla capacitação técnica, que diminuem os riscos de ocorrer uma indisponibilidade do sistema.
- b) Custo de elaboração do projeto de implementação passa para a empresa CONTRATADA.
- c) Custo financeiro poderá ser melhor diluído que o de aquisição, com desembolso fixo mensal, a médio e longo prazo.
- d) Custo financeiro da obsolescência dos equipamentos passa para a empresa CONTRATADA.
- e) Atendimento sob demanda em relação à disponibilidade de peças e componentes, evitando gastos desnecessários com peças de reposição uma vez que está sendo contratado o serviço de locação, logo, inclui os equipamentos e demais requisitos necessários para o funcionamento.
- f) Contratação em forma de locação dos equipamentos reduz o risco da falta de conhecimento da Administração para gerenciar essa solução, uma vez que contrata-se a disponibilidade da solução como um todo, não tendo necessidade de conhecer características técnicas singulares de componentes da mesma.
- g) serviço de manutenção já previsto no valor mensal.
- h) Risco quanto à defasagem tecnológica e descontinuidade de peças passa para empresa.
- i) Preocupação com a compatibilidade decorrente de novas tecnologias exclusivamente do Contratado.

As desvantagens relacionadas à solução são:

- a) Custo maior a longo prazo, já que o valor da solução diluído durante todo período contratual acarreta encargos financeiros.
- b) Pode ocorrer o vazamento de informações que possam comprometer a segurança institucional, por envolver outros atores que tenham acesso às informações.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

- c) Risco no controle e transferência das informações em caso de realização de nova contratação, por haver troca de equipamentos e sistemas.
- d) Descontinuidade na prestação do serviço devido a fatos imprevisíveis, como a impossibilidade de renovação contratual, já que os equipamentos e sistemas não são de propriedade do órgão.

ANÁLISE COMPARATIVA DE SOLUÇÕES (AQUISIÇÃO X LOCAÇÃO)

No que tange à Solução 1 a aquisição total dos equipamentos e softwares depende do investimento de aquisição dos equipamentos. O investimento será feito no momento da instalação dos equipamentos.

Na Solução 2, o valor a ser desembolsado pelos serviços de infraestrutura poderá se dar mediante pagamento apartado ou diluído no valor mensal da locação.

No estudo realizado pela Prefeitura Municipal de Londrina, denominado estudo técnico de manutenção de equipamento de vigilância, comparou-se as vantagens e desvantagens da locação e da aquisição dos equipamentos de vigilância, como segue:

<https://portal.londrina.pr.gov.br/menu-oculto-licitacao/estudos-tecnicos-contrato-pml-e-faue>

https://sei.londrina.pr.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?9LibXMqGnN7qSpLFOOgUQFziRouBJ5VnVL5b7-UrE5TSpyIBVlctuR4d8rnhQo4th5dZG7fqJXhIMh69ek5taQwQK8CuBXXnuORhJjloYlcpnspKHMhEq9BCe10_4HU5

A análise foi executada sob os aspectos financeiros, a qualidade do serviço prestado e do produto disponibilizado, bem como a conservação dos equipamentos.

Na abordagem metodológica proposta pela Prefeitura Municipal de Londrina para a avaliação dos aspectos financeiros, foi empregado o método do custo anual equivalente (CAE), conforme elucidado no item 5 do estudo. Para estimar os custos de manutenção e locação, o estudo se baseou nos parâmetros estabelecidos pelo CATSER de São Paulo.

Na aquisição, considerou-se o custo dos novos equipamentos e uma vida útil de 8 anos. Para a taxa anual de manutenção, adotou-se um percentual de 5% sobre o valor do investimento, sendo divididos em 2,5% para reposição e 2,5% para manutenção preventiva e corretiva.

A comparação entre o modelo de locação com serviço de manutenção e o modelo de aquisição com manutenção revelou que a solução de locação se mostrou mais vantajosa sob a perspectiva financeira.

Além das informações financeiras expostas, foram destacadas outras vantagens do modelo de locação, tais como:



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

- a) Dispensa de provisionamento para compra de novos equipamentos, que demandaria maior esforço de gestão em avaliar e comparar os modelos disponíveis.
- b) Terceirização da responsabilidade da manutenção.
- c) Facilidade na gestão contratual, pois toda a responsabilidade do serviço será com um único contratado.
- d) Facilidade de gestão de inventário.
- e) Facilidade de acesso a equipamentos modernos, pois esse mercado é de constante inovação.

Deve-se levar em consideração o risco inerente à obsolescência dos equipamentos em um intervalo de tempo reduzido, em virtude da rápida evolução tecnológica. Tal situação poderia resultar em um ônus significativo aos cofres públicos, uma vez que a administração não conta com um quadro de pessoal especializado em número suficiente para garantir a manutenção adequada e o acompanhamento das inovações tecnológicas pertinentes aos equipamentos.

Nesse contexto, apesar de a terceirização dos serviços apresentar custos superiores a longo prazo em comparação à aquisição direta dos equipamentos pela municipalidade, ela se revela como a alternativa mais viável. Isso se deve à impossibilidade de alocar uma equipe técnica especializada nos quadros de servidores da Prefeitura Municipal para assegurar a operação e manutenção do sistema, além do fato de que os equipamentos podem se tornar obsoletos em um curto espaço de tempo, em decorrência da aceleração do progresso tecnológico.

Diante dos estudos analisados e do cálculo do custo administrativo apresentado, verificou-se que a alternativa da locação é mais econômica financeiramente, sendo a solução escolhida para esse objeto.

6. ANÁLISE TÉCNICA DA ESCOLHA DO PADRÃO Wi-Fi 7, DA BASE DE DISPOSITIVOS E DO ECOSISTEMA INTEGRADO DE FABRICANTE

6.1. JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DO PADRÃO Wi-Fi 7 (IEEE 802.11be) – ANÁLISE COMPARATIVA COM Wi-Fi 6 E Wi-Fi 6E

O Departamento de Informática SEPLAN 3.1.2, procedeu à análise comparativa entre os padrões Wi-Fi 6 (IEEE 802.11ax), Wi-Fi 6E e Wi-Fi 7 (IEEE 802.11be), considerando as especificidades do ambiente escolar municipal e o horizonte contratual de até 10 anos.

O padrão Wi-Fi 6 opera exclusivamente nas faixas de 2,4 GHz e 5 GHz, com velocidades teóricas máximas de até 9,6 Gbps e suporte a MU-MIMO e OFDMA. O Wi-Fi 6E amplia a cobertura para a faixa de 6 GHz, reduzindo interferências, porém limitado em disponibilidade de fabricantes homologados pela ANATEL no período de contratação. O Wi-Fi 7, por sua vez, opera simultaneamente nas três faixas (2,4 GHz, 5 GHz e 6 GHz), com suporte a Multi-Link Operation (MLO), canais de 320 MHz e capacidade teórica de até 46 Gbps, o que representa ganho substancial em gerências de interferência, latência e densidade de usuários concomitantes.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

A justificativa técnica para a escolha do padrão Wi-Fi 7 repousa em três fatores objetivos: **(I)** O horizonte contratual é de até 10 anos, período no qual o Wi-Fi 6 tenderá à obsolescência comercial e o Wi-Fi 7 será o padrão consolidado; **(II)** O ambiente escolar agrega alta densidade de dispositivos por sala – professores, alunos e equipamentos institucionais – demandando a capacidade MLO e OFDMA avançado do 802.11be para garantir os clientes simultâneos especificados sem degradação de QoS; **(III)** A contratação é de locação, transferindo à CONTRATADA o risco de obsolescência, de modo que a especificação do padrão mais avançado garante que o Município disponha de tecnologia atual durante toda a vigência.

6.2. ANÁLISE DA BASE INSTALADA DE DISPOSITIVOS

O levantamento da base de dispositivos nas 80 unidades escolares indica que os equipamentos institucionais adquiridos ou em aquisição pela SEDUC – incluindo chromebooks, tablets e notebooks de programas estaduais e federais – estão em migração para plataformas compatíveis com Wi-Fi 6 e Wi-Fi 7. Os APs Wi-Fi 7 são retrocompatíveis com 802.11a/b/g/n/ac/ax, garantindo pleno atendimento aos dispositivos legados que operam em Wi-Fi 4, 5 ou 6. A retrocompatibilidade elimina qualquer prejuízo operacional imediato e assegura colheita progressiva dos benefícios do novo padrão à medida que os dispositivos dos alunos e professores se renovam naturalmente.

6.3. ANÁLISE DE MERCADO – FABRICANTES COM PRODUTOS Wi-Fi 7 HOMOLOGADOS PELA ANATEL E ECOSSISTEMA INTEGRADO

O levantamento de mercado foi realizado mediante consulta direta à base oficial Mosaico/SCH (Sistema de Certificação e Homologação) da ANATEL, sistema público mantido pela Agência para publicação das homologações emitidas, e identificou 6 (seis) fabricantes com APs Wi-Fi 7 corporativos com Homologação Emitida e ativa, totalizando 18 (dezoito) modelos distintos disponíveis no mercado brasileiro: Cisco Systems (modelos CW9172H, CW9172L, CW9176D1, CW9176L e CW9178L), Ubiquiti (U7-Lite, U7-Pro-Max, U7-Pro-Wall, U7-Pro-XG, U7-Pro-XG-Wall, U7-Pro-XGS e U7 Pro Outdoor), TP-Link Enterprise (EAP772 e EAP773), Fortinet (FAP-441K e FAP-443K), Huawei (AirEngine 8771-X1T) e Ruckus Wireless (R770). Adicionalmente, a base ANATEL registra 15 (quinze) modelos corporativos no padrão Wi-Fi 6E (IEEE 802.11ax com suporte à faixa de 6 GHz), plenamente regulamentado pelo Ato nº 14.448/2017 (redação atualizada), de 3 (três) fabricantes (Cisco, Huawei e Ruckus), confirmando a existência de concorrência real, ampla e verificável no segmento. O quadro detalhado das homologações, com números de homologação, datas de emissão e situação ativa na data da consulta, integra o Apêndice 2 deste Estudo Técnico Preliminar, com rastreabilidade pública no sistema Mosaico/SCH. A especificação por características técnicas mínimas – e não por marca – assegura a amplitude competitiva do certame.

A exigência de ecossistema integrado do mesmo fabricante para APs, controladora WLAN, controladora LAN, roteador e NGFW decorre de requisito técnico objetivo: a interoperabilidade nativa entre componentes do mesmo fabricante elimina incompatibilidades de protocolo, simplifica o gerenciamento centralizado, garante o suporte unificado e viabiliza as funcionalidades de Radio Resource Management (RRM) automático, fundamentais para ambientes com 1.245 APs distribuídos em 80 unidades escolares. A admissão de componentes de fabricantes distintos exigiria integrações customizadas de alto custo e risco técnico, incompatíveis com o modelo de locação gerenciada pretendida. A exigência de ecossistema unificado, portanto, é restrição técnica justificada, não constitui direcionamento de marca, sendo atendida por múltiplos fabricantes presentes no mercado brasileiro.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

7. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Os preços referenciais dos itens do certame foram formados conforme os parâmetros estabelecidos na Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

Foram levantadas cotações de pesquisa de preços com fornecedores, de acordo com os seguintes critérios:

- I - Empresas do ramo cadastradas no “Cadastro de Fornecedores” da Prefeitura.
- II - Empresas vencedoras de pregões anteriores.
- III - Empresas participantes de pregões anteriores.
- IV - Empresas que já responderam cotações em processos anteriores.

As pesquisas de preços foram realizadas em novembro de 2025

O valor estimado da contratação, correspondente ao prazo de vigência inicial de 24 (vinte e quatro) meses do Lote 01 acrescido do Lote 02 integral, é de R\$ 11.817.348,20 (onze milhões, oitocentos e dezessete mil, trezentos e quarenta e oito reais e vinte centavos), apurado com base na média aritmética das pesquisas de mercado realizadas (Pesquisa GOV.BR nº 861/2025 e proposta comercial VS Telecom).

A memória de cálculo é a seguinte: Lote 01 – valor mensal de referência: R\$ 426.975,87 (média entre GOV.BR R\$ 314.995,00/mês e VS Telecom R\$ 538.956,75/mês) x 24 meses = R\$ 10.247.421,00; Lote 02 – execução única: média entre GOV.BR R\$ 1.120.704,40 e VS Telecom R\$ 2.019.150,00 = R\$ 1.569.927,20; Total contratual (24 meses) = R\$ 11.817.348,20. A metodologia de exposição dos quantitativos estimados, com as respectivas memórias de cálculo e documentações comprobatórias acima apresentadas, atende rigorosamente à exigência de planejamento prévio das contratações públicas consagrada nos Acórdãos do Plenário do Tribunal de Contas da União nº 757/2015, nº 3.137/2014 e nº 392/2011, segundo os quais o ETP deve evidenciar “os procedimentos relativos à intenção de registro de preços e à estimativa de quantidades a serem adquiridas, devidamente justificada e baseada em estudos técnicos preliminares e elementos objetivos”, em harmonia com o art. 18, § 1º, incisos IV e VI, da Lei nº 14.133/2021.

Observa-se que o valor de referência da pesquisa de mercado, computado sobre a base de 12 (doze) meses do Lote 01 mais o valor integral do Lote 02, é de R\$ 6.693.637,70 (seis milhões, seiscentos e noventa e três mil, seiscentos e trinta e sete reais e setenta centavos), utilizado exclusivamente como parâmetro para fixação do limiar de parcelas de maior relevância técnica e econômica previsto no art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021, cuja aplicação encontra-se detalhada no item próprio deste Estudo Técnico Preliminar. Os valores referenciais detalhados por item encontram-se discriminados na Proposta Comercial nº PTC585/25_R0 da VS Telecom Ltda., de 22 de dezembro de 2025, juntada aos autos do processo administrativo, e a consolidação metodológica do cálculo da média — com fundamentação objetiva dos descartes e demonstração de conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e com o art. 5º, § 3º, da IN SEGES/ME nº 65/2021 — está formalizada na Nota Técnica nº 02/2026 — SEPLAN 3.1.2 (Consolidação e Fundamentação da Pesquisa de Preços), de 22 de abril de 2026, igualmente acostada ao processo.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

LOTE 01 - LOCAÇÃO - SERVIÇOS E MATERIAIS

ITEM	LOTE 01 - LOCAÇÃO - SERVIÇOS E MATERIAIS COMUNS PARA AS OPÇÕES "A", "B" E "C"	QTDE.	TIPO
1	Locação de ponto de acesso (AP) Wi-Fi 7 interno (padrão IEEE 802.11be)	1.160	unidade
2	Locação de ponto de acesso (AP) Wi-Fi 6 externo (padrão IEEE 802.11ax)	85	unidade
3	Locação de switch 48 portas PoE SFP+ 10Km	110	unidade
4	Locação de adaptador WiFi USB	850	unidade
5	Locação de rack de 19" com acessórios e infraestrutura	110	unidade
6	Locação de nobreak com banco de baterias para rack de 19"	110	unidade
7	Serviço de levantamento de local (site survey RF/WLAN)	25	serviço
8	Serviço de manutenção preventiva e corretiva e suporte aos usuários da rede WLAN	1	serviço
9	Serviço de administração da rede WLAN	1	serviço
ITEM	OPÇÃO "A" LOTE 01 – EQUIPAMENTOS MÍNIMOS PARA TOPOLOGIA CENTRALIZADA	QTDE.	TIPO
10	Locação de Firewall Nova Geração (NGFW) em alta disponibilidade (HA)	2	unidade
11	Locação de Gerenciador/Controlador para rede Wireless (WLAN) em alta disponibilidade (HA)	2	unidade
12	Locação de Gerenciador/Controlador para rede local (LAN) em alta disponibilidade (HA)	2	unidade
13	Locação de Roteador para rede local (LAN) em alta disponibilidade (HA)	2	unidade
ITEM	OPÇÃO "B" LOTE 01 - EQUIPAMENTOS MÍNIMOS PARA TOPOLOGIA DESCENTRALIZADA	QTDE.	TIPO
14	Locação de Controlador/Gerenciador/NGFW descentralizado	80	unidade
15	Locação de Gerenciador/Controlador para rede Wireless (WLAN) em alta disponibilidade (HA)	2	unidade
16	Locação de Gerenciador/Controlador para rede local (LAN) em alta disponibilidade (HA)	2	unidade
17	Locação de Roteador para rede local (LAN) em alta disponibilidade (HA)	2	unidade
ITEM	OPÇÃO "C" LOTE 01 - EQUIPAMENTOS MÍNIMOS PARA TOPOLOGIA SUBSCRITA EM NUVEM	QTDE.	TIPO
18	Locação de Firewall Nova Geração (NGFW) em alta disponibilidade (HA)	2	unidade
19	Locação de Gerenciador/Controlador para rede Wireless (WLAN) em alta disponibilidade (HA)	2	unidade
20	Locação de Gerenciador/Controlador para rede local (LAN) em alta disponibilidade (HA)	2	unidade
21	Locação de Roteador para rede local (LAN) em alta disponibilidade (HA)	2	unidade



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

LOTE 02 - INSTALAÇÃO - SERVIÇOS E MATERIAIS

ITEM	LOTE 02 - INSTALAÇÃO - SERVIÇOS E MATERIAIS	QTDE.	TIPO
22	Serviço de lançamento de cabo CAT 5E com fornecimento de material	103.360	metro linear
23	Serviço de instalação de eletroduto rígido branco de ¾" com fornecimento de material	5.610	Barra 3 metros
24	Serviço de certificação de pontos de rede	1.245	por ponto
25	Serviço de remoção de eletrodutos legados e cabos de rede inservíveis	80	por escola

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

8.1. PROJETO DE IMPLANTAÇÃO – LOTE 01 E LOTE 02

A empresa CONTRATADA para o LOTE 01, a partir da emissão da ordem de serviço, deverá apresentar um Projeto Executivo da Rede Local sem Fio detalhando toda a infraestrutura da rede a ser implantada, considerando as informações disponibilizadas pela CONTRATANTE, bem como o posicionamento dos pontos de acesso WLAN.

LOTE 01

Deverão acompanhar o Projeto Executivo da Rede Local sem Fio (WLAN), como parte integrante da documentação a ser entregue à CONTRATANTE, os seguintes itens:

- 8.1.1.** Memorial descritivo, o qual descreve o projeto, indicando a implantação e detalhando pontos específicos do serviço.
- 8.1.2.** A planilha quantitativa de equipamentos, correspondente aos itens previstos que serão utilizados na implantação da solução pretendida.
- 8.1.3.** Cronograma de execução do serviço contemplando todas as fases de instalação.
- 8.1.4.** Representação gráfica do posicionamento dos equipamentos, por meio de fotos, desenhos, croquis e detalhes necessários, possibilitando visualizar a disposição dos equipamentos e acessórios a serem instalados.
- 8.1.5.** Posicionamento dos pontos de acesso WLAN.

Após a exposição do Projeto de Implantação da Rede Local Sem Fio (WLAN), a CONTRATANTE, por meio de sua equipe técnica, procederá com uma avaliação do referido projeto, expressando ou não sua anuência. Na hipótese de não haver aceitação, a CONTRATADA deverá revisar o levantamento/projeto, sem custo adicional para a CONTRATANTE, incorporando as sugestões apresentadas pela CONTRATANTE.

O Projeto Executivo da Rede Local sem Fio deve contemplar, no mínimo, as informações elencadas a seguir:



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

- 8.1.6.** Exposição do projeto
- 8.1.7.** Memorial descritivo
- 8.1.8.** Cronograma de execução das atividades
- 8.1.9.** Planilha de equipamentos
- 8.1.10.** Representação gráfica do posicionamento dos equipamentos
- 8.1.11.** Termo de entrega do Projeto Executivo da Rede Local Sem Fio (WLAN)
- 8.1.12.** 2 (duas) Cópias digitais contendo todos os arquivos do projeto

Com a apresentação do Projeto Executivo da Rede Local sem Fio (WLAN), a CONTRATANTE terá a prerrogativa de aprovar ou negar a realização dos serviços. Uma vez aprovado, a CONTRATANTE enviará um documento oficial à CONTRATADA, conferindo a autorização para a execução dos SERVIÇOS, que dará início ao prazo de execução.

Toda a documentação impressa que eventualmente for requisitada deverá ser disponibilizada pela CONTRATADA, sem custo adicional para a CONTRATANTE.

O As-Built representa o documento conclusivo a ser submetido pela CONTRATADA, englobando as modificações realizadas, quando estas não estavam contempladas no Projeto de Implantação da Rede Local sem Fio (WLAN), após a sua execução. Todas as exigências previamente estabelecidas e os padrões de qualidade devem ser rigorosamente mantidos, sem que haja ônus adicional para a CONTRATANTE.

O As-Built deverá ser entregue a CONTRATANTE em até 20 dias úteis após a finalização das 4 etapas.

O projeto será implantado em 04 (quatro) etapas contemplando um conjunto de até 25 (vinte e cinco) próprios da Secretaria de Educação por etapa. Os próprios serão definidos pela Secretaria de Educação e serão listados na ordem de serviço.

A CONTRATADA disporá de um prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da emissão da ordem de serviço, para apresentar o Projeto Executivo da Rede Local sem Fio (WLAN), destinado a um conjunto de até 25 (vinte e cinco) imóveis pertencentes à Secretaria de Educação. A visita técnica é facultativa.

A CONTRATANTE disponibilizará à CONTRATADA informações técnicas, plantas baixas, posicionamento dos APs e demais informações pertinentes para a elaboração da documentação mencionada levando em consideração a expertise acumulada pela Equipe Técnica da Prefeitura de Praia Grande.

A CONTRATADA terá 30 (trinta) dias úteis a contar da data da ordem de serviço para implantar cada etapa. Devendo a finalização das 4 etapas ocorrer em até 160 (cento e sessenta dias) dias corridos a contar da data da Ordem de serviço.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

LOTE 02

As licitantes possuem a prerrogativa de realizar uma visita técnica opcional, considerando os serviços de instalação de cabeamento estruturado planejados para as 80 Escolas Municipais que fazem parte do projeto em questão.

A visita técnica, por sua natureza opcional, é uma escolha da proponente. A empresa deverá ter um entendimento completo dos termos contidos nas condições específicas e nos Anexos que compõem o Edital, além de avaliar as áreas onde os serviços serão executados, sendo necessário inspecionar as condições atuais das mesmas.

A proponente não poderá alegar desconhecimento como justificativa para a elaboração adequada da proposta e, futuramente, para o cumprimento integral do contrato, não sendo admitidas reivindicações sob quaisquer argumentos.

Caso haja interesse, solicitamos o agendamento com o Sr. Rafael Vinicius Turlão pelo telefone: (13) 3496-2370.

Com vistas a oferecer uma descrição detalhada e pormenorizada do Edital em questão, bem como disponibilizar aos licitantes um conjunto extenso de informações técnicas que viabilizem a formulação precisa de suas propostas orçamentárias, apresentamos no Anexo VII o link para download das plantas baixas de 80 (oitenta) Unidades Escolares incluídas neste projeto.

A responsabilidade pela infraestrutura de encaminhamento físico, que abrange dutos e eletrodutos de $\frac{3}{4}$ ", todos na coloração branca, cabos CAT. 5E, conectores RJ45 macho/fêmea CAT. 5E, assim como a enfição de cabos e demais componentes indispensáveis à implementação do cabeamento estruturado oriundo dos pontos de acesso que serão instalados e devidamente finalizados no rack local, será totalmente da incumbência da CONTRATADA.

A CONTRATADA deverá realizar a instalação dos cabos UTP nos dutos, canaletas e/ou eletrocalhas de forma simultânea à remoção dos mesmos de suas embalagens originais. Em trechos onde for necessário o lançamento de mais de um cabo na tubulação, todos os cabos devem ser instalados em conjunto, respeitando rigorosamente a taxa de ocupação.

A instalação deve observar o raio de curvatura mínimo, que deve ser de 4 vezes o diâmetro nominal do cabo. Os cabos devem ser organizados de tal maneira que não ocorra estrangulamento, torção, emaranhamento e/ou pisoteamento, garantindo assim a preservação de suas características originais.

É terminantemente proibida a reutilização de quaisquer acessórios de outras instalações. Além disso, deve-se respeitar o comprimento máximo permitido por norma.

A CONTRATADA deverá instalar e fornecer ponto em cabeamento estruturado CAT5E, obedecendo a norma ANSI/TIA-568-C.0, essencial para manter o desempenho da conexão quando terminada a um cabo par trançado equilibrado. Deve seguir estritamente as instruções do fabricante quanto a forma de conexão, mantendo a geometria do cabo o mais próximo do conector não superior a 13 mm (0,5 pol), evitando a falha em enlaces curtos. A conectividade correta das tomadas de telecomunicações/conectores deve seguir a norma ANSI/TIA-568-C.2, no formato T568B, (Wire Map).



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

Os próprios serão definidos pela Secretaria de Educação e serão listados na ordem de serviço.

A implementação física do cabeamento estruturado deverá seguir um percurso externo para a fixação dos eletrodutos, evitando os encaminhamentos pelo forro das Unidades Escolares, obedecendo à origem e ao destino conforme encaminhamento existente e que ainda está em produção. Esta atividade abrange a instalação, montagem e fixação de eletrodutos, suportes, acessórios, periféricos e demais componentes que compõem a solução.

A CONTRATADA deverá proceder com a instalação de eletrodutos para o direcionamento de cabos em ambientes internos de telecomunicações, assegurando a chegada em salas técnicas, armários de rede e prumadas. Os eletrodutos deverão ser posicionados de forma vertical e/ou horizontal, podendo ser fixados nas paredes e/ou suspensos no teto.

O fornecimento incluirá todos os acessórios necessários para a montagem e instalação do conjunto, tais como: barras, caixas de passagem, curvas e outros acessórios, conforme as exigências específicas de cada local.

Em áreas onde houver curvas acentuadas ou extensas, colunas ou desvios, a CONTRATADA deverá empregar o material apropriado para a instalação, que consiste no Eletroduto Flexível com Alma de Aço, com diâmetro adequado para a conexão ao eletroduto rígido, acompanhado dos acessórios necessários para a devida conexão.

Após a conclusão de todo o novo encaminhamento estruturado, realizados os respectivos testes e finalizada a transposição do cabeamento, a CONTRATADA deverá proceder com a remoção de todo o enlace legado.

A CONTRATADA terá um prazo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados a partir da data da Ordem de serviço, para implantar e finalizar todas as 80 Unidades Escolares previstas.

8.2. NORMAS TÉCNICAS

Os serviços relacionados devem seguir as seguintes normas e instruções sem prejuízo de demais especificações técnicas pertinentes.

A instalação física deverá seguir o Projeto Executivo da Rede Local sem Fio (WLAN) e compreende a instalação, montagem, fixação e energização dos equipamentos, nobreaks, suportes, racks, acessórios, periféricos, e demais equipamentos e componentes que integram a solução.

A execução dos serviços de instalação física deverá ocorrer em conformidade com as normas técnicas e de segurança vigentes, bem como com as recomendações dos fabricantes, as especificações e requisitos técnicos estabelecidos neste edital e seus anexos e nas instruções complementares expedidas pelos agentes de fiscalização e acompanhamento do Contrato designados pela Prefeitura Municipal de Praia Grande.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

Sem prejuízo de demais especificações técnicas pertinentes e análogas, os serviços relacionados devem seguir as seguintes normas e instruções

- 8.2.1.** Norma NBR 14565 - Procedimento Básico para Elaboração de Projetos de Cabeamento de Telecomunicações para Rede Interna Estruturada;
- 8.2.2.** Norma ANSI/TIA/EIA 568-B - Commercial Building Telecommunications Cabling Standard;
- 8.2.3.** Norma ANSI/TIA/EIA 568-B.1 - Requisitos gerais para projeto, instalação e parâmetro para testes do sistema de cabeamento estruturado.

8.3. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS – LOTE 01 E LOTE 02

Os serviços serão executados em dias úteis de segunda a sexta-feira em horário comercial das 8:30 às 17:30 e poderão ser executados fora de horário comercial quando houver previsão de impacto ou risco de indisponibilidade dos serviços objetos deste contrato.

8.4. CHAMADOS TÉCNICOS – LOTE 01

O SLA – Acordo de Níveis de serviço, define as metas essenciais e as obrigações da CONTRATADA quanto ao atendimento das solicitações técnicas durante a vigência do contrato. Os chamados técnicos que forem abertos pela CONTRATANTE serão categorizados conforme o nível de severidade, sendo que devem ser conduzidos de acordo com os padrões de atendimento, como segue:

8.4.1. Nível 1 (N1)

- 8.4.1.1.** O dispositivo, acessório, periférico ou software, demonstra uma falha, interrupção, deficiência ou erro técnico o que ocasiona sua total ou parcial inoperância;
- 8.4.1.1.1.** O primeiro retorno telefônico da CONTRATADA deve ocorrer em até 30 minutos, e a solução técnica, seja ela definitiva ou temporária, não poderá ultrapassar 1 (uma) hora a partir do registro do chamado técnico.

8.4.2. Nível 2 (N2)

- 8.4.2.1.** O dispositivo, acessório, periférico ou software, demonstra uma falha, interrupção, deficiência ou erro técnico que comprometa a operação, utilização ou acesso a função(ões) essencial(is);
- 8.4.2.1.1.** O primeiro retorno telefônico da CONTRATADA deve ocorrer em até 30 (trinta) minutos, e a solução técnica, seja ela definitiva ou temporária, não poderá ultrapassar 4 (quatro) horas a partir do registro do chamado técnico.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

8.4.3. Nível 3 (N3)

8.4.3.1. Esclarecimento de questionamentos referentes à instalação, configuração, customização, otimização, operacionalização, utilização e gestão da solução oferecida;

8.4.3.1.1. O primeiro retorno telefônico da CONTRATADA deverá ocorrer em um prazo máximo de 1 (uma) hora, e, a respectiva devolutiva técnica, seja ela definitiva ou provisória, não deverá ultrapassar 48 (quarenta e oito) horas a partir do registro do chamado técnico.

Na impossibilidade de resolução da falha, pane ou inconformidade técnica nos prazos estipulados conforme os níveis de severidade mencionados anteriormente, a CONTRATADA deverá assegurar a substituição do equipamento, acessório, periférico ou software contratado por outro que possua as mesmas especificações, em um prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de recebimento da notificação formal emitida pela CONTRATANTE.

A CONTRATADA garante disponibilidade mínima da infraestrutura WLAN de 99% (noventa e nove por cento) medida mensalmente, calculada como: $(\text{horas de operação normal} / \text{horas totais do período}) \times 100$. O descumprimento da meta mensal implicará desconto proporcional na fatura, calculado sobre o valor de locação dos APs afetados pelo percentual de indisponibilidade verificado acima da franquia de 1%.

Deverá ser documentado em um Relatório de Atendimento Técnico, todo procedimento realizado localmente pela CONTRATADA em decorrência da execução dos serviços de manutenção para a resolução de incidentes ou problemas (pane, falha ou não-conformidade técnica identificada).

Este Relatório de Atendimento Técnico deverá ser enviado à CONTRATANTE em até 48 (quarenta e oito) horas após a ocorrência do incidente ou problema, contendo as seguintes informações relacionadas abaixo:

- a) O ativo que apresentou o incidente ou problema.
- b) A descrição detalhada do incidente ou problema identificado.
- c) A causa raiz do problema (Root-cause).
- d) As ações de contorno, se houver.
- e) As medidas adotadas para a resolução do incidente ou problema.
- f) Os testes de validação realizados para atestar que o incidente ou problema foi devidamente resolvido, incluindo a data, hora, local, nome e assinatura do responsável pelo atendimento.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

8.5. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS PARA IMPLANTAÇÃO – LOTE 01 E LOTE 02

- 8.5.1.** A instalação, montagem e fixação de todos os equipamentos e componentes que compõem a solução deverão ser realizadas em racks e suportes adequados ao equipamento e ao local de instalação;
- 8.5.2.** A CONTRATADA deverá disponibilizar todos os recursos humanos, materiais e tecnológicos imprescindíveis à instalação física dos equipamentos, que incluem suportes para fixação, racks, acessórios, periféricos, cabeamento, conectores e demais componentes que integram a solução;
- 8.5.3.** Para a execução dos serviços previstos neste Contrato, caberá à CONTRATADA fornecer, conforme o respectivo LOTE adjudicado, todos os materiais e equipamentos necessários à realização dos serviços especificados neste edital;
- 8.5.4.** A CONTRATADA assume a responsabilidade pela execução de todos os serviços descritos na documentação técnica que sejam essenciais para:
 - 8.5.4.1.** Efetivação da instalação física da solução;
 - 8.5.4.2.** Energização dos equipamentos instalados;
 - 8.5.4.3.** Remoção de entulhos e resíduos que forem gerados em razão da execução dos serviços, de acordo com as Leis Municipais, Resoluções Federais e Resolução CONAMA.
- 8.5.5.** A CONTRATADA irá executar a instalação lógica, configuração, customização e otimização dos equipamentos para o perfeito funcionamento dos mesmos;
- 8.5.6.** Após a conclusão da instalação, deverão ser realizados testes para assegurar o pleno funcionamento dos dispositivos e suas respectivas configurações. Ao término deste processo, a CONTRATADA deverá validar junto a CONTRATANTE as instalações e as funcionalidade dos equipamentos.
- 8.5.7.** Ao final da instalação, tanto física quanto lógica, a CONTRATADA deverá disponibilizar toda a documentação técnica que compõe a solução para a CONTRATANTE.
- 8.5.8.** A CONTRATADA deverá proceder com os necessários remanejamentos de equipamentos em operação que fazem parte da solução contratada, sem que isso gere custos adicionais para a CONTRATANTE.

8.6. DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA MENSAL – LOTE 01

- 8.6.1.** A CONTRATADA deverá realizar, mensalmente, a manutenção preventiva, visando a identificação e resolução de eventuais problemas na rede (WLAN).
- 8.6.2.** Os serviços a serem realizados pela CONTRATADA devem obedecer rigorosamente às diretrizes e orientações estabelecidas pelo fabricante dos equipamentos. Concomitantemente, as boas práticas recomendadas deverão ser observadas com rigor, sendo imprescindível a execução dos procedimentos listados a seguir:
 - 8.6.2.1.** Limpeza dos equipamentos de conectividade;
 - 8.6.2.2.** Reorganização de cabos que estejam fora do padrão;
 - 8.6.2.3.** Testar os conectores do cabeamento WLAN;
 - 8.6.2.4.** Avaliação do nível do sinal;
 - 8.6.2.5.** Substituição em caso de não funcionamento;



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

8.7. DA MANUTENÇÃO CORRETIVA – LOTE 01

- 8.7.1.** A realização de manutenções corretivas deve ocorrer sempre que necessário, sendo essa necessidade identificada durante a manutenção preventiva ou após a execução de intervenções emergenciais;
- 8.7.2.** O objetivo principal é restabelecer as condições originais do projeto/implantação da rede (WLAN). Tal manutenção deverá ser conduzida conforme a gravidade da situação e os prazos estipulados na seção Chamados Técnicos, podendo o departamento responsável definir um horário apropriado para a correção;
- 8.7.3.** Um relatório minucioso, detalhando as atividades realizadas, deverá ser encaminhado ao departamento responsável no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a conclusão dos serviços;
- 8.7.4.** A CONTRATADA é responsável por notificar o departamento responsável sobre o início e término das atividades de manutenção que possam implicar riscos de interrupção do sistema.

8.8. DIRETRIZES PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS – LOTE 01 E LOTE 02

- 8.8.1.** A CONTRATADA deverá ter disponíveis todas as ferramentas, equipamentos e pessoal qualificado, necessário para a prestação dos serviços contratados;
- 8.8.2.** A CONTRATADA deverá manter os equipamentos atualizados e em condições de uso em produção;
- 8.8.3.** A certificação dos pontos de rede e a emissão do respectivo relatório de certificação deverá ser feita por equipamento com a documentação referente a certificação dentro do período de validade;
- 8.8.4.** Não serão aceitos relatórios emitidos por equipamentos não certificados ou com certificação fora do prazo de validade;
- 8.8.5.** Os colaboradores da CONTRATADA deverão estar identificados com crachá e devidamente uniformizados;
- 8.8.6.** Os veículos da CONTRATADA deverão estar devidamente identificados.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

8.9. DA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E QUALIFICAÇÃO DAS EQUIPES TÉCNICAS – LOTE 01

8.9.1. A CONTRATADA deverá possuir experiência em soluções de redes sem fio WLAN, assim como em soluções interdependentes e correlatas;

8.9.2. Os integrantes das equipes deverão possuir sólida competência técnica, serem treinados e habilitados para construir infraestrutura de rede local e sem fio (WLAN), incluindo a manutenção geral dos equipamentos descritos nesta especificação técnica;

8.9.3. Com o intuito de assegurar a excelência na execução do serviço, bem como garantir o adequado cumprimento das atividades e procedimentos a serem realizados em benefício da CONTRATANTE, deverá a CONTRATADA comprovar capacidade técnico-operacional por meio de formação profissional, experiência prática ou documentos como Atestados de Capacidade Técnica ou Certificados de Habilitação Técnica, para a prestação dos serviços contratados;

8.9.4. A CONTRATADA deverá contar em sua equipe com um profissional graduado em nível superior, que possua certificação válida emitida pelo(s) fabricante(s) dos equipamentos propostos (WLAN e NGFW), cuja comprovação de vínculo será exigida no ato da assinatura do contrato, nos termos do art. 67, inciso I, da Lei nº 14.133/2021;

8.9.5. A apresentação da certificação de um fabricante distinto será considerada válida, desde que esta demonstre equivalência tecnológica em relação aos dispositivos sem fio e dispositivos de comutação que serão oferecidos;

8.9.6. Essa exigência visa assegurar que a licitante disponibilize um membro de sua equipe técnica, devidamente capacitado para configurar, implementar, colocar em operação e monitorar a solução apresentada, garantindo o pleno funcionamento e êxito do projeto, atendendo ao escopo e às especificidades técnicas estabelecidas.

8.10. GESTÃO DA EQUIPE DE MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO DA REDE WLAN – LOTE 01

8.10.1. Liderar a supervisão operacional da rede WLAN e respectivos Técnicos Residentes, com o intuito de assegurar a plena funcionalidade dos dispositivos e sistemas, bem como proporcionar suporte técnico de excelência aos usuários da rede sem fio;



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

8.11. EQUIPE DE MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO DA REDE WLAN – LOTE 01

- 8.11.1.** Garantir o pleno funcionamento dos equipamentos e softwares, implementar, colocar em operação e monitorar a solução de modo a atender ao escopo e às especificidades técnicas estabelecidas, garantindo, assim, o pleno funcionamento e êxito do projeto;
- 8.11.2.** A equipe de manutenção e suporte técnico da rede WLAN é responsável por:
 - 8.11.2.1.** Instalar todos os equipamentos e softwares que integram a solução;
 - 8.11.2.2.** Prover suporte técnico especializado em plataforma de gerenciamento de rede;
 - 8.11.2.3.** Efetuar a manutenção, instalação, modificação e remanejamento de equipamentos;
 - 8.11.2.4.** Efetuar a manutenção preventiva e corretiva no hardware, instalação e atualização de sistemas/softwares;
 - 8.11.2.5.** Suporte técnico a usuários;
 - 8.11.2.6.** Instalação e configuração de periféricos.

A CONTRATADA deverá considerar, em sua avaliação de custos, todas as atividades administrativas e técnicas essenciais para garantir o pleno funcionamento do ambiente, desde a fase inicial até a conclusão do contrato.

Também será necessário incluir em sua proposta orçamentária os custos dos profissionais indispensáveis à execução do contrato, a fim de assegurar a conformidade necessária dentro do prazo estabelecido e possibilitar a implementação adequada, alcançando, assim, o sucesso na operação do ambiente WLAN.

A CONTRATADA deverá fornecer à CONTRATANTE um software de gestão de ocorrências que permita a centralização e o acompanhamento das solicitações de atendimento técnico registradas pelos usuários do ambiente WLAN.

A aplicação deverá contar com um painel de gestão e controle, que será utilizado pela CONTRATANTE para seu monitoramento diário, além de possibilitar a emissão de relatórios padronizados e/ou personalizados. A aplicação disponibilizada deverá ser previamente aprovada pela CONTRATANTE.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

8.12. QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA – LOTE 01 E LOTE 02

PARA O LOTE 02

Todos os profissionais a serviço da CONTRATADA deverão apresentar o certificado válido de conclusão do curso “Norma Regulamentadora NR-35 – Trabalho em altura”, sendo a apresentação de tal certificação exigida no ato da assinatura do contrato e não na fase de habilitação.

PARA O LOTE 01

Com o intuito de assegurar a excelência na execução do serviço, bem como garantir o adequado cumprimento das atividades e procedimentos a serem realizados em benefício da CONTRATANTE, apresentamos as características essenciais da equipe que deverá ser disponibilizada para a presente prestação de serviços:

A CONTRATADA deverá contar em sua equipe com um profissional graduado em nível superior, que possua certificação válida emitida pelo(s) fabricante(s) dos equipamentos propostos (WLAN e NGFW), cuja comprovação de vínculo será exigida no ato da assinatura do contrato.

A apresentação da certificação de um fabricante distinto será considerada válida, desde que esta demonstre equivalência tecnológica em relação aos dispositivos sem fio e dispositivos de comutação que serão oferecidos.

Essa exigência visa assegurar que a licitante disponibilize um membro de sua equipe técnica, devidamente capacitado para configurar, implementar, colocar em operação e monitorar a solução apresentada, garantindo o pleno funcionamento e êxito do projeto, atendendo ao escopo e às especificidades técnicas estabelecidas.

8.12.1. Responsável pela equipe técnica – Lote 01: Diploma de graduação superior em um dos seguintes cursos:

- 8.12.1.1.** Análise de sistemas, Sistemas de Informação, Ciências da Computação, Computação, Engenharia da Computação, Informática/Processamento de Dados, Diploma de Curso Superior de Tecnologia (qualquer modalidade na área de informática);
- 8.12.1.2.** Deverá ter experiência mínima comprovada de 02 (dois) anos na atividade;
- 8.12.1.3.** A licitante deverá declarar formalmente que apresentará, para fins de contratação, profissional com certificação válida do(s) fabricante(s) dos equipamentos ofertados, sendo a comprovação de vínculo exigida no ato da assinatura do contrato, nos termos do art. 67, inciso I, da Lei nº 14.133/2021;
- 8.12.1.4.** A apresentação da certificação de um fabricante distinto será considerada válida, desde que esta demonstre equivalência tecnológica em relação aos dispositivos sem fio e dispositivos de comutação que serão oferecidos;
- 8.12.1.5.** Não serão aceitos certificados fora do prazo de validade.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

8.13. TÉCNICOS RESIDENTES – LOTE 01

8.13.1. Formação Técnica em um dos seguintes cursos:

- 8.13.1.1.** Telecomunicações, Redes de Computadores, Manutenção e Suporte em Informática, Informática, Desenvolvimento de Sistemas, Informática para Internet;
- 8.13.1.2.** Deverá ter experiência mínima comprovada de 02 (dois) anos na atividade;
- 8.13.1.3.** Todos os 4 (quatro) Técnicos Residentes, prestadores de serviço da CONTRATADA, deverão apresentar o certificado válido de conclusão do curso “Norma Regulamentadora NR-35 – Trabalho em altura”, sendo a apresentação de tal certificação exigida no ato da assinatura do contrato e não na fase de habilitação;
- 8.13.1.4.** Não serão aceitos certificados fora do prazo de validade.

8.14. TÉCNICOS – LOTE 02

8.14.1. Formação Técnica em um dos seguintes cursos:

- 8.14.1.1.** Telecomunicações, Redes de Computadores, Manutenção e Suporte em Informática, Informática, Desenvolvimento de Sistemas, Informática para Internet;
- 8.14.1.2.** Deverá ter experiência mínima comprovada de 02 (dois) anos na atividade;
- 8.14.1.3.** Todos os Técnicos, prestadores de serviço da CONTRATADA na execução das atividades previstas no Lote 02 deverão apresentar o certificado válido de conclusão do curso “Norma Regulamentadora NR-35 – Trabalho em altura”, sendo a apresentação de tal certificação exigida no ato da assinatura do contrato e não na fase de habilitação;
- 8.14.1.4.** Não serão aceitos certificados fora do prazo de validade.

Para ambos os LOTES os integrantes das equipes deverão possuir sólida competência técnica, serem treinados e habilitados para construir infraestrutura de rede local e sem fio (WLAN), incluindo a manutenção geral dos equipamentos descritos nesta especificação técnica.

Para ambos os LOTES a CONTRATANTE reserva-se o direito, a qualquer momento, de requerer a substituição dos profissionais da CONTRATADA que não cumprirem adequadamente as exigências técnicas ou que não se ajustarem às normas e procedimentos da CONTRATANTE.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

8.15. REQUISITOS DE DIMENSIONAMENTO MATERIAL, PATRIMONIAL E ALOCAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

DOS TÉCNICOS RESIDENTES – LOTE 01 E LOTE 02

- 8.15.1.** Para o LOTE 01 a CONTRATADA deverá disponibilizar, de forma simultânea, nas instalações da Secretaria de Educação, 4 (quatro) profissionais Técnicos Residentes, incumbidos das manutenções preventivas e corretivas, bem como da troca e substituição de equipamentos;
- 8.15.2.** Para o LOTE 01 a CONTRATADA deverá disponibilizar 2 (dois) veículos com um máximo de 5 (cinco) anos de utilização, os quais deverão ter a capacidade de transportar os Técnicos Residentes, as ferramentas e todos os equipamentos indispensáveis para a realização de serviços de manutenção;
- 8.15.3.** Para ambos os LOTES a CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que a necessidade surgir, um veículo adicional, com o intuito de assegurar a quantidade adequada de veículos e equipes à disposição do Município, conforme estipulado no contrato;
- 8.15.4.** Para o LOTE 01 os Técnicos Residentes da CONTRATADA terão a incumbência de fornecer assistência aos usuários e aos seus dispositivos móveis, organizando as demandas de conectividade na rede WLAN mencionada, além de exercer outras atividades pertinentes à gestão de seus equipamentos;
- 8.15.5.** Para ambos os LOTES a CONTRATADA deverá diligenciar junto à CONTRATANTE a identificação de seus Técnicos (Residentes) e dos eventuais substitutos;
- 8.15.6.** Para ambos os LOTES o horário de trabalho dos Técnicos (Residentes) deverá ser das 8h30min às 17h30min, conforme o horário local, de segunda a sexta-feira, exceto em feriados;
- 8.15.7.** Para o LOTE 01 os Técnicos Residentes deverão efetuar o registro de controle de frequência, que deverá ser devidamente arquivado no Departamento de Programas de Inclusão Digital;
- 8.15.8.** Para ambos os LOTES a CONTRATANTE poderá requisitar da CONTRATADA, a qualquer momento que lhe convier, um relatório das atividades desempenhadas pelos Técnicos (Residentes);
- 8.15.9.** Para ambos os LOTES em situações que envolvam férias ou a ausência dos Técnicos (Residentes), a CONTRATADA deverá assegurar a substituição temporária por outros profissionais devidamente qualificados;
- 8.15.10.** Para ambos os LOTES os insumos e equipamentos indispensáveis à realização das atividades pelos Técnicos (Residentes) deverão ser disponibilizados pela CONTRATADA, incluindo também os suprimentos de escritório, tecnologia da informação e itens de uso diário;
- 8.15.11.** Para ambos os LOTES os custos relacionados aos deslocamentos dos Técnicos (Residentes) para atendimentos externos deverão ser suportados pela CONTRATADA.
- 8.15.12.** Para ambos os LOTES os atendimentos externos realizados pelos Técnicos (Residentes) não deverão ultrapassar os limites do Município de Praia Grande/SP.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

8.15.13. Para ambos os LOTES a CONTRATADA se compromete a manter o Departamento responsável da CONTRATANTE sempre informado sobre os números de telefone destinados ao contato, assim como a notificar de forma imediata quaisquer modificações que possam ocorrer.

8.16. AVALIAÇÃO E ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS – LOTE 01 E LOTE 02

A Prefeitura de Praia Grande reserva-se o direito de não autorizar o início dos serviços de Instalação e manutenção ou suspender aqueles que já tenham sido iniciados, caso se constate que os profissionais responsáveis pela execução das atividades não possuam o treinamento ou conhecimento específico exigido acerca das normas de segurança, ou se não estiverem utilizando os instrumentos, ferramentas de trabalho e equipamentos de proteção individual apropriados para as atividades a serem realizadas, podendo comprometer equipamentos, instalações ou os serviços desta Prefeitura Municipal.

Qualquer serviço de manutenção que possa impactar os equipamentos, as instalações ou os serviços de distribuição e transmissão deverá ser comunicado com a devida antecedência à CONTRATANTE, a fim de possibilitar a obtenção da autorização para sua realização e a coordenação adequada dos serviços.

A CONTRATADA deverá sempre manter a equipe técnica da CONTRATANTE informada sobre os números de contato para acionamento e deverá comunicar imediatamente qualquer alteração nesses.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

9. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS – LOTE 01

9.1. PONTO DE ACESSO INTERNO WiFi 7 (PADRÃO IEEE 802.11be)

- 9.1.1. Deverá ser fornecido em regime de locação 1.160 (mil cento e sessenta) pontos de acesso sem fio interno Wi-Fi 7 (padrão IEEE 802.11be) com alta disponibilidade, alta capacidade e com bom custo/benefício para ambientes escolares;
- 9.1.2. Os pontos de acesso Interno WiFi 7 (padrão IEEE 802.11be) na solução de WLAN a ser construída deverão estar integralmente licenciados e/ou contemplarem todos os softwares necessários para plena execução do seu gerenciamento e de todas as características descritas;
- 9.1.3. Deverá ser fornecido pontos de acesso Interno WiFi 7 (padrão IEEE 802.11be) para acesso à rede local sem fio, novos e sem uso anterior;
- 9.1.4. O modelo ofertado deverá estar em linha de produção, sem previsão de encerramento, na data de entrega da proposta;
- 9.1.5. Ponto de acesso Interno para rede local sem fio com rádio triplo, configurável via software, com funcionamento simultâneo no mínimo nos padrões IEEE 802.11be 6GHz, IEEE 802.11a/n/ac/ax, 5GHz, e IEEE 802.11b/g/n/ax, 2.4GHz;
- 9.1.6. Suporte MIMO multi-user (MU-MIMO), OFDMA, BSS Coloring, Target Wake Time;
- 9.1.7. Suporte a WPA3 e 802.1X (EAP) e captive portal;
- 9.1.8. Identificar automaticamente o controlador wireless ao qual se conectará;
- 9.1.9. Possuir capacidade tri-band com rádios 2.4GHz, 5GHz, e 6GHz operando simultaneamente e configurados de forma independente;
- 9.1.10. Permitir a conexão de, no mínimo, 350 (trezentos e cinquenta) clientes wireless simultaneamente;
- 9.1.11. Possuir no mínimo 1 (uma) interface 1 GbE (10/100/1000 Mbps), ou superior, com conector RJ-45 para permitir a conexão com a rede LAN;
- 9.1.12. Suportar Power Over Ethernet (PoE) conforme os padrões 802.3af ou 802.3at ou 802.3bt;
- 9.1.13. Caso necessário, deverá ser disponibilizado pela CONTRATADA, sem ônus adicionais à CONTRATANTE, fontes de alimentação alternativas para efetivar a energização dos APs;
- 9.1.14. Deve suportar ser gerenciado via SNMP;
- 9.1.15. Suportar mecanismos para detecção e mitigação automática de pontos de acesso não autorizados;
- 9.1.16. Operar em ambientes com temperaturas entre 0 e 40° C;
- 9.1.17. Otimizar o desempenho e a cobertura sem fio (RF) em conjunto com o controlador wireless, realizando automaticamente o ajuste de potência e a distribuição adequada de canais a serem utilizados;
- 9.1.18. Possuir estrutura que permita fixação do equipamento em teto e parede e ser fornecido com acessórios originais do fabricante para que possa ser feita a fixação;
- 9.1.19. Possuir kits de montagem opcionais para instalar em variedade de superfícies;
- 9.1.20. Possuir registro na ANATEL;



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

- 9.1.21. O certificado da ANATEL deverá ser apresentado na entrega do equipamento;
- 9.1.22. Deverá ser fornecido com garantia, pelo período do contrato;
- 9.1.23. A CONTRATANTE poderá abrir chamados de manutenção diretamente na CONTRATADA, durante a vigência do contrato, sem necessidade de prévia consulta e/ou qualquer liberação por parte da CONTRATADA. Não deve haver limite para aberturas de chamados, sejam de dúvidas/configurações e/ou resolução de problemas de hardware ou software;
- 9.1.24. Deverá ser garantido à CONTRATANTE acesso gratuito e sem limitações a quaisquer bases de dados disponíveis e documentações para usuários, relacionados ao produto especificado;
- 9.1.25. Em caso de quebra, mau funcionamento, queda de desempenho ou qualquer outro fato causado por defeitos no produto, a CONTRATADA deve cobrir o conserto ou a substituição por outro igual ou superior gratuitamente, incluindo todos os custos de transporte.

9.2. PONTO DE ACESSO EXTERNO WiFi 6 (PADRÃO IEEE 802.11ax)

- 9.2.1. Deverá ser fornecido em regime de locação 85 (oitenta e cinco) pontos de acesso sem fio externo Wi-Fi 6 (padrão IEEE 802.11ax) com alta disponibilidade, alta capacidade e com bom custo/benefício para ambientes escolares;
- 9.2.2. Os pontos de acesso Externo WiFi 6 (padrão IEEE 802.11ax) na solução de WLAN a ser construída deverão estar integralmente licenciados e/ou contemplarem todos os softwares necessários para plena execução do seu gerenciamento e de todas as características descritas;
- 9.2.3. Deverá ser fornecido pontos de acesso Externo WiFi 6 (padrão IEEE 802.11ax) para acesso à rede local sem fio, novos e sem uso anterior.
- 9.2.4. O modelo ofertado deverá estar em linha de produção, sem previsão de encerramento, na data de entrega da proposta;
- 9.2.5. Projetado para operação outdoor sem utilização de caixa de instalação adicional;
- 9.2.6. Equipamento de ponto de acesso externo para rede local sem fio com dois rádios, 2.4GHz e 5GHz configurável via software, com funcionamento simultâneo nos padrões IEEE 802.11a/n/ac/ax, 5GHz, e IEEE 802.11b/g/n/ax, 2.4GHz;
- 9.2.7. Suporte MIMO multi-user (MU-MIMO), OFDMA, BSS Coloring, Target Wake Time;
- 9.2.8. Suporte a WPA3 e 802.1X (EAP) e captive portal;
- 9.2.9. O equipamento deve possuir proteção para ambientes externos, não serão aceitos equipamentos com caixas de proteção genéricas;
- 9.2.10. Deve possuir certificação IP67;
- 9.2.11. Possuir no mínimo 2 (duas) interfaces 1 GbE (10/100/1000 Mbps) Ethernet, ou superior, com conector RJ-45 para permitir a conexão com a rede LAN;
- 9.2.12. Suportar alimentação através de Power Over Ethernet (PoE);
- 9.2.13. Caso necessário, deverá ser disponibilizado pela CONTRATADA, sem ônus adicionais à CONTRATANTE, fontes de alimentação alternativas para efetivar a energização dos APs;
- 9.2.14. Permitir a conexão de, no mínimo, 350 (trezentos e cinquenta) clientes wireless simultaneamente;



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

- 9.2.15.** Otimizar o desempenho e a cobertura sem fio (RF) em conjunto com o controlador wireless, realizando automaticamente o ajuste de potência e a distribuição adequada de canais a serem utilizados;
- 9.2.16.** Deve ser capaz de operar em ambientes com temperaturas entre -10 e 60º C;
- 9.2.17.** Suportar mecanismos para detecção e mitigação automática de pontos de acesso não autorizados;
- 9.2.18.** Possuir kits de montagem opcionais para instalar o AP em superfícies variadas;
- 9.2.19.** Permitir habilitar e desabilitar a divulgação do SSID;
- 9.2.20.** Possuir estrutura que permita fixação do equipamento em poste ou parede e fornecer acessórios para que possa ser feita a fixação;
- 9.2.21.** Deve ser acompanhado de todos os acessórios necessários para operacionalização do equipamento, tais como: softwares, cabos de energia elétrica e power injector outdoor, documentação técnica e manuais (podendo ser em meio digital) que contenham informações suficientes para possibilitar a instalação, configuração e operacionalização do equipamento;
- 9.2.22.** O equipamento deverá possuir registro na ANATEL;
- 9.2.23.** O certificado da ANATEL deverá ser apresentado na entrega do equipamento;
- 9.2.24.** Deverá ser fornecido com garantia, pelo período do contrato;
- 9.2.25.** A CONTRATANTE poderá abrir chamados de manutenção diretamente na CONTRATADA, durante a vigência do contrato, sem necessidade de prévia consulta e/ou qualquer liberação por parte da CONTRATADA. Não deve haver limite para aberturas de chamados, sejam de dúvidas/configurações e/ou resolução de problemas de hardware ou software;
- 9.2.26.** Deverá ser garantido à CONTRATANTE acesso gratuito e sem limitações a quaisquer bases de dados disponíveis e documentações para usuários, relacionados ao produto especificado;
- 9.2.27.** Em caso de quebra, mau funcionamento, queda de desempenho ou qualquer outro fato causado por defeitos no produto, a CONTRATADA deve cobrir o conserto ou a substituição por outro igual ou superior gratuitamente, incluindo todos os custos de transporte.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

9.3. GERENCIADOR/CONTROLADOR WiFi PARA WLAN COM ALTA DISPONIBILIDADE

- 9.3.1. OPÇÃO “A”** - Consiste em uma topologia de gerenciamento e controle centralizados, com equipamentos em HA (alta disponibilidade);
- 9.3.2.** É admitido a adoção de características de Roteamento e NGFW integrados em 01 (um) ou mais equipamentos desde que sejam do mesmo fabricante;
- 9.3.3.** Deve prover, no mínimo, as seguintes funcionalidades sempre em HA:
- 9.3.3.1.** Controlador de Rede Wireless;
 - 9.3.3.2.** Controlador de Rede LAN;
 - 9.3.3.3.** Roteador;
 - 9.3.3.4.** NGFW;
- 9.3.4. OPÇÃO “B”** - Consiste em uma topologia de gerenciamento e controle descentralizados em cada unidade remota da Rede Educacional;
- 9.3.5.** É admitido a adoção de características de Roteamento e NGFW integrados em 01 (um) ou mais equipamentos desde que sejam do mesmo fabricante;
- 9.3.6.** Deve prover, no mínimo, as seguintes funcionalidades:
- 9.3.6.1.** Controlador de Rede Wireless;
 - 9.3.6.2.** Controlador de Rede LAN
 - 9.3.6.3.** Roteador;
 - 9.3.6.4.** NGFW;
- 9.3.7. OPÇÃO “C”** - Consiste em uma topologia de gerenciamento e controle oferecida na modalidade de subscrição em nuvem proveniente do mesmo fabricante dos pontos de acesso Wi-Fi, tunelando o tráfego das escolas, garantindo uma perfeita interoperabilidade da solução;
- 9.3.8.** É admitido a adoção de características de Roteamento e NGFW integrados em 01 (um) ou mais equipamentos desde que sejam do mesmo fabricante;
- 9.3.9.** Deve prover, no mínimo, as seguintes funcionalidades sempre em HA:
- 9.3.9.1.** Controlador de Rede Wireless;
 - 9.3.9.2.** Controlador de Rede LAN;
 - 9.3.9.3.** Roteador;
 - 9.3.9.4.** NGFW;



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

9.3.10. PARA AS TOPOLOGIAS CENTRALIZADA “A”, DESCENTRALIZADA “B”, E SUBSCRITA EM NUVEM “C”:

- 9.3.10.1.** Deve otimizar o desempenho e a cobertura wireless (RF) nos pontos de acesso por ela gerenciados, realizando automaticamente o ajuste de potência e a distribuição adequada de canais a serem utilizados;
- 9.3.10.2.** A solução deve permitir desabilitar o ajuste automático de potência e canais quando necessário;
- 9.3.10.3.** Deve implementar recursos que possibilitem a identificação de interferências provenientes de equipamentos que operem nas frequências de 2.4GHz e 5GHz;
- 9.3.10.4.** Implementar o balanceamento de carga dos usuários conectados à infraestrutura wireless de forma automática;
- 9.3.10.5.** A distribuição dos usuários entre os pontos de acesso próximos deve ocorrer sem intervenção humana e baseada em critérios como número de dispositivos associados em cada ponto de acesso;
- 9.3.10.6.** Possuir mecanismos para detecção e mitigação de pontos de acesso não autorizados, também conhecidos como Rogue APs;
- 9.3.10.7.** Implementar, no mínimo, os seguintes mecanismos de proteção para identificar ataques à infraestrutura wireless:
 - 9.3.10.7.1.** EAPOL Flooding, Ataques de negação de serviço, Weak WEP, Null SSID Probe Response, Invalid MAC OUI.
- 9.3.10.8.** Permitir configurar o bloqueio na comunicação entre os clientes wireless conectados a um determinado SSID;
- 9.3.10.9.** Suporte para todos os APs incluídos na solução, cluster HA, gerenciamento de firmware, telemetria e políticas de RF automáticas (RRM);
- 9.3.10.10.** Deve implementar recurso para autenticação dos usuários através de página web HTTPS (Captive Portal);
- 9.3.10.11.** Deve apresentar graficamente a topologia lógica da rede, representar os elementos da rede gerenciados, além de informações sobre os usuários conectados com a quantidade de dados transmitidos e recebidos por eles;
- 9.3.10.12.** Deve permitir a atualização de firmware individualmente nos pontos de acesso;
- 9.3.10.13.** Deve estar licenciado e suportar TODOS os APS Indoor e Outdoor;
- 9.3.10.14.** Deve possuir Portal de gestão único de toda a solução com dashboards, alertas e relatórios, permitindo encaminhamento de LOGS para um SIEM externo
- 9.3.10.15.** Deve ter capacidade de registro de logging;
- 9.3.10.16.** Deve estar homologado pela ANATEL.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

9.4. NGFW - FIREWALL NOVA GERAÇÃO – TOPOLOGIA CENTRALIZADA “A” E TOPOLOGIA SUBSCRITA EM NUVEM “C”

- 9.4.1. Deverá ser disponibilizada pela CONTRATADA, a ser integrado a rede de comunicação de dados, equipamento de segurança de rede gerenciada do tipo next-generation firewall, com as seguintes características básicas:
- 9.4.2. A solução deverá ser baseada em appliance, onde não serão permitidas soluções baseadas em PC ou Servidores com sistemas operacionais como Windows, FreeBSD e GNU/Linux;
- 9.4.3. Por funcionalidades de NGFW entende-se: reconhecimento de aplicações, prevenção de ameaças, identificação de usuários e controle granular de permissões;
- 9.4.4. Deve possuir licenciamento durante a vigência do contrato para as subscrições de filtro web e de conteúdo, IPS, controle de aplicação, proteção contra ameaças avançadas incluindo, mas não se limitando a antivírus, botnet, sandbox, entre outras subscrições;
- 9.4.5. Especificações mínimas:
 - 9.4.5.1. 01 (uma) USB Port;
 - 9.4.5.2. 01 (uma) RJ45 Console Port;
 - 9.4.5.3. 01 (uma) GbE RJ45 Management Port;
 - 9.4.5.4. 08 (oito) GbE RJ45 Interfaces;
 - 9.4.5.5. 08 (oito) 10 GbE SFP+ Slots;
 - 9.4.5.6. Performance mínima 10 (dez) Gbps de throughput com as seguintes funcionalidades mínimas habilitadas simultaneamente para todas as assinaturas que a plataforma de segurança possuir devidamente ativadas e atuantes: controle de aplicação, IPS e AntiMalware;
 - 9.4.5.7. Performance mínima de 80 (oitenta) Gbps de throughput para firewall;
 - 9.4.5.8. Performance mínima de 12 (doze) Gbps de throughput de IPS;
 - 9.4.5.9. Performance mínima de 50 (cinquenta) Gbps de throughput de IPSEC VPN;
 - 9.4.5.10. Suporte a, no mínimo 5.000.000 (cinco milhões) de conexões simultâneas;
 - 9.4.5.11. Suporte a, no mínimo 500.000 (quinhentos mil) novas conexões por segundo;
 - 9.4.5.12. Suporte a, no mínimo 4.000 (quatro mil) túneis IPSec VPN Site to Site;
 - 9.4.5.13. Deve estar licenciado para, ou suportar sem o uso de licença, no mínimo, 4.000 (quatro mil) túneis de clientes VPN IPSEC simultâneos;
 - 9.4.5.14. Deve possuir fonte de alimentação AC redundante e Hot-Swap;
 - 9.4.5.15. Deve estar homologado pela ANATEL;
 - 9.4.5.16. Permitir controle de políticas por usuários, grupos de usuários, IPs, redes e zonas de segurança;
 - 9.4.5.17. Permitir controle de políticas por código de País;
 - 9.4.5.18. Suportar a atribuição de agendamento das políticas com o objetivo de habilitar e desabilitar políticas em horários pré-definidos automaticamente;
 - 9.4.5.19. Deverá possuir a capacidade de reconhecer aplicações, independente de porta e protocolo;



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

- 9.4.5.20.** Reconhecer aplicações diferentes, incluindo, mas não limitado: a tráfego relacionado a peer-to-peer, redes sociais, acesso remoto, update de software, protocolos de rede, voip, áudio, vídeo, proxy, mensageiros instantâneos, compartilhamento de arquivos, e-mail;
- 9.4.5.21.** Deve realizar decodificação de protocolos com o objetivo de detectar aplicações encapsuladas dentro do protocolo e validar se o tráfego corresponde com a especificação do protocolo;
- 9.4.5.22.** Deve possuir módulo de IPS, Antivírus e Anti-Spyware integrados no próprio NGFW;
- 9.4.5.23.** Deve ser capaz de mitigar ameaças avançadas persistentes (APT), através de análises dinâmicas para identificação de malwares desconhecidos;
- 9.4.5.24.** Deve bloquear o acesso a conteúdo indevido ao utilizar a busca em sites como Google, Bing e Yahoo, independentemente de a opção Safe Search estar habilitada no navegador do usuário;
- 9.4.5.25.** Possuir categorias de URLs previamente definidas pelo fabricante e atualizáveis a qualquer tempo;
- 9.4.5.26.** Deve permitir a identificação de usuários;
- 9.4.5.27.** Deve possibilitar a visualização dos países de origem e destino nos logs dos acessos;
- 9.4.6.** A CONTRATADA ficará responsável por toda a configuração e operação. Após a configuração da CONTRATADA e validação por parte da CONTRATANTE, esta deverá fornecer consulta direito a view e as credenciais de acesso ao equipamento de segurança de rede gerenciada do tipo next-generation firewall instalado no ambiente on premise da Prefeitura de Praia Grande;
- 9.4.7.** A solução apresentada pela CONTRATADA deverá contemplar todos os recursos de conectividade, incluindo, mas não se limitando a: fibras, cabos de conexão, conversores, appliances, roteadores e demais elementos necessários para a adequada prestação dos serviços;
- 9.4.8.** A CONTRATADA fornecerá e instalará todos os componentes essenciais, como GBICs e cabos de fibra, abrangendo todos os itens indispensáveis à interconexão do equipamento de segurança de rede gerenciada do tipo next-generation firewall, que será implementado no ambiente on premise da Prefeitura de Praia Grande.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

9.5. NGFW REMOTO / ROTEADOR REMOTO – TOPOLOGIA DESCENTRALIZADA “B”

9.5.1. Especificações mínimas:

- 9.5.1.1.** 01 (uma) RJ45 Console Port;
- 9.5.1.2.** 04 (quatro) GbE RJ45 Interfaces;
- 9.5.1.3.** Performance mínima de 500 (quinhentos) Mbps de throughput com as seguintes funcionalidades habilitadas simultaneamente para todas as assinaturas que a plataforma de segurança possuir devidamente ativadas e atuantes: Controle de aplicação, IPS e AntiMalware;
- 9.5.1.4.** Performance mínima de 3 (três) Gbps de throughput para firewall;
- 9.5.1.5.** Suporte a, no mínimo 600.000 (seiscentas mil) conexões simultâneas;
- 9.5.1.6.** Suporte a, no mínimo 30.000 (trinta mil) novas conexões por segundo;
- 9.5.1.7.** Deve estar licenciado para, ou suportar sem o uso de licença, no mínimo, 200 (duzentos) túneis de clientes VPN IPSEC simultâneos;
- 9.5.1.8.** Deve possuir fonte de alimentação externa;
- 9.5.1.9.** Deve estar homologado pela ANATEL;
- 9.5.1.10.** Permitir controle de políticas por usuários, grupos de usuários, IPs, redes e zonas de segurança;
- 9.5.1.11.** Permitir controle de políticas por código de País;
- 9.5.1.12.** Suportar a atribuição de agendamento das políticas com o objetivo de habilitar e desabilitar políticas em horários pré-definidos automaticamente;
- 9.5.1.13.** Deverá possuir a capacidade de reconhecer aplicações, independente de porta e protocolo;
- 9.5.1.14.** Reconhecer aplicações diferentes, incluindo, mas não limitado: a tráfego relacionado a peer-to-peer, redes sociais, acesso remoto, update de software, protocolos de rede, voip, áudio, vídeo, proxy, mensageiros instantâneos, compartilhamento de arquivos, e-mail;
- 9.5.1.15.** Deve realizar decodificação de protocolos com o objetivo de detectar aplicações encapsuladas dentro do protocolo e validar se o tráfego corresponde com a especificação do protocolo;
- 9.5.1.16.** Deve possuir módulo de IPS, Antivírus e Anti-Spyware integrados no próprio NGFW;
- 9.5.1.17.** Deve ser capaz de mitigar ameaças avançadas persistentes (APT), através de análises dinâmicas para identificação de malwares desconhecidos;
- 9.5.1.18.** Deve bloquear o acesso a conteúdo indevido ao utilizar a busca em sites como Google, Bing e Yahoo, independentemente de a opção Safe Search estar habilitada no navegador do usuário;
- 9.5.1.19.** Possuir categorias de URLs previamente definidas pelo fabricante e atualizáveis a qualquer tempo;
- 9.5.1.20.** Deve permitir a identificação de usuários;
- 9.5.1.21.** Deve possibilitar a visualização dos países de origem e destino nos logs dos acessos;



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

9.6. ROTEADOR CENTRAL - TOPOLOGIA DESCENTRALIZADA “B”

- 9.6.1.** Deve ser entregue em HA (Alta Disponibilidade);
- 9.6.2.** Especificações mínimas:
 - 9.6.2.1.** 01 (uma) RJ45 Console Port;
 - 9.6.2.2.** 01 (uma) GbE RJ45 Management Port;
 - 9.6.2.3.** 04 (quatro) GbE RJ45 Interfaces;
 - 9.6.2.4.** Performance mínima de 3 (três) Gbps de throughput;
- 9.6.3.** Deve possuir a funcionalidade de tradução de endereços estáticos – NAT (Network Address Translation), um para um, N-para-um, vários para um, NAT64, NAT66, NAT46 e PAT;
- 9.6.4.** Deverá suportar roteamento estático para IPv4 e IPv6;
- 9.6.5.** Deverá suportar roteamento dinâmico para IPv4 e IPv6 (OSPF, BGP, RIP);
- 9.6.6.** Deverá possuir funcionalidades de DHCP Cliente, Servidor e Relay;
- 9.6.7.** Deverá suportar alta disponibilidade (HA), trabalhando no esquema de redundância do tipo Ativo-Passivo e Ativo-Ativo;
- 9.6.8.** Deverá suportar ECMP;
- 9.6.9.** Deverá permitir o funcionamento em modo transparente tipo “bridge”;
- 9.6.10.** Deverá possuir mecanismo de anti-spoofing;
- 9.6.11.** Deverá permitir criação de regras definidas pelo usuário;
- 9.6.12.** Deverá permitir funcionamento em modo bridge em camada 2, roteador em camada 3, proxy explícito e sniffer via espelhamento;
- 9.6.13.** Deverá suportar sFlow ou Netflow;
- 9.6.14.** Deverá permitir autenticação de usuários em base local, servidor LDAP, RADIUS e TACACS;
- 9.6.15.** Disponibilizar interface de administração via web no próprio dispositivo;
- 9.6.16.** Deve permitir monitorar via SNMP o uso de CPU, memória, espaço em disco, VPN, situação do cluster, eventos de segurança e estatísticas das verificações de saúde da camada de rede;
- 9.6.17.** Deve estar homologado pela ANATEL;



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

9.7. SWITCH 48 PORTAS POE SFP/SFP+ 10 KM

- 9.7.1.** Equipamento para instalação em racks 19”, ocupando no máximo 1U de altura, com kit de montagem incluso;
- 9.7.2.** 48 (quarenta e oito) portas ethernet físicas integradas ao equipamento, com velocidade 10/100/1000 – auto negociáveis e de uso simultâneo que implementem o padrão 802.3af (PoE) e 802.3at (PoE+) ou superior desde que mantida compatibilidade com os padrões PoE anteriores;
- 9.7.3.** PoE Budget de pelo menos 740 W;
- 9.7.4.** Possuir fonte de alimentação interna com ajuste automático de tensão de entrada 110 e 220 Volts;
- 9.7.5.** Pelo menos 04 (quatro) portas para instalação de transceptores no formato SFP/SFP+, compatíveis com transceptores de fibra ótica com velocidade de até 10 (dez) Gb/s, de uso simultâneo às demais portas do equipamento;
- 9.7.6.** No mínimo deverá ser fornecido equipamento no padrão Layer 3, com gerenciamento completo através de interface CLI padrão (Command Line Interface), acessível via telnet, SSH, HTTP/HTTPS (GUI) ou console local (porta ethernet ou serial – RS232), nativo do equipamento
- 9.7.7.** Desempenho mínimo de capacidade de comutação de 170 Gb/s (cento e setenta gigabits por segundo), com taxa de encaminhamento de 130 Mpps (cento e trinta milhões de pacotes por segundo);
- 9.7.8.** O equipamento deverá suportar a transferência de arquivos de configuração e de firmware através de protocolo HTTP ou TFTP;
- 9.7.9.** Suporte nativo de proteção DHCP Snooping e loop;
- 9.7.10.** Tabela com suporte para 16.000 (dezesesseis mil) endereços MAC, com alerta e bloqueio de endereço MAC baseado em porta;
- 9.7.11.** Deve suportar a criação de listas de acesso (ACLs) para filtragem de tráfego. Estas devem conter os seguintes parâmetros para classificação do tráfego: endereço IP de origem e destino, endereço MAC de origem e destino, portas TCP e UDP, campo DSCP, campo CoS e VLAN ID;
- 9.7.12.** Deve permitir a definição de dias e horários que a ACL deverá ser aplicada na rede;
- 9.7.13.** Deve implementar Flow Control baseado no padrão IEEE 802.3X;
- 9.7.14.** Deve implementar Spanning Tree conforme os padrões IEEE 802.1w (Rapid Spanning Tree) e IEEE 802.1s (Multiple Spanning Tree);
- 9.7.15.** Suporte de no mínimo 4.000 (quatro mil) VLAN’s;
- 9.7.16.** Configuração de DHCP automático;
- 9.7.17.** Deve implantar os protocolos STP, MSTP e RSTP;
- 9.7.18.** Suporte dinâmico para multicast (IGMP snooping ou estático);
- 9.7.19.** Suporte a agregação de links de até 06 grupos com até 08 portas por grupo;
- 9.7.20.** Suporte a IPV4/IPV6;
- 9.7.21.** O equipamento deve prover protocolo de gerenciamento nos padrões SNMPv1, v2 e v3 e respectivas MIBs (Management Information Base);
- 9.7.22.** Os switches devem ser administrados por meio de uma solução centralizada que possibilite realizar configurações de forma abrangente e uniforme;
- 9.7.23.** Suportar ambientes com temperatura de até 45º Celsius;



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

- 9.7.24. O equipamento deverá ser registrado e homologado junto a ANATEL;
- 9.7.25. O equipamento deverá atender à norma ABNT/NBR para cabos de alimentação em conformidade com o padrão brasileiro de tomadas;
- 9.7.26. Deverá acompanhar seus respectivos cabos de força, cabos para configuração ou gerenciamento e manuais (em inglês ou português);
- 9.7.27. O fabricante deverá manter site para consulta das especificações técnicas dos equipamentos (em inglês ou português), bem como para acesso às eventuais atualizações de firmware e demais softwares aplicáveis aos equipamentos;
- 9.7.28. O Switch 48 portas POE SFP+ deverá ser fornecido com 2 unidades SFP 10 km monofibra, original e do mesmo fabricante do Switch ofertado;
- 9.7.29. Velocidade mínima 1000Base-LX;
- 9.7.30. Conector do tipo LC duplo, compatível com cabos de 125µm (cento e vinte e cinco micrometros) para fibra óptica monomodo;
- 9.7.31. Comprimento de onda de 1310nm (mil trezentos e dez nanômetros);
- 9.7.32. Alcance de até 10 km (e acima de 9 km);
- 9.7.33. O Switch 48 portas POE SFP+ deverá ser fornecido com 02 unidades de cordões ópticos de 3m do tipo G657A/B, monomodo e conector LC.

9.8. ADAPTADOR WiFi USB

Deverá possuir as seguintes funcionalidades mínimas:

- 9.8.1. Interface USB 2.0;
- 9.8.2. Frequência 2,4Ghz e 5Ghz;
- 9.8.3. Padrões de Wi-Fi 802.11 a/b/g/n/ac;
- 9.8.4. Criptografia WEP, WPA-PSK, WPA;
- 9.8.5. Deve possuir homologação ANATEL.

9.9. RACK 19" COM ACESSÓRIOS E INFRAESTRUTURA

- 9.9.1. Rack de 19" (dezenove polegadas), com 12 U's de altura para fixação em piso ou parede;
- 9.9.2. Porta com fechadura escamoteável e chave com segredo;
- 9.9.3. Ventilação lateral e fecho rápido facilitando a remoção;
- 9.9.4. Deve ser fornecido kit de montagem (12 conjuntos compostos por parafuso, porca gaiola e arruela);
- 9.9.5. Acabamento em pintura eletrostática a pó;
- 9.9.6. Deverá vir acompanhado de 01 (uma) unidade de Patch Panel 48 Portas RJ-45 CAT5e;
- 9.9.7. Deverá vir acompanhado de 01 (uma) régua de alimentação elétrica Bifásica 110/220V com disjuntor e 08 (oito) tomadas 10 A;
- 9.9.8. Planos de fixação frontais e traseiros e bandejas para os equipamentos;
- 9.9.9. Guia de cabos, espaçadores, tampas e demais acessórios;
- 9.9.10. Espessura de chapa de aço de 1,0 mm;



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

9.10. NOBREAK COM BANCO DE BATERIAS

- 9.10.1. Potência nominal mínima em regime contínuo: 1200 VA;
- 9.10.2. Tensão de entrada 120V;
- 9.10.3. Tensão de saída 120V;
- 9.10.4. Frequência entrada: 60Hz \pm 5%;
- 9.10.5. Recarga e rearme automático;
- 9.10.6. Acumuladores de energia: tipo estacionário – livre de manutenção;
- 9.10.7. 4 (quatro) tomadas de saída;
- 9.10.8. Possuir borne de conexão para banco de baterias externo;
- 9.10.9. Deve ser fornecido com conjunto de banco de baterias externo com autonomia de 2 horas.

9.11. SOLUÇÃO DE RELATORIA E LOGS

- 9.11.1. Deverá ser disponibilizada pela CONTRATADA, a ser integrado a rede de comunicação de dados, solução de relatoria e logs, com as seguintes características básicas:
- 9.11.2. Deve possuir solução de gerenciamento baseada em appliance físico ou máquina virtual (VM), possibilitando o gerenciamento em um único console central, com administração de privilégios e funções;
- 9.11.3. Deverá suportar o acesso via SSH e WEB (HTTPS) para o gerenciamento da solução;
- 9.11.4. Comunicação e autenticação criptografada com usuário e senha;
- 9.11.5. Deverá permitir a criação e o uso simultâneo de diferentes perfis para administração e monitoramento;
- 9.11.6. Suportar SNMP versão 2 e 3;
- 9.11.7. Deverá permitir ativar e desativar para cada interface da plataforma, as permissões de acesso HTTP, HTTPS, SSH;
- 9.11.8. Suportar, no mínimo, autenticação LDAP, Radius e TACACS +;
- 9.11.9. Deverá suportar a geração de relatórios de tráfego em tempo real em diferentes formatos gráficos;
- 9.11.10. Possuir visualização da quantidade de logs enviados de cada dispositivo monitorado;
- 9.11.11. Deverá permitir importação e exportação de relatórios;
- 9.11.12. Deverá ter relatórios predefinidos;
- 9.11.13. Deverá permitir relatórios personalizados;
- 9.11.14. Deverá permitir o uso de filtros nos relatórios;
- 9.11.15. Deverá disponibilizar, no mínimo, os seguintes relatórios:
 - 9.11.15.1. Prevenção de perda de dados;
 - 9.11.15.2. VPN;
 - 9.11.15.3. IPS;
 - 9.11.15.4. Análise de ameaças cibernéticas;
 - 9.11.15.5. Tráfego DNS;
 - 9.11.15.6. Tráfego de e-mail;
 - 9.11.15.7. Utilização de mídia social.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

- 9.11.16. Deverá gerar alertas automáticos por e-mail, SNMP e Syslog, com base em eventos especiais em logs, gravidade do evento, entre outros;
- 9.11.17. Deverá fornecer as informações da quantidade de logs armazenados e as estatísticas de armazenamento;
- 9.11.18. Deverá gerar logs de auditoria, com detalhes da configuração efetuada e o administrador que efetuou a alteração e seu horário;
- 9.11.19. Deve oferecer a possibilidade de usar um servidor Syslog externo ou similar;
- 9.11.20. Deverá possuir a capacidade de receber pelo menos 50 GB de logs diários;
- 9.11.21. O gerenciamento da solução deve possibilitar a coleta de informações de todo o tráfego que passar pelos equipamentos da plataforma de segurança;
- 9.11.22. Deve possuir solução de logs e relatórios integrados possibilitando a consolidação de todas as atividades da solução;
- 9.11.23. Deve fornecer relatórios históricos para análises;
- 9.11.24. Deve fornecer logs em tempo real, de auditoria e arquivados;
- 9.11.25. Deve possuir mecanismo de procura de logs arquivados;
- 9.11.26. A solução deve assegurar a preservação, por um período mínimo de 12 meses, dos registros de acesso à internet de todos os usuários, incluindo ao menos informações sobre a data e hora, o usuário, o endereço IP de origem, o destino e os sites visitados.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

10. PLANILHA ESTIMATIVA

Os quantitativos abaixo foram estimados em função do consumo anterior (perfil de consumo) e na necessidade de novos pontos de instalação.

ITEM	LOTE 01 - LOCAÇÃO - SERVIÇOS E MATERIAIS COMUNS PARA AS OPÇÕES "A", "B" E "C"	QTDE.	TIPO
1	Locação de ponto de acesso (AP) Wi-Fi 7 interno (padrão IEEE 802.11be)	1.160	unidade
2	Locação de ponto de acesso (AP) Wi-Fi 6 externo (padrão IEEE 802.11ax)	85	unidade
3	Locação de switch 48 portas PoE SFP+ 10Kw	110	unidade
4	Locação de adaptador WiFi USB	850	unidade
5	Locação de rack de 19" com acessórios e infraestrutura	110	unidade
6	Locação de nobreak com banco de baterias para rack de 19"	110	unidade
7	Serviço de levantamento de local (site survey RF/WLAN)	25	serviço
8	Serviço de manutenção preventiva e corretiva e suporte aos usuários da rede WLAN	1	serviço
9	Serviço de administração da rede WLAN	1	serviço
ITEM	OPÇÃO "A" LOTE 01 – EQUIPAMENTOS MÍNIMOS PARA TOPOLOGIA CENTRALIZADA	QTDE.	TIPO
10	Locação de Firewall Nova Geração (NGFW) em alta disponibilidade (HA)	2	unidade
11	Locação de Gerenciador/Controlador para rede Wireless (WLAN) em alta disponibilidade (HA)	2	unidade
12	Locação de Gerenciador/Controlador para rede local (LAN) em alta disponibilidade (HA)	2	unidade
13	Locação de Roteador para rede local (LAN) em alta disponibilidade (HA)	2	unidade
ITEM	OPÇÃO "B" LOTE 01 - EQUIPAMENTOS MÍNIMOS PARA TOPOLOGIA DESCENTRALIZADA	QTDE.	TIPO
14	Locação de Controlador/Gerenciador/NGFW descentralizado	80	unidade
15	Locação de Gerenciador/Controlador para rede Wireless (WLAN) em alta disponibilidade (HA)	2	unidade
16	Locação de Gerenciador/Controlador para rede local (LAN) em alta disponibilidade (HA)	2	unidade
17	Locação de Roteador para rede local (LAN) em alta disponibilidade (HA)	2	unidade
ITEM	OPÇÃO "C" LOTE 01 - EQUIPAMENTOS MÍNIMOS PARA TOPOLOGIA SUBSCRITA EM NUVEM	QTDE.	TIPO
18	Locação de Firewall Nova Geração (NGFW) em alta disponibilidade (HA)	2	unidade
19	Locação de Gerenciador/Controlador para rede Wireless (WLAN) em alta disponibilidade (HA)	2	unidade
20	Locação de Gerenciador/Controlador para rede local (LAN) em alta disponibilidade (HA)	2	unidade
21	Locação de Roteador para rede local (LAN) em alta disponibilidade (HA)	2	unidade
ITEM	LOTE 02 - INSTALAÇÃO - SERVIÇOS E MATERIAIS	QTDE.	TIPO
22	Serviço de lançamento de cabo CAT 5E com fornecimento de material	103.360	metro linear
23	Serviço de instalação de eletroduto rígido branco de ¾" com fornecimento de material	5.610	Barra 3 metros
24	Serviço de certificação de pontos de rede	1.245	por ponto
25	Serviço de remoção de eletrodutos legados e cabos de rede inservíveis	80	por escola



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

LOCAIS DE IMPLANTAÇÃO		
RELAÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES MUNICIPAIS		
UNIDADE ESCOLAR	ENDEREÇO	BAIRRO
E.M. 19 DE JANEIRO	Rua Flávio Monteiro de Castro, nº 500	Ribeirópolis
E.M. ALBERT EINSTEIN	Avenida Lasar Segal, s/nº, Esq. Rua D. Pedro I	Samambaia
E.M. ANAHY NAVARRO TROVÃO	Rua Limeira, nº 69	Boqueirão
E.M. ANTÔNIO PERES FERREIRA	Rua João Roberto Correa, nº 1.077	Vila Sônia
E.M. ANTÔNIO RUBENS COSTA DE LARA	Rua Ana Pereira França, nº 249	Bal. Esmeralda
E.M. ARQUITETO OSCAR NIEMEYER	Rua Odair Penellas Baeta s/nº	Jardim Princesa
E.M. ARY CABRAL	Rua Manoel Sampaio Seabra Pereira, s/nº	Jardim Quietude
E.M. CARLOS EDUARDO CONTE CASTRO	Rua Ildefonso Galeano, nº 126	Vila Tupiry
E.M. CARLOS ROBERTO DIAS	Rua Duque de Caxias, nº 999	Boqueirão
E.M. CIDADE DA CRIANÇA	Rua Rubi, nº 600	Cidade das Crianças
E.M. CIRCE SANCHEZ TOSCHI	Rua Mem de Sá, nº 01	Aviação
E.M. DOMINGOS SOARES DE OLIVEIRA	Rua Esmeraldo Soares Tarquino, nº 501	Ribeirópolis
E.M. DORIVALDO FRANCISCO LORIA	Rua Maria Luiza Lavalley, nº 150	Sítio do Campo
E.M. DR. ROBERTO SHOJI	Rua Ildefonso Galeano, nº 100	Vila Tupiry
E.M. DR. WILSON GUEDES	Rua Manoel Rodrigues Procópio do Vale, nº 195	Samambaia
E.M. DRª. ANA MARIA BABETTE BAJER FERNANDES	Av. Presidente Kennedy, nº 17.100	Jardim Real
E.M. IDÍLIO PERTICARATTI	Rua Luzia Borba Ranciaro, nº 246	Vila Antártica
E.M. EDUARDO GONSALVES DO BARREIRO (BOLÃO)	Rua Milena Perutich, s/nº	Jardim Melvi
E.M. ENGº. SÉRGIO DIAS DE FREITAS	Rua Turmalina, nº 25	Cidade das Crianças
E.M. ESTADO DO AMAZONAS	Av. Maria Cavalcanti da Silva, nº 431	Samambaia
E.M. ESTINA CAMPI BAPTISTA	Rua Xixová, nº 1.100	Canto do Forte
E.M. FLORIVALDO BORGES DE QUEIROZ	Rua Monteiro Lobato s/nº, Esq. Pres. Kennedy	Cidade Ocian
E.M. FUEDER TEMER	Rua Leme, esq. c/ Rua Botafogo, nº 27	Vila Guilhermina
E.M. GOV. FRANCO MONTORO	Rua Paulino Borrelli, nº 1.000	Balneário Maracanã
E.M. GOV. MÁRIO COVAS	Av. Júlio Prestes de Albuquerque, nº 1.000	Nova Mirim
E.M. GOVERNADOR ORESTES QUÉRCIA	Rua 1º de janeiro, nº 1221	Vila Mirim
E.M. GREGÓRIO FRANÇA DE SIQUEIRA	Av. Vitor Meireles, nº 2.000	Parque das Américas
E.M. HILDA DE CARVALHO GUEDES	Rua das Rosendas, s/nº	Samambaia
E.M. ÍCARO BATISTA CARDOSO	Rua Pernambuco, 865	Boqueirão
E.M. IDALINA DA CONCEIÇÃO PEREIRA	Rua João Roberto Correa, nº 1171	Vila Sônia
E.M. JOÃO BATISTA RESINE ALVES	Rua Paulo Setúbal, nº 80	Balneário Esmeralda
E.M. JOÃO GONÇALVES	Rua Frei Henrique de Coimbra, nº 02	Aviação
E.M. JOAQUIM AUGUSTO FERREIRA MOURÃO	Rua Brigadeiro Eduardo Gomes, nº 1.000	Jardim Melvi
E.M. JOSÉ CREGO PAINCEIRA	Av. Presidente Kennedy, nº 13.499	Vila Caiçara
E.M. JOSÉ JÚLIO MARTINS BAPTISTA	Rua Comendador Luiz Caiassa, nº 98	Sítio do Campo
E.M. JOSÉ PADIN MOUTA	Rua Bororós, nº 150	Vila Tupi
E.M. JOSÉ RIBEIRO DOS SANTOS CUNHA	Rua A, nº 331	Jardim Glória
E.M. JULIANA ARIAS RODRIGUES DE OLIVEIRA	Rua Ildefonso Galeano, nº 150	Vila Tupiry
E.M. LAYDE RODRIGUES REIS LORIA	Rua Gaspar Lemos, nº 100	Aviação
E.M. LEOPOLDO ESTÁSIO VANDERLINDE	Av. Júlio Prestes de Albuquerque, s/nº	Nova Mirim
E.M. LIONS CLUBE OCIAN	Rua Teófila Vanderlinda, nº 933	Cidade Ocian
E.M. LUZIA BORBA RANCIARO	Rua Engenheiro Antonio Lotuffo, nº 839	Sítio do Campo
E.M. MAESTRO LUIZ ARRUDA PAES	Rua Quatro, nº 921	Nova Mirim
E.M. MAHATMA GANDHI	Rua Dr. Antonio Sylvio Cunha Bueno s/nº	Jardim Melvi
E.M. MANOEL NASCIMENTO JÚNIOR	Rua Cornélio Procópio, nº 191	Boqueirão
E.M. MARIA DOS REMÉDIOS CARMONA MILAN	Rua Manoel Gonzalez Corujo, nº 57	Jardim Melvi
E.M. MÁRIO POSSANI	Rua Dr. Samuel Augusto Leão Moura, nº 451	Vila Caiçara
E.M. NATALE DE LUCCA	Rua Rui Manoel S. Seabra Pereira, nº 476	Jardim Quietude



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

LOCAIS DE IMPLANTAÇÃO		
RELAÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES MUNICIPAIS		
UNIDADE ESCOLAR	ENDEREÇO	BAIRRO
E.M. NEWTON DE ALMEIDA CASTRO	Rua Antonio Cândido da Silva, nº 450	Vila Sônia
E.M. NICOLAU PAAL	Rua Alfredo D'Scragnoilli Taunay, nº 41	Ribeirópolis
E.M. OSWALDO JUSTO	Rua Primeiro de Janeiro, nº 987	Vila Mirim
E.M. PABLO TREVISAN PERUTICH	Rua Alfredo Niederbichler, nº 243	Jardim Anhanguera
E.M. PAULO DE SOUZA SANDOVAL	Rua 10, nº 91	Balneário Esmeralda
E.M. PAULO SHIGUEO YAMAÚTI	Rua Oscar de Menezes Barbosa, nº 151	Jardim Anhanguera
E.M. PROFª MARIA DE LOURDES SANTOS	Rua Vitor Meirelles, nº 1875	Esmeralda
E.M. PROFª. ELZA OLIVEIRA DE CARVALHO	Rua C, nº 1.039	Jardim Glória
E.M. PROFª. ESMERALDA DOS SANTOS NOVAES	Rua Savério Fitipaldi, nº 100	Jardim Quietude
E.M. PROFª. ISABEL FIGUEROA BRÉFERE	Rua João Ramalho, nº 1.250	Aviação
E.M. PROFª. MARIA CLOTILDE LOPES COMITRE RIGO	Rua 10, nº 141	Balneário Esmeralda
E.M. PROFª. MARIA NILZA DA SILVA ROMÃO	Rua do Maçon, nº 1.000	Vila Sônia
E.M. REPÚBLICA DE PORTUGAL	Av. Fumio Myiazí, nº 81	Jardim Guilhermina
E.M. ROBERTO FRANCISCO DOS SANTOS	Av. Oliveira Lima, nº 971	Ribeirópolis
E.M. ROBERTO MÁRIO SANTINI	Rua Quito, nº 81	Jardim Guilhermina
E.M. RONALDO SÉRGIO ALVES LAMEIRA RAMOS	Av. Irmãos Adorno, s/nº	Sítio do Campo
E.M. RUTH VILAÇA CORREIA LEITE CARDOSO	Rua Maria Borella Conte, esq. c/ Av. João A. Quintale	Balneário Maracanã
E.M. SÃO FRANCISCO DE ASSIS	Rua Cornélio Procópio, nº 300	Boqueirão
E.M. SEBASTIÃO TAVARES DE OLIVEIRA	Rua Savério Fitipaldi, nº 100	Jardim Quietude
E.M. SÉRGIO VIEIRA DE MELLO	Rua Paulino Borrelli, nº 921	Balneário Maracanã
E.M. THEREZA MAGRI	Rua Leonora Cembrolí Martins, nº 280	Vila Antártica
E.M. VALTER SALERNO	Av. Dom Pedro II, nº 828	Cidade Ocian
E.M. VER. ISAUARA CAMPOS GARCIA	Rua Teodósio de Augustinis, s/n	Sítio do Campo
E.M. VER. FELIPE AVELINO MORAES	Rua Dino Tognini, nº 886	Caiçara
E.M. VILA MIRIM	Rua 23 de Outubro, nº 116	Vila Mirim
E.M. VILA TUPIRY	Rua Itamacas, nº 70	Vila Tupi
E.M. VISCONDE DE MAUÁ	Av. Oliveira Lima, nº 972	Ribeirópolis
JARDIM MELVI - ENSINO FUNDAMENTAL	Rua Goete/ Pargo Rosa (Em construção)	Jardim Melvi
JARDIM MELVI - EDUCAÇÃO INFANTIL	Rua Bijubirá / Pargo Rosa (Em construção)	Jardim Melvi
VILA ANTÁRTICA - ENSINO FUNDAMENTAL	Rua Maria Rosa Correia (Em construção)	Vila Antártica
JARDIM REAL - EDUCAÇÃO INFANTIL	Rua Railton Barbosa dos Santos (Em construção)	Vila Caiçara
E.M. OPHÉLIA CACCETARI DOS REIS	Rua Josefa Alves de Siqueira, nº 552	Jardim Anhanguera



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

11. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Com a intenção de garantir o atendimento a padronização dos itens, solicitamos que a presente contratação seja licitada na modalidade pregão eletrônico, com critério de julgamento por MENOR VALOR POR LOTE, sendo o(s) vencedor(es) responsável(veis) pela entrega da totalidade dos serviços e quantitativos licitados, observado o prazo contratual.

Considerando a inequívoca necessidade de compatibilidade entre os diversos itens agrupados, no tocante à exequibilidade da solução, temos por finalidade proporcionar previsibilidade, disponibilidade, coesão e cooperação entre os aspectos do projeto, desde a infraestrutura de encaminhamento e o suporte técnico dos equipamentos até a formação dos professores, conforme justificativas abaixo:

- **GARANTIA DE QUALIDADE:** Uma abordagem padronizada otimiza a administração integrada e reduz os prazos de entrega do objeto contratado, assegurando a excelência do serviço ao longo de sua implementação. Isso possibilita a simultaneidade de diversos fluxos de trabalho interligados, tornando mais ágil a supervisão, o monitoramento e a avaliação do desempenho
- **COERÊNCIA PEDAGÓGICA:** A solução padronizada permite a CONTRATADA manter abordagens alinhadas aos objetivos pedagógicos estabelecidos em contrato;
- **EFICIÊNCIA OPERACIONAL:** Coordenar a integração de todas as fases do projeto facilitando a compatibilidade tecnológica e operacional;
- **GESTÃO CONTRATUAL:** Padronizar procedimentos e rotinas administrativas proporcionando uma abordagem mais ágil e eficiente as etapas do projeto e ao seu cotidiano operacional.

11.1. JUSTIFICATIVA PARA NÃO SEGREGAÇÃO DOS ITENS DE INFRAESTRUTURA PASSIVA E ADAPTADORES DO LOTE 01

O Lote 01 foi estruturado como lote único de locação integral, incluindo equipamentos ativos (APs, switches, NGFW, controladoras), infraestrutura passiva (racks, nobreaks) e adaptadores USB, por razões técnicas objetivas que impedem a segregação útil desses itens sem prejuízo à solução.

Os 110 racks de 19" e os 110 nobreaks integram fisicamente a solução de rede: o rack abriga o switch PoE, o nobreak energiza os equipamentos ativos e o conjunto forma uma unidade funcional indissociável em cada escola. O rack e o nobreak são dimensionados especificamente para os equipamentos ativos que os acompanham – o switch 48 portas ocupa 1U do rack de 12U, e o nobreak de 1200VA foi calculado para a carga exata dos equipamentos. Contratar racks e nobreaks separadamente, com lotação distinta, criaria incompatibilidade de dimensões, risco de cobertura de garantia fragmentada e impossibilidade de gestão unificada da solução em regime de locação.

Os 850 adaptadores WiFi USB integram o escopo da solução de inclusão digital: são os dispositivos distribuídos para as lousas digitais interativas conectarem-se à rede WLAN. Sua gestão, identificação patrimonial (item 3.9.14), seguro (item 3.9.15) e substituição por furto ou defeito estão previstos contratualmente como obrigações da CONTRATADA. Segregar esse item para licitação autônoma implicaria contrato separado sem obrigação de substituição, sem seguro patrimonial e sem integração com o cadastro unificado da solução – prejuízo objetivo à continuidade do serviço.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

11.2. ADMISSÃO DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO – REGRAS DE GOVERNANÇA E REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 15, estabelece a admissão de consórcios de empresas como regra geral, relegando a vedação à condição de exceção que somente se legitima mediante justificativa concreta e tecnicamente fundamentada. Considerando que a admissão de consórcio AMPLIA A COMPETITIVIDADE do certame — ao permitir que empresas com competências complementares concorram em conjunto —, e em conformidade com a jurisprudência consolidada do Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCs 009622.989.24-2, 012481.989.24-2, 011607.989.24-1 e 010182.989.24-4), fica admitida a participação de empresas reunidas em consórcio neste certame, observadas as regras de governança e os requisitos específicos de habilitação a seguir estabelecidos.

§ 1º — DA COMPOSIÇÃO E DA EMPRESA-LÍDER:

I. O consórcio será composto por, no mínimo, 2 (duas) e, no máximo, 3 (três) empresas consorciadas, limite fundamentado na proporcionalidade entre a abertura competitiva e a eficiência administrativa de fiscalização.

II. As empresas consorciadas indicarão, no Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio, uma EMPRESA-LÍDER, à qual caberá a representação exclusiva do consórcio perante a Administração em todas as fases da licitação e da execução contratual, incluindo, sem prejuízo de outras obrigações: (a) o recebimento de notificações; (b) a apresentação de propostas, recursos e impugnações; (c) o faturamento; (d) a gestão técnica e operacional do contrato; e (e) a interlocução administrativa unitária.

III. A EMPRESA-LÍDER deverá concentrar participação não inferior a 51% (cinquenta e um por cento) no consórcio, computada de forma cumulativa sobre (i) a participação patrimonial declarada no Termo de Compromisso e (ii) a contribuição para a comprovação de qualificação técnico-operacional.

IV. É vedada à empresa consorciada participar, no mesmo Lote, de mais de um consórcio ou, simultaneamente, isoladamente e em consórcio, nos termos do art. 15, § 1º, IV, da Lei nº 14.133/2021.

§ 2º — DA HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL E TRABALHISTA:

I. Cada empresa consorciada deverá apresentar, individualmente, todos os documentos previstos para a habilitação jurídica, fiscal e trabalhista, na forma exigida das licitantes individuais, sem possibilidade de somatório ou compensação entre as consorciadas.

II. Adicionalmente, o consórcio deverá apresentar Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio, devidamente assinado pelos representantes legais das consorciadas, com indicação expressa da EMPRESA-LÍDER e respectivo percentual de participação, bem como discriminação dos quantitativos e dos valores que cada consorciada se compromete a executar.

§ 3º — DA HABILITAÇÃO TÉCNICA:

I. Para fins de habilitação técnica, será admitido o somatório dos quantitativos comprovados por cada empresa consorciada, na proporção da respectiva participação no consórcio, nos termos do art. 15, § 1º, III, da Lei nº 14.133/2021.

II. A EMPRESA-LÍDER deverá, isoladamente, comprovar capacidade técnica equivalente a, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) dos quantitativos exigidos para a parcela de maior relevância (ponto de acesso WLAN — Lote 01; lançamento e instalação de cabeamento estruturado CAT 5E — Lote 02), de modo a assegurar liderança técnica efetiva e não meramente formal.

III. A NR-35 (Trabalho em Altura) e as certificações oficiais dos fabricantes dos equipamentos ofertados (WLAN e NGFW) — exigidas exclusivamente no ato da assinatura do contrato, conforme cláusula específica deste instrumento — poderão ser apresentadas por



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

qualquer das consorciadas, desde que vinculadas à parcela de execução assumida pela respectiva consorciada no Termo de Compromisso.

§ 4º — DA HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

I. Para fins de habilitação econômico-financeira, será admitido o somatório dos valores das consorciadas, na proporção da respectiva participação no consórcio, nos termos do art. 15, § 1º, III, da Lei nº 14.133/2021.

II. Em cumprimento ao art. 15, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, fica estabelecido acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para os requisitos de habilitação econômico-financeira (patrimônio líquido ou capital social mínimo; índices financeiros), aplicável aos consórcios — percentual fixado dentro da faixa legal (10% a 30%), com fundamentação no overhead de gestão consorciada e no risco contratual.

III. Em cumprimento ao art. 15, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, o acréscimo previsto no inciso II não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, por microempresas e empresas de pequeno porte.

IV. APLICÁVEL APENAS AO LOTE 01 — A exigência de Capital Social INTEGRALIZADO mínimo (em decorrência do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974) deverá ser comprovada pelo somatório das consorciadas, na proporção das respectivas participações, observado o acréscimo de 25% acima previsto, ressalvada a exceção do inciso III.

§ 5º — DAS REGRAS ESTRUTURAIS DE ESTABILIDADE E RESPONSABILIDADE:

I. Durante toda a fase de execução do contrato, as consorciadas permanecem solidariamente responsáveis perante a CONTRATANTE pelos atos praticados em consórcio, nos termos do art. 15, § 1º, V, da Lei nº 14.133/2021.

II. É vedada qualquer alteração na composição do consórcio, na participação relativa das consorciadas ou na figura da EMPRESA-LÍDER, sem prévia anuência expressa da CONTRATANTE, a qual poderá ser concedida exclusivamente em hipóteses excepcionais devidamente justificadas — notadamente falência decretada de consorciada, dissolução societária, recuperação judicial homologada com substituição admitida em plano, ou inadimplemento contumaz que enseje destituição — e estará condicionada à manutenção integral das condições de habilitação que ampararam a celebração do contrato (art. 15, § 5º, da Lei nº 14.133/2021).

III. A licitante vencedora reunida em consórcio é obrigada a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio nos termos do compromisso firmado, conforme art. 15, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

§ 6º — DA SUBCONTRATAÇÃO QUANDO O CONTRATADO FOR CONSÓRCIO:

I. O limite de 30% (trinta por cento) para subcontratação parcial aplica-se ao consórcio como um todo, calculado sobre o valor consolidado do contrato firmado pelo consórcio.

II. As parcelas vedadas à subcontratação (definidas em cláusula específica deste instrumento) também o são para o consórcio, observando-se que o desempenho das parcelas de maior relevância pelas próprias consorciadas é condição de admissibilidade da formação consorcial neste certame.

III. A utilização de serviços de hospedagem, gerenciamento em nuvem e infraestrutura de datacenter operados pelo próprio fabricante dos pontos de acesso — inerente à Topologia C (subscrição em nuvem) prevista para o Lote 01 — permanece admitida nos mesmos termos da cláusula específica de subcontratação, não se configurando como subcontratação vedada.

§ 7º — DA VEDAÇÃO MANTIDA QUANTO A COOPERATIVAS:

I. A participação de cooperativas no certame permanece vedada, com fundamento na Súmula nº 281 do Tribunal de Contas da União e na natureza dos serviços envolvidos (regime de dedicação exclusiva de mão de obra no Lote 01, com características de personalidade, subordinação e habitualidade que configurariam burla à exigência de concurso público),



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

distinguindo-se, portanto, do regime de admissão ora estabelecido para consórcios de empresas.

11.3. ANÁLISE DA APLICABILIDADE DO ART. 48 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 AOS ITENS DIVISÍVEIS – ME/EPP

Em cumprimento ao art. 4º da Lei nº 14.133/2021 c/c art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, procedeu-se à análise item a item da viabilidade de reserva de cota ou licitação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte. A conclusão é pelo afastamento do tratamento diferenciado para todos os itens do Lote 01, com fundamento no art. 4º, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, que veda a aplicação dos benefícios da LC 123/2006 quando a natureza do objeto é incompatível com o porte das empresas beneficiárias: **(I)** a locação integral dos 1.245 APs Wi-Fi 7 e 85 APs Wi-Fi 6 externos requer estrutura financeira, logística e técnica incompatível com o porte de microempresa, dado o valor anual do item superior a R\$ 2 milhões; **(II)** os switches, NGFWs e controladoras são equipamentos de data center corporativo com valor unitário elevado, também incompatíveis com a capacidade operacional e financeira de ME/EPP; **(III)** a gestão de SLA em 80 escolas com 4 técnicos residentes e 2 veículos é obrigação de natureza contínua e complexa. Os itens de infraestrutura passiva (racks e nobreaks) e os adaptadores USB, embora individualmente banais, integram o lote de locação integral e não podem ser licitados separadamente pelas razões expostas no item 10.1 acima. Para o Lote 02, igualmente, o objeto – instalação de cabeamento estruturado em 80 escolas no prazo de 180 dias – exige capacidade de mobilização de equipes e materiais em escala incompatível com o perfil de ME/EPP. Registra-se, contudo, que o tratamento favorável previsto nos arts. 44 e 45 da LC 123/2006 (empate fictício) será aplicado normalmente em ambos os lotes.

11.4. SUBCONTRATAÇÃO – VEDAÇÃO PARCIAL FUNDAMENTADA E CLÁUSULA EXPRESSA PARA TOPOLOGIA C

Em observância ao art. 122 da Lei nº 14.133/2021, que veda a proibição absoluta de subcontratação, e em conformidade com a jurisprudência consolidada do TCE-SP, em especial os TCs 013199.989.24-5, 010182.989.24-4 e 011607.989.24-1 e a Súmula nº 24 do TCE-SP, admite-se a subcontratação parcial de até 30% (trinta por cento) do valor contratual, restrita a parcelas acessórias do objeto, tais como serviços de instalação física de campo, transporte e logística de equipamentos. Fica expressamente vedada a subcontratação das parcelas de maior relevância, assim entendidas: fornecimento e operação dos pontos de acesso WLAN; gerenciamento centralizado da rede; configuração e operação dos NGFWs e controladoras; e gestão do SLA e da equipe técnica residente.

A responsabilidade pela integralidade da execução permanece exclusiva da CONTRATADA, inclusive pelas parcelas subcontratadas.

Esclarece-se, expressamente, que a utilização de serviços de hospedagem, gerenciamento em nuvem e infraestrutura de datacenter operados pelo próprio fabricante dos pontos de acesso – inerente à Topologia C (subscrição em nuvem) prevista neste certame – não configura subcontratação vedada. Tais serviços constituem característica técnica intrínseca da Topologia C e estão incluídos na proposta da licitante que optar por essa topologia, não se sujeitando ao limite percentual de 30% estabelecido no parágrafo anterior.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

12. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação busca alcançar os seguintes resultados mensuráveis e qualitativos:

12.1. COBERTURA DE SINAL WI-FI OTIMIZADA

12.1.1. Assegurar a totalidade da cobertura de sinal em todas as áreas internas e externas previamente estabelecidas, eliminando zonas de sombra e evitando sobreposições excessivas de sinal;

12.2. ALTA DISPONIBILIDADE E DESEMPENHO

12.2.1. Garantia de disponibilidade da rede WLAN igual ou superior a 99%, com monitoramento ativo e resposta rápida a falhas;

12.3. SEGURANÇA E CONFORMIDADE

12.3.1. Implementação de autenticação, VLANs, segmentação de tráfego e controle de acesso por perfil;

12.3.2. Conformidade com as exigências da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) no tratamento de dados dos usuários da rede;

12.4. GESTÃO CENTRALIZADA E VISIBILIDADE DA REDE

12.4.1. Disponibilização de plataforma para monitoramento, controle e relatórios em tempo real (dashboard), com visualização por setores, APs, número de conexões e consumo de banda;

12.4.2. Acesso técnico para a equipe de TI acompanhar a operação.

12.5. OPERAÇÃO ASSISTIDA COM SLA

12.5.1. Suporte técnico e manutenção com SLA definido;

12.5.2. Equipe qualificada da contratada para intervenções, atualizações de firmware, reconfiguração e melhorias.

12.6. REDUÇÃO DE CUSTOS E RISCOS PARA A CONTRATANTE

12.6.1. Eliminação da necessidade de investimento em CAPEX (compra de equipamentos);

12.6.2. Redução de custo com manutenção e pessoal especializado;

12.6.3. Garantia e substituição imediata de equipamentos com falha.

13. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Se faz imprescindível promover uma transição contratual acompanhada de transferência de conhecimento, tecnologia e metodologias empregadas, uma vez que a CONTRATADA deverá possuir a expertise necessária, devidamente atestada por meio de seus comprovantes de capacidade técnica operacional, conforme estipulado nos requisitos de habilitação técnica.

Para a contratação do objeto em questão, não há necessidade de adequações prévias ou quaisquer outras providências.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não se fazem necessárias contratações correlatas e/ou interdependentes com o objeto da contratação em referência.

15. IMPACTOS AMBIENTAIS

O estudo de contratação deste projeto prioriza a proteção ambiental. A tecnologia a ser contratada promove ações sustentáveis, como a redução drástica de impressões em papel e a economia de energia. A autonomia das baterias dos equipamentos contribui para a diminuição do consumo energético, gerando um impacto ambiental positivo.

A contratada será responsável pelo descarte correto, caso seja necessário, dos equipamentos eletrônicos e suas baterias. Desta forma, não haverá impacto ambiental gerado pela contratante.

16. ANÁLISE DE RISCO

A seguir, os riscos identificados na contratação e as medidas preventivas/corretivas:

RISCO	DESCRIÇÃO	IMPACTO POTENCIAL	PROBABILIDADE	MITIGAÇÃO/RESPOSTA
R1 – Cobertura insuficiente da rede	Instalação de APs sem considerar barreiras físicas ou áreas de sombra	Conectividade falha em pontos críticos	Média	Vistoria e levantamento do local, on-site, pela equipe técnica da CONTRATADA
R2 – Falta de suporte ágil	Demora no atendimento técnico em caso de falha	Interrupção dos serviços de rede	Alta	Estabelecer SLA contratual; exigir equipe técnica certificada
R3 – Falta de visibilidade pela TI interna	Falta de ferramentas para gestão e diagnóstico da rede	Baixa autonomia da CONTRATANTE	Média	Incluir entrega de plataforma de gerenciamento
R4 – Falha no controle de acesso à rede	Acesso de usuários não autorizados (rede aberta ou mal configurada)	Vazamento de dados ou uso indevido da internet institucional	Alta	Exigir controle de acesso por usuário com logs de acesso
R5 - Furto Simples, Furto Qualificado ou Roubo de Equipamentos Locados	Subtração, com ou sem rompimento de obstáculo, ou mediante violência/ameaça, de equipamentos locados (1.245 APs e 850 adaptadores wireless), durante o período contratual, seja em dependências da Administração, áreas públicas ou locais de instalação.	Interrupção dos serviços da WLAN	Média	A contratante deverá providenciar condições adequadas de guarda, acesso restrito e registro de ocorrências e na hipótese de sinistro garantido por seguro contratado pela contratada, a cobertura securitária será executada



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

17. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

O presente estudo técnico preliminar evidencia que a contratação da solução descrita se mostra tecnicamente e economicamente viável e fundamentadamente necessária.

Diante do exposto, DECLARO SER VIÁVEL a contratação pretendida.

APROVAÇÃO DO ETP E AUTORIZAÇÃO PARA PROSSEGUIMENTO

Diante da viabilidade técnica e econômica demonstrada, e em conformidade com o art. 18, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, APROVO o presente Estudo Técnico Preliminar e AUTORIZO o prosseguimento do procedimento licitatório (Pregão Eletrônico nº 040/2026 — Processo Administrativo nº 43.770/2025-D).

Praia Grande, ____ de _____ de 2026.

PATRÍCIA CONCEIÇÃO ALMEIDA DIAS
Secretária Municipal de Educação



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

SEPLAN 3.1.2

RESPONSÁVEL: ROGER NOWILL

REGISTRO FUNCIONAL: 16.942

E-MAIL: ROGERN@PRAIAGRANDE.SP.GOV.BR

CARGO: DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA

DATA: 14/05/2026

SUPLENTE: EDGAR TOMIO HIROSE SATO, RF: 39.758

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Responsável: Rafael Vinicius Turlão

Registro Funcional: 53469

E-mail: seduc.tecnologia@praiagrande.sp.gov.br

Cargo: Diretor do Departamento de Programas de Inclusão Digital

Fiscal Técnico

Titular: Rafael Vinicius Turlão, RF: 53469

Suplente: Thiago Ribeiro Andrade, RF: 30162

Fiscal Administrativo

Titular: Thiago Felipe do Nascimento Gonzalez, RF: 25473

Suplente: Alexsandro Braz de Almeida, RF: 18543

Suplente: Viviane de Jesus Silva, RF: 42046

RAFAEL VINICIUS TURLÃO

Diretor do Departamento de Programas de Inclusão Digital



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

ANEXO II.A – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO – LOTE 01

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº [XXX/XXX], QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE E A [XXX NOME DO CONTRATADO]

Na Divisão de Expediente Administrativo, da Secretaria de Administração, do MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.177.531/0001-55, localizada à Avenida Presidente Kennedy, nº 9.000 - Vila Mirim, Praia Grande/SP, onde se achavam presentes os senhores PATRÍCIA CONCEIÇÃO ALMEIDA DIAS, titular da Secretaria Municipal de Educação, por atribuição conferida através do inciso XXXI do artigo 48, referente à Lei Complementar nº 1.011/2025 e suas alterações posteriores, neste ato representando esta Municipalidade, doravante simplesmente denominada CONTRATANTE, e a empresa XXX, CNPJ sob nº XXX, com sede na XXX, nº XXX, XXX - SP, CEP XXX, doravante designado CONTRATADO, representada na forma de seu estatuto/contrato social pelo Senhor XXX, RG nº XXX, CPF nº XXX, tendo em vista o que consta no Processo nº 43.770/2025-D e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 7.929/2023, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. 040/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE REDE WI-FI (WLAN) COM SERVIÇOS GERENCIADOS DE IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO E SUPORTE TÉCNICO COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS, conforme especificações técnicas e nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

LOTE	DESCRIÇÃO	CATMAT/CATSERV	UNIDADE DE MEDIDA	TIPO DE PARTICIPAÇÃO	QTDE	VALOR UNITÁRIO / PREÇO TOTAL
1	LOTE 01 - LOCAÇÃO DE SERVIÇOS WLAN-SERVIÇOS E MATERIAIS COMUNS PARA AS OPÇÕES "A", "B" E "C"	27014	Unidade	AMPLA CONCORRÊNCIA	01	R\$ / R\$

VALOR TOTAL R\$

(*) A descrição completa do(s) item(ns) encontra-se no Termo de Referência do edital.

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1.** O Termo de Referência;
- 1.3.2.** O Edital da Licitação;
- 1.3.3.** A proposta do CONTRATADO; e
- 1.3.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

Parágrafo único — Quando o CONTRATADO for consórcio de empresas constituído na forma do art. 15 da Lei nº 14.133/2021 e do Edital do Pregão Eletrônico nº 040/2026, todas as referências a "CONTRATADO" neste instrumento devem ser entendidas como referidas ao consórcio, representado perante a CONTRATANTE pela EMPRESA-LÍDER indicada no Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio, sendo as consorciadas solidariamente responsáveis pelos atos e obrigações pactuados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

2.1. Para o Lote 01 - o prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133 de 2021.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.1.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO

3.1. Os termos em relação ao regime de execução contratual, do modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, da entrega e do recebimento constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1.** Em observância ao art. 122 da Lei nº 14.133/2021, que veda a proibição absoluta de subcontratação, e em conformidade com a jurisprudência consolidada do TCE-SP, em especial os TCs 013199.989.24-5, 010182.989.24-4 e 011607.989.24-1 e a Súmula nº 24 do TCE-SP, admite-se a subcontratação parcial de até 30% (trinta por cento) do valor contratual, restrita a parcelas acessórias do objeto, tais como serviços de instalação física de campo, transporte e logística de equipamentos.
- 4.2.** Fica expressamente vedada a subcontratação das parcelas de maior relevância, assim entendidas: fornecimento e operação dos pontos de acesso WLAN; gerenciamento centralizado da rede; configuração e operação dos NGFWs e controladoras; e gestão do SLA e da equipe técnica residente.
- 4.3.** Esclarece-se, expressamente, que a utilização de serviços de hospedagem, gerenciamento em nuvem e infraestrutura de datacenter operados pelo próprio fabricante dos pontos de acesso — inerente à Topologia C (subscrição em nuvem) prevista neste certame — não configura subcontratação vedada. Tais serviços constituem característica técnica intrínseca da Topologia C e estão incluídos na proposta da licitante que optar por essa topologia, não se sujeitando ao limite percentual de 30% estabelecido no item 4.1.
- 4.4.** A responsabilidade pela integralidade da execução permanece exclusiva do CONTRATADO, inclusive pelas parcelas subcontratadas.
- 4.5.** A subcontratação, ainda que dentro dos limites e condições admitidas, dependerá sempre de aprovação prévia formal pela CONTRATANTE, mediante requerimento escrito do CONTRATADO acompanhado da indicação do subcontratado e das parcelas a serem subcontratadas, vedado o início da execução subcontratada antes do deferimento expresso, sob pena de aplicação das sanções previstas neste contrato e na Lei nº 14.133/2021.
- 4.6.** O subcontratado deverá comprovar capacidade técnica para a execução da parcela respectiva, mediante apresentação, à CONTRATANTE, dos documentos pertinentes (atestados de capacidade técnica equivalentes, qualificação profissional dos responsáveis e regularidade fiscal e trabalhista), aplicando-se, no que couber, as mesmas exigências de habilitação feitas ao CONTRATADO.
- 4.7.** É vedada a subcontratação em favor de pessoa física ou jurídica que mantenha vínculo de parentesco até o terceiro grau, contratual, comercial, financeiro ou societário com sócios, administradores, dirigentes ou empregados em função de chefia do CONTRATADO, bem como em favor de empresas que tenham, ao tempo da subcontratação, qualquer das vedações previstas para participação no certame que originou esta contratação.
- 4.8. APLICÁVEL APENAS AO LOTE 01 (REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA — ART. 6º, XVI, DA LEI Nº 14.133/2021):** Em caso de subcontratação autorizada, o CONTRATADO responderá SOLIDARIAMENTE com o subcontratado pelas obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados do subcontratado utilizados na execução do objeto, nos termos do enunciado da Súmula 331 do TST e da Súmula 24 do TCE-SP, sem prejuízo das demais responsabilidades previstas na legislação aplicável.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DO PAGAMENTO

5.1. DO VALOR

- 5.1.1. O valor mensal da contratação é de [R\$ XXX] (por extenso), perfazendo o valor total de [R\$ XXX] (por extenso).
- 5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. DO PAGAMENTO

- 5.2.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE E DA REPACTUAÇÃO

SUBSEÇÃO I — DO REAJUSTE POR ÍNDICE DOS CUSTOS NÃO-TRABALHISTAS

- 6.1. O reajuste por índice previsto nesta Subseção aplica-se exclusivamente aos custos não decorrentes de mão de obra (insumos, equipamentos, serviços de terceiros, materiais e demais elementos de composição de preço alheios à folha trabalhista), sendo os custos de mão de obra disciplinados, em regime distinto e complementar, pela Subseção II (Repactuação) desta mesma Cláusula Sexta.
- 6.2. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em XX/XX/XXXX (DD/MM/AAAA).
- 6.3. Após o interregno de 1 (um) ano, e independentemente de pedido do CONTRATADO, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, o índice IPCA/IBGE – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, vigente a época, ou outro que legalmente o substitua ou represente, calculado “pro rata die”, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 6.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 6.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 6.6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 6.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 6.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 6.9. O reajuste será realizado por apostilamento.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

SUBSEÇÃO II — DA REPACTUAÇÃO DE PREÇOS — APLICÁVEL APENAS AO LOTE 01 (REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA — ART. 6º, XVI, DA LEI Nº 14.133/2021)

- 6.10.** A repactuação de preços, como espécie de reajuste contratual, deverá ser utilizada nas contratações de serviços continuados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, em função da variação efetiva dos custos da mão de obra, demonstrada analítica e documentalmente, mediante a apresentação de planilha de composição de custos, em conformidade com o disposto no acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho da categoria correspondente, vinculando-se à data-base da categoria profissional **1º de janeiro e ao SINDPD - SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE PROCESSAMENTO DE DADOS, SERV COMP, INFORM TEC. INFORM E TRAB PROCESS DADOS, SERV COMP, INFORM E TEC INFORM ESP (CNPJ nº 55.537.666/0001-75), conforme Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2027, registrada no Ministério do Trabalho e Emprego sob nº SP002635/2026.**
- 6.11.** O interregno mínimo para a primeira repactuação será contado da data-base da categoria profissional ou da data limite para apresentação da proposta. A repactuação será precedida da observância do interregno mínimo de 1 (um) ano entre as repactuações subsequentes, contado da última repactuação ou da data-base imediatamente anterior.
- 6.12.** O CONTRATADO deverá apresentar, juntamente com o pedido formal de repactuação: (i) cópia integral do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho aplicável; (ii) demonstrativo analítico, em planilha própria, da variação dos custos de mão de obra; (iii) memorial de cálculo dos novos preços contratuais.
- 6.13.** O CONTRATADO deverá pleitear a repactuação no prazo máximo de 2 (dois) meses a contar da data em que se tornaram conhecidos os reajustes salariais, sob pena de preferência, sendo que, após esse prazo, somente surtirão efeitos prospectivos a partir do efetivo pleito.
- 6.14.** A repactuação, quando deferida, será formalizada por meio de termo de apostilamento, com efeitos retroativos à data do pleito desde que apresentada documentação completa, ou prospectivos, conforme o caso, em estrita observância ao princípio da não-onerosidade contratual indevida à Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. São obrigações do CONTRATANTE:

- 7.1.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 7.1.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 7.1.3.** Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 7.1.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- 7.1.5.** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

- 7.1.6.** Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 7.1.7.** Aplicar ao CONTRATADO sanção motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
- 7.1.8.** Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.1.9.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias úteis.
- 7.2.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 8.1.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
 - 8.1.1.** Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.
 - 8.1.2.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);
 - 8.1.3.** Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato,
 - 8.1.4.** A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
 - 8.1.5.** Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
 - 8.1.6.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
 - 8.1.7.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
 - 8.1.8.** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

- 8.1.9.** O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 8.1.10.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 8.1.11.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 8.1.12.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 8.1.13.** Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 8.1.14.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 8.1.15.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 8.1.16.** Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 8.1.17.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 8.1.18.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 8.1.19.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 8.1.19.1.** No caso específico da reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional. (art. 429 da CLT);



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

- 8.1.20.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 8.1.21.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 8.1.22.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.23.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO QUANDO REUNIDO EM CONSÓRCIO

- a)** A EMPRESA-LÍDER concentrará a representação do consórcio perante a CONTRATANTE em todos os atos relativos à execução contratual, incluindo, sem prejuízo de outras obrigações: (i) recebimento de notificações; (ii) apresentação de relatórios e prestações de contas; (iii) faturamento e cobrança; e (iv) interlocução técnica e operacional.
- b)** As consorciadas permanecem solidariamente responsáveis pelas obrigações contratuais, na forma do art. 15, § 1º, V, da Lei nº 14.133/2021, sendo vedado opor à CONTRATANTE qualquer divisão interna de responsabilidades estabelecida no Termo de Compromisso ou no instrumento de constituição.
- c)** É vedada qualquer alteração na composição do consórcio, na participação relativa das consorciadas ou na figura da EMPRESA-LÍDER, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE, observado o disposto na Cláusula Décima Primeira.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 9.1.** As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 9.2.** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 9.3.** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 9.4.** A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 9.5.** Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

- 9.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 9.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 9.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 9.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 9.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 9.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 9.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 9.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
 - 10.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;
 - 10.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 10.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;
 - 10.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - 10.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - 10.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 10.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 10.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
 - 10.2.1. Advertência, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

- 10.2.2.** Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens “10.1.2 a 10.1.4”, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 10.2.3.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “10.1.5 a 10.1.8”, bem como nas alíneas “10.1.2. a 10.1.4.”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 10.2.4. Multa:**
- 10.2.4.1. CORRELAÇÃO EXPLÍCITA INFRAÇÕES-SANÇÕES e REGIME DE CUMULATIVIDADE:** As multas previstas nas alíneas seguintes incidem sobre hipóteses materialmente DISTINTAS, conforme expresso em cada uma delas: (i) a Multa Moratória pune o ATRASO injustificado; (ii) as Multas Compensatórias por Descumprimento Específico (Omissão, Execução Inadequada e Recorrência) punem hipóteses distintas de má-execução ou de inexecução parcial. Em caso de configuração concomitante de mais de uma hipótese, as multas correspondentes serão aplicadas CUMULATIVAMENTE entre si, nos termos do art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais sanções cabíveis (advertência, multa compensatória de 20% sobre o valor total do contrato em caso de inexecução total, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade), observados os limites do art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e respeitada a proporcionalidade entre a infração e a sanção aplicada.
- 10.2.4.2.** Multa MORATÓRIA, no valor de 1% (um por cento) por DIA de atraso injustificado, calculada sobre o VALOR DA PARCELA INADIMPLIDA, até o limite de 15 (quinze) dias, em razão da configuração do atraso na execução (hipótese de incidência: ATRASO injustificado — correlata à infração por retardamento da execução);
- 10.2.4.3.** O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.2.4.4.** Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 10.2.4.5.** Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 10.2.4.6.** Multa COMPENSATÓRIA POR DESCUMPRIMENTO ESPECÍFICO — OMISSÃO, no valor de 1% (um por cento), calculada sobre o VALOR ESTIMADO MENSAL DA CONTRATAÇÃO, em caso de NÃO REALIZAÇÃO (omissão completa) de qualquer dos serviços constantes no Termo de Referência (hipótese de incidência: OMISSÃO de serviço — distinta da hipótese de atraso prevista na alínea de Multa Moratória);
- 10.2.4.7.** Multa COMPENSATÓRIA POR DESCUMPRIMENTO ESPECÍFICO — EXECUÇÃO INADEQUADA, no valor de 1% (um por cento), calculada sobre o VALOR ESTIMADO MENSAL DA CONTRATAÇÃO, em caso de execução INADEQUADA OU INCOMPLETA da manutenção (hipótese de incidência: má execução — aplicável cumulativamente com as demais multas previstas neste contrato quando configurada concomitantemente outra hipótese, nos termos do art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133/2021);
- 10.2.4.8.** Multa COMPENSATÓRIA POR DESCUMPRIMENTO ESPECÍFICO — RECORRÊNCIA, no valor de 1% (um por cento), calculada sobre o VALOR ESTIMADO MENSAL DA CONTRATAÇÃO, em caso de RECORRÊNCIA de falhas na realização dos serviços,



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

apuradas por relatório de análise técnica ou inspeção, por mais de 3 (três) vezes no mês (hipótese de incidência: REINCIDÊNCIA — aplicável cumulativamente com as demais multas previstas neste contrato quando configurada concomitantemente outra hipótese, nos termos do art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133/2021).

- 10.3.** A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao MUNICÍPIO (§9º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 10.4.** Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§7º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).
 - 10.4.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021);
 - 10.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo MUNICÍPIO ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (§8º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021);
 - 10.4.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 10.5.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa do CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 10.6.** Na aplicação das sanções serão considerados (§1º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021):
 - 10.6.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 10.6.2.** As peculiaridades do caso concreto;
 - 10.6.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 10.6.4.** Os danos que dela provierem para o MUNICÍPIO;
 - 10.6.5.** Implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.7.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021);
- 10.8.** A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste instrumento ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

- 10.9.** O MUNICÍPIO deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 10.10.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 11.1.** O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 11.2.** O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- 11.3.** Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.
- 11.4.** O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.5.** O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 11.5.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.5.2.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 11.5.2.1.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 11.6.** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 11.6.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 11.6.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 11.6.3.** Indenizações e multas.
- 11.7.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 11.8.** O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 11.9.** O CONTRATANTE poderá nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133,



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

DA DINÂMICA DO CONSÓRCIO DURANTE A EXECUÇÃO

I. Pedido de substituição de consorciada deverá ser apresentado por escrito à CONTRATANTE, instruído com: (i) documentação de habilitação completa da consorciada substituta nos termos do Edital; (ii) termo aditivo ao Termo de Compromisso ou ao instrumento de constituição do consórcio; (iii) declaração de manutenção integral da capacidade técnica e econômica do consórcio; e (iv) justificativa documentada da hipótese excepcional invocada (falência decretada, dissolução societária, recuperação judicial homologada, ou inadimplemento contumaz).

II. A CONTRATANTE decidirá sobre a substituição em prazo razoável, respeitado o contraditório, podendo: (a) deferir o pedido nos termos requeridos; (b) deferir condicionalmente, mediante apresentação de garantias adicionais ou plano de transição; ou (c) indeferir motivadamente, hipótese em que poderá ser configurada a extinção contratual por culpa do CONTRATADO, observado o regime sancionatório.

III. Constitui causa de extinção contratual, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste contrato e na Lei nº 14.133/2021: (a) a saída ou substituição de consorciada sem prévia anuência da CONTRATANTE; (b) a alteração da figura da EMPRESA-LÍDER sem prévia anuência da CONTRATANTE; e (c) a perda das condições de habilitação por qualquer das consorciadas, quando não regularizada no prazo razoável a ser fixado pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA-A – DO INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS – APLICÁVEL APENAS AO LOTE 01

11.10. Constitui causa de extinção contratual, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas neste contrato e na Lei nº 14.133/2021, o reiterado descumprimento, pelo CONTRATADO, de obrigações trabalhistas, previdenciárias ou de FGTS perante seus empregados utilizados na execução do objeto.

11.11. Identificada qualquer irregularidade trabalhista, previdenciária ou de FGTS, será concedido prazo de regularização de 15 (quinze) dias corridos, contados da notificação formal, durante o qual o CONTRATADO deverá sanar a irregularidade e comprovar documentalmente a regularização à CONTRATANTE, sob pena das medidas previstas neste contrato.

11.12. Quando da extinção contratual, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento, pelo CONTRATADO, das verbas rescisórias devidas aos empregados utilizados na execução do objeto OU, alternativamente, exigir a apresentação de documentos que comprovem que tais empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

11.13. Esgotado o prazo de regularização sem comprovação, ou na hipótese de risco iminente de inadimplemento, a CONTRATANTE poderá, observados o contraditório e a ampla defesa, RETER, total ou parcialmente, os pagamentos devidos ao CONTRATADO, em valor suficiente para garantir a quitação das obrigações inadimplidas.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

11.14. Mantendo-se a inadimplência após a retenção, e desde que demonstrada a vinculação direta dos créditos retidos com os empregados utilizados na execução deste contrato, a CONTRATANTE poderá efetuar o PAGAMENTO DIRETO aos empregados do CONTRATADO, no prazo de até 15 (quinze) dias da retenção, descontando-se o valor pago do montante devido ao CONTRATADO, sem que tal pagamento configure relação de emprego ou vínculo trabalhista direto da CONTRATANTE com tais empregados.

11.15. As medidas previstas nesta cláusula não configuram onerosidade contratual indevida à CONTRATANTE, por se tratar de mecanismos de garantia da execução regular do contrato, em consonância com o disposto no art. 121, § 1º, da Lei nº 14.133/2021 e em atendimento à orientação da Procuradoria Consultiva (fls. 2.282/2.296).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta das DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS Nº:

SECRETARIA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FONTE
SEDUC	09.02.00/ 12.365.2001.2459 / 3.3.90.40.01	MUNICIPAL
	09.02.00/ 12.361.2001.2458 / 3.3.90.40.01	
	09.02.00/ 12.365.2001.2459 / 3.3.90.40.22	
	09.02.00/ 12.361.2001.2458 / 3.3.90.40.22	

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990, Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

- 15.1.** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 16.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.
- 16.2. FUNDAMENTAÇÃO DA DISPENSA:**
- 16.3.** Nos termos do art. 96, caput, da Lei nº 14.133/2021, que confere à autoridade competente a faculdade de exigir ou dispensar a garantia de execução contratual “a critério da autoridade competente, em cada caso”, a Administração decide pela não exigência de garantia de execução contratual no presente instrumento, mediante decisão tecnicamente motivada no Memorando Técnico da SEPLAN 3.1.2 e no Estudo Técnico Preliminar, ambos juntados ao Processo Administrativo nº 43.770/2025-D, pelos seguintes fundamentos:
- 16.4.** O risco dominante da fase de operação contratual — subtração de ativos locados (furto simples, furto qualificado e roubo de equipamentos em 80 unidades escolares) — não é coberto pela garantia de execução do art. 96, cujo objeto é a inadimplência financeira, mas sim pelo seguro patrimonial obrigatório instituído pela Cláusula de seguro patrimonial deste Contrato e pelo item 3.9.14 do ETP;
- 16.5.** O seguro patrimonial contratado pela CONTRATADA — com cobertura mínima para furto simples, furto qualificado e roubo sobre a totalidade dos 1.245 APs Wi-Fi e 850 adaptadores Wireless USB locados — constitui instrumento funcionalmente superior para o risco efetivo deste objeto, com resolução de sinistros em prazo substancialmente inferior ao de execução de qualquer garantia do art. 96, § 2º;
- 16.6.** O regime sancionatório contratual previsto na Cláusula Décima deste instrumento — multa moratória de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor da parcela inadimplida e compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato — confere proteção financeira suficiente ao CONTRATANTE para as hipóteses de inadimplência que a garantia de execução visaria cobrir; e
- 16.7.** A dispensa promove a ampliação da competitividade do certame ao eliminar o ônus de imobilização de capital de aproximadamente R\$ 512.000,00 (quinhentos e doze mil reais) a R\$ 590.000,00 (quinhentos e noventa mil reais) que a exigência de garantia de 5% (art. 96, § 1º) acarretaria às licitantes, em conformidade com o princípio da competitividade do art. 5º da Lei nº 14.133/2021.
- 16.8.** A fundamentação completa consta do Memorando Técnico da SEPLAN 3.1.2, juntado ao Processo Administrativo nº 43.770/2025-D, disponível para consulta .



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

16.9. Fica eleito o foro da Comarca de Praia Grande/SP, para dirimir eventuais controvérsias decorrentes do presente Contrato.

Para firmeza e como prova de assim haver, entre si, pactuado, é lavrado o presente CONTRATO em 03 (três) vias de igual forma e teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes e pelas testemunhas abaixo. Pelo que eu,, digitei, assino _____ e dato. Palácio São Francisco de Assis, Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, aos XXX de XXX de 202X, ano da emancipação político administrativa.

PATRÍCIA CONCEIÇÃO ALMEIDA DIAS
Secretária Municipal de Educação

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-

Processo Administrativo nº 43.770/2025-D.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

ANEXO II.B – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO – LOTE 02

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº [XXX/XXX], QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE E A [XXX NOME DO CONTRATADO]

Na Divisão de Expediente Administrativo, da Secretaria de Administração, do MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.177.531/0001-55, localizada à Avenida Presidente Kennedy, nº 9.000 - Vila Mirim, Praia Grande/SP, onde se achavam presentes os senhores PATRÍCIA CONCEIÇÃO ALMEIDA DIAS, titular da Secretaria Municipal de Educação, por atribuição conferida através do inciso XXXI do artigo 48, referente à Lei Complementar nº 1.011/2025 e suas alterações posteriores, neste ato representando esta Municipalidade, doravante simplesmente denominada CONTRATANTE, e a empresa XXX, CNPJ sob nº XXX, com sede na XXX, nº XXX, XXX - SP, CEP XXX, doravante designado CONTRATADO, representada na forma de seu estatuto/contrato social pelo Senhor XXX, RG nº XXX, CPF nº XXX, tendo em vista o que consta no Processo nº 43.770/2025-D e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 7.929/2023, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. 040/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

16.10. O objeto do presente instrumento é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE CABEAMENTO ESTRUTURADO CATEGORIA 5E (CAT 5E) EM 80 (OITENTA) UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PRAIA GRANDE, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, INSTALAÇÃO DE ELETRODUTOS, CERTIFICAÇÃO DE PONTOS DE REDE E REMOÇÃO DE CABEAMENTO LEGADO, conforme especificações técnicas e nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

16.11. Objeto da contratação:

LOTE	DESCRIÇÃO	CATMAT/CATSERV	UNIDADE DE MEDIDA	TIPO DE PARTICIPAÇÃO	QTDE	VALOR UNITÁRIO / PREÇO TOTAL
2	LOTE 02 – SERVIÇO DE INFRAESTRUTURA DE REDE WLAN	26999	Unidade	AMPLA CONCORRÊNCIA	01	R\$ / R\$

VALOR TOTAL R\$

(*) A descrição completa do(s) item(ns) encontra-se no Termo de Referência do edital.

16.12. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

16.12.1. O Termo de Referência;

16.12.2. O Edital da Licitação;

16.12.3. A proposta do CONTRATADO; e

16.12.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

Parágrafo único — Quando o CONTRATADO for consórcio de empresas constituído na forma do art. 15 da Lei nº 14.133/2021 e do Edital do Pregão Eletrônico nº 040/2026, todas as referências a "CONTRATADO" neste instrumento devem ser entendidas como referidas ao consórcio, representado perante a CONTRATANTE pela EMPRESA-LÍDER indicada no Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio, sendo as consorciadas solidariamente responsáveis pelos atos e obrigações pactuados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

17. O prazo de vigência da contratação, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, é de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados da data de emissão da Ordem de Serviço, para a implementação e conclusão dos serviços nas 80 (oitenta) Unidades Escolares almejadas.
18. Por se tratar de execução única, na forma do art. 111 da Lei nº 14.133/2021, o prazo de vigência poderá ser prorrogado, uma única vez, por até 60 (sessenta) dias adicionais, mediante termo aditivo devidamente formalizado, justificado e aprovado pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO

- 19.1. Os termos em relação ao regime de execução contratual, do modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, da entrega e do recebimento constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

- 20.1. Em observância ao art. 122 da Lei nº 14.133/2021, que veda a proibição absoluta de subcontratação, e em conformidade com a jurisprudência consolidada do TCE-SP, em especial os TCs 013199.989.24-5, 010182.989.24-4 e 011607.989.24-1 e a Súmula nº 24 do TCE-SP, admite-se a subcontratação parcial de até 30% (trinta por cento) do valor contratual, restrita a parcelas acessórias do objeto, tais como serviços de instalação física de campo, transporte e logística de equipamentos.
- 20.2. Fica expressamente vedada a subcontratação das parcelas de maior relevância, assim entendidas: lançamento e instalação do cabeamento estruturado CAT 5E nas tubulações, eletrodutos e canaletas; instalação de eletrodutos rígidos com fornecimento de materiais e acessórios; certificação técnica dos pontos de rede instalados; e remoção dos eletrodutos legados e cabos de rede inservíveis nas Unidades Escolares.
- 20.3. A responsabilidade pela integralidade da execução permanece exclusiva do CONTRATADO, inclusive pelas parcelas subcontratadas.
- 20.4. A subcontratação, ainda que dentro dos limites e condições admitidas, dependerá sempre de aprovação prévia formal pela CONTRATANTE, mediante requerimento escrito do CONTRATADO acompanhado da indicação do subcontratado e das parcelas a serem subcontratadas, vedado o início da execução subcontratada antes do deferimento expresso, sob pena de aplicação das sanções previstas neste contrato e na Lei nº 14.133/2021.
- 20.5. O subcontratado deverá comprovar capacidade técnica para a execução da parcela respectiva, mediante apresentação, à CONTRATANTE, dos documentos pertinentes (atestados de capacidade técnica equivalentes, qualificação profissional dos responsáveis



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

e regularidade fiscal e trabalhista), aplicando-se, no que couber, as mesmas exigências de habilitação feitas ao CONTRATADO.

- 20.6.** É vedada a subcontratação em favor de pessoa física ou jurídica que mantenha vínculo de parentesco até o terceiro grau, contratual, comercial, financeiro ou societário com sócios, administradores, dirigentes ou empregados em função de chefia do CONTRATADO, bem como em favor de empresas que tenham, ao tempo da subcontratação, qualquer das vedações previstas para participação no certame que originou esta contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DO PAGAMENTO

21.1. DO VALOR

- 21.1.1.** O valor total da contratação, em razão da execução única do objeto do Lote 02, é de [R\$ XXX] (por extenso).
- 21.1.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

21.2. DO PAGAMENTO

- 21.2.1.** O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DOS PREÇOS FIXOS E IRREAJUSTÁVEIS

- 22.** Os preços contratados são fixos e irreajustáveis, em razão do prazo de execução do objeto deste contrato (180 dias prorrogável por até 60 dias, totalizando, no máximo, 240 dias), inferior ao interregno mínimo de 1 (um) ano exigido pelo art. 25, § 7º, da Lei nº 14.133/2021 para a aplicação de qualquer reajuste contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

23.1. São obrigações do CONTRATANTE:

- 23.1.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 23.1.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 23.1.3.** Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 23.1.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- 23.1.5.** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 23.1.6.** Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

- 23.1.7.** Aplicar ao CONTRATADO sanção motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
- 23.1.8.** Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 23.1.9.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias úteis.
- 23.2.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 24.1.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
 - 24.1.1.** Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.
 - 24.1.2.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);
 - 24.1.3.** Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato,
 - 24.1.4.** A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
 - 24.1.5.** Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
 - 24.1.6.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
 - 24.1.7.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
 - 24.1.8.** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

- 24.1.9.** O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 24.1.10.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 24.1.11.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 24.1.12.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 24.1.13.** Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 24.1.14.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 24.1.15.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 24.1.16.** Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 24.1.17.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 24.1.18.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 24.1.19.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 24.1.20.** No caso específico da reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional. (art. 429 da CLT);



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

- 24.1.21.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 24.1.22.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 24.1.23.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 24.1.24.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO QUANDO REUNIDO EM CONSÓRCIO

- a)** A EMPRESA-LÍDER concentrará a representação do consórcio perante a CONTRATANTE em todos os atos relativos à execução contratual, incluindo, sem prejuízo de outras obrigações: (i) recebimento de notificações; (ii) apresentação de relatórios e prestações de contas; (iii) faturamento e cobrança; e (iv) interlocução técnica e operacional.
- b)** As consorciadas permanecem solidariamente responsáveis pelas obrigações contratuais, na forma do art. 15, § 1º, V, da Lei nº 14.133/2021, sendo vedado opor à CONTRATANTE qualquer divisão interna de responsabilidades estabelecida no Termo de Compromisso ou no instrumento de constituição.
- c)** É vedada qualquer alteração na composição do consórcio, na participação relativa das consorciadas ou na figura da EMPRESA-LÍDER, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE, observado o disposto na Cláusula Décima Primeira.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 25.1.** As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 25.2.** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 25.3.** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 25.4.** A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 25.5.** Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

- 25.6.** É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 25.7.** O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 25.8.** O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 25.9.** O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 25.10.** Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 25.10.1.** Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 25.11.** O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 25.12.** Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

26.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- 26.1.1.** Der causa à inexecução parcial do contrato;
- 26.1.2.** Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 26.1.3.** Der causa à inexecução total do contrato;
- 26.1.4.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 26.1.5.** Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 26.1.6.** Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 26.1.7.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 26.1.8.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 26.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

- 26.2.1.** Advertência, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 26.2.2.** Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens “10.1.2 a 10.1.4”, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 26.2.3.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “10.1.5 a 10.1.8”, bem como nas alíneas “10.1.2. a 10.1.4.”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 26.2.4. Multa:**
- 26.2.4.1. CORRELAÇÃO EXPLÍCITA INFRAÇÕES-SANÇÕES e REGIME DE CUMULATIVIDADE:** As multas previstas nas alíneas seguintes incidem sobre hipóteses materialmente DISTINTAS, conforme expresso em cada uma delas: (i) a Multa Moratória pune o ATRASO injustificado; (ii) as Multas Compensatórias por Descumprimento Específico (Omissão, Execução Inadequada e Recorrência) punem hipóteses distintas de má-execução ou de inexecução parcial. Em caso de configuração concomitante de mais de uma hipótese, as multas correspondentes serão aplicadas CUMULATIVAMENTE entre si, nos termos do art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais sanções cabíveis (advertência, multa compensatória de 20% sobre o valor total do contrato em caso de inexecução total, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade), observados os limites do art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e respeitada a proporcionalidade entre a infração e a sanção aplicada.
- 26.2.4.2.** Multa MORATÓRIA, no valor de 1% (um por cento) por DIA de atraso injustificado, calculada sobre o VALOR DA PARCELA INADIMPLIDA, até o limite de 15 (quinze) dias, em razão da configuração do atraso na execução (hipótese de incidência: ATRASO injustificado — correlata à infração por retardamento da execução);
- 26.2.4.3.** O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 26.2.4.4.** Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 26.2.4.5.** Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 26.2.4.6.** Multa COMPENSATÓRIA POR DESCUMPRIMENTO ESPECÍFICO — OMISSÃO, no valor de 1% (um por cento), calculada sobre o VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO, em caso de NÃO REALIZAÇÃO (omissão completa) de qualquer dos serviços constantes no Termo de Referência (hipótese de incidência: OMISSÃO de serviço — distinta da hipótese de atraso prevista na alínea de Multa Moratória);
- 26.2.4.7.** Multa COMPENSATÓRIA POR DESCUMPRIMENTO ESPECÍFICO — EXECUÇÃO INADEQUADA, no valor de 1% (um por cento), calculada sobre o VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO, em caso de execução INADEQUADA OU INCOMPLETA da instalação ou da certificação dos pontos de cabeamento estruturado (hipótese de incidência: má



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

execução — aplicável cumulativamente com as demais multas previstas neste contrato quando configurada concomitantemente outra hipótese, nos termos do art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133/2021);

- 26.2.4.8.** Multa COMPENSATÓRIA POR DESCUMPRIMENTO ESPECÍFICO — RECORRÊNCIA, no valor de 1% (um por cento), calculada sobre o VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO, em caso de RECORRÊNCIA de falhas na realização dos serviços, apuradas por relatório de análise técnica ou inspeção, por mais de 3 (três) vezes ao longo da execução do contrato (hipótese de incidência: REINCIDÊNCIA — aplicável cumulativamente com as demais multas previstas neste contrato quando configurada concomitantemente outra hipótese, nos termos do art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133/2021).
- 26.3.** A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao MUNICÍPIO (§9º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 26.4.** Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§7º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 26.4.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021);
- 26.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo MUNICÍPIO ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (§8º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021);
- 26.4.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 26.5.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa do CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 26.6.** Na aplicação das sanções serão considerados (§1º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021):
- 26.6.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 26.6.2.** As peculiaridades do caso concreto;
- 26.6.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 26.6.4.** Os danos que dela provierem para o MUNICÍPIO;
- 26.6.5.** Implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 26.7.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021);
- 26.8.** A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste instrumento ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

- 26.9.** O MUNICÍPIO deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 26.10.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 27.1.** O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 27.2.** O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- 27.3.** O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 27.3.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 27.3.2.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 27.3.2.1.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 27.4.** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 27.4.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 27.4.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 27.4.3.** Indenizações e multas.
- 27.5.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 27.6.** O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 27.7.** O CONTRATANTE poderá nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133,



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

- 27.8.** O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 27.9.** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- 27.10.** Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:
- 27.10.1.** ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- 27.10.2.** poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 27.11.** O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 27.11.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 27.11.2.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 27.11.2.1.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 27.12.** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 27.12.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 27.12.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 27.12.3.** Indenizações e multas.
- 27.13.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 27.14.** O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 27.15.** O CONTRATANTE poderá nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

DA DINÂMICA DO CONSÓRCIO DURANTE A EXECUÇÃO

I. Pedido de substituição de consorciada deverá ser apresentado por escrito à CONTRATANTE, instruído com: (i) documentação de habilitação completa da consorciada substituta nos termos do Edital; (ii) termo aditivo ao Termo de Compromisso ou ao instrumento de constituição do consórcio; (iii) declaração de manutenção integral da capacidade técnica e econômica do consórcio; e (iv) justificativa documentada da hipótese excepcional invocada (falência decretada, dissolução societária, recuperação judicial homologada, ou inadimplemento contumaz).

II. A CONTRATANTE decidirá sobre a substituição em prazo razoável, respeitado o contraditório, podendo: (a) deferir o pedido nos termos requeridos; (b) deferir condicionalmente, mediante apresentação de garantias adicionais ou plano de transição; ou (c) indeferir motivadamente, hipótese em que poderá ser configurada a extinção contratual por culpa do CONTRATADO, observado o regime sancionatório.

III. Constitui causa de extinção contratual, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste contrato e na Lei nº 14.133/2021: (a) a saída ou substituição de consorciada sem prévia anuência da CONTRATANTE; (b) a alteração da figura da EMPRESA-LÍDER sem prévia anuência da CONTRATANTE; e (c) a perda das condições de habilitação por qualquer das consorciadas, quando não regularizada no prazo razoável a ser fixado pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

28.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta das DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS Nº:

SECRETARIA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FONTE
SEDUC	09.02.00/ 12.365.2001.2459 / 3.3.90.40.01	MUNICIPAL
	09.02.00/ 12.361.2001.2458 / 3.3.90.40.01	
	09.02.00/ 12.365.2001.2459 / 3.3.90.40.22	
	09.02.00/ 12.361.2001.2458 / 3.3.90.40.22	

28.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

29.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990, Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES

30.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

30.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

- 30.3.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 30.4.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

- 31.1.** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 32.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

32.2. FUNDAMENTAÇÃO DA DISPENSA:

- 32.3.** Nos termos do art. 96, caput, da Lei nº 14.133/2021, que confere à autoridade competente a faculdade de exigir ou dispensar a garantia de execução contratual “a critério da autoridade competente, em cada caso”, a Administração decide pela não exigência de garantia de execução contratual no presente instrumento, mediante decisão tecnicamente motivada no Memorando Técnico da SEPLAN 3.1.2 e no Estudo Técnico Preliminar, ambos juntados ao Processo Administrativo nº 43.770/2025-D, pelos seguintes fundamentos:
- 32.4.** A natureza do objeto deste contrato — execução única de instalação de cabeamento estruturado CAT 5E em 80 unidades escolares, em prazo de 180 (cento e oitenta) dias corridos prorrogável por uma única vez por até 60 (sessenta) dias adicionais — não comporta a constituição de garantia de execução nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, sendo que: (i) o regime sancionatório contratual previsto na Cláusula Décima deste instrumento — multa moratória de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor da parcela inadimplida e compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato — confere proteção financeira suficiente ao CONTRATANTE para as hipóteses de inadimplência; (ii) a relação custo-benefício da garantia, frente ao prazo de execução e ao valor estimado do objeto, é desfavorável à Administração; e (iii) o prazo de execução não comporta o tempo de mobilização da garantia em hipóteses de sinistro;
- 32.5.** O regime sancionatório contratual previsto na Cláusula Décima deste instrumento — multa moratória de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor da parcela inadimplida e compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato — confere proteção financeira suficiente ao CONTRATANTE para as hipóteses de inadimplência que a garantia de execução visaria cobrir; e



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

- 32.6.** A dispensa promove a ampliação da competitividade do certame ao eliminar o ônus de imobilização de capital de aproximadamente R\$ 78.496,36 (setenta e oito mil, quatrocentos e noventa e seis reais e trinta e seis centavos) que a exigência de garantia de 5% (art. 96, § 1º) acarretaria às licitantes do Lote 02, em conformidade com o princípio da competitividade do art. 5º da Lei nº 14.133/2021.
- 32.7.** A fundamentação completa consta do Memorando Técnico da SEPLAN 3.1.2, juntado ao Processo Administrativo nº 43.770/2025-D, disponível para consulta pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

- 32.8.** Fica eleito o foro da Comarca de Praia Grande/SP, para dirimir eventuais controvérsias decorrentes do presente Contrato.

Para firmeza e como prova de assim haver, entre si, pactuado, é lavrado o presente CONTRATO em 03 (três) vias de igual forma e teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes e pelas testemunhas abaixo. Pelo que eu,, digitei, assino _____ e dato. Palácio São Francisco de Assis, Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, aos XXX de XXX de 202X, ano da emancipação político administrativa.

PATRÍCIA CONCEIÇÃO ALMEIDA DIAS
Secretária Municipal de Educação

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Processo Administrativo nº 43.770/2025-D.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

(Usar papel timbrado da empresa)

(nome da empresa) _____, inscrita no CNPJ
sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a)
_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº
_____ e do CPF nº _____, DECLARA que:

- 1) Não possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- 2) Não é proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidores ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

_____, ____ de _____ de _____.

Assinatura do Representante Legal da Empresa



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE CONTA BANCÁRIA

(nome da empresa) _____, inscrita no CNPJ
sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a)
_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº
_____ e do CPF nº _____, DECLARO que a conta
bancária específica destinada ao recebimento de pagamentos é a indicada abaixo:

Banco: _____

Agência nº: _____ Dígito nº: _____

Conta Corrente nº: _____ Dígito nº: _____

DECLARO, ainda, que não haverá faturamentos com CNPJ diferentes da empresa vencedora do Pregão Eletrônico nº 040/2026, seja ela matriz ou filial. Sendo vencedora a matriz, a documentação relativa ao faturamento será em nome e com CNPJ da matriz, e, se for filial, em nome e com CNPJ desta última.

_____, ____ de _____ de 20 ____.

(Nome, CPF e Cargo do Representante Legal da empresa)



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

ANEXO V - PLANILHA PROPOSTA (MODELO)

RAZÃO SOCIAL: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

ENDEREÇO ELETRÔNICO: _____

TELEFONE: _____

LOTE	DESCRIÇÃO	CATMAT/CATSERV	UNIDADE DE MEDIDA	TIPO DE PARTICIPAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	LOTE 01 - LOCAÇÃO DE SERVIÇOS WLAN - SERVIÇOS E MATERIAIS COMUNS PARA AS OPÇÕES "A", "B" E "C"	27014	Unidade	AMPLA CONCORRÊNCIA	01	R\$	R\$
2	LOTE 02 — INSTALAÇÃO DE CABEAMENTO ESTRUTURADO CAT 5E	26999	Unidade	AMPLA CONCORRÊNCIA	01	R\$	R\$
VALOR TOTAL DA PROPOSTA							R\$

- Havendo divergência entre a descrição do objeto, especificações técnicas, unidade de medida e outras informações existentes neste Edital e a constante no código CATMAT/CATSERV, deve prevalecer o estabelecido no Edital e seus Anexos.
- O prazo de validade da proposta deverá ser de 90 (noventa) dias, contados da sua apresentação, ficando suspenso em caso de recurso administrativo ou judicial.
- Juntamente com a proposta a empresa deverá apresentar a Declaração de Conta Bancária, conforme modelo constante no Anexo IV.

_____, ____ de _____ de 2026.

Assinatura do Representante e Carimbo da Empresa



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

ANEXO VI DO TERMO DE REFERÊNCIA

TABELA A — DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS PREVISTOS PARA O LOTE 02

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS PREVISTOS PARA O LOTE 02
22	<p>Lançar cabos UTP em dutos, canaletas e ou eletrocalhas ao mesmo tempo em que retirados da embalagem. Em trechos onde deva ser lançado mais de um cabo em tubulação, todos os cabos devem ser lançados juntos, respeitando a taxa de ocupação. Devem ser lançados obedecendo o raio de curvatura mínimo que é de 4 vezes o seu diâmetro nominal. Devem ser agrupados sem que haja estrangulamento, torção, trancamentos e/ou até mesmo pisados com risco de provocar alterações nas suas características originais. Não é permitido a reutilização de quaisquer acessórios de outras instalações. Não ultrapassar o comprimento máximo permitido por norma. Devem ser identificados com materiais de identificação padronizados e resistentes ao lançamento para que os mesmos possam ser reconhecidos aos seus devidos pontos. Não devem ser lançados em dutos com umidade excessiva. Deve evitar ser lançado próximo de fonte de calor respeitando a temperatura máxima de 60º C. Não poderão ser feitos emendas ao longo do lance, com risco de oxidação e com isto provocar falhas na comunicação. Os vários cabos devem passar por um mesmo caminho, devem ser amarrados, observando-se o cuidado de não estrangular os cabos por excesso de pressão em abraçadeiras ou fitas. Não deverão ser acomodados na mesma infraestrutura juntos com cabos de energia e ou aterramentos. Não devem ser lançados em infraestrutura que apresentem arestas vivas ou rebarbas. Quando a infraestrutura for composta de materiais metálicos, nunca lançar os cabos próximos de fontes de energia eletromagnética como condutores elétricos, transformadores, motores elétricos, reatores de lâmpadas fluorescentes, estabilizadores de tensão, nobreaks. Este item compreende o serviço de lançamento com fornecimento do cabo CAT 5E. Instalar e fornecer ponto em cabeamento estruturado CAT5E, obedecendo a norma ANSI/TIA-568-C.0, essencial para manter o desempenho da conexão quando terminada a um cabo par trançado equilibrado. Deve seguir estritamente as instruções do fabricante quanto a forma de conexão, mantendo a geometria do cabo o mais próximo do conector não superior a 13 mm (0,5 pol), evitando a falha em enlances curtos. A conectividade correta das tomadas de telecomunicações/conectores deve seguir a norma ANSI/TIA-568-C.2, no formato T568B (Wire Map). Deverá ser fornecido o Conector RJ45 Fêmea CAT5E. Os pontos de conexão devem seguir o padrão de identificação obrigatório. Deverão possuir identificação cumprindo os requisitos de legibilidade, exposição e de adesão. Todas as tomadas, cabos e painéis e componentes associados devem ser totalmente montados e identificados. Este item compreende o serviço de instalação e fornecimento de ponto em cabeamento estruturado CAT5E, crimpagem, montagem, identificação e acessórios necessários para a montagem. Não é permitido a reutilização de quaisquer acessórios de outras instalações.</p>
23	<p>Instalação de eletrodutos para encaminhamento de cabos em instalações internas de telecomunicações com chegada em salas técnicas, armários de rede e até mesmo em prumadas. Os eletrodutos deverão ser instalados na posição vertical e/ou horizontal, parede e/ou pendentes no teto. O fornecimento inclui todos os acessórios necessários à montagem e instalação do conjunto, tais como: barras, caixas de passagem, curvas e demais acessórios, conforme a necessidade da instalação de cada local. Em locais com curvas acentuadas ou extensas, colunas, desvios ou em lançamentos sobre forro, o material a ser utilizado para instalação é o eletroduto flexível com alma de aço, com bitola adequada para conexão ao eletroduto rígido, acompanhado dos acessórios necessários à conexão. Obrigatória a instalação de pelo menos 01 (uma) abraçadeira a cada 1.5 m (um metro e meio) e de 01 (uma) caixa de passagem 4x4 com tampa cega a cada 9 m (nove metros) de infraestrutura lançada. Este item compreende o serviço de instalação e fornecimento de eletroduto rígido em PVC e eletroduto flexível com alma de aço, para utilização em cabeamento estruturado CAT5E, montagem, fixação, identificação e acessórios necessários para o correto lançamento dos cabos. Diâmetro — ¾" (três quartos de polegada). Em hipótese alguma serão admitidas emendas/conexões que não estejam utilizando componentes</p>



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS PREVISTOS PARA O LOTE 02
	apropriados. Todo o conjunto deve manter compatibilidade entre os diversos acessórios, conexões, material e cor. A instalação deverá ser executada com esmero e cuidado, de modo a apresentar um perfeito alinhamento e em esquadro com os elementos construtivos, caracterizando, assim, um bom acabamento. Na cor BRANCA.
24	Certificar ponto de rede CAT5E. O equipamento de certificação deve estar dentro do período de calibração recomendado pelo fabricante, tipicamente 12 meses, atendendo o nível de precisão de acordo com a ANSI/TIA-1152. O certificador deve possuir capacidade de medir e armazenar: mapa dos fios, duração, retardo de propagação, distorção de atraso, medição e teste de resistência de loop CC, perda de inserção, medição de resistência CC não balanceada, NEXT (Near-End Crosstalk), PS NEXT (Power Sum Near-End Crosstalk), ACR-N (Relação Atenuação/Diafonia na Extremidade Próxima), PS ACR-N (Atenuação da soma de poder para a relação interrompida próxima), ACR-F (Razão de atenuação para diafonia), PS ACR-F (Atenuação da soma de poder para a relação interrompida), perda de retorno, Se possível TCL (Perda de conversão transversal) e ELTCL (Perda de transferência de conversão transversal de nível igual). Os relatórios devem ser fornecidos no formato (flw e PDF), para cada ponto certificado e deve constar o correto NVP (Velocidade nominal de propagação) do cabo a ser testado.
25	Remoção dos eletrodutos legados e cabos de rede inservíveis existentes nas Unidades Escolares, compreendendo a retirada integral da infraestrutura passiva antiga (eletrodutos, cabos UTP, patch panels, conectores e acessórios correlatos) após a instalação e certificação do novo cabeamento. A contratada deve garantir a remoção limpa, sem danos às instalações físicas da escola, realizar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos nos termos da Lei Federal nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e das Resoluções CONAMA aplicáveis, e emitir relatório fotográfico pré e pós-remoção por unidade escolar, assinado por seu responsável técnico.

TAXA DE OCUPAÇÃO EM ELETRODUTOS — 40%

ITEM	DESCRIÇÃO	¾"	1"	2"
1	CABO UTP-4P 5E	6	10	32
2	CABO UTP-4P 6	4	6	19



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

ANEXO VI (continuação)

TABELA B — DETALHAMENTO DOS MATERIAIS PREVISTOS PARA O LOTE 02

DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÃO DETALHADA
CABO DE DADOS U/UTP CAT 5E CM	Atender a ANSI/TIA/EIA-568-C.2. Possuir índice de flamabilidade CM. Possuir certificação UL ou ETL Verified. Atender os requisitos de performance do cabeamento em enlace permanente (permanente link) tanto para ANSI/TIA/EIA-568-C.2 como para a ISO/IEC 11801. Possuir certificação de canal de 4 conexões. Atender Anatel. Apresentar documento que comprove que o produto está em fabricação pelo fornecedor original e que está coberto por garantia. Marcação sequencial métrica regressiva em metros. Condutor de cobre nú, coberto por polietileno termoplástico adequado. Os condutores são trançados em pares. Capa externa em material não propagante a chama em cumprimento com as diretivas europeias RoHS (Restriction of Hazardous Substances).
CABO DE DADOS CAT. 5E EXTERNO U/UTP	Atender a ANSI/TIA/EIA-568-C.2. Possuir certificação UL ou ETL Verified. Capa externa constituída de PVC resistente aos raios UV. Uso interno e externo. Atender os requisitos de performance do cabeamento em enlace permanente (permanente link) tanto para ANSI/TIA/EIA-568-C.2 como para a ISO/IEC 11801. Atender Anatel. Apresentar documento que comprove que o produto está em fabricação pelo fornecedor original e que está coberto por garantia. Marcação sequencial métrica regressiva em metros. Condutor de cobre nú, coberto por polietileno termoplástico adequado. Os condutores são trançados em pares. Capa externa em material não propagante a chama em cumprimento com as diretivas europeias RoHS (Restriction of Hazardous Substances).
CONECTOR RJ45 FÊMEA CAT. 5E	Atender a ANSI/TIA/EIA 568-C.2. Possuir índice de flamabilidade UL 94 V0. Possuir certificação UL ou ETL Verified. Atender os requisitos de performance do cabeamento em enlace permanente (permanente link) tanto para ANSI/TIA/EIA 568-C.2 como para a ISO/IEC 11801. Suportar mais de 700 conexões no plug de acordo com IEC 60603-7. Possuir certificação de canal de 4 conexões. Atender Anatel. Apresentar documento que comprove que o produto está em fabricação pelo fornecedor original e que está coberto por garantia.
CONECTOR RJ45 FÊMEA CAT. 5E BLINDADO	Atender a ANSI/TIA/EIA 568-C.2. Possuir índice de flamabilidade UL 94 V0. Possuir certificação UL ou ETL Verified. Atender os requisitos de performance do cabeamento em enlace permanente (permanente link) tanto para ANSI/TIA/EIA 568-C.2 como para a ISO/IEC 11801. Suportar mais de 700 conexões no plug de acordo com IEC 60603-7. Atender Anatel. Apresentar documento que comprove que o produto está em fabricação pelo fornecedor original e que está coberto por garantia. Tampa frontal. Para uso com cabo F/UTP CAT5E.
CONECTOR RJ45 MACHO CAT. 5E	Conector feito em material termoplástico transparente não propagante a chama. Possuir índice de flamabilidade UL 94 V0. Diâmetro do condutor (mm) 26 a 22 AWG. Suportar mais de 700 inserções. Identificação da marca no corpo do produto. Atender Anatel. Apresentar documento que comprove que o produto está em fabricação pelo fornecedor original e que está coberto por garantia.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÃO DETALHADA
CONECTOR RJ45 MACHO CAT. 5E BLINDADO	Conector feito em material termoplástico transparente não propagante a chama coberto com capa metalizado. Possuir índice de flamabilidade UL 94 V0. Diâmetro do condutor (mm) 26 a 22 AWG. Identificação da marca no corpo do produto. Atender Anatel. Apresentar documento que comprove que o produto está em fabricação pelo fornecedor original e que está coberto por garantia.
ELETRODUTO RÍGIDO ¾" BRANCO	Eletroduto rígido em PVC antichama classe B (não propagante à chama), cor branca, diâmetro nominal de ¾" (três quartos de polegada), com comprimento de 3 (três) metros por barra, conforme ABNT NBR 15465 e 16134. Superfície lisa interna e externa para facilitar a passagem dos cabos. Deve ser fornecido com suas respectivas luvas, curvas (90º e 45º), conectores, buchas e arruelas compatíveis do mesmo fabricante. Atender aos requisitos de resistência mecânica ao impacto e à compressão previstos pelas normas supramencionadas. Apresentar certificado de conformidade ABNT NBR 15465 emitido por entidade acreditada pelo INMETRO.
ELETRODUTO FLEXÍVEL COM ALMA DE AÇO	Eletroduto flexível com alma de aço (tipo corrugado sinfim), para uso em curvas acentuadas, extensas, colunas, desvios ou em lançamentos sobre forro, conforme IEC 61386-23. Bitola compatível com o eletroduto rígido de ¾". Capa externa em PVC antichama. Fornecido com conectores/acoplamentos compatíveis para transição ao eletroduto rígido. Apresentar documento do fabricante comprovando fabricação corrente e garantia.
PATCH PANEL 48 PORTAS CAT5E	Patch Panel de 48 portas CAT5E, em estrutura de 1U para rack 19", corpo em aço com pintura eletrostática, com conectores RJ45 fêmea CAT5E integrados, frontal com área de identificação para marcação das portas. Conforme ANSI/TIA/EIA 568-C.2. Posterior com organizador de cabos e suporte para terminação tipo IDC 110. Atender Anatel. Apresentar documento do fabricante que comprove fabricação corrente e garantia mínima de 12 meses.
PARAFUSOS, BUCHAS, ABRAÇADEIRAS E FIXAÇÕES DIVERSAS	Conjunto de fixações mecânicas necessárias à instalação completa da infraestrutura: parafusos, buchas, porcas, arruelas, abraçadeiras plásticas (tipo enforca-gato) com resistência UV para uso externo, fitas de identificação resistentes ao lançamento e cola estrutural. Fornecidos em quantidade compatível com o serviço integral de instalação em cada Unidade Escolar, sem custos adicionais à CONTRATANTE. Todos os componentes devem ser novos, de primeira linha, conforme normas ABNT aplicáveis.

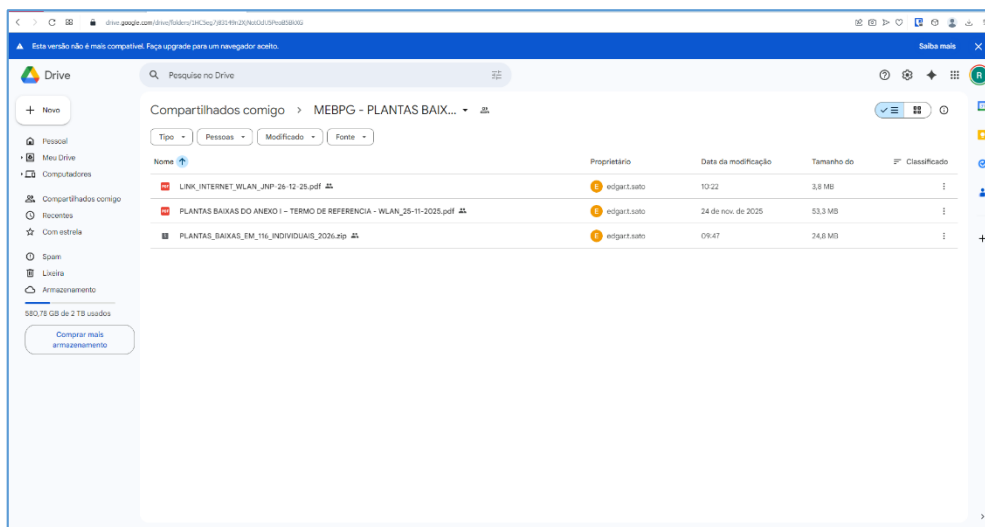


MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

ANEXO VII DO TERMO DE REFERÊNCIA **PLANTAS BAIXAS DAS UNIDADES ESCOLARES**

<https://drive.google.com/drive/folders/1HC5eg7j83149n2XjNotOdU5PeoB5BkXG>





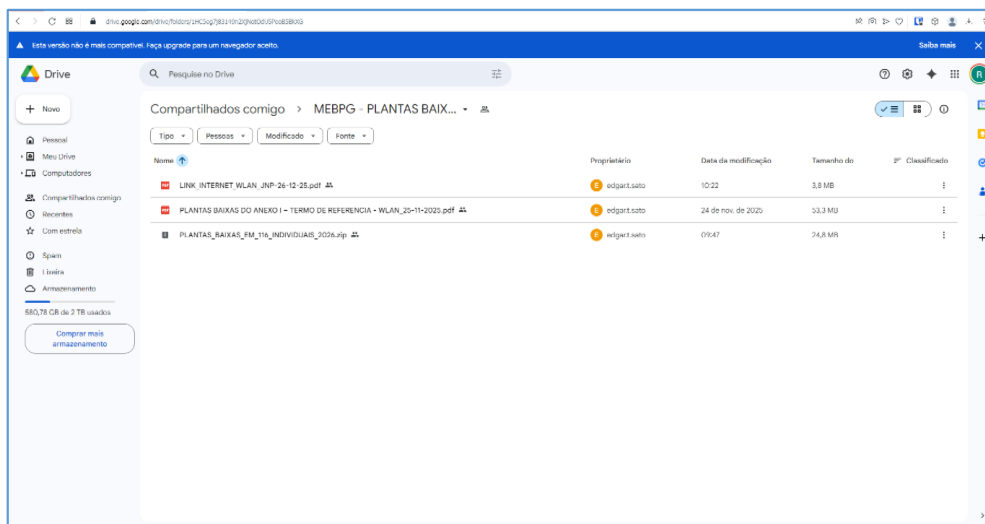
MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

ANEXO VIII DO TERMO DE REFERÊNCIA

INTERCONEXÕES DE REDE DO LINK DE INTERNET DA PREFEITURA DE PRAIA GRANDE

<https://drive.google.com/drive/folders/1HC5eg7j83149n2XjNotOdU5PeoB5BkXG>





MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

ANEXO IX DO TERMO DE REFERÊNCIA LEVANTAMENTO DE HOMOLOGAÇÕES ANATEL

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo | SEPLAN 3.1.2 — Departamento de Informática

PLANILHA EXPLICATIVA — PRODUTOS Wi-Fi 7 E Wi-Fi 6E HOMOLOGADOS NA ANATEL

Pregão Eletrônico nº 040/2026 | Processo Administrativo nº 43.770/2025-D

Fonte: base oficial Mosaico/SCH — Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) 20/04/2026

QUADRO SINTÉTICO

Wi-Fi 7 (IEEE 802.11be)		Wi-Fi 6E (IEEE 802.11ax + 6 GHz)	
Modelos com Homologação Emitida	17	Modelos com Homologação Emitida	15
Modelos Em Análise	1	Modelos Em Análise	0
Total de modelos na base	18	Total de modelos na base	15
Fabricantes distintos	6	Fabricantes distintos	3

FABRICANTES IDENTIFICADOS — Wi-Fi 7				FABRICANTES IDENTIFICADOS — Wi-Fi 6E			
FABRICANTE	MODELOS EMITIDOS	EM ANÁLISE	TOTAL	FABRICANTE	MODELOS EMITIDOS	EM ANÁLISE	TOTAL
Cisco	5	0	5	Cisco	11	0	11
Fortinet	2	0	2	Huawei	3	0	3
Huawei	1	0	1	Ruckus	1	0	1
Ruckus	1	0	1				
TP-Link	2	0	2				
Ubiquiti	6	1	7				

CONCLUSÃO TÉCNICA — SEPLAN 3.1.2

O mercado brasileiro de APs corporativos Wi-Fi 7 é, na data da consulta (20/04/2026) à base Mosaico/SCH da ANATEL, mercado competitivo consolidado, com oferta documentada de 17 (dezessete) modelos com Homologação Emitida e 1 (um) Em Análise, distribuídos entre 6 (seis) fabricantes distintos de perfil corporativo. A especificação técnica do Termo de Referência do PE 040/2026 é atendida com ampla folga competitiva, em plena conformidade com o art. 5º e o art. 18, § 1º, X, da Lei nº 14.133/2021. Adicionalmente, o quadro de APs Wi-Fi 6E (15 modelos, 3 fabricantes) constitui lastro complementar de maturidade tecnológica e regulatória do segmento.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

ANEXO IX (continuação) — TABELA DETALHADA DE MODELOS HOMOLOGADOS NA ANATEL

Categoria	Marca	Modelo	Nº Homologação ANATEL	Abrir certificado
Wi-Fi 7	Cisco	CW9172H	033952501086	https://sistemas.anatel.gov.br/mosaico/sch/publicView/listarProdutosHomologados.xhtml?numeroHomologacao=033952501086
Wi-Fi 7	Cisco	CW9172I	018542501086	https://sistemas.anatel.gov.br/mosaico/sch/publicView/listarProdutosHomologados.xhtml?numeroHomologacao=018542501086
Wi-Fi 7	Cisco	CW9176D1	002812501086	https://sistemas.anatel.gov.br/mosaico/sch/publicView/listarProdutosHomologados.xhtml?numeroHomologacao=002812501086
Wi-Fi 7	Cisco	CW9176I	002812501086	https://sistemas.anatel.gov.br/mosaico/sch/publicView/listarProdutosHomologados.xhtml?numeroHomologacao=002812501086
Wi-Fi 7	Cisco	CW9178I	002782501086	https://sistemas.anatel.gov.br/mosaico/sch/publicView/listarProdutosHomologados.xhtml?numeroHomologacao=002782501086
Wi-Fi 7	Fortinet	FAP-441K	092752408867	https://sistemas.anatel.gov.br/mosaico/sch/publicView/listarProdutosHomologados.xhtml?numeroHomologacao=092752408867
Wi-Fi 7	Fortinet	FAP-443K	092752408867	https://sistemas.anatel.gov.br/mosaico/sch/publicView/listarProdutosHomologados.xhtml?numeroHomologacao=092752408867
Wi-Fi 7	Huawei	8771-X1T	063342403257	https://sistemas.anatel.gov.br/mosaico/sch/publicView/listarProdutosHomologados.xhtml?numeroHomologacao=063342403257
Wi-Fi 7	Ruckus	R770	074502404584	https://sistemas.anatel.gov.br/mosaico/sch/publicView/listarProdutosHomologados.xhtml?numeroHomologacao=074502404584
Wi-Fi 7	TP-Link	EAP772	063192403177	https://sistemas.anatel.gov.br/mosaico/sch/publicView/listarProdutosHomologados.xhtml?numeroHomologacao=063192403177
Wi-Fi 7	TP-Link	EAP773	063192403177	https://sistemas.anatel.gov.br/mosaico/sch/publicView/listarProdutosHomologados.xhtml?numeroHomologacao=063192403177
Wi-Fi 7	Ubiquiti	U7 Pro Outdo	049992508356	https://sistemas.anatel.gov.br/mosaico/sch/publicView/listarProdutosHomologados.xhtml?numeroHomologacao=049992508356
Wi-Fi 7	Ubiquiti	U7-Lite	021432508356	https://sistemas.anatel.gov.br/mosaico/sch/publicView/listarProdutosHomologados.xhtml?numeroHomologacao=021432508356
Wi-Fi 7	Ubiquiti	U7-Pro-Max	089592408356	https://sistemas.anatel.gov.br/mosaico/sch/publicView/listarProdutosHomologados.xhtml?numeroHomologacao=089592408356
Wi-Fi 7	Ubiquiti	U7-Pro-Wall	100222408356	https://sistemas.anatel.gov.br/mosaico/sch/publicView/listarProdutosHomologados.xhtml?numeroHomologacao=100222408356
Wi-Fi 7	Ubiquiti	U7-Pro-XG	066302508356	https://sistemas.anatel.gov.br/mosaico/sch/publicView/listarProdutosHomologados.xhtml?numeroHomologacao=066302508356
Wi-Fi 7	Ubiquiti	U7-Pro-XGS	051232508356	https://sistemas.anatel.gov.br/mosaico/sch/publicView/listarProdutosHomologados.xhtml?numeroHomologacao=051232508356
Wi-Fi 7	Ubiquiti	U7-Pro	063702408356	https://sistemas.anatel.gov.br/mosaico/sch/publicView/listarProdutosHomologados.xhtml?numeroHomologacao=063702408356
Wi-Fi 6E	Cisco	C9136I-ROW	084242201086	https://sistemas.anatel.gov.br/mosaico/sch/publicView/listarProdutosHomologados.xhtml?numeroHomologacao=084242201086
Wi-Fi 6E	Cisco	CW9162I-MR	057822301086	https://sistemas.anatel.gov.br/mosaico/sch/publicView/listarProdutosHomologados.xhtml?numeroHomologacao=057822301086
Wi-Fi 6E	Cisco	CW9162I-ROW	057822301086	https://sistemas.anatel.gov.br/mosaico/sch/publicView/listarProdutosHomologados.xhtml?numeroHomologacao=057822301086
Wi-Fi 6E	Cisco	CW9163E-MR	001152401086	https://sistemas.anatel.gov.br/mosaico/sch/publicView/listarProdutosHomologados.xhtml?numeroHomologacao=001152401086
Wi-Fi 6E	Cisco	CW9163E-ROW	001152401086	https://sistemas.anatel.gov.br/mosaico/sch/publicView/listarProdutosHomologados.xhtml?numeroHomologacao=001152401086
Wi-Fi 6E	Cisco	CW9164I-MR	062312301086	https://sistemas.anatel.gov.br/mosaico/sch/publicView/listarProdutosHomologados.xhtml?numeroHomologacao=062312301086
Wi-Fi 6E	Cisco	CW9164I-ROW	062312301086	https://sistemas.anatel.gov.br/mosaico/sch/publicView/listarProdutosHomologados.xhtml?numeroHomologacao=062312301086
Wi-Fi 6E	Cisco	CW9166D1-MR	093962401086	https://sistemas.anatel.gov.br/mosaico/sch/publicView/listarProdutosHomologados.xhtml?numeroHomologacao=093962401086
Wi-Fi 6E	Cisco	CW9166D1-ROW	093962401086	https://sistemas.anatel.gov.br/mosaico/sch/publicView/listarProdutosHomologados.xhtml?numeroHomologacao=093962401086
Wi-Fi 6E	Cisco	CW9166I-MR	062312301086	https://sistemas.anatel.gov.br/mosaico/sch/publicView/listarProdutosHomologados.xhtml?numeroHomologacao=062312301086
Wi-Fi 6E	Cisco	CW9166I-ROW	062312301086	https://sistemas.anatel.gov.br/mosaico/sch/publicView/listarProdutosHomologados.xhtml?numeroHomologacao=062312301086
Wi-Fi 6E	Huawei	8760-X1-PRO	096372103257	https://sistemas.anatel.gov.br/mosaico/sch/publicView/listarProdutosHomologados.xhtml?numeroHomologacao=096372103257
Wi-Fi 6E	Huawei	Engine 8760R-X1	038122103257	https://sistemas.anatel.gov.br/mosaico/sch/publicView/listarProdutosHomologados.xhtml?numeroHomologacao=038122103257
Wi-Fi 6E	Huawei	8760R-X1E	038122103257	https://sistemas.anatel.gov.br/mosaico/sch/publicView/listarProdutosHomologados.xhtml?numeroHomologacao=038122103257
Wi-Fi 6E	Ruckus	R760	092302204584	https://sistemas.anatel.gov.br/mosaico/sch/publicView/listarProdutosHomologados.xhtml?numeroHomologacao=092302204584



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

ANEXO X – TERMO DE COMPROMISSO DE CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO (MODELO)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 43.770/2025-D

(Modelo a ser preenchido pelas empresas consorciadas e apresentado na fase de propostas, em conformidade com o art. 15, § 1º, I, da Lei nº 14.133/2021)

Pelo presente instrumento, as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas CONSORCIADAS, comprometem-se, em caráter público, à constituição de consórcio empresarial, na forma do art. 15 da Lei nº 14.133/2021 e do Edital do Pregão Eletrônico nº 040/2026, com o objetivo específico de participar do certame e, sendo o consórcio declarado vencedor, executar o contrato decorrente, observadas as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS CONSORCIADAS

CONSORCIADA 1 (EMPRESA-LÍDER):

Razão Social: [.....]

CNPJ: [.....]

Endereço: [.....]

Representante legal: [.....] (CPF [.....])

CONSORCIADA 2:

Razão Social: [.....]

CNPJ: [.....]

Endereço: [.....]

Representante legal: [.....] (CPF [.....])

(Repetir o bloco acima para CONSORCIADA 3, se houver, observado o limite máximo de 3 (três) empresas consorciadas previsto no Edital.)

CLÁUSULA SEGUNDA – DO LOTE E DO OBJETO

O presente compromisso refere-se à participação no(s) Lote(s) [01] [02] [01 e 02] do Pregão Eletrônico nº 040/2026, cujo objeto é descrito no Edital e seus Anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EMPRESA-LÍDER E DA REPRESENTAÇÃO

As CONSORCIADAS designam a CONSORCIADA 1 como EMPRESA-LÍDER do consórcio, à qual cabem, com exclusividade, a representação do consórcio perante a Administração e a interlocução com a CONTRATANTE em todas as fases da licitação e da execução contratual, incluindo, sem prejuízo de outras obrigações: (a) o recebimento de notificações, citações, intimações e comunicações; (b) a apresentação de propostas, recursos, impugnações e quaisquer manifestações; (c) o faturamento e a cobrança; (d) a gestão técnica e operacional do contrato; e (e) a interlocução administrativa unitária.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

CLÁUSULA QUARTA – DA PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL

As participações das CONSORCIADAS no consórcio, computadas conforme as regras do Edital, são as seguintes:

CONSORCIADA 1 (EMPRESA-LÍDER): [.....] % (não inferior a 51%)

CONSORCIADA 2: [.....] %

CONSORCIADA 3 (se houver): [.....] %

As CONSORCIADAS declaram que a EMPRESA-LÍDER concentra participação não inferior a 51% (cinquenta e um por cento), nos termos do Edital.

CLÁUSULA QUINTA – DOS QUANTITATIVOS E VALORES POR CONSORCIADA

As CONSORCIADAS comprometem-se à execução das parcelas e quantitativos discriminados a seguir, observadas as regras de habilitação técnica do Edital, em particular a exigência de que a EMPRESA-LÍDER comprove, isoladamente, capacidade técnica equivalente a, no mínimo, 51% dos quantitativos exigidos para a parcela de maior relevância:

CONSORCIADA 1 (EMPRESA-LÍDER): [discriminar parcelas, quantitativos e valor]

CONSORCIADA 2: [discriminar parcelas, quantitativos e valor]

CONSORCIADA 3 (se houver): [discriminar parcelas, quantitativos e valor]

CLÁUSULA SEXTA – DA RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA

As CONSORCIADAS declaram-se solidariamente responsáveis perante a Administração pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na fase de execução contratual, nos termos do art. 15, § 1º, V, da Lei nº 14.133/2021. As CONSORCIADAS reconhecem que a Administração não está obrigada a observar a divisão interna de responsabilidades estabelecida neste Termo, podendo exigir o cumprimento integral das obrigações contratuais de qualquer das CONSORCIADAS.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VEDAÇÃO À ALTERAÇÃO DA COMPOSIÇÃO

As CONSORCIADAS comprometem-se a manter a composição do consórcio, a participação relativa de cada CONSORCIADA e a figura da EMPRESA-LÍDER durante toda a execução contratual, sendo qualquer alteração condicionada à prévia anuência expressa da CONTRATANTE, somente admitida em hipóteses excepcionais devidamente justificadas (notadamente falência decretada de consorciada, dissolução societária, recuperação judicial homologada com substituição admitida em plano, ou inadimplemento contumaz que enseje destituição), e na forma prevista na Cláusula Décima Primeira da Minuta de Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONSTITUIÇÃO E DO REGISTRO

Sendo o consórcio declarado vencedor do certame, as CONSORCIADAS comprometem-se a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio nos termos deste Termo de Compromisso, observado o disposto no art. 15, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo
SEDUC – Secretaria de Educação

CLÁUSULA NONA – DA REGULARIDADE E DA HABILITAÇÃO

Cada uma das CONSORCIADAS apresentará, individualmente, todos os documentos previstos para a habilitação jurídica, fiscal e trabalhista, na forma exigida das licitantes individuais. As CONSORCIADAS declaram, sob as penas da lei, que mantêm regularidade integral em todos esses aspectos e que não estão impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, em qualquer esfera.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DECLARAÇÕES

As CONSORCIADAS declaram, ainda:

- a) Que tomaram conhecimento integral do Edital do Pregão Eletrônico nº 040/2026 e dos seus Anexos, comprometendo-se a acatar suas disposições;
- b) Que não há vedação legal, regulamentar ou contratual à formação deste consórcio;
- c) Que nenhuma das CONSORCIADAS está participando, no(s) mesmo(s) Lote(s) deste certame, de outro consórcio ou isoladamente;
- d) Que estão cientes de que o tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006 aplica-se ao consórcio composto, em sua totalidade, por microempresas e empresas de pequeno porte, observados os limites de cada Lote;
- e) Que estão cientes da responsabilidade solidária e do regime de governança estabelecido neste Termo de Compromisso e no Edital.

E por estarem assim justas e contratadas, as CONSORCIADAS firmam o presente Termo de Compromisso em [...] vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

[Município e data]

[Nome do representante legal]
CONSORCIADA 1 (EMPRESA-LÍDER)

[Nome do representante legal]
CONSORCIADA 2

(Repetir o bloco de assinatura para CONSORCIADA 3, se houver.)

Testemunhas:

- 1. _____ Nome: [.....] CPF: [.....]
- 2. _____ Nome: [.....] CPF: [.....]

Verificação de assinatura

Código de verificação:

52M3X75A BQ5N5X4C UFWXNHID 7BVLZL55



Este documento foi assinado digitalmente. Para validar o documento, escaneie o QR Code acima ou acesse o site <https://assinadordigitalexterno.praia grande.sp.gov.br/consulta> e informe o código de verificação. É possível baixar o documento original ou uma versão para impressão através do site.

Documento assinado eletronicamente, conforme Decreto n° 8.025, de 23 de julho de 2024.

Lista de assinaturas: